

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS

Escola de Direito de São Paulo

JOÃO GUILHERME RACHE GEBRAN

A EFETIVAÇÃO DA DISSOLUÇÃO PARCIAL DE SOCIEDADE ANÔNIMA

SÃO PAULO

2021

JOÃO GUILHERME RACHE GEBRAN

A EFETIVAÇÃO DA DISSOLUÇÃO PARCIAL DE SOCIEDADE ANÔNIMA

Dissertação de Mestrado apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Direito e Desenvolvimento pelo Programa de Mestrado Acadêmico da Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getulio Vargas.

Área de Concentração: Direito dos Negócios e Desenvolvimento Econômico e Social.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Mariana Pargendler.

SÃO PAULO

2021

Gebran, João Guilherme Rache.

A efetivação da dissolução parcial de sociedade anônima / João Guilherme Rache Gebran.
- 2021.

169 f.

Orientador: Mariana Pargendler.

Dissertação (mestrado) - Fundação Getulio Vargas, Escola de Direito de São Paulo.

1. Direito empresarial - Brasil. 2. Sociedades por ações - Legislação. 3. Dissolução parcial de sociedade. I. Pargendler, Mariana. II. Dissertação (mestrado) - Escola de Direito de São Paulo. III. Fundação Getulio Vargas. IV. Título.

CDU 347.725(81)

JOÃO GUILHERME RACHE GEBRAN

A EFETIVAÇÃO DA DISSOLUÇÃO PARCIAL DE SOCIEDADE ANÔNIMA

Dissertação de Mestrado apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Direito e Desenvolvimento pelo Programa de Mestrado Acadêmico da Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getulio Vargas.

Área de Concentração: Direito dos Negócios e Desenvolvimento Econômico e Social.

Data: ____/____/____

Banca Examinadora

Prof^ª. Dr^ª. Mariana Pargendler (Orientadora)
FGV-SP

Prof. Dr. Alfredo de Assis Gonçalves Neto
UFPR

Prof. Dr. Carlos Klein Zanini
UFRGS

Prof^ª. Dr^ª. Viviane Muller Prado
FGV-SP

Ao meu irmão, pelo vínculo indissolúvel de amizade

AGRADECIMENTOS

A presente dissertação é fruto da pesquisa acadêmica realizada ao longo do Mestrado Acadêmico em Direito e Desenvolvimento da Fundação Getulio Vargas, que só foi possível graças à bolsa Mario Henrique Simonsen de Ensino e Pesquisa, pela qual sou grato.

Agradeço profundamente à Professora Mariana Pargendler, que me guiou desde o primeiro dia do mestrado com uma dedicação inigualável. Foram aulas de Direito e Economia no mestrado, monitoria da matéria de Direito dos Negócios, pesquisas acadêmicas realizadas junto ao Núcleo de Direito, Economia e Governança e, principalmente, a orientação deste trabalho. Não poderia ter tido honra maior do que tê-la como Orientadora.

Agradeço, ainda, aos professores do programa de mestrado da Escola, em especial aos Professores Carlos Ari Sundfeld, Flávia Portella Püschel, José Garcez Ghirardi, Luciana Gross Cunha, Marta Rodriguez de Assis Machado e Viviane Muller Prado, cujos cursos resultaram em inúmeras reflexões.

Aos professores que compuseram as bancas de qualificação e defesa desse trabalho, Juliana Krueger Pela, Viviane Muller Prado, Carlos Klein Zanini e Alfredo de Assis Gonçalves Neto, cujos apontamentos e indagações foram providenciais para o aprimoramento do trabalho.

Agradeço, também, aos colegas de Mestrado, que me acompanharam nessa incrível jornada pela Rua Rocha, Ana Lídia, Augusto, Caio, Felipe, Fernando, Gabriel, Larissa, Luiz, Marc, Rafael A., Rafael C., Taís, Thaisa e Viviane. Agradeço especialmente ao Ezequiel Fajrel-dines, que realiza um trabalho incrível de levantamento, sistematização e compilação de decisões judiciais e me forneceu grande ajuda no levantamento dos processos de dissolução parcial de sociedade anônima. Seu auxílio e prestatividade foram essenciais para a conclusão desta dissertação.

Por fim, agradeço aos meus pais, João Pedro e Daniela Gebran, pelo amor incondicional e apoio ilimitado. Como juristas, são meus exemplos de retidão, caráter e justiça. Devo tudo a eles. Ao meu irmão João Gabriel, meu inseparável parceiro, a quem muito admiro. E à Laura Aquino, luz dos meus olhos, por toda a paciência, saudades e companheirismo.

One of the great mistakes is to judge policies and programs by their intentions rather than their results.

Milton Friedman (1975)

RESUMO

Na década de 2000, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) alterou uma característica importante do Direito Comercial ao instituir a dissolução parcial de sociedade anônima como forma de saída do acionista retirante. Por tratar-se de instituto heterodoxo e peculiar da realidade brasileira, o tema foi largamente debatido na academia. Entretanto, inexistem estudos dedicados ao exame da efetivação (*enforcement*) da decisão de dissolução parcial de sociedade anônima pelo Poder Judiciário posteriormente ao seu deferimento, o que coloca em xeque a própria efetividade (*effectiveness*) do instituto jurídico. Desta forma, o presente trabalho propõe-se a preencher essa lacuna e analisar a efetivação e a efetividade do instituto da dissolução parcial de sociedade anônima. Para tanto, conjuga-se uma análise de profundidade sobre os dois casos paradigmas julgados pelo STJ em sede de embargos de divergência com uma análise panorâmica em relação a totalidade das decisões do STJ e do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP) desde a pacificação da matéria em 2008. Os casos analisados evidenciam grandes dificuldades processuais na aplicação da dissolução parcial de sociedade anônima, tendo em vista os parâmetros utilizados para a apuração dos haveres, o impacto dos juros de mora e correção monetária sobre o valor resultante e potencial conflitos entre o acionista retirante e os credores no acesso ao patrimônio da companhia. Por fim, conclui-se que há obstáculos significativos na efetivação do instituto da dissolução parcial de sociedade anônima, tendo apenas um caso sido concluído em âmbito judicial dentre os 48 casos analisados. Por fim, apesar das dificuldades processuais enfrentadas, a dissolução parcial mostrou-se como um potencial instrumento de retirada ao alcance do acionista minoritário insatisfeito, gerando um grande incentivo para a realização de acordo para a sua saída.

Palavras-chave: Direito Empresarial; Sociedade Anônima; Dissolução Parcial; Cumprimento de Sentença; Apuração de Haveres; Blindagem Patrimonial da Empresa; Efetivação; Efetividade.

ABSTRACT

In recent years, the Brazilian Superior Court of Justice (*Superior Tribunal de Justiça* – STJ) changed an important characteristic of corporate law by instituting the partial dissolution of a business corporations as an exit strategy for the dissatisfied shareholder. The topic was widely debated in the Brazilian academia as a heterodox and peculiar institute. However, there are no studies dedicated to its enforcement, which may compromise the effectiveness of this legal mechanism. This dissertation aims to fill in this gap by analyzing the enforcement and effectiveness of partial dissolutions of business corporations in Brazil. The study combines an in-depth analysis of the two precedents established by the STJ with a panoramic overview of all the opinions issued by the STJ and the São Paulo Court of Justice (*Tribunal de Justiça de São Paulo* – TJSP) on the matter. The cases highlight great procedural difficulties in the enforcement of partial dissolutions with respect to devaluation, the impact of post judgment interest and the potential conflict between shareholder and creditors to access the company assets. Finally, this dissertation concludes that there are great difficulties in enforcing partial dissolutions, since only one case was subject to final judicial decision and enforcement. Despite the procedural difficulties, the partial dissolution rule proves to be a potential instrument within the reach of the dissatisfied shareholder to obtain an agreement for his or her withdrawal.

Keywords: Corporate Law; Business Corporation; Partial Dissolution; Judicial Enforcement; Appraisal; Entity Shielding; Effectiveness.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Estrutura Societária da Cocelpa	38
Figura 2 – Relação de Credores.....	50
Figura 3 – Análise do Faturamento	53
Figura 4 – Nível de Atividade da Planta Matriz da Cocelpa.....	53
Figura 5 – Quadro de Acionistas da Kirchner S.A. mantido desde 1992.....	55
Figura 6 – Estrutura Societária conforme Capital Social e Capital Votante	56
Figura 7 – Resumo Contábil Simplificado do Balanço Especial	65
Figura 8 – Valor Devido aos Acionistas Retirante conforme Laudo Pericial	67
Figura 9 – Estrutura Societária Homologada Judicialmente	68
Figura 10 – Valor Devido aos Acionistas Insatisfeitos conforme Laudo Pericial Complementar	68
Figura 11 – Valor Devido aos Acionistas Insatisfeitos Atualizado para dezembro de 2018 ..	73
Figura 12 – Relação entre Valor da Companhia e Crédito do Acionista Retirante.....	82
Figura 13 – Casos do STJ que versam sobre Dissolução Parcial de Sociedade Anônima.....	88
Figura 14 – Casos do TJSP que versam sobre Dissolução Parcial de Sociedade Anônima desde 2008	90
Figura 15 – Datas dos Processos de Dissolução Parcial de Sociedade Anônima no STJ	93
Figura 16 – Duração dos Processos de Conhecimento dos Casos que tramitaram no STJ	95
Figura 17 – Duração da Fase de Cumprimento de Sentença dos Casos que tramitaram no STJ	96
Figura 18 – Datas dos Processos de Dissolução Parcial de Sociedade Anônima no TJSP	96
Figura 19 – Duração dos Processos de 1º Grau que tramitaram no TJSP.....	100
Figura 20 – Duração da Fase Recursal dos Casos que tramitaram no TJSP	100
Figura 21 – Duração da Fase de Cumprimento de Sentença dos Casos do que tramitaram no TJSP.....	101

SUMÁRIO

Introdução	13
Capítulo 1. Um Breve Retrospecto sobre o Cabimento da Dissolução Parcial de Sociedade Anônima	22
1.1. O Princípio da Preservação da Empresa	22
1.2. O Princípio da Livre Associação	25
1.3 A Natureza das Sociedades Anônimas	26
1.4. O Critério de <i>Affectio Societatis</i>	30
1.5. A Blindagem Patrimonial da Sociedade	32
1.6. A Positivção da Dissolução Parcial de Sociedade Anônima no Código de Processo Civil	34
Capítulo 2. Os Casos Paradigmáticos de Dissolução Parcial de Sociedade Anônima	37
2.1. O Processo de Dissolução Parcial da Cocelpa S.A.	37
2.2. O Processo de Cumprimento de Sentença da Cocelpa S.A.	45
2.3. O Processo de Dissolução Parcial da Indústria Kirchner S.A.	54
2.4. O Processo de Cumprimento de Sentença da Indústria Kirchner S.A.	63
Capítulo 3. Análise da Dissolução Parcial de Sociedade Anônima a partir dos Casos Paradigmáticos	74
3.1. Os Parâmetros para a Apuração dos Haveres na Dissolução Parcial de Sociedade Anônima	74
3.2. O Impacto dos Juros e da Correção Monetária na Apuração dos Haveres na Dissolução Parcial de Sociedade Anônima.	80
3.3. O Fim da Blindagem Patrimonial e o Conflito entre o Pagamento dos Credores e dos Acionistas Retirantes.	83
Capítulo 4. Os Casos no STJ e TJSP de Dissolução Parcial de Sociedade Anônima	87
4.1. Forma de Seleção dos Casos no STJ	87
4.2. Forma de Seleção dos Casos no TJSP	89
Capítulo 5. O Tempo de Tramitação dos Processos de Dissolução Parcial de Sociedade Anônima	93
Capítulo 6. A Efetividade da Dissolução Parcial de Sociedade Anônima segundo os Casos do STJ e TJSP	103
6.1. A Efetivação da Dissolução Parcial por Cumprimento da Sentença	103
6.2. A Efetivação da Dissolução Parcial por Meio de Acordos.	106
6.3. A Dificuldade de Efetivação da Dissolução Parcial <i>in concreto</i>	108
Capítulo 7 Análise dos Contornos da Dissolução Parcial de Sociedade Anônima conforme Casos do STJ e TJSP	111
7.1. O Caso Acober e a Harmonização dos Casos Paradigmáticos	111
7.2. O Caso Biofill e a Retomada da Ausência de Distribuição de Dividendos	113

7.3. O Caso Bom Jesus e a Ausência do Caráter <i>Intuitu Personae</i>	115
7.4. O Caso PDG e a Sociedade de Propósito Específico	116
Conclusão	119
Referências Bibliográficas.....	121
Anexos.....	134

Introdução

Na década de 2000, o Direito Comercial brasileiro passou por uma grande transformação em relação ao tratamento concedido às sociedades anônimas. O Superior Tribunal de Justiça (STJ) alterou drasticamente o seu entendimento sobre a dissolução das companhias, pois consagrou a dissolução parcial como instrumento apto a realizar a “retirada” do acionista minoritário insatisfeito da sociedade¹. Tal posicionamento contrasta com a posição historicamente acolhida pelo Direito brasileiro e com o entendimento consolidado pela literatura internacional sobre a blindagem patrimonial da empresa como elemento essencial do tipo de sociedade anônima.

A literatura internacional é uníssona em reconhecer que a separação entre o patrimônio da sociedade e o patrimônio individual de cada acionista é o elemento mais basilar das sociedades anônimas², pois o direito societário, ao distinguir a pessoa da sociedade da pessoa de seus sócios, facilita a coordenação e reduz os custos de monitoramento da empresa e dos sócios³. Os ordenamentos jurídicos reconhecem, em larga medida, que os acionistas não detêm direito sobre os bens da companhia.

A referida separação patrimonial tem o aspecto de blindar o patrimônio da sociedade (*capital lock-in* ou *entity shielding*) dos acionistas e seus credores⁴, o que se traduz em duas regras distintas. Primeiro, a regra da prioridade, na qual se estabelece que a sociedade responderá prioritariamente pelas obrigações que contrair. Segundo, a regra da proteção contra liquidação, segundo a qual os acionistas não podem retirar o patrimônio investido na sociedade a

¹ Conceitualmente, consideramos os termos “acionista insatisfeito” ou “acionista retirante” como os mais adequados para a circunstância ao invés de “acionista dissidente”, usualmente utilizado pela jurisprudência. Reserva-se a utilização desse último para se referir ao acionista que se retira espontaneamente da sociedade com fundamento no art. 137 da Lei das S.A. e não ao acionista que ingressa com ação dissolutória.

² Ver: HASMANN Henry; KRAAKMAN, Reinier; SQUIRE, Richard. Law and the Rise of the Firm. **Harvard Law Review**, Cambridge, v. 119, n. 05, pp. 1333-1493, Mar. 2006, p. 1336; ROCK, Edward; WACHTER, Michael. Waiting for the Omelet to Set: Match Specific Assets and Minority Oppression in the Close Corporation. **The Journal of Corporation Law**, Iowa City, v. 24, pp. 913-948, 1999, p. 920; DARI-MATTIACCI, Giuseppe; GELDERBLOM, Oscar; JONKER, Joost; PEROTTI, Enrico. The Emergence of the Corporate Form. **Journal of Law, Economics & Organization**, Oxford, v. 33, n. 02, pp. 193-236, May 2017, p. 06 BLAIR, Margaret. Locking in Capital: What Corporate Law Achieved for Business Organizers in the Nineteenth Century. **UCLA Law Review**, Los Angeles, v. 51, pp. 387-455, 2003, p. 393.

³ KRAAKMAN, Reinier *et al.* **A Anatomia do Direito Societário: Uma Abordagem Comparada e Funcional**. 3. ed. São Paulo: Singular, 2018. p. 39.

⁴ BLAIR, Margaret. Locking in Capital: What Corporate Law Achieved for Business Organizers in the Nineteenth Century. **UCLA Law Review**, Los Angeles, v. 51, pp. 387-455, 2003. p. 393.

seu bel prazer⁵. Entretanto, a jurisprudência brasileira veio gradualmente mitigando a blindagem patrimonial da empresa, esvaziando as regras que a compõem⁶ e, portanto, autorizando o acesso dos acionistas ao capital investido na sociedade.

O processo de extinção da blindagem patrimonial da empresa iniciou-se em meados de 1940, com a flexibilização do direito potestativo de o sócio requerer a dissolução total da sociedade limitada, o que já representava um posicionamento heterodoxo da jurisprudência, tendo em vista que o texto legal previa a aplicação supletiva do regime das sociedades anônimas às sociedades limitadas⁷. Entretanto, a jurisprudência brasileira vigente à época, com fulcro no artigo 335, V, do Código Comercial de 1850⁸, passou possibilitar ao sócio insatisfeito pleitear – a qualquer tempo e independente de justificativa – a dissolução total de sociedade limitada por prazo indeterminado⁹. Aos poucos, este posicionamento cedeu lugar para uma posição em favor da preservação da sociedade e dos seus sócios, tendo em vista a crescente preocupação com a função social da empresa e do enfraquecimento da doutrina individualista presente no Código Comercial de 1850¹⁰, o que resultou na ascensão do instituto da dissolução parcial.

⁵ KRAAKMAN, Reinier *et al.* **A Anatomia do Direito Societário**: Uma Abordagem Comparada e Funcional. 3. ed. São Paulo: Singular, 2018. p. 40.

⁶ PARGENDLER, Mariana. How Universal Is the Corporate Form? Reflections on the Dwindling of Corporate Attributes in Brazil. **Columbia Journal of Transnational Law**, New York City, v. 58, pp. 01-57, 2020. p. 03.

⁷ O artigo art. 18 do Decreto nº 3.708 de 1919 previa que: “Serão observadas quanto às sociedades por quotas, de responsabilidade limitada, no que não for regulado no estatuto social, e na parte aplicável, as disposições da lei das sociedades anônimas”.

⁸ O artigo art. 335, V, do Código Comercial de 1850 previa que: “Art. 335. As sociedades reputam-se dissolvidas: [...] V - Por vontade de um dos sócios, sendo a sociedade celebrada por tempo indeterminado.”

⁹ Não bastasse o entendimento diverso do previsto no texto legal, a jurisprudência que autorizava a dissolução da sociedade limitada pelo sócio insatisfeito também representava um tratamento peculiar em relação aos sócios minoritários sob a ótica do direito comparado. Como bem aponta Mariana Pargendler: “As equivalentes da limitada brasileira no direito estrangeiro – como a *società a responsabilità limitata* (S.r.l.) italiana, a *société à responsabilité limitée* (SARL) francesa e a *Gesellschaft mit beschränkter Haftung* (GmbH) alemã – sempre dispuseram do bloqueio do capital, geralmente proibindo retiradas sem causa”, entretanto, no Brasil adotou-se a interpretação de que aplicar-se-ia o regime geral das sociedades civis às sociedades limitadas, solapando a bloqueio do capital. Ver: PARGENDLER, Mariana. O Tipo de Sociedade Anônima é Universal? Reflexões sobre a Erosão dos Atributos da Sociedade Anônima no Brasil. In: PÜSCHEL, Flávia (Org.). **Direito e Desenvolvimento na Prática**: Novas Perspectivas para a Reflexão Jurídica. São Paulo: Almedina, 2020. pp. 103-170. p. 116

¹⁰ Bem esclarece Maíra de Melo Vieira que “antes mesmo da segunda metade do século XIX, a doutrina comercialista brasileira já demonstrava acentuada preocupação com a preservação da empresa, reconhecendo a importância da multiplicidade de interesses que gravitavam em torno do organismo social, de natureza econômica, social fiscal, e mesmo política. Assistia-se, portanto, ao crescente enfraquecimento da doutrina individualista inspiradora do Código Comercial de 1850, que cedeu lugar àquele que reconhecia prevalecente dos supraindividuais incorporados pela função social exercida pela empresa, em relação aos interesses individuais dos sócios”. Ver: VIEIRA, Maíra de Melo. **Dissolução Parcial de Sociedade Anônima**: Construção e Consolidação no Direito Brasileiro. São Paulo: Quartier Latin, 2014. p. 174.

Assim, o Supremo Tribunal Federal (STF) – ao julgar o Recurso Extraordinário nº 9.929/SP¹¹, o Recurso Extraordinário nº 19.874/BA¹² e o Recurso Extraordinário nº 89.464/SP¹³, os quais serviram de paradigma – sedimentou a construção pretoriana da dissolução parcial, autorizando a saída do sócio insatisfeito mediante o recebimento dos seus haveres, e sepultando a blindagem patrimonial na sociedade limitada.

Após a Constituição de 1988, o STJ consolidou o entendimento adotado pelo STF em sua jurisprudência e passou a alargar a aplicação do instituto da dissolução parcial em sociedades limitadas. O STJ estabeleceu os critérios para a apuração de haveres, a necessidade de levantamento de balanço especial e reconheceu a quebra da *affectio societatis* como elemento apto gerar a dissolução parcial. Destaca-se a importância do REsp 38.160-6/SP¹⁴, que passou a ser citado como precedente em diversos outros julgados, ao sedimentar o entendimento jurisprudencial no sentido que:

[...] a apuração de haveres, no caso de sócio retirante ou pré-morto, ou ainda por motivo da quebra da *affectio societatis*, há de fazer-se como de dissolução total se tratasse posto que, segundo a jurisprudência do STJ, essa linha de entendimento tem por escopo preservar o quantum devido ao sócio retirante, que deve ser medido com justiça, evitando-se, de outro modo, o locupletamento indevido.

Apesar da inovação jurisprudencial, o instituto da dissolução parcial passou ao largo da sociedade anônima, pois se reconhecia que esta possuía regime jurídico próprio – a Lei das Sociedades por Ações, atual Lei nº 6.404/76 e, anteriormente, Decreto-Lei nº 2.627/40 (LSA) – e não se sujeitava ao Código Comercial de 1850. Ocorre que tanto as hipóteses legais de dissolução total de companhia, quanto as hipóteses de direito de retirada em razão de alteração estatutária fundamental restringem-se a um rol limitado e excepcional de casos¹⁵. As hipóteses de dissolução total da companhia limitam-se ao rol restritivo previsto no artigo 206 da LSA,

¹¹ BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Recurso Extraordinário nº 9.929/SP**. Segunda Turma. Rel.: Min. Flaminio de Rezende. Julgamento: 04 jan. 1946.

¹² BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Recurso Extraordinário nº 19.874/BA**. Segunda Turma. Rel.: Min. Vilas Boas. Julgamento: 08 nov. 1957.

¹³ BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Recurso Extraordinário nº 89.464/SP**. Segunda Turma. Rel.: Min. Cordeiro Guerra. Julgamento: 12 dez. 1978.

¹⁴ BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Recurso Especial nº 38.160/SP**. Terceira Turma. Rel.: Min. Waldemar Zveiter. Julgamento: 09 nov. 1993.

¹⁵ GEBRAN, João Guilherme; PARGENDLER, Mariana. A Banalização da Dissolução Parcial de Sociedade Anônima no Brasil: A Ausência de *Distinguishing* na Evolução Jurisprudencial. In: YARSHELL, Flávio Luiz; PEREIRA, Guilherme (Orgs.). **Processo Societário IV**. São Paulo: Quartier Latin, 2021. p. 778.

havendo somente duas possibilidades de iniciativa dos acionistas, notadamente, pelo voto da maioria dos acionistas em assembleia (inciso I, alínea c) ou por ação judicial movida por acionistas que representem pelo menos 5% do capital social quando a companhia não pode preencher seu fim (inciso II, alínea b)¹⁶. Por outro lado, o direito de recesso só é cabível aos acionistas que divergem de mudanças fundamentais da companhia relativas às matérias de fusão, cisão, dividendo obrigatório, ações preferenciais, grupo societário, objeto social e convenção de arbitragem¹⁷, havendo, ainda, numerosas restrições legais ao seu exercício, limitando ainda mais a sua aplicabilidade. Portanto, permaneceu firme a blindagem patrimonial gozada pela sociedade anônima.

Entretanto, em meados dos anos 2000, o STJ, ao julgar o caso Cocelpa e o caso Kirchner S.A. em sede de embargos de divergência, reviu a sua jurisprudência sobre dissolução parcial e alargou a aplicação do instituto para também abranger as sociedades anônimas familiares¹⁸, abandonando de vez a blindagem patrimonial como um atributo característico das companhias¹⁹ e aprofundando a heterodoxia do Direito Comercial brasileiro.

No caso Cocelpa, a Quarta Turma do STJ, ao julgar a Recurso Especial nº 111.294/PR²⁰, entendeu que:

¹⁶ Diz o art. 206 da Lei das Sociedades por Ações: “Art. 206. Dissolve-se a companhia: I - de pleno direito: a) pelo término do prazo de duração; b) nos casos previstos no estatuto; c) por deliberação da assembleia-geral (art. 136, X); d) pela existência de 1 (um) único acionista, verificada em assembleia-geral ordinária, se o mínimo de 2 (dois) não for reconstituído até à do ano seguinte, ressalvado o disposto no artigo 251 e) pela extinção, na forma da lei, da autorização para funcionar. II - por decisão judicial: a) quando anulada a sua constituição, em ação proposta por qualquer acionista; b) quando provado que não pode preencher o seu fim, em ação proposta por acionistas que representem 5% (cinco por cento) ou mais do capital social; c) em caso de falência, na forma prevista na respectiva lei; III - por decisão de autoridade administrativa competente, nos casos e na forma previstos em lei especial.”

¹⁷ Diz o art. 137 da Lei das Sociedades por Ações: “Art. 137. A aprovação das matérias previstas nos incisos I a VI e IX do art. 136 dá ao acionista dissidente o direito de retirar-se da companhia, mediante reembolso do valor das suas ações (art. 45) [...]”.

¹⁸ Segundo a definição adotada no Embargos de Divergência do caso Cocelpa, “a realidade da economia brasileira revela a existência, em sua grande maioria, de sociedades anônimas de médio e pequeno porte, em regra, de capital fechado, que concentram na pessoa de seus sócios um de seus elementos preponderantes, como sói acontecer com as sociedades ditas familiares, cujas ações circulam entre os seus membros, e que são, por isso, constituídas *intuitu personae*”. Ver: BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Embargos de Divergência no Recurso Especial nº 111.294/PR**. Segunda Seção. Rel.: Min. Castro Filho. Julgamento: 28 jun. 2006.

¹⁹ PARGENDLER, Mariana. How Universal Is the Corporate Form? Reflections on the Dwindling of Corporate Attributes in Brazil. **Columbia Journal of Transnational Law**, New York City, v. 58, pp. 01-57, 2020. Nas palavras da autora: “While the first precedents on this subject date back to the 1980s and 1990s, it was in the middle and late 2000s that Brazilian law effectively abandoned lock-in as an attribute of close corporations.”

²⁰ BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Recurso Especial nº 111.294/PR**. Quarta Turma. Rel.: Min. Barros Monteiro; Rel. Acórdão: Min. Cesar Asfor Rocha. Julgamento: 19 set. 2000.

[...] pelas peculiaridades da espécie, em que o elemento preponderante, quando do recrutamento dos sócios, para a constituição da sociedade anônima envolvendo pequeno grupo familiar, foi a afeição pessoal que reinava entre eles, a quebra da *affectio societatis* conjugada à inexistência de lucros e de distribuição de dividendos, por longos anos, pode se constituir em elemento ensejador da dissolução parcial da sociedade, pois seria injusto manter o acionista prisioneiro da sociedade, com seu investimento improdutivo.

O acórdão proferido foi expresso em reconhecer que o caso Cocelpa preenchia os requisitos do artigo 206, II, alínea “b”, da LSA, sendo a companhia passível de dissolução judicial por não poder cumprir o seu fim em razão da não distribuição de dividendos. Entretanto, “em respeito ao princípio da preservação da sociedade e de sua utilidade social”²¹, ao invés da dissolução total aplicou-se a dissolução parcial.

Posteriormente, ao julgar os Embargos de Divergência em Recurso Especial nº 111.294/PR²², a Segunda Seção do STJ essencialmente manteve a *ratio decidendi* da decisão anterior, autorizando a dissolução parcial de companhia fechada que não distribui dividendos por período prolongado, todavia acrescentou – equivocadamente – que o desaparecimento da *affectio societatis* representaria impedimento à consecução do fim social em companhias familiares como a do caso em tela. Assim, o acórdão atribuiu uma relevância indevida ao rompimento da *affectio societatis* no sentido de que este “representa verdadeiro impedimento a que a companhia continuasse a realizar o seu fim, com a obtenção de lucro e distribuição de dividendos” e que, portanto, bastaria para justificar a dissolução parcial da sociedade²³.

No caso Kirchner S.A., a Terceira Turma do STJ julgou procedente o Recurso Especial nº 419.174/SP²⁴, reconhecendo ser “incompatível com a natureza e o regime jurídico das sociedades anônimas o pedido de dissolução parcial, feito por acionista minoritário, porque regula-

²¹ BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Recurso Especial nº 111.294/PR**. Quarta Turma. Rel.: Min. Barros Monteiro; Rel. Acórdão: Min. Cesar Asfor Rocha. Julgamento: 19 set. 2000.

²² BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Embargos de Divergência no Recurso Especial nº 111.294/PR**. Segunda Seção. Rel.: Min. Castro Filho. Julgamento: 28 jun. 2006.

²³ Como sustentado em outro trabalho: “Ocorre que, para além da *ratio decidendi*, o acórdão consignava também que o mero desaparecimento da *affectio societatis* em companhia fechada familiar representa impedimento à consecução do fim social. Trata-se, vale frisar, de enunciado de regra de direito que não foi a base da decisão e não era para ela necessária, enquadrando-se como uma luva na definição de *obiter dictum*”. Ver: GEBRAN, João Guilherme; PARGENDLER, Mariana. A Banalização da Dissolução Parcial de Sociedade Anônima no Brasil: A Ausência de *Distinguishing* na Evolução Jurisprudencial. In: YARSHELL, Flávio Luiz; PEREIRA, Guilherme (Orgs.). **Processo Societário IV**. São Paulo: Quartier Latin, 2021. p. 786.

²⁴ BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Recurso Especial nº 419.174/SP**. Terceira Turma. Rel.: Min. Carlos Alberto Menzes Direito. Julgamento: 15 ago. 2002.

das em lei especial que não contempla tal possibilidade”. Assim, seguindo os parâmetros estabelecidos pela LSA e a jurisprudência até então consolidada, a Terceira Turma reconheceu a impossibilidade jurídica do pedido diante da inexistência de autorização legal para concessão do pedido.

Por fim, em 2008, reconhecendo o dissídio jurisprudencial entre o caso Cocelpa e caso Kirchner S.A., foi levado a julgamento os Embargos de Divergência no Recurso Especial nº 419.174/SP²⁵. Nele, a Segunda Seção – citando o precedente fixado no caso Cocelpa e considerando equivocadamente a matéria como pacífica – “adotou o entendimento de que é possível a dissolução de sociedade anônima familiar quando houver quebra da *affectio societatis*” e fixou o entendimento no sentido que “não existindo mais a confiança mútua entre alguns acionistas, não há como obrigá-los a permanecer na sociedade”. Ora, aplicou-se mecanicamente a solução do caso Cocelpa ao caso Kirchner S.A., sem se atentar às significativas diferenças fácticas entre os casos²⁶. Desta forma, sob a rubrica de quebra da *affectio societatis*, a Segunda Seção pacificou a jurisprudência sobre dissolução parcial de sociedade anônima no sentido de permitir a saída do acionista insatisfeito pela mera perda do interesse em manter participação no capital de companhia familiar.

Mais recentemente, o entendimento adotado pela jurisprudência foi transposto para o Código de Processo Civil (CPC) – instituído pela Lei nº 13.105/15 – sob a forma da ação de dissolução parcial de sociedade²⁷. Destaca-se que, dentre os artigos do capítulo destinado à

²⁵ BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Embargos de Divergência no Recurso Especial nº 419.174/SP**. Segunda Seção. Rel.: Min. Aldir Passarinho Júnior. Julgamento: 28 mai. 2008.

²⁶ Nesse sentido argumentou-se que, no julgamento dos Embargos de Divergência do caso Kirchner S.A., “sem atentar às peculiaridades dos fatos do caso Cocelpa que deu origem ao precedente e considerando equivocadamente a matéria como pacífica, a Segunda Seção do STJ aplicou mecanicamente a mesma solução – tomando o obiter dictum do caso Cocelpa como ratio decidendi – sem atenção ao distinguishing. [...] Ocorre que, embora tanto Cocelpa como Indústria Kirchner fossem companhias fechadas com composição, ao menos parcialmente, familiar, havia diferenças importantes entre os casos. Diferentemente do caso Cocelpa, não havia no caso da Indústria Kirchner alegações de abuso de poder de controle ou ausência de distribuição de dividendos. Em outras palavras, a decisão dos Embargos de Divergência do caso Kirchner foi pautada na mera perda do interesse dos acionistas minoritários em manter a participação no capital social da companhia familiar, sob a rubrica de quebra da *affectio societatis*, com fundamento em *obiter dictum* dos Embargos de Divergência do caso Cocelpa”. Ver: GEBRAN, João Guilherme; PARGENDLER, Mariana. A Banalização da Dissolução Parcial de Sociedade Anônima no Brasil: A Ausência de Distinguishing na Evolução Jurisprudencial. In: YARSHELL, Flávio Luiz; PEREIRA, Guilherme (Orgs.). **Processo Societário IV**. São Paulo: Quartier Latin, 2021. p.791-792.

²⁷ Diz o art. 599 do Código de Processo Civil: “Art. 599. A ação de dissolução parcial de sociedade pode ter por objeto: I - a resolução da sociedade empresária contratual ou simples em relação ao sócio falecido, excluído ou que exerceu o direito de retirada ou recesso; e II - a apuração dos haveres do sócio falecido, excluído ou que exerceu o direito de retirada ou recesso; ou III - somente a resolução ou a apuração de haveres”.

referida ação, o art. 559, §2 do CPC prevê expressamente a aplicabilidade da ação de dissolução parcial de sociedade às sociedades anônimas, nos seguintes termos:

Art. 599. A ação de dissolução parcial de sociedade pode ter por objeto.

[...]

§ 2º A ação de dissolução parcial de sociedade pode ter também por objeto a sociedade anônima de capital fechado quando demonstrado, por acionista ou acionistas que representem cinco por cento ou mais do capital social, que não pode preencher o seu fim.

Assim, o código processual acabou por positivar a dissolução parcial de sociedade anônima, ao menos em termos processuais, como um procedimento especial²⁸. Entretanto, sem adentrar ao mérito dos fundamentos ensejadores da dissolução parcial de sociedade anônima, a norma processual repetiu o requisito de impossibilidade de atingimento do fim social, previsto no art. 206, II, b da LSA, o qual originalmente ensejaria a dissolução total da sociedade.

Apesar de a matéria estar pacificada – ainda que com um entendimento questionável –, a literatura jurídica comercialista continuou debatendo precipuamente sobre o cabimento do instituto da dissolução parcial de sociedade anônima²⁹. Entretanto, outro ponto igualmente relevante sobre a matéria e de caráter mais prático passou quase despercebido. Trata-se da questão da efetivação (*enforcement*) do instituto de dissolução parcial de sociedade anônima após o

²⁸ MUNHOZ, Eduardo Secchi. A Tipologia Societária e sua Função Econômica. Dissolução Parcial de Sociedade Anônima Fechada, Princípio da Intangibilidade do Capital e Caráter Institucional da Empresa. In: YARSHELL, Flávio Luiz; PEREIRA, Guilherme (Orgs.). **Processo Societário IV**. São Paulo: Quartier Latin, 2021. p. 330.

²⁹ Já se debateu o cabimento do instituto da dissolução parcial de sociedade anônima diante da incompatibilidade da dissolução parcial com as sociedades de capital, a inexistência de *affectio societatis* nas sociedades anônimas (ou no direito societário moderno), a prevalência do interesse da companhia ao interesse individual do acionista insatisfeito, a prevalência do direito constitucional de liberdade de associação, a dissolução parcial como via excepcional quando verificada a inexequibilidade dos fins sociais e diversos outros argumentos sobre o tema. Ver: CAMINHA, Uinie. Dissolução parcial de S/A: Quebra de “*affectio societatis*”: Apuração de haveres. **Revista de Direito Mercantil, Industrial, Econômico e Financeiro**, São Paulo, v. 37, n. 114, pp. 174-182, abr./jun. 1999; BRITO, Cristiano Gomes de. Dissolução Parcial de Sociedade Anônima. **Revista de Direito Mercantil, Industrial, Econômico e Financeiro**, São Paulo, v. 40, n. 123, pp. 143-146, set. 2001; FONSECA, Priscila Maria Pereira Corrêa da. **Dissolução Parcial, Retirada e Exclusão de Sócio no Novo Código Civil**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2003; LEÃES, Luiz Gastão Paes de Barros. **Pareceres**. 2º Volume. São Paulo: Singular, 2004; ZANINI, Carlos Klein. A Dissolução da Sociedade Anônima pela Impossibilidade de Preencher seu Fim. Tese (Doutorado em Direito). Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2001; ZILVETI, Ana Marta Cattani de Barros. Dissolução Parcial de Sociedade Anônima – O Caso Luiz Kirchner. In: FINKELSTEIN, Maria Eugênia Reis; PROENÇA, José Marcelo Martins (Coords.). **Sociedades Anônimas**. 2. ed. Série GVlaw. São Paulo: Saraiva, 2011; LUCON, Paulo Henrique; SILVA, João Paulo. Dissolução Parcial de Sociedade Anônima Fechada. In: YARSHELL, Flávio Luiz; PEREIRA, Guilherme (Orgs.). **Processo Societário**. São Paulo: Quartier Latin, 2012; VIEIRA, Maíra de Melo. **Dissolução Parcial de Sociedade Anônima: Construção e Consolidação no Direito Brasileiro**. São Paulo: Quartier Latin, 2014; NUNES, Márcio Tadeu Guimarães. **Dissolução Parcial, Exclusão de Sócio e Apuração de Haveres nas Sociedades Limitadas**. São Paulo: Quartier Latin, 2015; GONÇALVES NETO, Alfredo de Assis. **Direito Comercial: Pareceres**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016; EIZIRIK, Nelson. **A Lei das S/A Comentada: Artigos 189 ao 300**. v. 3, São Paulo: Quartier Latin, 2011.

proferimento da decisão dissolutória, isto é a capacidade de o instituto atingir o resultado almejado conforme critérios de efetividade e justiça³⁰.

Os casos Cocelpa e Kirchner S.A., apesar de figurarem como *leading cases* para a fixação da dissolução parcial de sociedade anônima, continuam em trâmite, mesmo após 25 anos de seus ajuizamentos, e sem qualquer perspectiva de desfecho iminente. O caso Cocelpa encontra-se em fase de cumprimento de sentença³¹, aguardando a apuração dos haveres e o deslinde do seu processo de recuperação judicial da companhia³². O caso Kirchner S.A. também se encontra em fase de cumprimento de sentença³³, aguardando apenas a liquidação de bens da companhia para o pagamento dos haveres devidos aos acionistas insatisfeitos e demais credores.

A ausência de um desfecho nos casos paradigmáticos após tanto tempo de tramitação levanta suspeita sobre sérios problemas na efetivação da dissolução parcial de sociedade anônima, o que coloca em xeque a própria efetividade (*effectiveness*) do instituto como meio de saída do acionista insatisfeito e forma de preservação da companhia³⁴. Nesse sentido, vale se questionar: quais são as razões para os processos ainda não terem sido concluídos? Nesta toada, ao invés de discutir o mérito do cabimento da dissolução parcial de sociedade anônima como vêm sendo debatido pela literatura, o presente trabalho propõe-se a analisar a efetivação e a efetividade da dissolução parcial de sociedade anônima.

Para tanto, realizar-se-á um estudo empírico – de profundidade e de amplitude – sobre a aplicação do instituto da dissolução parcial de sociedade anônima. Por um lado, analisar-se-á

³⁰ Segundo Sheewood, Shepherd e Souza: “Effective enforcement is inevitably a trade-off between justice, in terms of identifying the law, determining the facts, reaching a correct decision, setting a remedy and apportioning costs, and efficiency, in terms of the time and the public and private costs of conducting the litigation”. Ver: SHERWOOD, Robert; SHEPHERD, Geoffrey; SOUZA, Celso Marcos de. *Judicial Systems and Economic Performance. The Quarterly Review of Economics and Finance*, Urbana-Champaign, v. 34, 1994, p. 9.

³¹ BRASIL. 1ª Vara de Falências e Recuperação Judicial de Curitiba/PR. **Cumprimento de Sentença nº 0000162-41.1996.8.16.0025**. Juiz: Evandro Portugal. Distribuição: 05 jun. 1996.

³² BRASIL. 1ª Vara de Falências e Recuperação Judicial de Curitiba/PR. **Processo Recuperação Judicial nº 0005462-46.2017.8.16.0025**. Juiz: Mariana Gluszcynski Fowler Gusso. Distribuição: 1º jun. 2017.

³³ BRASIL. 21ª Vara Cível do Fórum Central de São Paulo/SP. **Ação de Dissolução Parcial de Sociedade nº 0531345-31.1994.8.26.0100**. Juiz: Márcio Teixeira Laranjo. Distribuição: 23 nov. 1994.

³⁴ Nesse sentido, como bem assevera Armando Pinheiro: “No matter how good is a countrys legislation, it will not stand up by itself. To be effective, laws need to be supported by well-functioning enforcement and dispute-resolution institutions. In this way, the courts play a central role in Market economies, guaranteeing that the rule of law in fact applies”. Ver: PINHEIRO, Armando Castelar. **Judicial System Performance and Economic Development**. Ensaios BNDES, n. 2. Rio de Janeiro: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, 1996, p. 9.

detalhadamente o trâmite processual completo dos casos Cocelpa e Kirchner S.A., desde o seu ajuizamento nos anos 1990 até o final de 2020, com o intuito de refletir sobre as dificuldades enfrentadas na implementação das duas decisões dissolutórias, bem como os seus resultados práticos. Por outro lado, examinar-se-á a implementação do instituto em relação à totalidade de casos de dissolução parcial de sociedades anônimas que foram julgados pelo STJ e pelo TJSP, desde a pacificação da jurisprudência em 2008 até 2020 para verificar de maneira ampla a efetivação das decisões dissolutórias e a efetividade do instituto. Neste tocante, serão analisados um total de 49 casos de dissolução parcial de sociedade anônima, sendo 18 casos julgados pelo STJ, 28 julgados pelo TJSP e 3 julgados por ambas as cortes.

O restante da dissertação será organizado da seguinte forma. O capítulo 1 apresentará uma breve síntese do debate doutrinário existente sobre dissolução parcial de sociedade anônima. O capítulo 2 relatará o trâmite processual completo dos casos Cocelpa e Kirchner S.A., explicando suas nuances, características e especificidades, desde o ajuizamento das demandas até a presente fase de cumprimento de sentença. O capítulo 3 analisará as dificuldades e limites encontrados para a efetivação da dissolução parcial nos casos paradigmáticos. O capítulo 4 exporá de forma sistemática os dados e informações resultantes da situação processual dos casos de dissolução parcial de sociedade anônima que tramitaram perante o STJ e o TJSP desde a pacificação da matéria pelo julgamento dos Embargos de Divergência no Recurso Especial nº 419.174/SP, em 28 de maio de 2008. O capítulo 5 apresentará um estudo sobre o tempo de tramitação dos casos de dissolução parcial de sociedade anônima. O capítulo 6 refletirá sobre a efetivação da dissolução parcial de sociedade anônima e os resultados *in concreto* alcançados nos casos até o momento. O capítulo 7 examinará os casos que testam os contornos e limites da jurisprudência consolidada de dissolução parcial de sociedade anônima. Por fim, encerrar-se-á a dissertação com as principais conclusões encontradas.

Capítulo 1. Um Breve Retrospecto sobre o Cabimento da Dissolução Parcial de Sociedade Anônima

Antes mesmo da pacificação da matéria de dissolução parcial de sociedade anônima pelo STJ, a literatura jurídica comercialista já se debruçava sobre o tema e debatia o cabimento da dissolução parcial às sociedades anônimas. Ao longo dos anos, diversos argumentos foram formulados tanto para justificar, quanto para criticar a dissolução parcial de sociedade anônima. Em 2015, o CPC positivou a figura da ação de dissolução parcial de sociedade, contendo inclusive uma previsão expressa sobre a sua aplicabilidade à sociedade anônima. Entretanto não apresentou maiores esclarecimentos sobre os aspectos materiais do instituto³⁵, motivo pelo qual o debate doutrinário sobre o seu cabimento permaneceu. Assim, apesar da presente dissertação não versar sobre o mérito da dissolução parcial de sociedade anônima, mostra-se adequado apresentar brevemente os principais argumentos formulados sobre o tema, bem como os efeitos da positivação da figura da ação de dissolução parcial de sociedade.

1.1. O Princípio da Preservação da Empresa

O princípio da preservação da empresa é princípio constitucional implícito destinado à conservação da atividade empresarial como forma de proteger a sua importante função social,

³⁵ Nesse sentido argumenta Eduardo Munhoz: “Essa norma [Art. 599, §2º do CPC] acaba por consagrar, no direto positivo, a possibilidade de dissolução parcial da companhia fechada, algo de que não se cogita na Lei das S.A. É bem verdade que o Código de Processo Civil não chega ao ponto de estabelecer que o fundamento da dissolução parcial poderia ser simplesmente o fim da *affectio societatis*. Define como requisito a *impossibilidade de a sociedade atingir seu fim*. Esse requisito encontra-se expressamente previsto no art. 206, II, *b*, da Lei das S.A. Contudo, segunda a Lei das S.A., a impossibilidade de a sociedade atingir o seu fim conduz à dissolução total, e não parcial da sociedade”. Ver: MUNHOZ, Eduardo Secchi. A Tipologia Societária e sua Função Econômica. Dissolução Parcial de Sociedade Anônima Fechada, Princípio da Intangibilidade do Capital e Caráter Institucional da Empresa. In: YARSHELL, Flávio Luiz; PEREIRA, Guilherme (Orgs.). **Processo Societário IV**. São Paulo: Quartier Latin, 2021. p. 330.

gerando riqueza, empregos, tributos, desenvolvimento e outras benesses socialmente desejáveis³⁶. A companhia acaba por ser considerada como uma instituição de interesse público, “na medida em que atua no meio social como forma de organização jurídica da empresa”³⁷.

Nessa linha pensamento, a dissolução parcial de sociedade anônima (assim como no caso de dissolução parcial de sociedade limitada) é uma mitigação da dissolução total da companhia vocacionada à manutenção da atividade empresária (preservação da empresa) e à sua relevância econômica-social (função social da empresa)³⁸. Explica Fábio Ulhoa Coelho que:

Antes de atentar para esta gama imensa de interesses, os direitos civil e comercial tinham como única solução, para os conflitos entre os sócios, o desfazimento da própria sociedade; isto redundava, claro, em prejuízo a continuidade e desenvolvimento da atividade econômica, isto é, da empresa. A percepção que esta solução – a dissolução total da sociedade – prejudicava seriamente os interesses de terceiros não envolvidos diretamente com o conflito está nos alicerces da construção jurisprudencial da dissolução parcial da sociedade³⁹.

³⁶ Diz Assis Gonçalves: “Nossa Lei Fundamental destaca, dentre os fundamentais do Estado Democrático de Direito que adotou, a livre iniciativa (art. 1º, IV), a construção de uma sociedade mais justa (art. 3º, I), a liberdade de trabalho, ofício e profissão (art. 5º, XIII), a defesa do direito do consumidor (art. 5º, XXXII). Mais adiante, ao regular a atividade econômica, garante a propriedade privada dos meios de produção, a livre concorrência, a defesa do meio ambiente e a busca pelo pleno emprego (art. 170 e incisos). Do conjunto dessas disposições extrai-se o princípio constitucional implícito da *preservação da empresa*, como forma de assegurar seu cumprimento”. Nesse mesmo sentido, explica Fábio Ulhoa Coelho: “No princípio da preservação da empresa, construído pelo moderno Direito Comercial, o valor básico prestigiado é o da conservação da atividade (e não do empresário, do estabelecimento ou de uma sociedade), em virtude da imensa gama de interesses que transcendem os dos donos do negócio e gravitam em torno da continuidade deste; assim os interesses de empregados quanto aos seus postos de trabalho, de consumidores em relação aos bens ou serviços de que necessitam, do Fisco voltado à arrecadação e outros”. Ver: COELHO, Fábio Ulhoa. **Manual de Direito Comercial: Direito de Empresa**. São Paulo: Saraiva, 2010, p. 13; GONÇALVES NETO, Alfredo de Assis. **Direito de Empresa: Comentários aos Artigos 966 a 1.195 do Código Civil**. 8. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2018, p. 67.

³⁷ Sobre a preservação da empresa, diz Modesto Carvalhosa: “Constituída em virtude de um contrato privado, a companhia, na medida em que atua no meio social como forma de organização jurídica da empresa, acaba por ser considerada uma instituição de interesse público, levando inclusive à ingerência do Estado nos atos de sua formação e atuação. Ver: CARVALHOSA, Modesto. **Comentários à Lei de Sociedades Anônimas**. 1º Volume: artigos 1º a 74. 6ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2011, p. 97-98.

³⁸ Bem elucida Fábio Restiffe que: “O primado básico e elementar, pois, que norteia a construção jurisprudencial e doutrinária da já historicamente denominada dissolução parcial é a preservação da sociedade, não por si mesma, mas em decorrência daquela sua função social [...]”. Ainda, sustenta Ana Zilveti que: “Coube aos tribunais, acertadamente, abrandar o rigor legal buscando saída análoga àquela encontrada para a sociedade limitada, cuja dissolução parcial foi objeto de importante construção jurisprudencial”. Arrazoa Uinie Caminha, que se trata de “uma medida intermediária, que possibilite a continuação da empresa e ao mesmo tempo a retirada do sócio insatisfeito, com a apuração de haveres como se de dissolução total se tratasse, afigura-se com uma solução proporcional”. Ver: RESTIFFE, Paulo Sérgio. **Dissolução de Sociedade**. São Paulo: Saraiva, 2011. p. 14; ZILVETI, Ana Marta Cattani de Barros. Dissolução Parcial de Sociedade Anônima – O Caso Luiz Kirchner. In: FINKELSTEIN, Maria Eugênia Reis; PROENÇA, José Marcelo Martins (Coords.). **Sociedades Anônimas**. 2. ed. Série GVlaw. São Paulo: Saraiva, 2011, p. 10. CAMINHA, Uinie. Dissolução parcial de S/A: Quebra de “affectio societatis”: Apuração de haveres. **Revista de Direito Mercantil, Industrial, Econômico e Financeiro**, São Paulo, v. 37, n. 114, 1999, p. 180.

³⁹ COELHO, Fábio Ulhoa. A Dissolução de Sociedade no Código de Processo Civil. In YARSHELL, Flávio Luiz; PEREIRA, Guilherme Setoguti. (Coord.) **Processo Societário III**. São Paulo: Quartier Latin, 2018. p. 154

Por conseguinte, a dissolução parcial, além de atender o interesse dos sócios remanescentes, que buscam a continuidade da atividade econômica em prol do lucro, tutelaria também o interesse legítimo de terceiros no desenvolvimento da empresa, como os trabalhadores, os consumidores, os fornecedores, o Fisco e outras partes que obtenham algum proveito da atividade econômica exercida.

Em sentido diametralmente oposto, os críticos do instituto argumentam que a dissolução parcial de sociedade anônima impõe graves desequilíbrios à companhia – tanto de ordem econômico-financeira, quanto de ordem societária –, o que não se coaduna com o princípio da preservação da empresa. Nesse sentido manifesta-se Assis Gonçalves:

Incide em erro palmar, portanto, os que procuram justificar o direito de retirada com base no princípio da preservação da empresa. Essa tese fazia sentido no regime anterior, em face da norma que permitia ao sócio pedir a dissolução da sociedade com fulcro no art. 335, n° 5 do Código Comercial; a tese da dissolução parcial, como meio de retirada sem a liquidação e a consequente extinção da sociedade, preservava o empreendimento na mão dos demais sócios. Como a mencionada regra foi revogada, não há mais como compreender o direito de retirada sob esse enfoque. Pelo contrário, impor à sociedade a obrigação de apurar e pagar haveres ao sócio retira significa descapitalizá-la – ou seja, tirar uma fatia do patrimônio social, enxugando sua disponibilidade de recursos para atuar no mercado⁴⁰.

O desequilíbrio econômico-financeiro decorre da imposição de que a companhia assumira o custo da liquidez das ações do acionista retirante. Como bem explana Carlos Zanini, “se alguma liquidez estaria sendo gerada para as ações das companhias fechadas teria de haver alguém que a estaria provendo”⁴¹, no caso concreto esse ônus recairia sobre a companhia ou os acionistas remanescentes.

⁴⁰ GONÇALVES NETO, Alfredo de Assis. **Direito Comercial: Pareceres**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016, p. 271-272.

⁴¹ Sobre o impacto econômico-financeiro, explana Carlos Zanini que: “Como reza o provérbio popular norte-americano, no mundo dos negócios *‘there is no such thin as a free lunch’*. Se alguma liquidez estaria sendo gerada para as ações das companhias fechadas teria de haver alguém que a estaria provendo. *In casu*, à míngua de um mercado organizado, a liquidez estaria sendo proporcionada pelos demais sócios, os quais se veriam obrigados a adquirir as ações dos minoritários sob pena de mergulharem a sociedade em dissolução. Por outro lado, mesmo na hipótese de os demais sócios não exercerem o *buy-out*, o peso seria imposto diretamente sobre a sociedade, que teria a sua dissolução decreta. Nesse particular, a solução atenta diretamente contra o princípio da preservação da empresa. E, o que é pior, estar-se-ia admitindo a dissolução da companhia independentemente de qualquer motivação, ainda que fosse ela um ícone de prosperidade. De outro parte, a admissibilidade da ‘dissolução parcial’ imotivada acabaria gerando uma situação em que muitas vezes a dissolução da companhia viria a ser, na prática inevitável. Isso ocorreria quando o valor da participação dos sócios ‘retirantes’ alcançasse soma muito elevada (o que não deixa de ser comum nas sociedades fechadas, especialmente as familiares), inviabilizando a aquisição das

O desequilíbrio societário, por sua vez, é oriundo do rompimento da estrutura institucional existente na sociedade anônima, uma vez que a LSA não admite que questões subjetivas interfiram na relação de poder da companhia. Explica Cristiano de Brito que “ao se adotar o rol objetivo dos direitos essenciais visou-se justamente a evitar que questões subjetivas, de caráter vago, não mesuráveis, fossem capazes de interferir nas relações de poder nas companhias”⁴².

Por fim, conclui-se que a dissolução parcial resultaria na outorga de um direito excepcional aos acionistas minoritários ao invés da preservação da empresa. Nas palavras de Penalva Santos consistiria em “conferir ao acionista minoritário o que a lei proíbe ao acionista controlador, ou seja, poder promover a liquidação da companhia próspera”⁴³.

1.2. O Princípio da Livre Associação

Outro princípio constitucional suscitado para defender a dissolução parcial de sociedade anônima é o princípio constitucional de livre associação. Sustenta-se que sob a égide do artigo

ações pela companhia ou demais sócios na forma como lhe haveria de ser oportunizada no modelo desenhado por Hetherington & Dooley”. Nesse mesmo sentido aponta Nelson Eizirik ao sustentar que: “Não existe fundamento jurídico para a chamada ‘dissolução parcial’ da sociedade por ações, por rompimento da *affectio*, ou por qualquer outra causa, quaisquer que sejam as suas características, pelas seguintes razões: [...] (v) sob a justificativa da preservação da empresa, constitui medida que pode causar efeito contrário, ao operar sua descapitalização, sendo injusta com os acionistas que permanecem” Ver: ZANINI, Carlos Klein. **A Dissolução da Sociedade Anônima pela Impossibilidade de Preencher seu Fim**. Tese (Doutorado em Direito). Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2001, p. 371. EIZIRIK, Nelson. **A Lei das S/A Comentada**: Artigos 189 ao 300. v. 3, São Paulo: Quartier Latin, 2011, p. 161.

⁴² Quanto ao desequilíbrio societário, sustenta Cristiano de Brito que: “Podemos vislumbrar que no arquétipo da Lei das S/A que a as relações de poder nas companhias são instáveis, devido ao conflito de interesse dos acionistas. Contudo, independentemente desses embates, como modelo institucional, a Lei das S/A previu que essas relações fossem equilibradas como numa balança. De um lado os acionistas majoritários, detentores do poder de conduzir a sociedade, haja vista o princípio majoritário das deliberações sociais. De outro os acionistas minoritários, detentores do capital, mas que não comanda a sociedade. [...] Não é concebível que as sociedades anônimas tenham como peso na citada ‘balança’ questões subjetivas, típicas das limitadas, pois vai de encontro ao seu caráter institucional. Ao se adotar o rol objetivo dos direitos essenciais visou-se justamente a evitar que questões subjetivas, de caráter vago, não mesurável, fossem capazes de interferir nas relações de poder nas companhias. Interpretando de forma sistêmica a Lei das S/A, vemos claramente que este foi o escopo do legislador; tanto é que na citada lei não há qualquer menção a direito do acionista com fundamento subjetivo, como retirar-se da companhia por quebra da *affectio societatis*”. Ver: BRITO, Cristiano Gomes de. Dissolução Parcial de Sociedade Anônima. **Revista de Direito Mercantil, Industrial, Econômico e Financeiro**, São Paulo, v. 40, n. 123, pp. 143-146, set. 2001, 152.

⁴³ Diz Paulo Penalva Santos que; “Admitir dissolução parcial da companhia por quebra de *affectio societatis* significa conferir ao acionista minoritário o que a lei proíbe ao acionista controlador, ou seja, poder promover a liquidação da companhia próspera. É evidente que o risco de inviabilizar a companhia é muito maior na dissolução parcial do que na retirada do acionista, porque a LSA permite que a Assembléia Geral Reconsidera a deliberação que permitiu o direito de retirada, se entender que o pagamento do preço de reembolso aos acionistas dissidentes compromete a viabilidade econômica e financeira da companhia”. Ver: SANTOS, Paulo Penalva. Título IX: Dissolução, Liquidação e Extinção. In LAMY FILHO, Alfredo; PEDREIRA, José Luiz Bulhões (Coord.). **Direito das Companhias**. Vol. II. Rio de Janeiro: Forense, 2009, p. 1846

5º, XX, da Constituição Federal, “ninguém poderá ser compelido a associar-se ou permanecer associado” de modo que não haveria justificativa para que o acionista ficasse “indefinidamente jungido à sociedade”⁴⁴, devendo ser autorizada a sua saída via dissolução parcial. Em igual sentido, Unie Caminha defende que “se, por um lado, até pela própria natureza do contrato de sociedade, não se pode forçar alguém a permanecer associado quando não mais prevalece a *affectio societatis*”⁴⁵.

Em contraposição, argumenta-se que o disposto constitucional mencionado diz respeito à proteção do cidadão contra a autoridade intervencionista das pessoas políticas da Federação e não ao direito individual do sócio retirar-se da sociedade. Referida norma constitucional remete ao movimento pendular que remonta à Revolução Francesa, quando se proibiu as associações profissionais e a associações de trabalhadores. Por sua vez, o exercício da atividade econômica – em que se insere o exercício da atividade empresarial – é regido pelo capítulo da Ordem Econômica e Social (artigos 170 a 181 da Constituição Federal), em que vigora os princípios constitucionais da função social da propriedade, da livre concorrência, da redução da desigualdade e do pleno emprego. Nesse sentido, a dissolução parcial de sociedade anônima em nada se confunde com o direito de livre associação⁴⁶.

1.3 A Natureza das Sociedades Anônimas

A tradicional classificação das sociedades quanto ao liame existente entre os sócios divide as sociedades empresárias em sociedade de pessoas e sociedade de capital. A primeira – a sociedade de pessoas – é constituída com base na confiança recíproca e nas aptidões pessoais dos sócios, portanto possui natureza *intuitu personae*. A segunda – a sociedade de capital – é

⁴⁴ FONSECA, Priscila Maria Pereira Corrêa da. **Dissolução Parcial, Retirada e Exclusão de Sócio no Novo Código Civil**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2003, p. 73.

⁴⁵ CAMINHA, Unie. Dissolução parcial de S/A: Quebra de “*affectio societatis*”: Apuração de haveres. **Revista de Direito Mercantil, Industrial, Econômico e Financeiro**, São Paulo, v. 37, n. 114, 1999, p. 177.

⁴⁶ Nesse sentido, explana Assis Gonçalves que “O art. 5º, inciso XX, da Constituição, portanto, não está a autorizar o recesso, mas o desligamento de um associado filiado a uma associação, do qual não decorre, como contrapartida, qualquer direito patrimonial (CC, art. 61). A ser observado esse comando constitucional pelas sociedades, as disposições sobre direito de recesso contidas na legislação ordinária seriam inconstitucionais e as companhias, mesmo abertas, proporcionariam a seus acionistas o reembolso das ações sempre que, no mercado, elas etivesse cotadas por valor inferior ao do seu patrimônio líquido”. Ver: GONÇALVES NETO, Alfredo de Assis. **Direito Comercial: Pareceres**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016, p. 280.

pautada pelos recursos aportados individualmente pelos sócios para viabilizar o empreendimento, sendo desimportante o vínculo pessoal entre eles, chamada, portanto, de *intuitu pecuniae*⁴⁷. Nesse sentido, a principal crítica quanto ao instituto da dissolução parcial de sociedade anônima diz respeito à existência de uma incompatibilidade intrínseca entre o instituto da dissolução parcial e o tipo societário de sociedade anônima, tendo em vista a natureza institucional deste tipo societário e taxatividade da LSA.

Sustenta-se que o ato constitutivo da sociedade anônima compreende legalmente apenas a contribuição patrimonial necessária para o seu funcionamento, não necessitando do consentimento dos acionistas. O ato constitutivo na sociedade anônima é – nas palavras de Cristiano Brito – “uma deliberação dos fundadores, manifestada em assembléia-geral ou escritura pública, fundando uma instituição à qual os futuros acionistas subscritores irão aderir, sem nada contratarem entre si”⁴⁸. Desta feita, o rompimento do vínculo afetivo entre acionistas não seria capaz de ensejar a dissolução da companhia, pelo contrário, a divergência de opiniões é própria do ambiente societário⁴⁹. Aliás – como bem ressalta Zanini – “uma das principais funções que assiste à lei acionária é a de administrar essa dialética intra-societária, disciplinando a diversidade de posicionamento existentes no seio da sociedade”⁵⁰. Destaca-se que, mesmo que haja desinteligência entre os acionistas, estes devem buscar o interesse da sociedade sob pena de serem responsabilizados pelos danos causados à companhia⁵¹.

⁴⁷ NUNES, Márcio Tadeu Guimarães. **Dissolução Parcial, Exclusão de Sócio e Apuração de Haveres nas Sociedades Limitadas**. São Paulo: Quartier Latin, 2015, p. 93.

⁴⁸ BRITO, Cristiano Gomes de. Dissolução Parcial de Sociedade Anônima. **Revista de Direito Mercantil, Industrial, Econômico e Financeiro**, São Paulo, v. 40, n. 123, pp. 143-146, set. 2001, 148.

⁴⁹ Nesse sentido sustenta Penalva Santos que: “O ato de subscrição de ações compreende apenas o consenso de ser parte do contrato de companhia e contribuir para o patrimônio social com o valor subscrito. Não implica consentimento em participação ativa na organização da companhia. Por isso, a companhia é dita *intuitu pecuniae*, e não *intuitu persona*: os sócios se associam em função das contribuições para o patrimônio social, e não das pessoas dos subscritores. É possível conceituar uma ‘sociedade anônima de pessoas’ na qual existam outros vínculos entre os acionistas, estranhos ao tipo legal da companhia, mas esses vínculos são resultantes de contratos parassociais e não podem excluir a aplicação das normas de ordem pública que integram o modelo legal de companhia. Parece-nos, portanto, que esse modelo legal não deixa margem para a construção jurisprudencial – fundada na quebra da *affectio societatis* – de dissolução parcial ou de casos de direito de retirada não estabelecido na lei”. Ver SANTOS, Paulo Penalva. Título IX: Dissolução, Liquidação e Extinção. In LAMY FILHO, Alfredo; PEDREIRA, José Luiz Bulhões (Coord.). **Direito das Companhias**. Vol. II. Rio de Janeiro: Forense, 2009, p. 1846.

⁵⁰ ZANINI, Carlos Klein. **A Dissolução da Sociedade Anônima pela Impossibilidade de Preencher seu Fim**. Tese (Doutorado em Direito). Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2001, p. 309.

⁵¹ BRITO, Cristiano Gomes de. Dissolução Parcial de Sociedade Anônima. **Revista de Direito Mercantil, Industrial, Econômico e Financeiro**, São Paulo, v. 40, n. 123, pp. 143-146, set. 2001, 151.

Ademais, argumenta-se que a estrutura jurídica das sociedades anônimas possui uma estrutura restrita e taxativa quanto à mobilidade dos acionistas destinada à preservação do equilíbrio de poderes existente na companhia⁵². Portanto, não é possível aplicar às sociedades anônimas um regime jurídico distinto daquele pela qual o tipo societário é regido. Como bem destaca Cristiano Brito:

Ad argumentandum tantum, mesmo que se admitisse o caráter personalistas nas sociedades anônimas, sua dissolução parcial não poderia ser aplicada, pois os acionistas estão vinculados a um regime jurídico próprio, com regras definidas, estabelecidas na Lei das S/A e nos estatutos⁵³.

Inexiste previsão legal autorizando a retirada do acionista insatisfeito que não pelo direito de recesso, previsto no artigo 137 da LSA, o qual é taxativo e não admite interpretação extensiva ou analógica⁵⁴. O mesmo vale para as hipóteses dissolutórias previstas no artigo 206 da LSA, que também não admitem qualquer tipo de alargamento. As sociedades anônimas estão sujeitas a um regime jurídico próprio, estabelecido na legislação acionária e estatutos, que impõe a prevalência dos interesses da companhia sobre os interesses particulares. Portanto, não há que se falar em lacuna jurídica quanto ao regramento aplicável à sociedade anônima no tocante à dissolução parcial, mas na existência de um regramento jurídico próprio e taxativo, que inadmite a dissolução parcial⁵⁵.

⁵² Bem sustenta Zanini que “[...] admitir a dissolução judicial sem a concorrência de uma das causas previstas na lei seria subverter seu espírito, impondo graves prejuízos ao equilíbrio societário. A estrutura jurídica das sociedades anônimas, especialmente das companhias fechadas, pressupõe um certo modelo quanto à mobilidade dos sócios, fundamental, inclusive para que se possa organizar o poder de controle. Prova disso tem-se no elenco taxativos das hipóteses que autorizam o recesso.” Ver: ZANINI, Carlos Klein. **A Dissolução da Sociedade Anônima pela Impossibilidade de Preencher seu Fim**. Tese (Doutorado em Direito). Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2001, p. 174.

⁵³ BRITO, Cristiano Gomes de. Dissolução Parcial de Sociedade Anônima. **Revista de Direito Mercantil, Industrial, Econômico e Financeiro**, São Paulo, v. 40, n. 123, pp. 143-146, set. 2001, 151.

⁵⁴ Sobre a taxatividade das hipóteses de recesso, Carlos Zanini discorre que “[...] se a L.S.A. restringe o exercício do direito de recesso a algumas situações arroladas de modo taxativo – que têm como traço característico importarem numa modificação substancial da estrutura societária –, nada mais natural que, em se tratando da decretação de dissolução judicial da sociedade – e cuja repercussão é maior do que no recesso –, também exija a lei a presença de uma causa”. Ver: ZANINI, Carlos Klein. **A Dissolução da Sociedade Anônima pela Impossibilidade de Preencher seu Fim**. Tese (Doutorado em Direito). Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2001, p. 174.

⁵⁵ Diz, Zanini, que: “O equívoco em que incorre tal posicionamento [de aplicação da dissolução parcial às sociedades anônimas] não reside, todavia, no reconhecimento das semelhanças existentes entre as sociedades anônimas fechadas e as limitadas – que de fato existem e podem ser bastantes –, mas sim em considerar que a L.S.A. conteria uma lacuna no tocante à regulamentação. Em nossa opinião inexiste lacuna, engando-se aqueles que julgam ter o legislador deixado espaço para a inserção de outras hipóteses dissolutórias que não as descritas no art. 206 da L.S.A.” Ver: ZANINI, Carlos Klein. **A Dissolução da Sociedade Anônima pela Impossibilidade de Preencher**

Haveria, nesse sentido, uma tendência deletéria de ignorar a função socioeconômica da sociedade anônima de “prover um tipo societário de perfil institucional, desvinculado das vicissitudes pessoais dos sócios, consequentemente com estabilidade e autonomia patrimonial”⁵⁶, conforme explica Eduardo Secchi Munhoz.

Em posição antagônica, sustenta-se que a distinção entre sociedade de pessoas e capitais encontra-se superada, na medida em que todas as sociedades são em parte de capital e pessoas, variando a sua feição preponderante⁵⁷. Reconhece-se, assim, a existência de sociedade anônima fechada familiar – também denominada sociedade anônima heterotípica⁵⁸ –, em que há a preponderância do *intuitu personae* e do vínculo pessoal entre os acionistas⁵⁹. Nesse sentido, tratam-se de sociedades anônimas constituídas com base no *affectio societatis*, cujo rompimento poderá ser obstáculo à persecução do fim social da companhia, justificando a aplicação da dissolução parcial de sociedade anônima.

Argumenta-se, ainda, que o regramento da LSA não se limita às sociedades anônimas, mas abrange “diversos tipos societários bem distinto, tais como companhia aberta, companhia fechada, comandita por ações, subsidiária integral, sociedade de economia mista, e, até mesmo,

seu fim. Tese (Doutorado em Direito). Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2001, p. 375.

⁵⁶ MUNHOZ, Eduardo Secchi. A Tipologia Societária e sua Função Econômica. Dissolução Parcial de Sociedade Anônima Fechada, Princípio da Intangibilidade do Capital e Caráter Institucional da Empresa. In: YARSHELL, Flávio Luiz; PEREIRA, Guilherme (Orgs.). **Processo Societário IV**. São Paulo: Quartier Latin, 2021. p. 326

⁵⁷ Explana, Márcio Guimarães Nunes: “Assim, já podemos entender a razão pela qual a distinção entre um e outro tipo de sociedade remete a uma visão antedatada, corroída e artificial do instituto, na medida em que todas as sociedades são, ao menos em parte, de capital e de pessoas a um só tempo, sem que se possa divisar, em inúmeras hipóteses, qual dos elementos preponderará com segurança”. Ver: NUNES, Márcio Tadeu Guimarães. **Dissolução Parcial, Exclusão de Sócio e Apuração de Haveres nas Sociedades Limitadas**. São Paulo: Quartier Latin, 2015, p. 100.

⁵⁸ O conceito de sociedade anônima heterotípica foi cunhado por Marcelo Guedes Nunes para identificar sociedades empresárias que, apesar de serem de um determinado tipo, são submetidas a regime jurídico diverso em razão de características consideradas relevantes pelo Poder Judiciário. Ver: NUNES, Marcelo Guedes. **Jurimetria Aplicada ao Direito Societário: Um Estudo Estatístico da Dissolução de Sociedade no Brasil**. Tese (Doutorado em Direito). Faculdade de Direito da Pontífice Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2012.

⁵⁹ Assevera, Unie Caminha, que: “Uma vez que se constate que uma sociedade, mesmo sob a forma de anônima, pode ter sido constituída com base no *intuitu personae*, deve-se levar em conta que o conteúdo desse elemento passa a integrar as bases do negócio jurídico. O consentimento que está na base da relação societária está fundado na confiança mútua e na vontade dos sócios de cooperarem em conjunto para a obtenção de determinados benefícios”. Ver: CAMINHA, Unie. Dissolução parcial de S/A: Quebra de “*affectio societatis*”: Apuração de haveres. **Revista de Direito Mercantil, Industrial, Econômico e Financeiro**, São Paulo, v. 37, n. 114, 1999, p. 180.

a denominada minissociedade anônima”⁶⁰. Portanto, o erro residiria em “aplicar um certo tipo de sociedade normas com ela incompatíveis, apenas pelo fato de estar previsto naquela lei”⁶¹.

1.4. O Critério de *Affectio Societatis*

Ainda, a questão atinente à natureza da sociedade anônima desdobra-se na utilização da *affectio societatis* como critério a possibilitar a dissolução parcial. Tanto a literatura a favor da dissolução parcial, quanto a jurisprudência nacional caminharam no sentido de reconhecer que as sociedades anônimas *intuitu personae* são caracterizadas pela existência de um vínculo qualificado de manter sociedade entre os acionistas, a *affectio societatis*⁶².

Argumenta-se que a *affectio societatis* é reflexo da personalidade existente nas sociedades anônimas familiares e que seu desaparecimento acarreta *per se* a impossibilidade de a companhia prosperar e atingir o seu fim⁶³. Nesse sentido orientou-se o STJ, ao julgar o caso Codelpa, em que o voto-vencedor dos Embargos de Divergência consignou expressamente que “a ruptura da *affectio societatis* representa verdadeiro impedimento a que a companhia continuasse a realizar o seu fim, com a obtenção de lucro e distribuição de dividendos”⁶⁴. Em oposição, uma

⁶⁰ O argumento completo empossado por Priscila da Fonseca é no sentido que “Examinando-se a Lei nº 6.404/76, constata-se, com efeito, que esta regulamenta diversos tipos societários bem distintos, tais como companhia aberta, companhia fechada, comandita por ações, subsidiária integral, sociedade de economia mista e, até mesmo, a denominada minissociedade anônima. Entre estas, em especial, as companhias fechadas, podem-se entrever sociedades tipicamente de pessoas, nas quais o papel dos acionistas não se resume ao aporte de capital, mas vai mais além, já que a colaboração deles na administração de tais sociedades pode se denotar fundamental”. Ver: FONSECA, Priscila Maria Pereira Corrêa da. **Dissolução Parcial, Retirada e Exclusão de Sócio no Novo Código Civil**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2003, p. 70

⁶¹ CAMINHA, Uinie. Dissolução parcial de S/A: Quebra de “*affectio societatis*”: Apuração de haveres. **Revista de Direito Mercantil, Industrial, Econômico e Financeiro**, São Paulo, v. 37, n. 114, 1999, p. 180.

⁶² Afirma Priscila da Fonseca que: “Tais sociedades são constituídas com base em inequívoca *affectio societatis*, cujo rompimento pode acabar por constituir impedimento decisivo ao prosseguimento da empresa. Revelam, destarte, verdadeira faceta de sociedade de pessoas” e complementa “a falta de *affectio societatis*, portanto, poderá dar ensejo à dissolução parcial, assim como quando restar patenteada qualquer outra circunstância que impossibilite a sociedade de atingir o seu fim, v.g. a não distribuição de dividendos”. Ver: FONSECA, Priscila Maria Pereira Corrêa da. **Dissolução Parcial, Retirada e Exclusão de Sócio no Novo Código Civil**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2003, p. 70-73.

⁶³ Argumenta Uinie Caminha que “Tome-se, p. ex., as companhias fechadas – esmagadora maioria no Brasil. Nesse tipo de sociedade, o *intuitu personae* ainda é muito importante. A maioria dessas sociedades são constituídas com uma base familiar muito forte, e, embora trate supostamente de uma sociedade de capitais, a quebra do vínculo de *affectio societatis* constitui forte empecilho à prosperidade da empresa, e um grande desconforto para os sócios”. Ver: CAMINHA, Uinie. Dissolução parcial de S/A: Quebra de “*affectio societatis*”: Apuração de haveres. **Revista de Direito Mercantil, Industrial, Econômico e Financeiro**, São Paulo, v. 37, n. 114, 1999, p. 179.

⁶⁴ BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Embargos de Divergência no Recurso Especial nº 111.294/PR**. Segunda Seção. Rel.: Min. Castro Filho. Julgamento: 28 jun. 2006.

parcela da literatura se manifesta contrária a existência de *affectio societatis* nas sociedades anônimas, tendo em vista a sua natureza institucional e capitalista. Nessa linha de raciocínio, não existe qualquer tipo de vínculo entre os acionistas em si, apenas o liame financeiro entre o acionista e a sociedade⁶⁵.

Há, ainda, uma impropriedade da utilização do conceito de *affectio societatis* como ensejador da dissolução parcial. Primeiro, porque em sua origem o conceito de *affectio societatis* era utilizado para distinguir os institutos da “comunhão” e da “sociedade” dentro do direito romano clássico, sendo o primeiro de caráter temporário, enquanto o segundo um estado de ânimo continuado⁶⁶. Segundo, porque no direito romano sequer havia a noção sociedade anônima, sendo, portanto, um conceito anacrônico. Ocorre que, contemporaneamente, o conceito foi ressuscitado – em um sentido diverso do seu originário – passando a ser utilizado para designar o vínculo qualificado mantenedor da sociedade entre os acionistas, o que coincide com o conceito de consentimento no direito das obrigações, entendido como “a manifestação inequívoca da vontade de se obrigar nos termos e na extensão definidos pelas partes no acordo de suas vontades, segundo parâmetros da liberdade de contratar”⁶⁷. Entretanto, o conceito de *affectio societatis* permanece obscuro, envaidecido pelo latinismo, como afirma Erasmo Valladão e Marcelo von Adamek, *in verbis*:

*A primeira crítica é a de que se trata de conceito equívoco, cuja obscuridade é ainda robustecida pelo emprego da mítica expressão latina. É que, como visto, alguns autores empregam o conceito de affectio societatis para designar e qualificar o consenso exigido dos sócios na celebração do contrato de sociedade. Outros invocam-no para, com isso, apontar elemento constitutivo e essencial do contrato de sociedade e de sua continuidade. Por fim, outros a ele se referem para tratar dos deveres dos sócios. E isso, não obstante, na fonte romana, a sua invocação tenha se dado tão-somente para diferenciar a sociedade da comunhão, sem com isso querer afirmar que o consenso em questão não existiria noutros tipos de contrato*⁶⁸.

⁶⁵ Nesse sentido, afirma Nelson Eizirik que: “Não existe fundamento jurídico para a chamada “dissolução parcial” da sociedade por ações, por rompimento da *affectio*, ou por qualquer outra causa, quaisquer que sejam as suas características, pelas seguintes razões: (i) a companhia é, em princípio, uma sociedade de capitais, cujo intuito é o lucro, não tendo relevância as qualidades pessoais do acionista, mas apenas sua contribuição ao capital social”. Ver: EIZIRIK, Nelson. **A Lei das S/A Comentada**: Artigos 189 ao 300. v. 3, São Paulo: Quartier Latin, 2011, p. 161.

⁶⁶ FRANÇA, Erasmo Valladão Azevedo e Novaes; ADAMEK, Marcelo von. *Affectio societatis*: um conceito jurídico superado no moderno direito societário pelo conceito de fim social. **Revista de Direito Mercantil**, n. 149/150, p. 110.

⁶⁷ GONÇALVES NETO, Alfredo de Assis. **Direito Comercial: Pareceres**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016, p. 253.

⁶⁸ FRANÇA, Erasmo Valladão Azevedo e Novaes; ADAMEK, Marcelo von. *Affectio societatis*: um conceito jurídico superado no moderno direito societário pelo conceito de fim social. **Revista de Direito Mercantil**, n. 149/150, p. 114.

Nessa linha, a *affectio societatis* se resume a “um nada jurídico”⁶⁹, não se distinguindo do conceito de consentimento utilizado no direito das obrigações como requisito para a celebração de um contrato, portanto não é pressuposto para a manutenção da sociedade. Uma vez outorgado o consentimento em relação ao contrato permanecerá produzindo efeitos até que haja uma causa legal para o seu rompimento.

1.5. A Blindagem Patrimonial da Sociedade

Mais recentemente, passou-se a apontar que a dissolução parcial de sociedade anônima elimina um dos elementos basilares das sociedades empresariais, a blindagem patrimonial da sociedade (*owner shielding* ou *capital lock-in*)⁷⁰. Como ressalta Mariana Pargendler, “curiosamente, justo quando o bloqueio do capital estava ganhando força na doutrina internacional, o direito brasileiro deu grandes passos para aboli-lo”⁷¹ por intermédio da dissolução parcial de sociedade anônima.

Reconhece-se que a blindagem patrimonial da sociedade possui o intuito de proteger o patrimônio da sociedade empresarial em relação aos credores dos seus acionistas, o que consiste em uma função ainda mais relevante que a limitação de responsabilidade⁷². A blindagem patrimonial da sociedade possui, nas palavras de Eduardo Secchi Munhoz, uma única finalidade

⁶⁹ Adota-se aqui o entendimento de Assis Gonçalves, quando diz que “Por essa razão foi que asseverei ser a *affectio societatis* um nada jurídico. Não é pressuposto algum, nem mesmo para a manutenção da sociedade entre seus sócios ao longo de sua existência. Não é credencial para autorizar o desfazimento do negócio jurídico societário nem para fundamentar o desligamento de um sócio. O consentimento é dado em relação ao todo ajustado e continuará produzindo seus efeitos enquanto não houver uma causa legal de rompimento da palavra então empenhada”. Ver: GONÇALVES NETO, Alfredo de Assis. **Direito Comercial: Pareceres**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016, p. 254.

⁷⁰ HANSMANN Henry; KRAAKMAN, Reinier; SQUIRE, Richard. Law and the Rise of the Firm. **Harvard Law Review**, Cambridge, v. 119, n. 05, pp. 1333-1493, Mar. 2006, p. 1336; BLAIR, Margaret. Locking in Capital: What Corporate Law Achieved for Business Organizers in the Nineteenth Century. **UCLA Law Review**, Los Angeles, v. 51, pp. 387-455, 2003, p. 393.

⁷¹ PARGENDLER, Mariana. O Tipo de Sociedade Anônima é Universal? Reflexões sobre a Erosão dos Atributos da Sociedade Anônima no Brasil. In: PÜSCHEL, Flávia (Org.). **Direito e Desenvolvimento na Prática: Novas Perspectivas para a Reflexão Jurídica**. São Paulo: Almedina, 2020, p. 114.

⁷² Durante muitos anos, a literatura de direito empresarial considerou a limitação de responsabilidade como o elemento central das companhias, pois protege o patrimônio pessoal dos acionistas das pretensões dos credores. A limitação de responsabilidade, além de estabelecer um teto para as perdas possíveis do acionista e imputar ao credor parte do risco do negócio, permite a diversificação dos investimentos e a redução dos custos de operar sob a forma empresarial. Todavia, hoje, reconhece-se que a limitação de responsabilidade – apesar de importante – não é o elemento fundamental das companhias, uma vez que poderia ser alcançada por mecanismos contratuais.

econômica e social: “assegurar a estabilidade patrimonial da sociedade e sua desvinculação das contingências pessoais dos sócios”⁷³. A referida separação patrimonial se traduz em duas regras distintas: a regra da prioridade (*priority rule*) e a proteção contra liquidação (*liquidation protection*). A primeira estabelece que a sociedade responderá prioritariamente pelas obrigações que contrair⁷⁴, enquanto a segunda prevê que os acionistas não podem retirar o patrimônio investido na sociedade a seu bel prazer⁷⁵.

As duas regras da blindagem patrimonial da sociedade anônima servem para: (a) reduzir os custos de monitoramento dos credores, evitando que a companhia possua riscos que não podem ser facilmente avaliados⁷⁶; e (b) preservar o valor da sociedade (*going concern value*), pois garante aos credores e contrapartes que o patrimônio da companhia estará disponível em sua integralidade para o cumprimento da relação contratual estabelecida por ela⁷⁷. Destaca-se

Ver: HASMANN Henry; KRAAKMAN, Reinier; SQUIRE, Richard. Law and the Rise of the Firm. **Harvard Law Review**, Cambridge, v. 119, n. 05, pp. 1333-1493, Mar. 2006. p. 1339.

⁷³ MUNHOZ, Eduardo Secchi. A Tipologia Societária e sua Função Econômica. Dissolução Parcial de Sociedade Anônima Fechada, Princípio da Intangibilidade do Capital e Caráter Institucional da Empresa. In: YARSHELL, Flávio Luiz; PEREIRA, Guilherme (Orgs.). **Processo Societário IV**. São Paulo: Quartier Latin, 2021. p. 323

⁷⁴ Conforme lição de Armour, Hansmann, Kraakman e Pargendler, a regra da prioridade “confere aos credores da empresa, como garantia para as dívidas da empresa, uma pretensão sobre os bens da empresa que têm prioridade sobre as pretensões dos credores pessoais dos acionistas. [...] A consequência da regra da prioridade é que os bens da empresa estão, por norma jurídica de natureza dispositiva, automaticamente disponíveis para a satisfação das obrigações contratuais assumidas em nome da empresa. Ao vincular assim os compromissos contratuais da empresa, a regra torna esses compromissos críveis”. Ver: KRAAKMAN, Reinier *et al.* **A Anatomia do Direito Societário: Uma Abordagem Comparada e Funcional**. 3. ed. São Paulo: Singular, 2018. p. 40.

⁷⁵ Nesse sentido argumentam Armour, Hansmann, Kraakman e Pargendler que “o segundo componente da blindagem patrimonial da pessoa jurídica – a regra da ‘proteção contra liquidação’ – dispõe que os proprietários individuais da companhia (os acionistas) não podem retirar sua parcela de bens da empresa a seu talante, nem podem os credores pessoais de um proprietário individual penhorar a parcela de bens da empresa atribuível ao proprietário”. Ver: KRAAKMAN, Reinier *et al.* **A Anatomia do Direito Societário: Uma Abordagem Comparada e Funcional**. 3. ed. São Paulo: Singular, 2018. p. 40.

⁷⁶ Hansmann, Kraakman e Squire retratam a proteção à riscos ocultos por meio do conto do mercador florentino. Na história, diante da inexistência da blindagem patrimonial, o mercador florentino vê que a sua participação em duas sociedades sadias – uma manufatura em Florença e um banco em Roma – ameaçados pelo insucesso da sua sociedade de *commodities* em Bruges, uma vez que não há ordem de preferência entre os credores das companhias e os credores pessoais do mercador. Por conseguinte, eventual credor teria que prospectar todas as sociedades possuídas pelo mercador antes entrar em um negócio, o que aumentaria muito os custos de monitoramento e o custo do crédito. Ver: HASMANN Henry; KRAAKMAN, Reinier; SQUIRE, Richard. Law and the Rise of the Firm. **Harvard Law Review**, Cambridge, v. 119, n. 05, pp. 1333-1493, Mar. 2006. p. 1342.

⁷⁷ Nas palavras de Hansmann, Kraakman e Squire: “When a rule of liquidation protection is added to priority of claim for entity creditors - thereby increasing the degree of entity shielding from weak to strong - further benefits can be realized, perhaps the most important of which is protection of a firm's going-concern value”. Ver: HASMANN Henry; KRAAKMAN, Reinier; SQUIRE, Richard. Law and the Rise of the Firm. **Harvard Law Review**, Cambridge, v. 119, n. 05, pp. 1333-1493, Mar. 2006. p. 1348.

que a diferença entre a existência de uma ou das duas regras é o que determina o grau de blindagem patrimonial usufruída por determinada sociedade, isto é, blindagem patrimonial forte (*strong entity shielding*) ou blindagem patrimonial fraca (*weak entity shielding*)⁷⁸.

Desta forma, a dissolução parcial de sociedade anônima ao conceder ao acionista retirante livre acesso ao capital investido rompe com a blindagem patrimonial, permitindo o esvaziamento do capital social. Tal fenômeno já havia sido identificado por Cristiano de Brito, que, apesar de não utilizar a alcunha de blindagem patrimonial, suscitava “a legislação pátria sobre sociedade anônima evoluiu sempre para impedir ao máximo a retirada dos acionistas do empreendimento, justamente para que estes não se tornem especuladores das companhias”⁷⁹. Ou seja, além de colocar em risco a preservação da empresa, põe-se em risco o valor da sociedade.

1.6. A Positivação da Dissolução Parcial de Sociedade Anônima no Código de Processo Civil

O advento do Código de Processo Civil trouxe consigo a figura da ação de dissolução de sociedade, arrolada como procedimento especial e tipificada nos artigos 599 a 609 do CPC. Trata-se de uma tentativa de modernização e consolidação do entendimento jurisprudencial sobre dissolução parcial de sociedade destinado precipuamente ao “desfazimento de vínculo societário numa sociedade empresária contratual ou simples”⁸⁰. Entretanto, no art. 559, §2 do

⁷⁸ Nesse sentido Hansmann, Kraakman e Squire sustentam que “Weak entity shielding merely gives the claims of firm creditors priority over those of personal creditors. This rule characterizes the modern general partnership” e que “Strong entity shielding adds a rule of liquidation protection to the protections of weak entity shielding. Liquidation protection restricts the ability of both firm owners and their personal creditors to force the payout of an owner’s share of the firm’s net assets -- traits that are conceptually distinct but that, for reasons we will explore, usually come paired. The modern business corporation provides a familiar example of strong entity shielding: not only do corporate creditors enjoy a prior claim to the corporation’s assets, but they are also protected from a shareholder or his personal creditors attempting to liquidate those assets.” Ver: HASMANN Henry; KRAAKMAN, Reinier; SQUIRE, Richard. Law and the Rise of the Firm. **Harvard Law Review**, Cambridge, v. 119, n. 05, pp. 1333-1493, Mar. 2006. p. 1337.

⁷⁹ BRITO, Cristiano Gomes de. Dissolução Parcial de Sociedade Anônima. **Revista de Direito Mercantil, Industrial, Econômico e Financeiro**, São Paulo, v. 40, n. 123, pp. 143-146, set. 2001, 154.

⁸⁰ Assevera Fabio Ulho Coelho que: “Diversas inovações foram introduzidas pelo CPC, relativamente à ação de dissolução parcial de sociedade, que modernizam o instituto, e o adéquam à dinâmica das relações societárias [...] convém assentar que o objeto dessa ação é principalmente o desfazimento de vínculo societário numa sociedade empresária contratual ou simples”. COELHO, Fabio Ulhoa. A Dissolução de Sociedade no Código de Processo Civil. In YARSHELL, Flávio Luiz; PEREIRA, Guilherme Setoguti. (Coord.) **Processo Societário III**. São Paulo: Quartier Latin, 2018. p. 148-149

CPC incluiu-se expressamente a possibilidade de aplicação da referida ação à sociedade anônima de capital fechado⁸¹, o que – emprestando a expressão de Valladolid e Von Adamek, trouxe “mais sombra do que luz” para o direito processual societário⁸².

A nova norma, sob o aspecto material, não apresentou qualquer mudança sobre o fundamento ensejador da dissolução parcial de sociedade anônima. Limitou-se a normatizar o entendimento consolidado da jurisprudência de aplicação da ação de dissolução parcial de sociedade na sociedade anônima, “quando provado que não pode preencher o seu fim, em ação proposta por acionistas que representem 5% (cinco por cento) ou mais do capital social” nos termos do art. 206, II, b da LSA. No entanto, tal disposição acabou gerando dúvida sobre a aplicabilidade da dissolução parcial de sociedade anônima em outras hipóteses já reconhecidas pela jurisprudência.

Nesse sentido é a indagação de Valladolid e Von Adamek:

A dúvida que a nova regra do CPC/2015 agora traz é se estas outras hipóteses que vinham sendo admitidas pela jurisprudência continuam também a legitimar o pleito de dissolução, como anda hoje entendemos viável, ou se, interpretada *a contrario sensu*, teria restringido a dissolução parcial àquela causa de dissolução total. Ainda assim, fica a indagação: por qual razão, então, o legislador resolveu se intrometer nesta questão se não foi para oferecer respostas definitivas e completas, certo de que a intromissão pela metade mais sombra do que luz trouxe ao tema? Não deu para compreender.⁸³

Ainda, a imprecisão redacional do legislador na delimitação da hipótese de aplicação da ação de dissolução parcial de sociedade à anônima reacende o debate sobre as consequências da irrealizabilidade do fim social. Seria uma hipótese de dissolução total, como preconiza a LSA, ou uma hipótese de dissolução parcial, como preconiza o CPC? Por um lado, argumenta-se que não há justificativa jurídica para a manutenção de uma sociedade incapaz de preencher

⁸¹ Diz o art. 599 do Código de Processo Civil: “Art. 599. A ação de dissolução parcial de sociedade pode ter por objeto: I - a resolução da sociedade empresária contratual ou simples em relação ao sócio falecido, excluído ou que exerceu o direito de retirada ou recesso; e II - a apuração dos haveres do sócio falecido, excluído ou que exerceu o direito de retirada ou recesso; ou III - somente a resolução ou a apuração de haveres § 1º A petição inicial será necessariamente instruída com o contrato social consolidado. § 2º A ação de dissolução parcial de sociedade pode ter também por objeto a sociedade anônima de capital fechado quando demonstrado, por acionista ou acionistas que representem cinco por cento ou mais do capital social, que não pode preencher o seu fim”.

⁸² FRANÇA, Erasmo Valladolid Azevedo e Novaes; ADAMEK, Marcelo von. **Da Ação de Dissolução Parcial de Sociedade**: Comentários breves ao CPC/2015. São Paulo: Malheiros, 2016. p. 29.

⁸³ FRANÇA, Erasmo Valladolid Azevedo e Novaes; ADAMEK, Marcelo von. **Da Ação de Dissolução Parcial de Sociedade**: Comentários breves ao CPC/2015. São Paulo: Malheiros, 2016. p. 32.

o seu fim social, uma vez que irrealizabilidade do objeto social afeta todos os vínculos societários e, portanto, não se restringe a um único sócio⁸⁴. Por outro, defende-se a relativização da dissolução total em função do princípio da preservação da empresa e dos “interesses diversos, alguns dos quais metaindividuais, [que] gravitam em torno da continuidade e desenvolvimento das atividades econômicas”⁸⁵.

Por fim, a nova disposição do CPC sobre dissolução parcial de sociedade anônima em nada contribui para o debate ou efetivação do instituto, pelo contrário suscitou novas e velhas dúvidas sobre o instituto. O legislador teria sido mais feliz se tivesse, neste momento, se limitado aos aspectos processuais e relegado a discussão material sobre dissolução parcial de sociedade anônima a um fórum de Direito Comercial.

⁸⁴ Diz Fabio Ulhoa que: “A irrealizabilidade do fim social é considerada, pelo direito societário, fundamento para a dissolução *total* da sociedade. E, em relação às anônimas, até o advento do CPC, assim estabelecia o direito positivo (LSA, art. 206, II, B) Se a sociedade não pode preencher o seu fim, esta irrealizabilidade do objeto social atinge todos os vínculos entre os sócios. A finalidade da sociedade não pode ser irrealizável para parte dos sócios e realizável para os demais; não há o menor sentido em o Poder Judiciário fazer uma tal declaração, ao determinar a dissolução parcial da sociedade anônima. Ver: COELHO, Fabio Ulhoa. A Dissolução de Sociedade no Código de Processo Civil. In YARSHELL, Flávio Luiz; PEREIRA, Guilherme Setoguti. (Coord.) **Processo Societário III**. São Paulo: Quartier Latin, 2018. p. 160.

⁸⁵ COELHO, Fabio Ulhoa. A Dissolução de Sociedade no Código de Processo Civil. In YARSHELL, Flávio Luiz; PEREIRA, Guilherme Setoguti. (Coord.) **Processo Societário III**. São Paulo: Quartier Latin, 2018. p. 155.

Capítulo 2. Os Casos Paradigmáticos de Dissolução Parcial de Sociedade Anônima

Os julgamentos dos casos Cocelpa e Kirchner S.A. pelo STJ foram responsáveis pela construção pretoriana do instituto da dissolução parcial de sociedade anônima no Brasil, tendo sido alçados como paradigma sobre a matéria (*leading cases*). Entretanto, além de sedimentarem o entendimento sobre o assunto, os casos também foram os precursores na aplicação da dissolução parcial de sociedade anônima *in concreto* e, por conseguinte, enfrentaram de antemão todas as dificuldades e dúvidas na efetivação do instituto.

Desta forma, o presente capítulo se propõe a traçar a trajetória completa dos casos Cocelpa e Kirchner S.A., desde o ajuizamento do processo de conhecimento até o final de 2020, apresentando tanto a discussão jurídica travada ao longo do processo de conhecimento, quanto as dificuldades processuais na efetivação do instituto da dissolução parcial de sociedade anônima durante o cumprimento de sentença.

2.1. O Processo de Dissolução Parcial da Cocelpa S.A.

A Cocelpa S.A. – Companhia de Celulose e Papel do Paraná iniciou suas atividades no ano de 1963, por seu fundador Antônio de Pauli e seus cinco filhos, no ramo de fabricação de papel, celulose e produtos afins. Nos anos que se seguiram, a sociedade obteve grande sucesso no mercado e expandiu sua atividade para o Nordeste com a constituição da Conpel S.A. – Companhia Nordestina de Papel, em 1967, e, em seguida, com a constituição da Arpeco S.A. – Artefatos de Papéis, em 1976, para produção de sacarias de papel. As três empresas encontravam-se sob o controle da *holding* Antonio de Pauli S.A. e, conjuntamente, formavam o Grupo de Pauli (atualmente denominado Grupo Ecoverdi)⁸⁶. Na década de 90, entretanto, as sociedades começaram a enfrentar dificuldades financeiras e perda de espaço no mercado nacional para seus concorrentes.

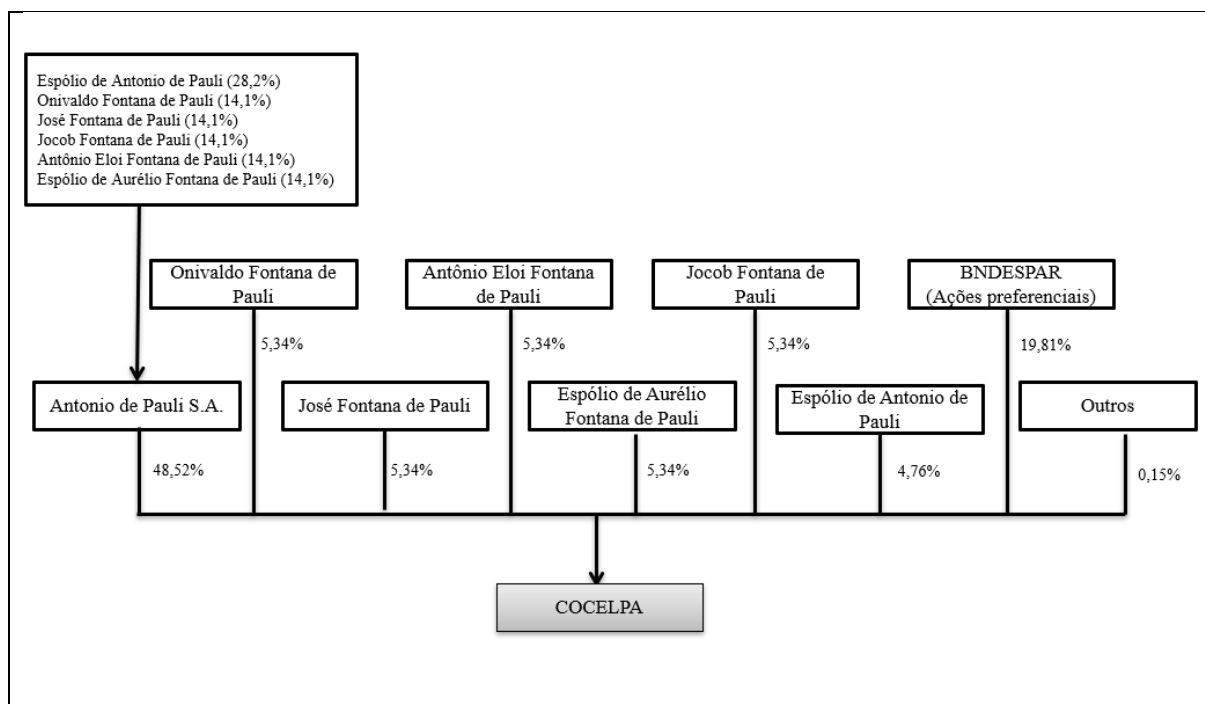
Neste mesmo período, deflagraram-se as desavenças entre membros da família de Pauli e a disputa pelo controle da Antonio de Pauli S.A. e da Cocelpa. De um lado, o bloco de controle – composto pelos acionistas Antônio Eloi Fontana de Pauli, Onivaldo Fontana de Pauli e José

⁸⁶ Sobre a história da Cocelpa e do Grupo de Pauli, ver: “A VITÓRIA do Imigrante em Solo Desconhecido”. **Diário Indústria & Comércio**, Curitiba, 26 out. 2012. Disponível em: <https://www.diarioinduscom.com.br/a-vitoria-do-imigrante-em-solo-desconhecido/>. Acesso em: 20 mar. 2021.

Fontana de Pauli –, os quais conjuntamente detinham 42,3% da Antonio de Pauli S.A., indiretamente controlavam 64,54% da Cocelpa e ocupavam os cargos de administração de ambas as companhias. Do outro lado, figura o acionista minoritário Espólio de Aurélio Fontana de Pauli – representado por Rosa Maria Mader de Pauli (viúva) e Luiz Carlos Mader de Pauli (filho do *de cujus*) –, que detinha 14,1% da Antonio de Pauli S.A e 5,34% da Cocelpa. Também participavam da Cocelpa, Jacob Fontana de Pauli, que também detinha 14,1% da Antonio de Pauli S.A e 5,34% da Cocelpa e se manteve inicialmente neutro na disputa societária, e o BNDESPAR – BNDES Participações S.A., que detinha 19,81% da Cocelpa por meio de ações preferenciais sem direito a voto.

Em síntese, a estrutura societária da Cocelpa à época era a seguinte:

Figura 1 – Estrutura Societária da Cocelpa



Fonte: Elaboração do autor conforme dados disponíveis no processo de inventário de bens 328/1974 referente ao falecido Antônio de Pauli de 1979.

Ocorre que os herdeiros de Aurélio Fontana de Pauli (os sobrinhos e a cunhada do patriarca) acreditavam que o patrimônio da sociedade vinha sendo expropriado pelos acionistas controladores (seus tios), razão pela qual ajuizaram a ação de dissolução total da sociedade com pedido alternativo de dissolução parcial. Assim, em 25 de novembro de 1991, o Espólio de Aurélio Fontana de Pauli propôs a referida ação dissolutória em face da Cocelpa e dos acionistas controladores. O pedido de dissolução fundamenta-se em dois pontos principais: (i) a não atenção do seu fim social, devido ao fato de que a sociedade “sequer tem distribuído os dividendos

legais nos últimos 16 anos” e (ii) a quebra da *affectio societatis*, devido às “barbaridades administrativas cometidas pela requerida através da sua Gerência, em detrimento dos Sócios minoritários e afastados da direção”.

Na petição inicial, o acionista insatisfeito narra que os acionistas controladores (1) suprimiram a sua participação nas atas de assembleias posteriores ao falecimento do patriarca (Antonio de Pauli); (2) excluíram-no da direção da Cocelpa por meio de rescisão imotivada do vínculo empregatício existente; (3) recusaram-se a prestar informações sobre os atos de administração da Cocelpa e da Antonio de Pauli S.A., bem como a apresentar os livros sociais das empresas; (4) agiram com imperícia na gestão da companhia, impossibilitando que a produção atingisse os níveis normais projetados – neste tocante, cita a ausência de manutenção de maquinários e erro na escolha do público consumidor; (5) aumentaram nominalmente a própria participação na Cocelpa sem o devido aporte de capital; (6) apropriaram-se indevidamente de bens – imóveis, alugueres e madeira de corte – pertencentes à Cocelpa em detrimento da sociedade. Por fim, conclui que “as atitudes de per si dos membros da Trinca dirigente configuram de forma inexorável o abuso de poder”⁸⁷. Posteriormente, o Espólio de Jacob Baptista de Pauli (doravante acionista anuente), que até então se mantivera neutro na disputa societária, manifestou-se de maneira lacônica anuindo com o pedido de dissolução da sociedade formulado pelo acionista insatisfeito, entretanto sem pedir a dissolução da sua parcela.

Em contestação, a Cocelpa e seus controladores negaram os fatos que lhe foram imputados, esclarecendo (i) que “as pretensas irregularidades acionárias não são da Cocelpa, mas sim da empresa Antônio de Pauli S.A., sendo irrelevante o fato desta ser sócia daquela. Com o devido respeito, uma empresa não pode ser dissolvida por ‘irregularidades’ a ela estranhas” e (ii) que “pois não há como se falar em sociedade familiar, sendo relevante tão somente o interesse público”, tendo em vista que um dos acionistas é uma empresa pública federal, na companhia qual seja Bndes Participações S.A. – BNDESPAR.

A sentença, proferida em 26 de outubro de 1994, julgou procedente a ação para decretar a dissolução parcial da sociedade Cocelpa, mediante a retirada do acionista insatisfeito e do

⁸⁷ BRASIL. 1ª Vara de Falências e Recuperação Judicial de Curitiba/PR. **Ação de Dissolução Parcial de Sociedade nº 0000148-33.1991.8.16.0025**. Juiz: Evandro Portugal. Distribuição: 25 nov. 1991.

acionista anuente. A decisão reconheceu que “embora sociedade anônima, aí sem dúvida imperou para a sua constituição o aspecto pessoal, a confiança, até mesmo predominante sobre o caráter capitalista”. Complementa que “da leitura do elenco de denúncias contra atos da administração, uns arbitrários que estão demonstrados documentalmente, outros por irregularidades, conclui-se que foram os Réus, os sócios majoritários, que causaram a quebra ou ruptura da ‘*affectio societatis*’ para com os minoritários, no caso não se trata de mera divergência ou discordância, mas de severa inimizade e desconfiança, de sorte que tendo sido os réus que conduziram a companhia a tal situação, só por esse aspecto já se impõe a dissolução parcial”. Considerou também que o “elemento ensejador da dissolução parcial se afigura presente que é a impossibilidade de atingir o seu fim [...] pois o fim da sociedade é a obtenção de lucros, repartíveis entre os sócios, através da atividade traçada no estatuto, isto é, da realização do objeto social”. Por fim, relegou a apuração dos haveres para liquidação de sentença, mediante balanço especial levantado após a liquidação.

Irresignadas, ambas as partes recorreram da sentença e contrarrazoaram o recurso da parte contrária. Em síntese, o acionista insatisfeito apelou apenas em relação ao valor fixado a título de honorários advocatícios, enquanto a Cocelpa e os acionistas controladores reiteraram as preliminares anteriormente levantadas e em relação ao mérito aduziram que (i) as hipóteses do exercício de retirada na sociedade anônima estão elencadas no artigo 137 da LSA e são *numerus clausus*; (ii) não há necessidade de *affectio societatis* em companhias; e (iii) o julgamento foi *extra petita*, uma vez que o Espólio de Jacob Batista de Pauli apenas anuiu com a saída do acionista insatisfeito e não requereu a sua retirada da empresa.

O extinto Tribunal de Alçada do Paraná, em 28 de junho de 1995, por unanimidade de votos, deu parcial provimento ao recurso interposto pela Cocelpa⁸⁸, reformando a sentença apenas em relação ao valor da sucumbência. Nesse sentido é a ementa do acórdão:

ACÇÃO DE DISSOLUÇÃO DE SOCIEDADE. DISSOLUÇÃO PARCIAL – SOCIEDADE ANÔNIMA. IMPOSSIBILIDADE JURÍDICA DO PEDIDO – INOCORRÊNCIA. AGRAVO RETIDO – NÃO PROVIMENTO – INCOMPETÊNCIA – INOCORRÊNCIA – BNDES – SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA – AUSÊNCIA DE CERCEAMENTO DE DEFESA – AFFECTIO SOCIETATIS – AUSÊNCIA DE DISTRIBUIÇÃO DE LUCROS – RÉU ANUENTE. PRINCÍPIO DA ECONOMIA PROCESSUAL E DA INSTRUMENTALIDADE. SENTENÇA DECLARATÓRIA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS – ARTIGO 20 § 4º CPC.

⁸⁸ BRASIL. Tribunal de Alçada do Paraná. **Apelação Cível nº 78.835-6**. Terceira Câmara Cível. Rel.: Des. Lidio José Rotoli de Macedo. Julgamento: 28 jun. 1995.

Por fim, a Cocelpa interpôs recurso especial e extraordinário, sendo o primeiro admitido e o segundo não. O Recurso Especial interposto pela Cocelpa se assentava em dois pontos principais: (i) na negativa de vigência do artigo 206, II, alínea “b”, da LSA, alegando que a não distribuição de dividendos não constituía causa de dissolução de sociedade; e (ii) no dissídio jurisprudencial tendo como paradigma o acórdão do AgRg no Ag 34.120-8/SP de 1993⁸⁹, que reconhecia que na sociedade anônima o direito de retirada do acionista era restrito às hipóteses do artigo 137 da LSA.

O julgamento do Recurso Especial nº 111.294/PR⁹⁰ – como mencionado anteriormente – modificou o entendimento da Corte, reconhecendo a possibilidade de dissolução parcial de sociedade anônima. O julgamento gerou intenso debate entre os ministros da Quarta Turma sobre o sentido em que a jurisprudência deveria avançar e sucessivos pedidos de vistas. Todos concordavam que o caso *in concreto* preenchia os requisitos do artigo 206, II, “b”, da LSA, entretanto divergia, sobre a possibilidade de mitigar os efeitos da dissolução total para dissolução parcial. A única certeza entre os ministros era que “é controvertida, tanto na doutrina como na jurisprudência, a questão relativa à possibilidade de decretar-se a dissolução parcial de sociedade anônima, com a apuração de haveres dos sócios minoritários dissidentes”, conforme trecho de abertura do voto do Ministro Relator.

O Ministro Relator Barros Monteiro, entendeu que “não se podem aplicar às sociedades anônimas (organizadas sob o princípio de *intuitus pecuniae*) normas e critérios das sociedades erigidas consoante o *intuitus personae*”, argumentando que, uma vez evidenciado que a sociedade anônima não pode preencher o seu fim social, deve ser dissolvida em sua integralidade, pois a atividade do negócio estará comprometida por inteiro.

O voto vista do Ministro Cesar Asfor Rocha abriu a divergência, destacando a especificidade do caso concreto e suscitando que “a quebra da *affectio societatis* conjugada à inexistência de lucro e de distribuição de dividendos da sociedade anônima, por longos anos, pode se

⁸⁹ BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Agravo Regimental no Agravo de Instrumento nº 34.120-8/SP**. Terceira Turma. Rel.: Min. Dias Trindade. Julgamento: 26 abr. 1993.

⁹⁰ BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Recurso Especial nº 111.294/PR**. Quarta Turma. Rel.: Min. Barros Monteiro; Rel. Acórdão: Min. Cesar Asfor Rocha. Julgamento: 19 set. 2000.

constituir em elemento ensejador da dissolução da sociedade, pois seria injusto manter o acionista prisioneiro da sociedade, com seu investimento improdutivo, na expressão de Rubens Requião”. Por fim concluiu o Ministro que “Dir-se-ia, então que o caso seria de dissolução integral da sociedade anônima. Contudo, em respeito ao princípio da preservação da sociedade e de sua utilidade social, deve-se mantê-la viva”.

O Ministro Ruy Rosado de Aguiar, vogal e presidente da turma, acompanhou a divergência, destacando, ainda, que “não aceitar essa solução seria submetê-lo indefinidamente ao controle do outro”. De igual modo votou o Ministro Aldir Passarinho Júnior, o qual ressaltou a necessidade de avaliar os pedidos de dissolução parcial de sociedade anônima caso a caso e que “na espécie dos autos, trata-se de uma sociedade anônima, mas sem as características típicas de uma S/A, na verdade, é uma sociedade limitada travestida de sociedade anônima”. O Ministro Sálvio de Figueiredo Teixeira também acompanhou o voto divergente, sem qualquer ressalva.

Assim, vencido o Ministro Relator Barros Monteiro, a Quarta Turma do STJ, por maioria de votos, negou provimento ao recurso, conforme acórdão de lavra do Ministro Cesar Asfor Rocha, ementado nos seguintes termos:

DIREITO COMERCIAL. SOCIEDADE ANÔNIMA. GRUPO FAMILIAR. INEXISTÊNCIA DE LUCROS E DE DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS HÁ VÁRIOS ANOS. DISSOLUÇÃO PARCIAL. SÓCIOS MINORITÁRIOS. POSSIBILIDADE. Pelas peculiaridades da espécie, em que o elemento preponderante, quando do recrutamento dos sócios, para a constituição da sociedade anônima envolvendo pequeno grupo familiar, foi a afeição pessoal que reinava entre eles, a quebra da *affectio societatis* conjugada à inexistência de lucros e de distribuição de dividendos, por longos anos, pode se constituir em elemento ensejador da dissolução parcial da sociedade, pois seria injusto manter o acionista prisioneiro da sociedade, com seu investimento improdutivo, na expressão de Rubens Requião. O princípio da preservação da sociedade e de sua utilidade social afasta a dissolução integral da sociedade anônima, conduzindo à dissolução parcial. Recurso parcialmente conhecido, mas improvido.

Em suma, a Quarta Turma do STJ adotou uma interpretação extensiva da lei, para mitigar os efeitos da dissolução total e aplicar a dissolução parcial em seu lugar⁹¹. O posicionamento adotado – apesar de questionável – mostra-se em alguma medida alinhado à jurisprudência brasileira, no sentido de mitigar a dissolução total decorrente da não distribuição de lucro em

⁹¹ GEBRAN, João Guilherme; PARGENDLER, Mariana. A Banalização da Dissolução Parcial de Sociedade Anônima no Brasil: A Ausência de *Distinguishing* na Evolução Jurisprudencial. In: YARSHELL, Flávio Luiz; PEREIRA, Guilherme (Orgs.). **Processo Societário IV**. São Paulo: Quartier Latin, 2021. p. 783.

nome da preservação da empresa, e ao direito comparado, que permite de maneira excepcionalíssima a dissolução parcial de sociedade anônima em casos de abuso do acionista minoritários (*oppression*)⁹².

Ante o acórdão, a Cocelpa interpôs Embargos de Declaração, Embargos de Divergência e apresentou um pedido de nulidade do processo. Os Embargos de Declaração não foram conhecidos, mantendo-se hígido o teor do acórdão, enquanto os Embargos de Divergência foram indeferidos liminarmente e, posteriormente, admitidos em juízo de reconsideração.

Em 28 de junho de 2006, a Segunda Seção do STJ julgou os Embargos de Divergência no Recurso Especial nº 111.294/PR⁹³, o qual pacificou o entendimento sobre o cabimento de dissolução parcial em sociedades anônimas em âmbito nacional. Por uma maioria de cinco votos a quatro, a Segunda Seção confirmou as decisões anteriores para conceder a dissolução parcial da Cocelpa, em acórdão assim ementado:

EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. QUESTÕES PRELIMINARES. SUBSTABELECIMENTO. RENÚNCIA DO ADVOGADO SUBSTABELECENTE. CAPACIDADE POSTULATÓRIA DO SUBSTABELECIDO. LITISCONSÓRCIO PASSIVO. MORTE DE UM DOS RÉUS. AUSÊNCIA DE HABILITAÇÃO DOS SUCESSORES. NULIDADE DOS ATOS PRATICADOS APÓS O ÓBITO. DESCABIMENTO. OBSERVÂNCIA DO PRINCÍPIO DA SEGURANÇA JURÍDICA. MÉRITO. DIREITO COMERCIAL. SOCIEDADE ANÔNIMA. **GRUPO FAMILIAR. INEXISTÊNCIA DE LUCROS E DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS HÁ VÁRIOS ANOS. QUEBRA DA AFFECTIO SOCIETATIS. DISSOLUÇÃO PARCIAL. POSSIBILIDADE.**

⁹² Sobre o tratamento da *oppression* no direito norte-americano, argumentam Edward Rock e Edward Watcher que; "The core protection against majority oppression is the prohibition on non pro rata distributions and the related prohibitions on self-dealing, discussed above. The doctrine of "minority oppression" can be understood as a supplemental judicial response to this problem. Over the last twenty-five years, in response to the perceived plight of the locked-in minority shareholder, courts and legislatures have modified the law to provide remedies to minority shareholders that are not available to shareholders of publicly held corporations. This has been done in a variety of ways. First, legislatures in many states have broadened the circumstances in which minority shareholders may force the judicial dissolution of a corporation. In addition, legislatures have expanded the range of remedies beyond dissolution; namely, to include judicially mandated buybacks at a "fair price." In most jurisdictions, shareholders can petition for dissolution on the grounds of illegality, fraud, misapplication of assets, or waste. "Oppressive conduct" by the majority shareholder is often listed as a basis for dissolution. Similarly, frustration of a "shareholder's reasonable expectations" is often a ground for dissolution. In other jurisdictions, shareholders' "reasonable expectations" are the measure of whether or not the majority shareholder has oppressed the minority. Second, judges have become more willing to order dissolution or a buyout, particularly if they are convinced that majority shareholders have engaged in "oppressive conduct" or that shareholders' "reasonable expectations" have been violated. Third, courts have made it easier, substantively and procedurally, for minority shareholders to bring suit against majority shareholders for breach of fiduciary duties., Ver: ROCK, Edward; WATCHER, Michael. Waiting for the Omelet to Set: Match-Specific Assets and Minority Oppression in the Close Corporation. **Journal of Corporation Law**, v. 24, n. 4, p. 913-948, 1999, p. 923.

⁹³ BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Embargos de Divergência no Recurso Especial nº 111.294/PR**. Segunda Seção. Rel.: Min. Castro Filho. Julgamento: 28 jun. 2006.

[...]

III - É inquestionável que as sociedades anônimas são sociedades de capital (intuito pecuniae), próprio às grandes empresas, em que a pessoa dos sócios não têm papel preponderante. Contudo, **a realidade da economia brasileira revela a existência, em sua grande maioria, de sociedades anônimas de médio e pequeno porte, em regra, de capital fechado, que concentram na pessoa de seus sócios um de seus elementos preponderantes, como sói acontecer com as sociedades ditas familiares**, cujas ações circulam entre os seus membros, e que são, por isso, constituídas intuito personae. Nelas, o fator dominante em sua formação é a afinidade e identificação pessoal entre os acionistas, marcadas pela confiança mútua. Em tais circunstâncias, muitas vezes, o que se tem, na prática, é uma sociedade limitada travestida de sociedade anônima, sendo, por conseguinte, equivocado querer generalizar as sociedades anônimas em um único grupo, com características rígidas e bem definidas. Em casos que tais, porquanto reconhecida a existência da *affectio societatis* como fator preponderante na constituição da empresa, não pode tal circunstância ser desconsiderada por ocasião de sua dissolução. Do contrário, e de que é exemplo a hipótese em tela, **a ruptura da *affectio societatis* representa verdadeiro impedimento a que a companhia continue a realizar o seu fim, com a obtenção de lucros e distribuição de dividendos, em consonância com o artigo 206, II, "b", da Lei nº 6.404/76, já que dificilmente pode prosperar uma sociedade em que a confiança, a harmonia, a fidelidade e o respeito mútuo entre os seus sócios tenham sido rompidos**. A regra da dissolução total, nessas hipóteses, em nada aproveitaria aos valores sociais envolvidos, no que diz respeito à preservação de empregos, arrecadação de tributos e desenvolvimento econômico do país. À luz de tais razões, o rigorismo legislativo deve ceder lugar ao princípio da preservação da empresa, preocupação, inclusive, da nova Lei de Falências - Lei nº 11.101/05, que substituiu o Decreto-lei nº 7.661/45, então vigente, devendo-se permitir, pois, a dissolução parcial, com a retirada dos sócios dissidentes, após a apuração de seus haveres em função do valor real do ativo e passivo. **A solução é a que melhor concilia o interesse individual dos acionistas retirantes com o princípio da preservação da sociedade e sua utilidade social, para evitar a descontinuidade da empresa**, que poderá prosseguir com os sócios remanescentes. Embargos de divergência improvidos, após rejeitadas as preliminares.

Quanto a preliminar de nulidade do processo, os Ministros entenderam que não houve prejuízo a qualquer das partes e que, portanto, o pedido deveria ser rejeitado. No mérito, o recurso foi – novamente – palco de acalorado debate entre os Ministros sobre a aplicabilidade do instituto da dissolução parcial à sociedade anônima.

O Ministro Castro Filho ponderou em seu voto vencedor que “a realidade da economia brasileira revela a existência, em sua grande maioria, de sociedades anônimas de médio e pequeno porte, em regra de capital fechado, que concentram na pessoa de seus sócios um de seus elementos preponderantes” e concluiu que “a ruptura da *affectio societatis* representa verdadeiro impedimento a que a companhia continue realizar o seu fim, com a obtenção de lucro e distribuição de dividendos”. Seu posicionamento foi acompanhado pelos ministros Hélio Quaglia Barbosa, Humberto Gomes de Barros, Cesar Asfor Rocha e Nacy Andrichi.

O ministro Massami Uyeda abriu a divergência, arguindo que “sendo uma lei especial, não podemos, com todo o respeito, dar tratamento como se fosse uma sociedade limitada, na

qual poderia haver uma apuração de haveres de sócios dissidentes” e ressaltando a incompatibilidade entre a dissolução parcial de sociedade com o regime jurídico das sociedades anônimas, no qual foi acompanhado pelo ministro Jorge Scartezzini.

Também divergiram os ministros Ary Pargendler e Menezes Direito. Sustentou, o primeiro ministro, que “ainda que a sociedade tenha por finalidade a obtenção de lucros, a consequências a se extrair de prejuízos em alguns exercícios sociais não pode ser a de sua dissolução, ainda que parcial”, ressaltando que a inaplicabilidade do artigo 206 da LSA em razão da falta de lucro. Em sentido similar, o segundo ministro argumentou que “a discussão feita na Quarta Turma, deixou claro que estava deferindo a dissolução parcial porque entendia inexistir distribuição de lucros e haver a perda da *affectio societatis*. Ora, esses dois fundamentos, a meu ver, não servem de suporte para o cumprimento do artigo 206”, evidenciando também a inaplicabilidade do dispositivo sobre dissolução de sociedade anônima para o caso “de uma sociedade anônima travestida”.

Ao final, a Segunda Seção do STJ essencialmente manteve a *ratio decidendi* da decisão anterior, autorizando a dissolução parcial de companhia fechada que não distribui dividendos por período prolongado. Neste tocante, destaca-se que a ausência de distribuição de dividendos foi elemento central do debate, figurando como fundamento tanto do voto vencedor, quanto para os votos vencidos, todavia acrescentou-se de maneira equivocada e espúria a quebra da *affectio societatis* como impedimento à consecução do fim social em companhias familiares⁹⁴.

2.2. O Processo de Cumprimento de Sentença da Cocelpa S.A.

Em 1996, já tendo o processo de dissolução sido julgado em primeiro grau e confirmado pelo Tribunal de Alçada, o acionista insatisfeito deu início ao processo de liquidação provisória

⁹⁴ Como sustentado em outro trabalho: “Ocorre que, para além da *ratio decidendi*, o acórdão consignava também que o mero desaparecimento da *affectio societatis* em companhia fechada familiar representa impedimento à consecução do fim social. Trata-se, vale frisar, de enunciado de regra de direito que não foi a base da decisão e não era para ela necessária, enquadrando-se como uma luva na definição de *obiter dictum*”. Ver: GEBRAN, João Guilherme; PARGENDLER, Mariana. A Banalização da Dissolução Parcial de Sociedade Anônima no Brasil: A Ausência de *Distinguishing* na Evolução Jurisprudencial. In: YARSHELL, Flávio Luiz; PEREIRA, Guilherme (Orgs.). **Processo Societário IV**. São Paulo: Quartier Latin, 2021. p. 786.

da sociedade por meio da Carta de Sentença nº 307/1996⁹⁵ e ao processo de execução provisória por meio da Carta de Sentença nº 1615/2004⁹⁶.

Ambos os processos correram de forma conturbada e belicosa. O laudo de avaliação da companhia foi realizado conjugando o balanço de fechamento de 1991 (ano anterior ao ajuizamento da demanda) com o laudo pericial dos bens havidos pela sociedade. Assim, o laudo de avaliação da companhia foi homologado, fixando os haveres devidos aos Autores em CR\$ 29.833.875.000,00. Entretanto, não tardou para o Tribunal de Justiça do Paraná anulá-lo, reconhecendo que “o laudo pericial é lacunoso e inclusive, pois contém [...] irregularidades e imperfeições” e determinado a realização de nova liquidação de sentença⁹⁷.

Neste *iter*, houve a baixa dos autos da Ação de Dissolução Parcial, fazendo com que o acionista insatisfeito propusesse nova execução da sentença em caráter definitivo. Assim, em 2008, o acionista insatisfeito promoveu a execução da sentença em face da sociedade no valor de R\$ 85.989.047,08, tomando por base cálculo aritmético e o balanço social de 1991. Em resposta, a Cocelpa apresentou exceção de executividade alegando, em síntese, tratar-se de título ilíquido e a existência de litispendência entre a ação de execução em caráter definitivo e a ação de execução provisória advinda da Carta de Sentença nº 1615/2004.

Em flagrante tom de beligerância, as partes continuaram atacando uma à outra e sucessivamente recorrendo das decisões proferidas⁹⁸. Não houve nenhuma novidade em termos de argumentação jurídica, apenas uma persistente quebra de braço entre as partes com base nos argumentos já suscitados e a condenação do acionista minoritário em litigância de má-fé⁹⁹ por ter omitido do Juízo da Execução a existência do processo de execução provisória (a Carta de Sentença nº 1615/2004) e ajuizado a execução de sentença em duplicidade.

⁹⁵ BRASIL. 1ª Vara de Falências e Recuperação Judicial de Curitiba/PR. **Cumprimento de Sentença nº 0000162-41.1996.8.16.0025**. Juiz: Evandro Portugal. Distribuição: 05 jun. 1996.

⁹⁶ BRASIL. 1ª Vara de Falências e Recuperação Judicial de Curitiba/PR. **Cumprimento de Sentença nº 0002285-31.2004.8.16.0025**. Juiz: Evandro Portugal. Distribuição: 13 out. 2004.

⁹⁷ BRASIL. Tribunal de Justiça do Paraná. **Apelação Cível nº 287.042-4**. Décima Sexta Câmara Cível. Rel.: Des. Carlos Mansur Arida. Julgamento: 25 jan. 2006.

⁹⁸ A fim de demonstrar o grau de animosidade existente entre as partes, vale mencionar que as partes apresentaram Apelação, Contrarrazões, Embargos de Declaração, Recurso Especial, Recurso Adesivo ao Recurso Especial e Agravo Regimental da decisão que negou seguimento aos REsp.

⁹⁹ BRASIL. Tribunal de Justiça do Paraná. **Apelação Cível nº 565.979-8**. Décima Sétima Câmara Cível. Rel.: Des. Vicente Del Prete Misurelli. Julgamento: 08 abr. 2009.

A controvérsia somente veio a ser solucionada após a inadmissão do Agravo Regimental no Recurso Especial 1285.695/PR¹⁰⁰, mantendo hígido o acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Paraná na Apelação nº 565.979-8, e permitindo a continuidade do trâmite processual em primeiro grau. A Cocelpa, então, se manifestou alegando existir causa superveniente de extinção da obrigação, devido ao fato de o acionista insatisfeito deter, no máximo, participação de 0,548%¹⁰¹ e, portanto, não preencher o requisito para propositura da ação dissolutória exigidos pelo artigo 206, II, “b” da LSA¹⁰². Em resposta, sobreveio o despacho determinando a suspensão do processo¹⁰³ e o prosseguimento da Carta de Sentença nº 307/1996 de liquidação provisória da sociedade e a nomeação de novos peritos para a avaliação da sociedade¹⁰⁴.

Simultaneamente, no processo de execução definitivo – o qual continuou em trâmite – foi determinada a intimação da Cocelpa para proceder com o pagamento dos valores incontroversos. Em um *déjà vu*, as partes tornaram a discutir o valor do quinhão pertencente ao acionista insatisfeito e a sua liquidez do crédito. De um lado, o acionista insatisfeito requeria o pagamento do valor incontroverso correspondente a 0,584% da companhia. Do outro lado, a Cocelpa sustentava a necessidade de realização de perícia para liquidar a sentença e invocava as decisões

¹⁰⁰ BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Agravo Regimental no Recurso Especial 1.285.695/PR**. Terceira Turma. Rel.: Min. Nancy Andrighi. Julgamento: 15 ago. 2013.

¹⁰¹ A maior parte das ações representativas do capital de titularidade do acionista insatisfeito havia sido recebida em doação feita pelo falecido Antonio de Pauli a seus filhos varões na 10ª Assembleia Geral e Extraordinária da Cocelpa, a qual foi declarada nula pelo juízo da 15ª Vara Cível de Curitiba, nos autos da Ação Anulatória nº 1.309/1995, proposta pela herdeira prejudicada, Odette Nazarena De Pauli Bettega.

¹⁰² Diz o art. 206 da Lei das Sociedades por Ações: “Art. 206. Dissolve-se a companhia: I - de pleno direito: a) pelo término do prazo de duração; b) nos casos previstos no estatuto; c) por deliberação da assembléia-geral (art. 136, X); d) pela existência de 1 (um) único acionista, verificada em assembléia-geral ordinária, se o mínimo de 2 (dois) não for reconstituído até à do ano seguinte, ressalvado o disposto no artigo 251 e) pela extinção, na forma da lei, da autorização para funcionar. II - por decisão judicial: a) quando anulada a sua constituição, em ação proposta por qualquer acionista; b) quando provado que não pode preencher o seu fim, em ação proposta por acionistas que representem 5% (cinco por cento) ou mais do capital social; c) em caso de falência, na forma prevista na respectiva lei; III - por decisão de autoridade administrativa competente, nos casos e na forma previstos em lei especial.”

¹⁰³ Quanto a duplicidade de procedimentos, bem esclarece o despacho que: Da duplicidade de procedimentos. Da análise do que consta deste processo e dos autos nº 162-41.1996, verifica-se que se referem à mesma sentença, havendo, portanto, duplicidade de procedimentos. Por esta razão, a fim de evitar tumulto ainda maior do que o já verificado nas demandas que envolvem as mesmas partes, prudente a suspensão da presente execução, vez que aqueles autos se encontram em fase mais avançada, já tendo sido determinada a realização de perícia para liquidação da sentença. Assim, determina-se a suspensão da presente execução, até o julgamento definitivo dos autos nº 162-41.1996. Repise-se que as partes devem observar tal determinação, não apresentando petições desnecessárias no feito, sob pena de restar caracterizada litigância de má-fé. Apense-se o presente processo aos autos nº 162-41.1996” Ver: BRASIL. 1ª Vara de Falências e Recuperação Judicial de Curitiba/PR. **Cumprimento de Sentença nº 0002285-31.2004.8.16.0025**. Juiz: Evandro Portugal. Distribuição: 13 out. 2004.

¹⁰⁴ BRASIL. 1ª Vara de Falências e Recuperação Judicial de Curitiba/PR. **Cumprimento de Sentença nº 0000162-41.1996.8.16.0025**. Juiz: Evandro Portugal. Distribuição: 05 jun. 1996.

proferidas anteriormente pelo Tribunal de Justiça do Paraná. Sucedeu-se uma nova enxurrada de manifestações, embargos de declaração e agravos de ambas as partes. Por fim, em 11 de maio de 2016, o Juízo da execução pôs fim aos embates¹⁰⁵, delimitando os termos controversos ao percentual devido aos acionistas retirantes e à apuração dos haveres da empresa.

Delimitada a controvérsia, as partes foram intimadas para organizar os seus quesitos detalhando o rol de cada área técnica devido à complexidade do caso concreto. Sucederam-se, então, sucessivas substituições dos peritos nomeados, em razão do valor dos honorários apresentados, da distribuição do ônus das custas e, até mesmo, da parcialidade do perito.

Em 1º de junho de 2017, enquanto aguardava a determinação do Juízo em relação à impugnação do perito e o julgamento do recurso de Embargos de Declaração sobre a distribuição do ônus das custas periciais, a Cocelpa ingressou com o pedido de Recuperação Judicial¹⁰⁶ complicando ainda mais o processo de dissolução parcial. A ação foi ajuizada conjuntamente pela Cocelpa e pela Arpeco, as quais alegaram, em síntese: “em que pese os resultados negativos que vêm sendo acumulados pelas Requerentes, as empresas possuem a expertise e todas as condições estruturais necessárias à sua recuperação”.

¹⁰⁵ O despacho delimitou os temas controversos nos seguintes termos: “Dos embargos de declaração. No que se refere ao pagamento dos valores incontroversos, alegação contida em inúmeros petítórios da parte exequente, esclarece-se que a questão já foi decidida à seq. 70.1, bem como à seq. 1.108 dos autos principais, de nº 148-33.1991 (decisão esta posteriormente confirmada no julgamento da AC 565.979-8 – seq. 1.125 daqueles autos). Frise-se, ainda, que quando do julgamento da AC nº 287.042.4, restou expressamente consignado que o laudo do assistente técnico da parte executada, assim como a perícia de seq. 1.149/1.150, não poderia ser acolhido, vez que eivado de omissões (item 8, fl. 2, seq. 1.224). Contudo, embora a parte exequente tenha apresentado o mesmo pedido diversas vezes em petítórios distintos, não se vislumbra, por ora, má-fé em sua conduta. Cabe ressaltar, no entanto, que a apresentação de nova petição com o mesmo conteúdo poderá configurar litigância de má-fé, porquanto a questão do pagamento imediato de valores incontroversos encontra-se definitiva e expressamente afastada. Pelo exposto, rejeitam-se os embargos de declaração opostos pela parte executada à seq. 129.1. Da partilha e perícia. Depreende-se dos autos que dois são os pontos sobre os quais ainda pendem discussão: o percentual devido aos exequentes e a apuração dos haveres da empresa Cocelpa. Quanto ao primeiro, conforme já decidido na r. decisão de seq. 40.1, o percentual do espólio deverá se adequar à partilha a ser realizada nos autos de inventário de Antonio de Pauli. Desta forma, o deslinde do presente feito inexoravelmente dependerá do término do inventário que tramita sob nº 328/79, perante a 15ª Vara Cível de Curitiba (seq. 51.2). Por outro lado, verifica-se imprescindível a realização de perícia a fim de apurar os haveres da empresa (conforme já decidido inúmeras vezes, em especial na AC nº 287.042.4), sendo demasiadamente contraproducente que se aguarde para realizar a perícia apenas quando da definição do percentual devido ao exequente. Ver: BRASIL. 1ª Vara de Falências e Recuperação Judicial de Curitiba/PR. **Cumprimento de Sentença nº 0000162-41.1996.8.16.0025**. Juiz: Evandro Portugal. Distribuição: 05 jun. 1996.

¹⁰⁶ BRASIL. 1ª Vara de Falências e Recuperação Judicial de Curitiba/PR. **Processo Recuperação Judicial nº 0005462-46.2017.8.16.0025**. Juiz: Mariana Gluszcynski Fowler Gusso. Distribuição: 1º jun. 2017.

A petição inicial da recuperação judicial, por um lado, narra que: (i) a crise das empresas começou na década de 90, quando a Cocelpa teve dificuldade de se manter atualizada com a melhor qualidade de maquinário, o que acarretou a perda de espaço de mercado para seus concorrentes; (ii) a crise financeira de 2008 também prejudicou a empresa, devido à retração do mercado de celulose e embalagens; e (iii) problemas internos na companhia – como o incêndio em uma das unidades em 2011, o término do estoque em 2015, a quebra do turbo gerador em 2016 – além de causarem prejuízo financeiro a companhia, implicaram a paralisação de fábricas, o que agravou as suas dificuldades financeiras. Por outro lado, apresenta perspectiva futura otimista da empresa, ressaltando que “os indicativos e previsões de mercado para o setor de celulose e produção de papel para os próximos anos são positivos” e que “várias correções operacionais foram iniciadas nas empresas, inclusive com a retomada de equipamentos parados, melhorias em qualidade, além da forte redução de custos e gastos gerais das companhias”.

Em 13 de junho de 2017, o Juízo Falimentar deferiu o processamento da recuperação judicial das empresas em litisconsórcio ativo, nomeou a empresa Credibilitá como Administradora Judicial e suspendeu as ações e execuções em face da Cocelpa pelo prazo de 180 dias úteis, nos termos do artigo 6º, § 4º, da Lei de Recuperação Judicial e Falência (LRF)¹⁰⁷.

O edital com a relação de credores foi publicado em 23 de agosto de 2017 e retificado em 15 de setembro 2017, com os seguintes valores:

¹⁰⁷ Diz o artigo 6º, § 4º, da Lei de Recuperação Judicial e Falência, que: “Na recuperação judicial, a suspensão de que trata o *caput* deste artigo em hipótese nenhuma excederá o prazo improrrogável de 180 (cento e oitenta) dias contado do deferimento do processamento da recuperação, restabelecendo-se, após o decurso do prazo, o direito dos credores de iniciar ou continuar suas ações e execuções, independentemente de pronunciamento judicial.”

Figura 2 – Relação de Credores

Classe I	R\$ 3.907.567,02
Classe II	R\$ 34.335,120,20
Classe III	R\$ 18.706.897,41 (moeda nacional)
Classe III	USD 8.940,43 (moeda estrangeira)
Classe IV	R\$ 2.710.598,77
TOTAL	R\$ 59.689.329,20

Fonte: Tabela disponível na manifestação do Administrador Judicial datada de 12 de março de 2019 e apresentado na mov. 1557.1 dos autos da Recuperação Judicial n. 0005462-46.2017.8.16.0025.

Em 21 de agosto de 2017, o acionista insatisfeito manifestou-se nos autos da falência trazendo à baila suas críticas em relação à Cocelpa e sua administração, pleiteando pela convocação da recuperação judicial em falência. Sustentou, em síntese, que a Assembleia Geral que deu origem ao pedido de Recuperação Judicial foi reconhecida nula por decisão judicial¹⁰⁸, devido à ausência de cumprimento dos requisitos formais para a sua instauração. Entretanto, a manifestação não foi conhecida pelo Juízo Falimentar, pois o processo ainda se encontra em trâmite e aguarda julgamento dos seus recursos. Entretanto, o Juízo indeferiu o pedido, entendendo que as nulidades suscitadas já haviam sido apreciadas e pacificadas pelo Tribunal anteriormente¹⁰⁹. Por fim, a decisão determinou a publicação dos editais.

No mês seguinte, a Cocelpa apresentou o seu plano de recuperação judicial acompanhado do laudo econômico-financeiro e de avaliação dos bens e ativos das da sociedade, nos termos do artigo 53 da LRF¹¹⁰. Na semana subsequente, o acionista insatisfeito comunicou a

¹⁰⁸ BRASIL. 19ª Vara de Cível de Curitiba/PR. **Ação Anulatória de Assembleia Geral Extraordinária nº 0022996-17.2013.8.16.0001**. Juiz: Evandro Portugal. Distribuição: 16 de mai. 2013.

¹⁰⁹ Consignou-se que a matéria já fora apreciada em Agravo de Instrumento, no qual reconheceu-se que todos os acionistas estiveram presentes na AGE de 25 de maio de 2007, a qual deliberou por unanimidade de votos pela litude do ajuizamento da Ação de Recuperação Judicial. Ver: BRASIL. Tribunal de Justiça do Paraná. **Agravo de Instrumento nº 0034198-52.2017.8.16.0000**. Sétima Câmara Cível. Rel.: Des. Luiz Antônio Barry. Julgamento: 17 abr. 2018.

¹¹⁰ Diz o artigo 53 da Lei de Recuperação Judicial e Falência: “Art. 53. O plano de recuperação será apresentado pelo devedor em juízo no prazo improrrogável de 60 (sessenta) dias da publicação da decisão que deferir o processamento da recuperação judicial, sob pena de convocação em falência, e deverá conter [...]”.

interposição de Agravo de Instrumento em face da decisão de processamento da recuperação judicial, alegando que a companhia omitira do Juízo Falimentar a existência do crédito possuído por este em decorrência da Ação de Dissolução Parcial¹¹¹, bem como o fato de a ata de assembleia que deliberou pela recuperação judicial ser nula. O acionista insatisfeito, ainda, pugnou pela inclusão no polo ativo de empresas indicadas que seriam vinculadas à Cocelpa, mediante o reconhecimento de grupo econômico, bem como pela convalidação da recuperação em falência. Sustentou que os acionistas controladores da Cocelpa estabeleceram uma complexa rede societária para explorar a atividade de fabricação e transporte de papel, celulose e embalagens (em paralelo a Cocelpa e Arpeco) e buscam com o pedido de recuperação judicial lesar terceiros e acionistas minoritários. Narra que há, entre as Recuperandas e as sociedades supostamente pertencentes ao grupo¹¹², identidade entre os administradores, controle cruzado das participações societárias e coordenação nas atividades empresariais, caracterizando verdadeiro grupo familiar, cujos sócios possuem sobrenome Bettega e De Pauli.

Em 25 de março de 2018, a Administradora Judicial apresentou a Lista de Credores com análise detalhada de cada crédito.

Em 24 de junho de 2019, o Juízo Falimentar acolheu o pedido para a consolidação substancial entre a recuperação judicial da Cocelpa e a recuperação judicial da CONPEL – Companhia Nordestina de Papel S.A. em trâmite na Paraíba¹¹³, reconhecendo que “as empresas atuam em conjunto perante o mercado, que prestaram garantias cruzadas, que compartilham o mesmo controle e direção e que dependem uma das outras em seus negócios”¹¹⁴. Entretanto, destaca-

¹¹¹ BRASIL. 1ª Vara de Falências e Recuperação Judicial de Curitiba/PR. **Ação de Dissolução Parcial de Sociedade nº 0000148-33.1991.8.16.0025**. Juiz: Evandro Portugal. Distribuição: 25 nov. 1991.

¹¹² Segundo a alegação do acionista insatisfeito, além da Cocelpa e da Arpeco, compõem o grupo empresarial: (i) Transpel Transportadores de Papel Ltda.; (ii) Empreendimentos Florestais Paraná Ltda.; (iii) EKN Embalagens Kraft do Nordeste Ltda.; (iv) JCL Empreendimentos imobiliários Ltda.; e (v) Plástico do Paraná Ltda.

¹¹³ BRASIL. Vara Cível da Comarca de Conde/PB. **Recuperação Judicial nº 0800411-61.2017.8.15.0441**. Juiz: André Ricardo de Carvalho Costa. Distribuição: 29 jun. 2017.

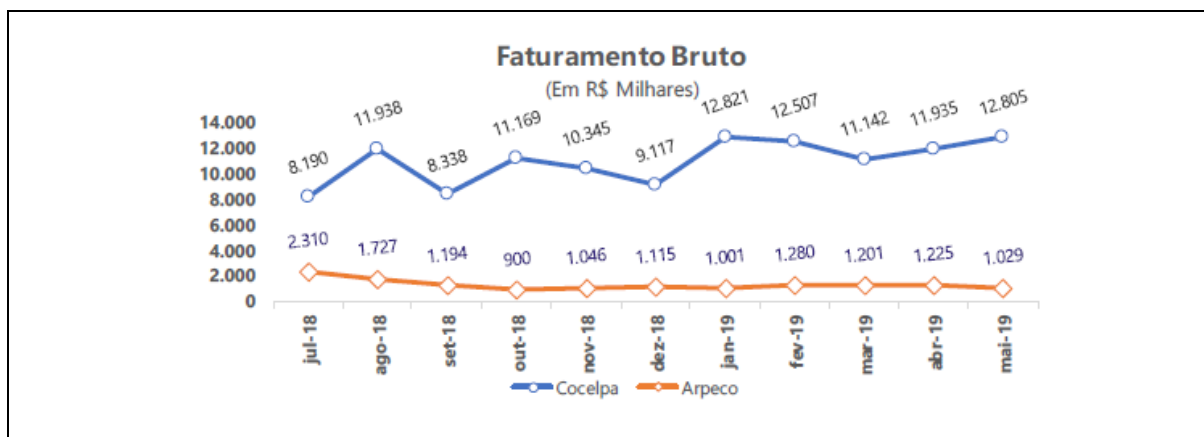
¹¹⁴ O despacho explicitou de forma magistral os requisitos para o cabimento da consolidação substancial e o seu preenchimento no caso em tela, nos seguintes termos: “10. A teoria da consolidação substancial, é nova mas amplamente aceita quando algumas empresas possuem relação direta de controle e dependência, que impõe sejam tratadas pelo juízo como um único grupo ativo, passivo e gestão. 11. Se verifica quando empresas do mesmo grupo econômico se apresentam como um bloco único de atuação e são vistas pelo mercado como uma unidade para fins de responsabilidade patrimonial, observando-se um liame de interdependência entre as componentes do grupo, por diversos fatores comerciais e jurídicos. A consolidação substancial e a desconsideração da personalidade jurídica são, na verdade, duas facetas de uma mesma moeda ou são ligadas por uma via de mão dupla. 12. Isso porque em situações de abuso da personalidade jurídica (artigo 50 do CC) ou até mesmo de dificuldades de ressarcimento de uma parte ou de um determinado interesse, respectivamente, t[ri]dos por vulneráveis pelo ordenamento jurídico

se que a Conpel é controlada em sua integralidade pelos acionistas controladores da Cocelpa, por meio de pessoas jurídicas, e que os acionistas insatisfeitos não possuem qualquer participação nela.

Por fim, para além do trâmite processual, cabe destacar a reação financeira da companhia ao processo de recuperação judicial. No atual momento, a Cocelpa apresenta uma aparente recuperação das atividades empresárias e uma certa estabilidade financeira, apesar da existência de um grande passivo e de um fluxo de caixa minguado, conforme evidenciam os demonstrativos financeiros da companhia e os relatórios mensais de atividades elaborados pelo Administrador Judicial.

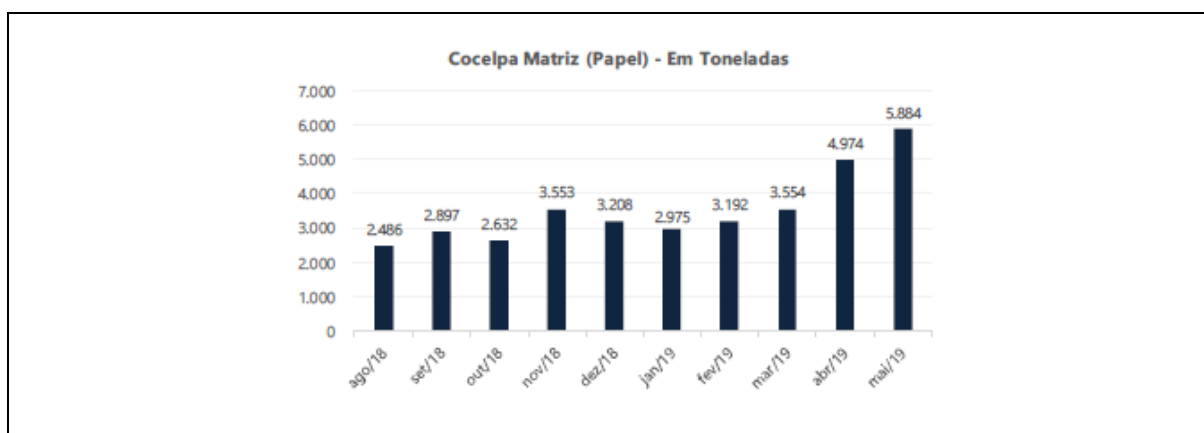
Destaca-se o faturamento crescente da Cocelpa e a relativa estabilidade de faturamento da Arpeco, conforme gráfico a seguir:

(CDC, Lei 9605/98), a desconsideração da personalidade jurídica pode ser utilizada como instrumento de ressarcimento ao impor responsabilidade patrimonial secundária para alguém que possua algum liame com o devedor originário. 13. Já para o caso de consolidação substancial, temos essa situação numa via inversa, na qual a devedora, diante de situações que ensejam liame com as outras componentes do grupo, pede recuperação judicial com o escopo de impor aos credores uma situação única e em bloco. 14. Isso traz segurança jurídica e tratamento igualitário a todos os credores de um mesmo grupo de empresas. 15. Tratando do assunto, fixou-se como requisitos para análise de eventual consolidação substancial alguns requisitos: a) interconexão das empresas do grupo econômico; b) existência de garantias cruzadas entre as empresas do grupo econômico; c) confusão de patrimônio e de responsabilidade entre as empresas do grupo econômico; d) atuação conjunta das empresas integrantes do grupo econômico no mercado; e) existência de coincidência de diretores; f) existência de coincidência de composição societária; g) relação de controle e/ou dependência entre as empresas integrantes do grupo econômico; h) existência de desvio de ativos através de empresas integrantes do grupo econômico. 16. Além da presença desses requisitos objetivos, exige-se, para autorização da consolidação substancial, que os benefícios sociais e econômicos da recuperação judicial processada em consolidação substancial justifiquem sua aplicação. Vale dizer, sua aplicação deve ser fundamental para que se consiga manter os benefícios econômicos e sociais que decorrem da preservação da atividade empresarial (empregos, riquezas, produtos, serviços, tributos, etc.) em detrimento do interesse particular de credores e devedores. 17. No caso dos autos vê-se que os requisitos estão preenchidos.”

Figura 3 – Análise do Faturamento

Fonte: Gráfico disponível no Relatório Mensal de Atividades referente ao mês maio de 2019 elaborado pelo Administrador judicial e apresentado na mov. 2351.1 dos autos da Recuperação Judicial n. 0005462-46.2017.8.16.0025.

Também merece atenção o incremento do nível de atividade da matriz da fábrica de papel da Cocelpa, conforme gráfico abaixo:

Figura 4 – Nível de Atividade da Planta Matriz da COCELPA

Fonte: Gráfico disponível no Relatório Mensal de Atividades referente ao mês de maio de 2019 elaborado pelo administrador judicial e apresentado na mov. 2351.1 dos autos da Recuperação Judicial n. 0005462-46.2017.8.16.0025.

O processo de recuperação judicial da Cocelpa, Arpeco e Conpel vem tramitando de forma eficiente e possibilitando o retorno da saúde financeira das companhias. O plano de recuperação apresentado pelas companhias vem funcionando e possui o respaldo de diversos credores, especialmente dos bancos. Entretanto, encontra forte oposição do acionista insatisfeito e de alguns credores, os quais alegam que a recuperação judicial é apenas um estratagema dos acionistas controladores para frustrar seus credores e prejudicar seus acionistas minoritários.

Em suma, o processo de dissolução parcial da Cocelpa, iniciado em 1996, até o presente momento não encontrou um desfecho. Por um lado, o processo aguarda a realização da perícia técnica para avaliação da companhia e a apuração dos haveres devidos aos sócios insatisfeitos. Por outro lado, aguarda o prosseguimento da Recuperação Judicial da companhia para o pagamento dos haveres devidos aos acionistas insatisfeitos.

2.3. O Processo de Dissolução Parcial da Indústria Kirchner S.A.

Em 1960, Luiz Kirchner e seus filhos, Otto Kirchner e Ludwig Kirchner, fundaram a Fábrica de Borrachas Luiz Kirchner Ltda. em São Paulo. Pouco tempo depois, em 2 de fevereiro de 1961, transformaram a sociedade limitada em sociedade anônima, a qual passou a ser denominada Luiz Kirchner S.A. Indústria de Borracha. A sociedade tinha como objeto social “o comércio, indústria, [...] importação, exportação e assistência técnica de artigos de borracha, produtos similares e conexos” e produzia, essencialmente, autopeças de borracha para a indústria automobilística.

A Companhia teve sucesso por vários anos, entretanto, a partir da década de 90, seu mercado foi perdendo relevância na medida em que os seus produtos foram sendo substituídos por artefatos de plástico. Tal período coincide com a afastamento fático do patriarca Luiz Kirchner da administração da sociedade, o qual era idoso e se encontrava acamado, e o início da disputa pela companhia entre os herdeiros.

Desde 1992, logo no início das desavenças, a composição societária da Kirchner S.A. consistia em três grupos de acionistas. Primeiro, a figura do patriarca Luiz Kirchner, com 53,97% das ações, o qual, apesar de possuir nominalmente o controle da companhia, não se encontrava com saúde para administrá-la, se manteve neutro na disputa societária. Segundo, o bloco dos acionistas controladores – composto por Otto Kirchner, com 20,74% das ações; Ada Maria Kirchner, com 1,03% das ações; Benno Kirchner, com 0,88% das ações; e Nady Kirchner Avilla, com 0,88% das ações, todos seus familiares diretos –, os quais, diante da incapacidade do patriarca, assumiram faticamente a administração da companhia. Terceiro, o bloco dos acionistas insatisfeitos – composto pelo espólio de Ludwig Kirchner, com 20,74% das ações, e pelos filhos do *de cujus*, Bárbara Kirchner e Luiz Felipe Kirchner, com 0,88% das ações cada um –, que desejam se retirar da sociedade.

A principal diferença entre os dois blocos antagônicos reside no fato de que a participação societária dos acionistas controladores (Otto Kirchner e seus herdeiros) é quase em sua

totalidade de ações ordinárias, o que garantia a estes o controle sobre a companhia, enquanto a dos acionistas insatisfeitos (herdeiros de Ludwig Kirchner) é integralmente composta por ações preferenciais sem direito a voto, não permitindo qualquer tipo de ingerências sobre os negócios sociais. Em síntese, o quadro de acionistas da Kirchner S.A. em 1992 era o seguinte:

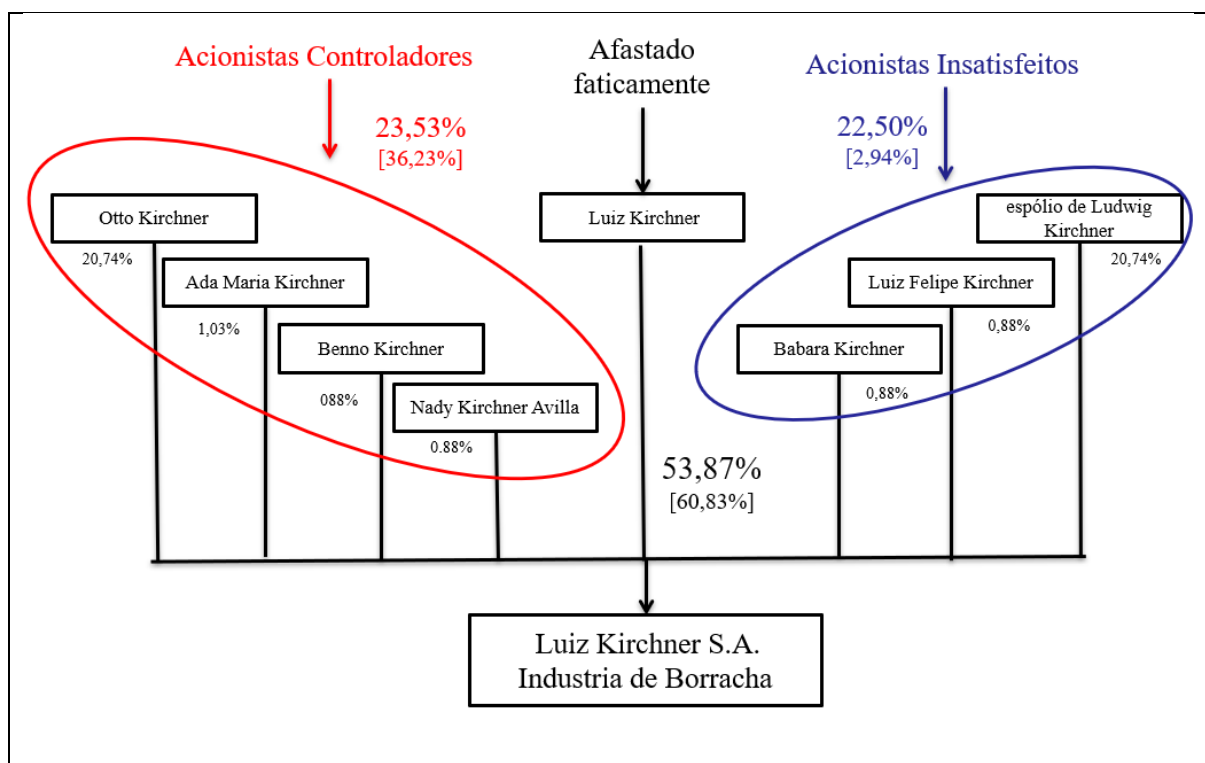
Figura 5 – Quadro de Acionistas da Kirchner S.A. mantido desde 1992

Acionistas	Valor de participação (Cr\$)	Percentual de participação	
		Capital total	Capital votante
Luiz Kirchner	5.936.700.000,00	53,97%	60,83%
Otto Kirchner	2.281.400.000,00	20,74%	34,56%
Ludwig Kirchner	2.281.400.000,00	20,74%	0,00%
Ada Maria Kirchner	113.300.000,00	1,03%	1,67%
Benno Kirchner	96.800.000,00	0,88%	0,00%
Nady Kirchner Avilla	96.800.000,00	0,88%	0,00%
Babara Kirchner	96.800.000,00	0,88%	1,47%
Luiz Felipe Kirchner	96.800.000,00	0,88%	1,47%
Total	11.000.000.000,00	100,00%	100,00%

Fonte: Tabela elaborada pelo Autor conforme anexo presente na declaração de imposto da Luiz Kirchner S.A. Indústria de Borracha de 1993 e vigente à época do ajuizamento da Ação de Dissolução Parcial.

Levando em conta o capital social e o capital votante (em colchetes) de cada um dos blocos de acionistas, pode-se traduzir a estrutura societária da Kirchner S.A. da seguinte forma:

Figura 6 – Estrutura Societária conforme Capital Social e Capital Votante



Fonte: Figura elaborada pelo Autor, contendo o capital social e do capital votante de cada bloco de acionistas.

Em 21 de novembro de 1994, o Espólio de Ludwig Kirchner, Luiz Felipe Kirchner e Barbara Cristina Kirchner Magalhães – os acionistas insatisfeitos – propuseram a ação de dissolução parcial de sociedade em face da Luiz Kirchner S.A. Indústria de Borracha e dos acionistas controladores¹¹⁵. O pedido de dissolução fundou-se (i) na perda do interesse de manter a participação no capital social da empresa; (ii) no fato de que “a sociedade não mais preenche o seu fim, uma vez que constituída com o objetivo de que a família Kirchner exercesse a atividade em harmonia em uma mesma empresa, o que se tornou impossível após o falecimento de Ludwig Kirchner”; e, por conseguinte, (iii) na inexistência do *affectio societatis*.

Os acionistas insatisfeitos argumentam que “após o falecimento de Ludwig Kirchner, seus herdeiros maiores, Barbara e Luiz Felipe, tentaram, por diversas vezes, participar dos negócios sociais da empresa familiar, porém foram impedidos por Otto Kirchner, que detém o controle”. Explicaram que “Luiz Kirchner – dada a idade avançada, 85 anos aproximadamente

¹¹⁵ BRASIL. 21ª Vara Cível do Fórum Central de São Paulo/SP. **Ação de Dissolução Parcial de Sociedade nº 0531345-31.1994.8.26.0100**. Juiz: Márcio Teixeira Laranjo. Distribuição: 23 nov. 1994.

—, não tem condições de exercer qualquer atividade” e que, afastados do negócio familiar, não possuem interesse em se manter na sociedade. Ressaltaram, também, que se encontram vinculados à sociedade, pois o acordo de acionistas impede a alienação das ações e os demais sócios se recusam a comprar ou apurar e pagar pelas suas ações. Por fim, sustentaram que não restava alternativa senão o ajuizamento da ação para dissolução parcial da sociedade anônima.

Em contestação, a Kirchner S.A. e os acionistas controladores esclareceram inicialmente que (i) o Sr. Luiz Kirchner se encontra realmente incapacitado, mas que a sua participação processual é indispensável, “tornando-se necessária a intervenção do Ministério Público”; e que (ii) a matéria encontra-se albergada pela coisa julgada, pois “os Autores já tentaram a dissolução judicial da sociedade, nos autos do processo 2212/92 que corre perante 1ª Vara da Família do Fórum da Lapa”¹¹⁶. Em relação ao mérito, contestaram que (iii) a companhia atende perfeitamente o seu fim social, pois “está na plenitude de suas operações, tem 250 empregados diretos, fatura aproximadamente R\$ 5 milhões por ano, recolhe seus impostos e têm pago dividendos aos seus acionistas na forma da lei”; (iv) a companhia “é uma sociedade anônima de direito e de fato. Ela tem diretores e gerentes profissionais, 250 pessoas trabalhando, concorrência de mercado e suas Demonstrações Financeiras e Balanços são publicados no Diário Oficial e em jornal de grande circulação, ou seja, é uma empresa transparente e não ‘familiar’”; e, por fim, (v) acusam o pedido de dissolução parcial de ser “uma falácia”, pois “os Autores são acionistas relevantes, hoje com 22,5% e futuramente talvez com 50%. Qualquer retirada de acionista desse porte, levará a empresa à liquidação efetiva e não apenas parcial”. Logo após a manifestação das partes, em 7 de abril de 1995, faleceu o Sr. Luiz Kirchner aos 86 anos de idade, deixando a maioria das ações (correspondente a 53,97% do capital total e 60,83% do capital votante) para serem partilhadas pelos herdeiros no processo de Inventário¹¹⁷.

A sentença, proferida em 24 de outubro de 1995, julgou procedente a ação para decretar a dissolução parcial da sociedade Kirchner S.A. Em relação às preliminares suscitadas, a decisão esclareceu que (i) “não há obstáculo legal a que o sócio retire-se da sociedade qualquer que seja o percentual de sua participação nela” e que, portanto, “não cabe a suspensão do processo”;

¹¹⁶ BRASIL. 1ª Vara da Família do Fórum da Lapa/SP. **Inventário nº 0241887-52.1992.8.26.0004**. Juiz: Ary Casagrande Filho. Distribuição: 1º out. 1992.

¹¹⁷ BRASIL. 12ª Vara de Família e Sucessões do Foro Central de São Paulo/SP. **Inventário nº 462/1995**. 27 fev. 1997.

e (ii) que “não há coisa julgada denegando a dissolução da sociedade” e que na decisão do processo de inventário de Ludwig Kirchner apenas “foram feitas considerações de caráter meramente administrativo, anotando-se que em princípio o falecimento de um dos sócios não dissolve a sociedade”. Apontou o magistrado que “o ponto nodal da lide está na aceitação ou não da tese de que, embora formalmente constituída sob o regime de sociedade por ações, a empresa na realidade não era de capital, mas sim de pessoas, diante de seu cunho estritamente familiar”. Passou, então, ao mérito da demanda, no qual entendeu que (iii) trata-se de sociedade familiar, pois “embora os requeridos aleguem que a empresa se organize de modo profissional, com quadro de executivos próprios, nada de concreto neste sentido foi demonstrado, o que confirma que a organização interna da sociedade se dá de acordo com a divisão de capital feita pelo patriarca Luiz Kirchner, falecido no curso da ação”; (iv) tendo em vista que os acionistas insatisfeitos só entraram na companhia em virtude do recebimento de herança e não por sua livre vontade, deve ser autorizada a sua saída, pois “deve prevalecer o princípio da autonomia da vontade, sem o que a sociedade atinge os fins apenas dos controladores, não daqueles que nela ingressaram pela via transversa da atribuição de ações em inventário”; (v) não podem os acionistas insatisfeitos ficarem “sob jugo do controlador, cuja diretriz gerencial, segundo está bastante claro nos autos, não é aceita pelos maiores e pelo espólio do autor, como um todo” e conclui afirmando que apesar das “consequências práticas, ditas nefastas, da dissolução parcial, não há como fugir à constatação e que o dissenso entre as partes, aliado ao reconhecimento do direito de retirada dos autores, há de impor a todos as eventuais vicissitudes do procedimento legal”. Por fim, determinou que “serão apurados seus haveres, devidamente atualizados, tendo por base as respectivas participações no capital social” e “proceder-se-á à avaliação do patrimônio da sociedade requerida, observando-se, para tanto, no que couber, o artigo 655 e seguinte do Decreto-Lei nº 1.608/39 (Código de Processo Civil Anterior)”.

Irresignados com a decisão de procedência do pedido de dissolução parcial, a Kirchner S.A. e os acionistas controladores interpuseram recurso de apelação. O parecer ministerial foi pelo desprovimento do recurso de apelação, reconhecendo a companhia como sociedade de pessoas e sustentando que “sendo inviável a participação efetiva [dos retirantes] na sociedade, restar-lhes-ia permanecer sob o domínio do controlador, cujos processo de administração não são endossados pelos autores”. Nesse mesmo sentido foi o acórdão proferido pelo TJSP em 13 de fevereiro de 1998, que, por maioria, confirmou a sentença e autorizou a “retirada dos acionistas-autores através da dissolução parcial de sociedade anônima, e a consequente apuração

dos seus respectivos haveres, tal como decidido pela respeitável sentença”. O acórdão foi emendado da seguinte forma:

SOCIEDADE ANÔNIMA – CAPITAL FECHADO – DISSOLUÇÃO PARCIAL – ADMISSIBILIDADE – RUPTURA DA “AFFECTIO SOCIETATIS” – AÇÃO PROCEDENTE. A sociedade anônima fechada é constituída essencialmente *cum intuitu personae*, para cuja formação não se prende, exclusivamente, à constituição do capital, mas, também e, sobretudo, a qualidade pessoal dos sócios ou acionistas, que, por vezes, mantêm uma relação de parentesco, por isso que chamada, também, de sociedade anônima familiar. Assim, diluída a *affectio societatis*, isto é, não existindo mais a confiança mútua entre alguns dos acionistas, não há como obrigá-los a permanecer em sociedade. Recurso desprovido.¹¹⁸

O voto vencedor reconheceu que “na espécie dos autos” trata-se de “sociedade anônima familiar [...] em que o quadro societário foi constituído de pais e filhos”, portanto erigida com base no *affectio societatis*. Ainda, sustentou – citando Cunha Peixoto – que “nenhum motivo seria mais grave e mais justificado da dissolução, do que a desarmonia entre sócios”, tornando a persecução do objeto social impossível ante a quebra do *affectio societatis*. Por fim, concluiu que “a exclusão ou a retirada dos acionistas-autores é medida mais justa e eficaz, posto que, subsistindo a pluralidade de sócios, continuará a sociedade a perseguir os seus fins sociais, o que estaria, certamente, comprometido com a sua permanência antes a quebra de confiança mútua”.

Por sua vez, o voto vencido – proferido pela Des^a. Luzia Bradão Lopes, que atuou como relatora do julgamento – fez uma detalhada análise dos atos societários que levaram ao arranjo societário vigente na Kirchner S.A. e concluiu que:

não se trata na hipótese de empresa ‘*intuitu personae*’, em que a ‘*affectio societatis*’ é ponto destacável, mas de empresa de capital que foi fundada por membros de uma família e que tiveram visão, exatamente, (prevendo quiçá o que hoje ocorre depois da morte de um deles, com disputas entre os herdeiros que podem refletir até na possibilidade econômico material de continuidade da empresa que lhes foi e é tanto cara) de instituí-la sob forma de sociedade anônima a impedir a dilapidação do patrimônio e impossibilitação de continuidade de cumprimento da finalidade para que foi constituída.¹¹⁹

Tendo em vista a decisão não unânime, a companhia e os acionistas controladores maneiram embargos infringentes, o qual – em 16 de julho de 1999 – foi julgado improcedente

¹¹⁸ BRASIL. Tribunal de Justiça de São Paulo. **Apelação nº 003.299-4/0**. Sexta Câmara Cível. Rel.: Des. Mohamed Amaro. Julgamento: 19 fev. 1998.

¹¹⁹ BRASIL. Tribunal de Justiça de São Paulo. **Apelação nº 003.299-4/0**. Sexta Câmara Cível. Rel.: Des. Mohamed Amaro. Julgamento: 19 fev. 1998.

pela 6ª Câmara de Direito Privado do TJSP sob o fundamento de que “os elementos de convicção trazidos aos autos revelam mesmo que a empresa acionada não era de capital, mas sim de pessoas, *cum intuitu personae*, chamada de sociedade anônima familiar”¹²⁰, mantendo hígido o acórdão e a sentença *a quo*. Ante a decisão, os acionistas controladores interpuseram Recurso Extraordinário e Recurso Especial. O Recurso Extraordinário foi inadmitido “por faltar à matéria agitada o imprescindível prequestionamento” de tema constitucional. O Recurso Especial foi admitido, sendo reconhecido que a matéria controvertida “refere-se à possibilidade jurídica de se objetivar a dissolução de sociedade anônima, com apuração de haveres de acionista”¹²¹. Assim, o feito seguiu para o STJ.

O Recurso Especial interposto pela companhia e pelos acionistas controladores se assentava em quatro pontos principais: (i) na negativa de vigência dos artigos 136 e 137 da LSA, alegando que somente as hipóteses elencadas nesses artigos autorizam a dissolução parcial de sociedade anônima; (ii) na negativa de vigência do artigo 206, II, alínea “b”, da LSA, alegando que a companhia preenche o seu fim social e que a ruptura do *affectio societatis* não é causa legítima para a dissolução da sociedade; (iii) no dissídio jurisprudencial tendo como paradigma o acórdão do AgRg no Ag 34.120-8/SP¹²² de 1993, o qual reconhecia que na sociedade anônima o direito de retirada do acionista era restrito às hipóteses do artigo 137 da LSA; e (iv) no fato novo superveniente decorrente do ingresso Sra. Francisca Kirchner no quadro de acionistas, pois, com o seu ingresso, cessaria eventual caráter familiar da companhia devido à ausência de relação de parentesco consanguíneo ou por afinidade desta com os demais acionistas. Em resposta, os acionistas insatisfeitos apresentaram contrarrazões, alegando que o acórdão se assentou “nas provas produzidas nos autos que demonstram que a sociedade anônima fechada era familiar e constituída de pessoas e não de capital” e que a análise do recurso encontra óbice intransponível na Súmula 7 do STJ¹²³.

¹²⁰ BRASIL. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. **Embargos Infringentes nº 3.299-4/3-02**. Sexta Câmara Cível. Rel.: Des. Reis Kuntz. Julgamento: 24 ago. 1998.

¹²¹ BRASIL. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. **Recursos Extraordinário e Especial nº 03.299.4/7-04**. Terceira Vice-Presidência. Rel.: Des. José Luiz Fonseca Tavares. Julgamento: 11 set. 2000.

¹²² BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Agravo Regimental no Agravo de Instrumento nº 34.120-8/SP**. Terceira Turma. Rel.: Min. Dias Trindade. Julgamento: 26 abr. 1993.

¹²³ Diz a súmula 7 do Superior Tribunal de Justiça: “Súmula 7: A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial”.

Em 15 de agosto de 2001, a Terceira Turma do STJ deu provimento ao Recurso Especial nº 419.174/SP¹²⁴ por unanimidade e alterou diametralmente o andamento do caso. O Ministro Relator Menezes Direito, em seu voto, reconheceu a existência de controvérsia sobre a matéria dentro da própria Corte. Por um lado, invocou os precedentes estabelecidos pela Terceira Turma no REsp nº 171.354/SP¹²⁵ e no REsp nº 247.002/RJ¹²⁶, que reconheciam a impossibilidade de dissolução parcial de sociedade anônima de capital fechado; por outro, invocou o precedente estabelecido pela Quarta Turma no REsp nº 111.294/PR¹²⁷, que admitiu a dissolução parcial. Ao julgar a questão em concreto, o ministro entendeu “não [ser] possível a dissolução da sociedade anônima, pouco importando as peculiaridades do caso concreto”, pois a “sociedade anônima está submetida ao disposto em lei especial, que não agasalha a dissolução parcial, com a apuração de haveres dos sócios retirantes” e, portanto, “não é possível construir para desqualificar o tipo de sociedade, transplantando regras próprias de um tipo para o outro”. Seu posicionamento foi acompanhado pelos demais ministros julgadores e o acórdão foi ementado nos seguintes termos:

Sociedade anônima. Dissolução parcial. Precedentes da Corte.

1. É incompatível com a natureza e o regime jurídico das sociedades anônimas o pedido de dissolução parcial, feito por acionistas minoritários, porque reguladas em lei especial que não contempla tal possibilidade.
2. Recurso especial conhecido e provido.¹²⁸

Desta decisão, os acionistas insatisfeitos interuseram recurso de Embargos de Declaração alegando que o acórdão não examinou o fato “de a sociedade ter sido constituída essencialmente com *intuito personae*”¹²⁹, os quais foram rejeitados pela STJ. Entretanto, diante da divergência existente entre o posicionamento adotado pela Terceira Turma no julgamento deste

¹²⁴ BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Recurso Especial nº 419.174/SP**. Terceira Turma. Rel.: Min. Carlos Alberto Menezes Direito. Julgamento: 15 ago. 2002.

¹²⁵ BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Recurso Especial nº 171.354/SP**. Terceira Turma. Rel.: Min. Waldeomar Zveiter. Julgamento: 05 fev. 2001.

¹²⁶ BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Recurso Especial nº 247.002/RJ**. Terceira Turma. Rel.: Min. Nancy Andrighi. Julgamento: 25 mar. 2002.

¹²⁷ BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Recurso Especial nº 111.294/PR**. Quarta Turma. Rel.: Min. Barros Monteiro; Rel. Acórdão: Min. Cesar Asfor Rocha. Julgamento: 19 set. 2000.

¹²⁸ BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Recurso Especial nº 419.174/SP**. Terceira Turma. Rel.: Min. Carlos Alberto Menezes Direito. Julgamento: 15 ago. 2002.

¹²⁹ BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Embargos de Declaração em Recurso Especial nº 419.174/SP**. Terceira Turma. Rel.: Min. Carlos Alberto Menezes Direito. Julgamento: 03 dez. 2002.

acórdão e o posicionamento adotado pela Quarta Turma no julgamento REsp nº 111.294/PR¹³⁰, os acionistas retirantes interpuseram Embargos de Divergência, em 12 de março de 2003, suscitando o dissídio jurisprudencial.

Em 14 de setembro de 2007, o Ministro Aldir Passarinho Junior – acertadamente – negou monocraticamente seguimento aos Embargos de Divergência por estar ausente a similitude fática entre os acórdãos. Argumentou o Ministro que o Recurso Especial nº 419.174/SP trata do rompimento da *affectio societatis* como elemento ensejador da dissolução parcial, enquanto o Recurso Especial nº 111.294/PR, tratava do “rompimento da *affectio societatis* [conjugado com] a ausência de lucros e de distribuição de dividendos por vários anos”¹³¹. Posteriormente, a decisão foi reconsiderada pelo ministro – sem muitas explicações – em sede de Agravo Regimental nos Embargos de Divergência¹³² e o recurso admitido.

Por fim, em 28 de maio de 2008, os Embargos de Divergência no Recurso Especial nº 419.174/SP¹³³ foram levados a julgamento. A Segunda Seção do STJ – citando o precedente fixado no caso Cocelipa – julgou procedente os Embargos de Divergência 419.174/SP e fixou o entendimento no sentido que “não existindo mais a confiança mútua entre alguns acionistas, não há como obrigá-los a permanecer na sociedade”, permitindo a dissolução parcial. A decisão aplicou mecanicamente a solução do caso Cocelipa ao caso Kirchner S.A., sem se atentar às significativas diferenças fáticas entre os casos¹³⁴.

¹³⁰ BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Recurso Especial nº 111.294/PR**. Quarta Turma. Rel.: Min. Barros Monteiro; Rel. Acórdão: Min. Cesar Asfor Rocha. Julgamento: 19 set. 2000.

¹³¹ BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Embargos de Divergência no Recurso Especial nº 419.174/SP**. Decisão Monocrática. Rel.: Min. Aldir Passarinho Júnior. Julgamento: 14 set. 2007.

¹³² BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Agravo Regimental em Embargos de Divergência no Recurso Especial nº 419.174/SP**. Decisão Monocrática. Rel.: Min. Aldir Passarinho Júnior. Julgamento: 19 dez. 2007.

¹³³ BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Embargos de Divergência no Recurso Especial nº 419.174/SP**. Segunda Seção. Rel.: Min. Aldir Passarinho Júnior. Julgamento: 28 mai. 2008.

¹³⁴ Nesse sentido argumentou-se que, no julgamento dos Embargos de Divergência do caso Kirchner S.A., “sem atentar às peculiaridades dos fatos do caso Cocelipa que deu origem ao precedente e considerando equivocadamente a matéria como pacífica, a Segunda Seção do STJ aplicou mecanicamente a mesma solução – tomando o obiter dictum do caso Cocelipa como ratio decidendi – sem atenção ao distinguishing. [...] Ocorre que, embora tanto Cocelipa como Indústria Kirchner fossem companhias fechadas com composição, ao menos parcialmente, familiar, havia diferenças importantes entre os casos. Diferentemente do caso Cocelipa, não havia no caso da Indústria Kirchner alegações de abuso de poder de controle ou ausência de distribuição de dividendos. Em outras palavras, a decisão dos Embargos de Divergência do caso Kirchner foi pautada na mera perda do interesse dos acionistas minoritários em manter a participação no capital social da companhia familiar, sob a rubrica de quebra da *affectio societatis*, com fundamento em *obiter dictum* dos Embargos de Divergência do caso Cocelipa”. Ver: GEBRAN,

Ocorre que os casos eram juridicamente diferentes, como havia bem reconhecido a decisão monocrática anterior. No caso Cocelpa, o fato juridicamente relevante era (i) a ausência de distribuição de dividendos pela companhia por período prolongado, o que autorizava a dissolução total por impossibilidade de preenchimento do fim social, nos termos da LSA; e (ii) a mitigação da dissolução total em favor da parcial em razão do princípio da preservação da empresa. A natureza familiar da sociedade, os indícios de abuso de poder de controle e a quebra do *affectio societatis* figuraram como pontos laterais no julgamento do recurso especial, não determinantes para o juízo alçado, configurando *obiter dictum*. No caso Kirchner S.A., partiu-se do entendimento equivocado de que a quebra do *affectio societatis* seria o fato juridicamente do caso Cocelpa – quando era *obiter dictum* –, de modo que a Segunda Seção consolidou o entendimento que a mera perda do interesse dos acionistas minoritários em manter a participação no capital social da companhia familiar autoriza a dissolução parcial.

Por fim, em 5 de novembro de 2008, após 14 anos de tramitação, a referida decisão transitou em julgado, finalizando o processo de conhecimento de Ação de Dissolução Parcial de Sociedade Anônima da Kirchner S.A.

2.4. O Processo de Cumprimento de Sentença da Indústria Kirchner S.A.

Em 13 de janeiro de 2009, logo após o trânsito em julgado, inicia-se o processo de apuração dos haveres devidos pela Kirchner S.A. aos acionistas insatisfeitos. As partes foram intimadas para nomearem liquidante, tal qual acontece na dissolução total de sociedade. Entretanto, reconheceu-se que o rito em questão não comporta liquidante, uma vez que a empresa permanece existindo. Assim, o feito prosseguiu com a nomeação de um perito contábil para a apuração do valor da companhia e dos haveres devidos aos acionistas insatisfeitos. Neste *iter*, ambas as partes apresentaram seus quesitos, apontaram seus assistentes técnicos e passaram a fazer diversas inquirições sobre os documentos contábeis da sociedade, questionando o real valor dos bens integrantes do patrimônio social.

Diante da iminente apuração dos haveres, os acionistas controladores passaram a suscitar dúvidas sobre os procedimentos, dada a ausência de previsão quanto à dissolução parcial no estatuto social e na lei. Primeiro, alegaram que “tratando-se de dissolução parcial, desnecessária a indicação ou nomeação de liquidante para a sociedade”. Na sequência, alegaram que tanto a apuração dos haveres quanto o pagamento dar-se-iam na forma prevista no artigo 1.031 do Código Civil¹³⁵, isto é, mediante levantamento de balanço especial. Em outro momento, sustentaram que, como a sentença não fixou o termo de apuração dos haveres e possui carga de eficácia constitutiva negativa, o *dies a quo* para a apuração dos haveres deverá ser a data do trânsito em julgado da sentença. Por fim, em decisão proferida em 21 de julho de 2009, determinou-se que a data-base para apuração dos haveres seria a data de publicação da sentença, momento no qual foi declarada a dissolução da sociedade, ou seja, o dia 31 de outubro de 1995.

Em 31 de agosto de 2009, a Kirchner S.A. apresentou balanço especial referente ao período encerrado em 31 de dezembro de 1995, bem como os esclarecimentos sobre a sua saúde financeira. O balanço demonstrava que a sociedade possuía um ativo contábil na ordem de R\$ 16.030.000 (dezesesseis milhões, trinta mil reais), um passivo na ordem de R\$ 1.062.000,00 (um milhão, sessenta e dois mil reais) e um patrimônio líquido na ordem de R\$ 14.970.000,00 (quatorze milhões, novecentos e setenta mil reais). Por fim, a demonstração de resultado do exercício financeiro demonstra um prejuízo na ordem de R\$ 90.000,00 (noventa mil reais). Nesse sentido é balanço contábil a seguir:

¹³⁵ Diz o artigo 1.031 do Código Civil que: “Art. 1.031. Nos casos em que a sociedade se resolver em relação a um sócio, o valor da sua quota, considerada pelo montante efetivamente realizado, liquidar-se-á, salvo disposição contratual em contrário, com base na situação patrimonial da sociedade, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

§ 1º O capital social sofrerá a correspondente redução, salvo se os demais sócios suprirem o valor da quota.

§ 2º A quota liquidada será paga em dinheiro, no prazo de noventa dias, a partir da liquidação, salvo acordo, ou estipulação contratual em contrário.”

Figura 7 – Resumo Contábil Simplificado do Balanço Especial

		Fls. 10	
<i>Ativo</i>	<i>R\$ (em milhares de reais)</i>	<i>Passivo</i>	<i>R\$ (em milhares de reais)</i>
<i>Circulante</i>		<i>Circulante</i>	
Caixa e Banco	18	Fornecedores Nacionais	124
Aplicações de liquidez imediata	1	Impostos e contribuições	138
Duplicatas a Receber	238	Instituições Financeiras	167
Outros créditos	58	Sociedade ligada	461
Impostos a compensar	134	Provisão para férias	68
Despesas antecipadas	28	Outros	58
Estoques	1.158		
<i>Total do Ativo Circulante</i>	16.35	<i>Total do Passivo Circulante</i>	1.016
<i>Realizável a Longo Prazo</i>		<i>Exigível a Longo Prazo</i>	
Sociedade Controlada	181	Instituições Financeiras	46
<i>Total do Realizável a Longo Prazo</i>	181	<i>Total do Exigível a Longo Prazo</i>	46
<i>Permanente</i>		<i>Patrimônio Líquido</i>	
Investimentos	2.125	Capital Social	11.969
Imobilizado	12.091	Reserva de Capital	2.689
		Reservas de Lucro	21
		Lucros Acumulados	291
<i>Total do Ativo Permanente</i>	14.216		
		<i>Total do Patrimônio Líquido</i>	14.970
<i>Total do Ativo</i>	16.032	<i>Total do Passivo</i>	16.032

Fonte: Tabela apresentada em 31/08/2009 nos autos da Ação de Dissolução de Sociedade nº. 051345-31.1994.8.26.0100.

Nesta mesma oportunidade, a Kirchner S.A. apontou a existência de um significativo passivo no valor total de R\$ 9.845.816,93 (nove milhões, oitocentos e quarenta e cinco mil, oitocentos e dezesseis reais e noventa e três centavos), sendo majoritariamente composto pelo IPTU, ICMS, INSS, dívidas e, especialmente, pelo parcelamento tributário junto aos órgãos fazendários.

Não tarda a surgir mais um problema no processo dissolutório, desta vez em relação à avaliação da companhia. Em 23 de novembro de 2009, o Juízo determinou que “os bens constantes do ativo permanente serão considerados para a avaliação da empresa conforme documentos que serão analisados pelo perito, no entanto, não será efetuada avaliação de preço de

mercado”. Inconformados, os acionistas insatisfeitos interpuseram Agravo de Instrumento¹³⁶, alegando que o acórdão proferido pela Segunda Seção do STJ no julgamento dos Embargos de Divergência em Recurso Especial nº 419.174-SP¹³⁷ já havia determinado a “apuração de seus haveres em função do valor real do ativo e passivo”. Entretanto, o Agravo sequer foi julgado, pois acabou prejudicado ante o juízo de retratação que retificou a decisão agravada, determinando a realização da avaliação dos bens da empresa e a apresentação do rol de bens para avaliação pelos acionistas retirantes.

Assim, em 8 de abril de 2010, o Juízo determinou a “imprescindível avaliação do ativo permanente” da sociedade para a apuração dos haveres e, uma vez mais, a companhia se opôs aos critérios adotados, sustentando a necessidade “de constar na avaliação a ser realizada pelo Sr. Perito a apuração dos haveres do ativo e do passivo da empresa”.

Enquanto aguardava a elaboração do laudo pericial, em 04 de outubro de 2010, os acionistas insatisfeitos vieram ao Juízo e informaram que “há alguns anos, a empresa Luiz Kirchner S/A interrompeu suas atividades e desde então começou a se desfazer de seus ativos, em conjunto com alguns dos réus” e requereram a indisponibilidade de terreno pertencente à sociedade, o qual fora supostamente colocado à venda pelo valor de R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais). Entretanto, o Juízo entendeu ser excessivo gravar a indisponibilidade do imóvel, determinando que a parte interessada deveria proceder com a averbação da existência da ação dissolutória na matrícula do imóvel.

Enfim, em 4 de abril de 2013, sobreveio o laudo pericial de engenharia referente à avaliação dos bens imóveis, máquinas e equipamentos pertencentes a Kirchner S.A. Segundo a avaliação, a soma dos bens perfazia o valor total de 15.100.000,00 (quinze milhões e cem mil reais) referentes ao mês de outubro de 1995, conforme normas da NBR e ABNT.

No ano seguinte, em 29 de outubro de 2014, sobreveio o laudo pericial contábil destinado a apurar os haveres dos acionistas insatisfeitos devidamente atualizado. O laudo apurou que a companhia valia R\$ 18.423.806,72 (dezoito milhões, quatrocentos e vinte e três mil, oitocentos e seis reais e setenta e dois centavos) em dezembro de 1995, conforme cálculo do valor

¹³⁶ BRASIL. Tribunal de Justiça de São Paulo. **Agravo de Instrumento nº 994.09.299820-7**. Sexta Câmara de Direito Privado. Rel.: Des. José Joaquim dos Santos. Julgamento: 25 mar. 2010.

¹³⁷ BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Embargos de Divergência no Recurso Especial nº 419.174/SP**. Segunda Seção. Rel.: Min. Aldir Passarinho Júnior. Julgamento: 28 mai. 2008.

do patrimônio líquido contábil ajustado. Atualizado monetariamente para a data da perícia, os acionistas insatisfeitos faziam jus a R\$ 14.725.842,02 (quatorze milhões, setecentos e vinte e cinco mil, oitocentos e quarenta e dois reais e dois centavos), sendo R\$13.573.953,94 (treze milhões, quinhentos e setenta e três mil, novecentos e cinquenta e três reais e noventa quatro centavos) devidos ao Espólio de Ludwig Kirchner; e R\$ 575.944,04 (quinhentos e setenta e cinco mil, novecentos e quarenta e quatro reais e quatro centavos) devidos para Barbara Cristina Kirchner e Luiz Felipe Kirchner, conforme demonstra tabela a seguir:

Figura 8 – Valor Devido aos Acionistas Retirantes conforme Laudo Pericial

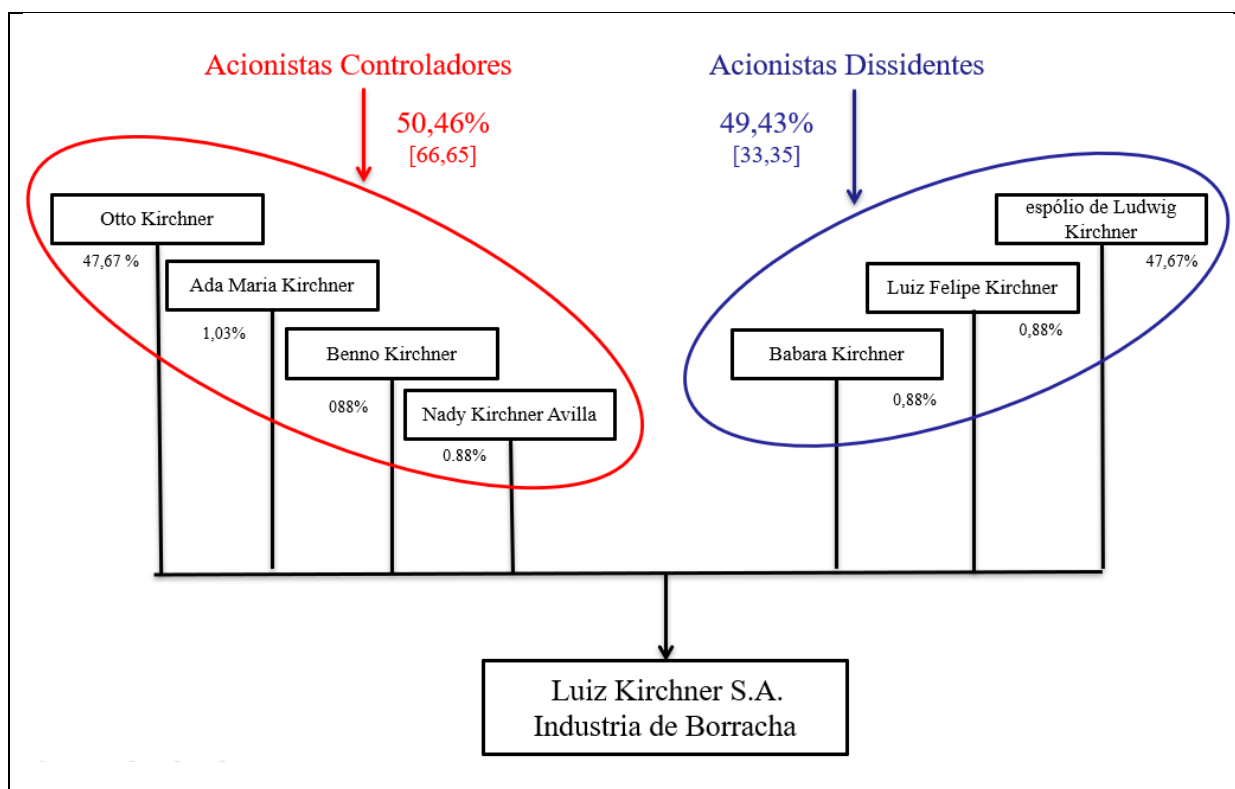
Acionistas Retirantes	Percentual de participação	Valor histórico conforme livros (Cr\$)	Valor histórico conforme perícia (R\$)	Valor atualizado conforme perícia (R\$)
Espólio Ludwig Kirchner	20,74%	2.281.400.000,00	4.086.378,89	13.573.953,94
Babara Kirchner	0,88%	96.800.000,00	173.385,41	575.944,04
Luiz Felipe Kirchner	0,88%	96.800.000,00	173.385,41	575.944,04
Total	22,50%	2.475.000.000,00	4.433.149,71	14.725.842,02

Fonte: Tabela elaborada pelo Autor.

Vale destacar que, neste íterim, o espólio de Luiz Kirchner teve a sua partilha homologada, resultando que a sua participação na sociedade – de 53,97% da Kirchner S.A. – fosse dividida ao meio entre Otto Kirchner e o espólio de Ludwig Kirchner¹³⁸. Desta forma, a estrutura societária da Kirchner S.A. foi alterada drasticamente, passando a ter a seguinte feição:

¹³⁸ BRASIL. 12ª Vara de Família e Sucessões do Foro Central de São Paulo/SP. **Inventário nº 462/1995**. 27 fev. 1997.

Figura 9 – Estrutura Societária Homologada Judicialmente



Fonte: Figura elaborado pelo Autor.

De igual modo, o valor devido ao espólio de Ludwig Kirchner foi aumentado significativamente, passando a ser R\$ 31.238.419,55 (trinta e um milhões, duzentos e trinta e oito mil, quatrocentos e dezenove reais e cinquenta e cinco centavos), conforme laudo pericial complementar, retratado na tabela abaixo:

Figura 10 – Valor Devido aos Acionistas Insatisfeitos conforme Laudo Pericial Complementar

Acionistas Retirantes	Percentual de participação	Valor histórico conforme perícia (R\$)	Valor atualizado conforme perícia (R\$)
Espólio Ludwig Kirchner	47,67%	9.404.188,25	31.238.419,55
Babara Kirchner	0,88%	173.385,41	575.944,04
Luiz Felipe Kirchner	0,88%	173.385,41	575.944,04
Total	49,43%	9.750.959,07	32.390.307,63

Fonte: Tabela elaborada pelo Autor.

Por fim, em 29 de maio de 2015, o laudo pericial foi homologado pelo Juízo e os haveres dos acionistas insatisfeitos foram fixados em R\$ 31.238.419,55 (trinta e um milhões, duzentos

e trinta e oito mil, quatrocentos e dezenove reais e cinquenta e cinco centavos) para o espólio de Ludwig Kirchner e R\$ 575.944,04 (quinhentos e setenta e cinco mil, novecentos e quarenta e quatro reais e quatro centavos) para cada um dos demais acionistas insatisfeitos.

Irresignados com a homologação do laudo pericial, a companhia e os acionistas controladores interpuseram Agravo de Instrumento¹³⁹ sustentando que: (i) Francisca Maria de Jesus Kirchner deveria ter sido incluída no Formal de Partilha do inventário de Ludwig Kirchner¹⁴⁰, conforme reconhecido pelo STJ na Ação de Reconhecimento de Sociedade Conjugal de Fato ajuizada por Francisca Maria de Jesus Kirchner em face do espólio de Ludwig Kirchner¹⁴¹; (ii) deveriam ter sido incluídos na apuração de haveres todos os débitos tributários existentes em nome da companhia; e (iii) deveria ter sido afastado o valor apurado como fundo de comércio, diante da obsolescência do mercado de borracha com o advento das indústrias de plástico.

Em contraminuta de agravo, os acionistas insatisfeitos responderam que: (i) Francisca Maria de Jesus Kirchner veio a falecer no transcurso do processo e que seu espólio já está representado nos autos; (ii) não foram identificados, no laudo pericial, lançamentos contábeis dos supostos débitos tributários; e (iii) restou comprovado no laudo pericial que a empresa estava ativa na publicação da sentença dissolutória, daí a inclusão do fundo de comércio no cálculo.

Por fim, o Agravo de Instrumento foi julgado improvido, reconhecendo a ausência de registros contábeis relacionados ao débito fiscal, a possibilidade de inclusão do fundo de comércio no cálculo e a habilitação da meeira nos autos¹⁴².

¹³⁹ BRASIL. Tribunal de Justiça de São Paulo. **Agravo de Instrumento nº 2120295-13.2015.8.26.0000**. Sexta Câmara de Direito Privado. Rel.: Des. Eduardo Sá Pinto Sandeville. Julgamento: 21 fev. 2018.

¹⁴⁰ BRASIL. 1ª Vara da Família do Fórum da Lapa/SP. **Inventário nº 0241887-52.1992.8.26.0004**. Juiz: Ary Casagrande Filho. Distribuição: 1º out. 1992.

¹⁴¹ BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Recurso Especial nº 251.057/SP**. Quarta Turma. Rel.: Min. Aldir Pasarinho Júnior. Julgamento: 22 abr. 2003.

¹⁴² A decisão foi ementada nos seguintes termos: “Agravo de instrumento. Dissolução parcial de sociedade empresária. Apuração de haveres. Inclusão de débitos fiscais. Impossibilidade. Elementos dos autos que não demonstram o valor da dívida à época da dissolução parcial. Ausência de registros contábeis relacionados a fatos geradores dos tributos objeto das execuções fiscais. Fundo de comércio. Inclusão. Possibilidade. Empresa em atividade no período da dissolução parcial. Direito à meaça, reconhecido em outros autos, que deve ser buscado em sede própria. Espólio da meeira que já se habilitou nos autos. Decisão mantida. Recurso improvido”. Ver: BRASIL. Tribunal de Justiça de São Paulo. **Agravo de Instrumento nº 2120295-13.2015.8.26.0000**. Sexta Câmara de Direito Privado. Rel.: Des. Eduardo Sá Pinto Sandeville. Julgamento: 21 fev. 2018.

Em 19 de março de 2018, o acórdão transitou em julgado, mantendo hígida a homologação do laudo pericial e consolidando o valor devido aos acionistas insatisfeitos.

Em 03 de julho de 2015 – simultaneamente ao processo de apuração de haveres – os acionistas insatisfeitos, ora exequentes, deram início ao cumprimento de sentença, nos termos do artigo 475 do Código de Processo Civil de 1973, requerendo:

a intimação dos réus/executados, na pessoa de seus advogados constituídos nos autos, para que, no prazo de 15 (quinze dias) efetuem o pagamento do valor de R\$ 43.372.458,60 (quarenta e três milhões, trezentos e setenta e dois mil, quatrocentos e cinquenta e oito reais e sessenta centavos), com juros e atualização monetária até a data do depósito, sob pena de multa de 10% e penhora a ser determinada.

Não tendo a companhia pago os haveres voluntariamente, os acionistas insatisfeitos apontaram bens para penhora e requereram a penhora dos aluguéis recebidos pela companhia, constatada a existência de três empresas instaladas no terreno que uma vez fora a sede da Kirchner S.A. (inclusive, uma destas empresas é um restaurante de propriedade Luiz Felipe Kirchner, que compõe o bloco dos acionistas insatisfeitos). Em resposta, os acionistas controladores manifestaram-se requerendo que:

seja esclarecido por esse MM. Juízo que a obrigação do pagamento do débito decorrente da homologação da perícia judicial, em favor dos autores, seja considerada exclusiva da pessoa jurídica parcialmente dissolvida, Luiz Kirchner S.A. Indústria de Borracha, mediante o que ainda restar do seu patrimônio.

Por sua vez, a companhia apresentou impugnação à execução, alegando (i) excesso na apuração, pois “os quinhões atribuídos aos exequentes, pela perícia judicial, mostram-se ilegais, portanto, superavaliados” devido a não inclusão da viúva-meeira no inventário de Ludwig Kirchner; (ii) excesso na penhora, pois a penhora dos alugueres recebidos pela sociedade impossibilitaria o pagamento de seus débitos trabalhistas e tributários pendentes e, conseqüentemente, condenaria a empresa à morte; e (iii) excesso de penhora, pois o valor do imóvel-sede da Kirchner S.A. seria suficiente para saldar os haveres.

Ante as manifestações, os acionistas insatisfeitos concordaram com a estimativa de valor apresentada pelos acionistas controladores em relação ao imóvel-sede, no valor de R\$ 38.465.114,46 (trinta e oito milhões, quatrocentos e sessenta e cinco mil, cento e catorze reais e quarenta e seis centavos), e requereram o prosseguimento do feito com a alienação do bem por meio de leilão judicial. Nesta mesma oportunidade, os acionistas insatisfeitos contestaram a impugnação à execução.

Por fim, em 18 de novembro de 2015, o Juízo indeferiu a impugnação ofertada pela companhia e determinou a realização de praças eletrônicas para a alienação do bem. Em resposta, os acionistas controladores manejaram Agravo de Instrumento requerendo a anulação da

decisão guerreada com base nos mesmos argumentos lançados nos petítórios e recursos anteriores. O recurso teve seu seguimento negado pelo TJSP, que entendeu “não h[aver], portanto, excesso de execução, tampouco de penhora, já que o crédito exequendo tem valor superior ao do bem penhorado”¹⁴³.

O feito prosseguiu com a hasta pública do bem penhorado, tendo o imóvel sido levado a leilão em 20 de junho de 2016, entretanto, sem nenhum interessado. Ante a dificuldade em proceder com a liquidação do bem, o leiloeiro apresentou as seguintes considerações sobre o imóvel:

“a. Que o valor atual está fora da realidade do mercado de acordo com as informações de todos os interessados; b; Que o Laudo avaliatório apresentado pelo perito judicial [no valor atualizado de R\$ 14.455.779,62] é o mais apropriado para ser levado à praça; c. Que o fato de um dos galpões estar ocupado com toneladas de entulho e lixo foi decisivo para influenciar ainda mais no preço final do imóvel; d. Que é perfeitamente possível vender o imóvel desde que por valor bem abaixo do que hora consta no laudo impugnatório”

Por fim, concluiu que “diante das características intrínsecas do imóvel não é possível vendê-lo no valor em que se encontra”. A companhia manifestou-se discordando da conclusão do leiloeiro e contrariamente à redução do valor do imóvel.

Diante do imbróglio na alienação do imóvel, os acionistas insatisfeitos requereram a suspensão do processo reiteradas vezes, alongando o trâmite processual. Por fim, requereram a alienação do bem por iniciativa própria para proceder com a venda com o auxílio de empresa especializada pelo preço mínimo de R\$ 23.448.454,40 (vinte e três milhões, quatrocentos e quarenta e oito mil, quatrocentos e cinquenta e quatro reais e quarenta centavos). Em resposta, os acionistas controladores discordaram da terceirização da alienação, alegando “a prioridade e privilégio dos credores públicos – União, Estado e Município – ante seus créditos tributários contra a empresa”. Os argumentos empossados pelos controladores não surtiram efeito e o Juízo determinou o prosseguimento da alienação por iniciativa privada.

Uma vez mais a companhia e os controladores interpuseram Agravo de Instrumento com pedido de efeito suspensivo, agora visando impedir a alienação do referido imóvel por iniciativa própria, alegando que “os credores preferências [Município, Estado e União] não foram intimados sobre a alienação do único bem passível de satisfazer as execuções contra a

¹⁴³ BRASIL. Tribunal de Justiça de São Paulo. **Agravo de Instrumento nº 2258082-84.2015.8.26.0000**. Sexta Câmara de Direito Privado. Rel.: Des. Eduardo Sá Pinto Sandeville. Julgamento: 20 fev. 2018.

Executada”¹⁴⁴. O recurso não teve efeito, o Tribunal paulista negou a tutela provisória, por entender que “não há elementos suficientes - ao menos em análise sumária própria das tutelas provisórias - que justifiquem a suspensão” e negou provimento ao recurso assentando que (i) “a alienação por iniciativa particular também se submete a controle do Poder Judiciário, nos termos dos artigos 880 e ss. do CPC, e pode ser feita por intermédio de corretor ou leiloeiro público credenciado”; (ii) “as Fazendas credoras dos alegados débitos fiscais não se encontram no rol do artigo 889 desse diploma legal, de modo que não há nulidade na ausência de intimação dos entes políticos”; e (iii) “o preço mínimo fixado em 51% do valor atualizado da avaliação não se configura vil”.

Em primeiro grau, simultaneamente ao trâmite do referido Agravo, a Fazenda Pública do Estado de São Paulo apresentou extrato informativo da totalidade dos débitos tributários estaduais da companhia no valor de R\$ 3.488.787,36 (três milhões, quatrocentos e oitenta e oito mil, setecentos e oitenta e sete reais e trinta e seis centavos) e requereu a retenção de parte do proveito da alienação do imóvel até o limite da dívida. Enquanto a Prefeitura Municipal de Osasco notificou a Kirchner S.A. sobre a necessidade de medidas para a conservação e reparação do bem. Em resposta, os acionistas insatisfeitos manifestaram-se alegando que a responsabilidade pela conservação do bem imóvel é única e exclusiva do proprietário do bem, ou seja, da companhia. Por sua vez, a Kirchner S.A. informou que “a empresa requerida Luiz Kirchner S.A. Industria de Borracha não está em funcionamento há tempos, de modo que não possui dinheiro para efetuar qualquer pagamento que seja”, que “a única receita que a requerida tinha e era utilizada para pagar as dívidas e despesas era o aluguel do restaurante localizado no imóvel, que foi sendo depositado em juízo e não mais aos cuidados da requerida” e conclui que “não existe possibilidade de a empresa arcar com as despesas de manutenção do imóvel solicitado pela prefeitura”.

Na sequência, os acionistas insatisfeitos pugnaram pelo acréscimo de verbas honorárias ao saldo devedor, visto que silente a decisão que inaugurou fase expropriatória. Tal requerimento logo foi contestado pela companhia e pelos controladores, que alegaram ser descabida a

¹⁴⁴ BRASIL. Tribunal de Justiça de São Paulo. **Agravo de Instrumento nº 2007354-18.2018.8.26.0000**. Sexta Câmara de Direito Privado. Rel.: Des. Eduardo Sá Pinto Sandeville. Julgamento: 20 set. 2018.

fixação no presente momento processual. Por fim, o Juízo deferiu o pleito dos acionistas insatisfeitos e estabeleceu o acréscimo de honorários advocatícios no percentual de 10% sobre o valor integral da condenação.

Desta forma, em 17 de dezembro de 2018, os acionistas insatisfeitos apresentaram o valor atualizado da dívida de R\$ 85.932.101,53 (oitenta e cinco milhões, novecentos e trinta e dois mil, cento e um reais e cinquenta e três centavos), distribuídos da seguinte forma:

Figura 11 – Valor Devido aos Acionistas Insatisfeitos Atualizado para Dezembro de 2018

Acionistas Retirantes	Percentual de Participação	Valor histórico conforme perícia (R\$)	Valor atualizado conforme perícia (R\$)
Espólio Ludwig Kirchner	47,67%	9.404.188,25	82.776.845,43
Babara Kirchner	0,88%	173.385,41	1.526.160,13
Luiz Felipe Kirchner	0,88%	173.385,41	1.526.160,10
Total	49,43%	9.750.959,07	85.829.165,66

Fonte: Tabela elaborada pelo Autor.

Desde então, não houve qualquer tipo de avanço no processo de dissolução parcial, levando o processo a ser arquivado.

Em suma, o processo de cumprimento de sentença continua em trâmite e sem desfecho após 12 anos de tramitação, aguardando a liquidação do imóvel para o pagamento dos haveres devido aos acionistas insatisfeitos, bem como o crédito dos demais credores da Kirchner S.A..

Capítulo 3. Análise da Dissolução Parcial de Sociedade Anônima a partir dos Casos Paradigmáticos

A narrativa processual dos casos Cocelpa e Kirchner S.A. demonstra que, apesar da consolidação do instituto da dissolução parcial por estes casos paradigmáticos, eles ainda pendem de um desfecho, na medida em que os respectivos acionistas insatisfeitos – até o presente momento – não receberam os seus haveres. Ambos os casos foram objeto de profunda análise e amplo debate sobre os aspectos teóricos da dissolução parcial de sociedade anônima, contrastando com a escassa atenção atribuída aos processos de cumprimento de sentença, os quais tramitam há mais de 10 anos cada e carecem de análise.

Dessa forma, o presente capítulo consiste em um estudo qualitativo longitudinal sobre a efetivação e a efetividade da dissolução parcial de sociedade anônima a partir dos casos Cocelpa e Kirchner S.A., tendo em vista a relevância e particularidades de ambos os casos¹⁴⁵. Embora o estudo dos casos paradigmáticos de maneira isolada não seja generalizável, a análise é compensada em profundidade, permitindo uma compreensão mais precisa das circunstâncias em que a dissolução parcial de sociedade anônima ocorre¹⁴⁶.

3.1. Os Parâmetros para a Apuração dos Haveres na Dissolução Parcial de Sociedade Anônima

A efetivação das decisões de dissolução parcial dos casos Cocelpa e Kirchner S.A. demonstra um sério problema nos parâmetros adotados para avaliação de companhias, bem como para a apuração dos haveres devidos aos acionistas retirantes. Assim como o instituto da dissolução parcial de sociedade anônima, que foi erigido dentro dos Tribunais para solucionar casos concretos de disputa societária, os parâmetros para apuração de haveres também foram construídos paulatinamente pela jurisprudência para atender à necessidade dos casos *in concreto*¹⁴⁷.

¹⁴⁵ SIGGELKOW, Nicolaj. Persuasion with Case Studies. *Academy of Management Journal*, Westchester County, v. 50, n. 01, pp. 20-24, 2007. p. 21.

¹⁴⁶ STAKE, Robert. The Case Study Method in Social Inquiry. *Educational Researcher*, Washington, D.C., v. 07, n. 02, pp. 05-08, Feb. 1978. p. 07.

¹⁴⁷ Bem alerta Paulo Sérgio Restiffe: “É fora de dúvida que o critério a ser adotado para apuração dos haveres e definição do valor a ser pago ao sócio em reembolso ou restituição é um dos pontos tormentosos da ação de dissolução parcial de sociedade, já que cada empreendimento tem peculiaridades próprias”. RESTIFFE, Paulo Sérgio. *Dissolução de Sociedade*. São Paulo: Saraiva, 2011, p. 308.

No caso Cocelpa, a ausência de parâmetros claros para a avaliação da companhia – que levou à anulação da perícia realizada – agregada à disputa sobre a quantidade de ações detidas pelos acionistas retirantes levou à estagnação do processo, que até o presente momento aguarda a realização da perícia. A sentença de dissolução parcial proferida em 1994 determinou que “os haveres dos sócios retirantes devem ser apurados em liquidação de sentença, mediante balanço especial levantado após avaliação real do acervo da empresa, corpóreo e incorpóreo, existente na data do ajuizamento da ação, na proporção de sua participação no capital social”¹⁴⁸. No caso Kirchner S.A., a sentença de dissolução parcial – de igual modo – determinou que “serão apurados seus haveres, devidamente atualizados, tendo por base as respectivas participações no capital social” e “proceder-se-á à avaliação do patrimônio da sociedade requerida, observando-se para tanto, no que couber, os artigos 655 e seguinte do Decreto-Lei nº 1.608/39 (Código de Processo Civil Anterior)”¹⁴⁹. Ambas as decisões – seguindo a jurisprudência consolidada sobre apuração de haveres na dissolução parcial de sociedade limitada – determinaram que a apuração de haveres deveria ocorrer como se dissolução total fosse. Entretanto, diversas dúvidas sobre os procedimentos passaram a ser suscitadas dada a ausência de previsão legal quanto à dissolução parcial.

Em ambos os casos, as partes foram intimadas para nomear liquidante, tal qual acontece na dissolução total de sociedade. Todavia, logo se reconheceu a inaplicabilidade da figura do liquidante no rito de dissolução parcial de sociedade anônima, uma vez que a empresa permanece existindo. Assim, substituiu-se o liquidante por um perito contábil encarregado de apurar o valor total da companhia e, por conseguinte, os haveres devidos aos acionistas retirantes.

Outro ponto largamente debatido nos casos Cocelpa e Kirchner S.A. foi a fixação da data-base para a apuração de haveres, o que se torna ainda mais relevante diante do lapso temporal entre o proferimento da sentença e o trânsito em julgado. Neste aspecto, a jurisprudência

¹⁴⁸ BRASIL. 1ª Vara de Falências e Recuperação Judicial de Curitiba/PR. **Ação de Dissolução Parcial de Sociedade nº 0000148-33.1991.8.16.0025**. Juiz: Evandro Portugal. Distribuição: 25 nov. 1991.

¹⁴⁹ BRASIL. 21ª Vara Cível do Fórum Central de São Paulo/SP. **Ação de Dissolução Parcial de Sociedade nº 0531345-31.1994.8.26.0100**. Juiz: Márcio Teixeira Laranjo. Distribuição: 23 nov. 1994.

acabou se consolidando no sentido de que a data de publicação da sentença, momento no qual foi declarada a dissolução da sociedade, serviria como data-base¹⁵⁰.

A principal dúvida, entretanto, reside no método de apuração de haveres cabível à dissolução parcial de sociedade anônima, que ainda divide a literatura¹⁵¹. A doutrina majoritária¹⁵² entende que a forma de apuração de haveres da dissolução parcial de sociedade anônima deve acompanhar a construção lógica e teórica da qual derivou: portanto, deve ser feita com base no valor patrimonial real da sociedade por meio de balanço patrimonial de determinação. A doutrina minoritária¹⁵³ entende que a dissolução parcial é mera ficção jurídica, pois a companhia permanece existindo, e que a LSA possui tratamento específico para a saída de acionistas, razão pela qual o pagamento dos haveres deve se dar como reembolso por meio de balanço patrimonial especial.

A apuração de haveres com base no valor patrimonial real da sociedade – o balanço patrimonial de determinação¹⁵⁴ – é realizada por levantamento técnico elaborado por perito, nomeado pelo Juízo, destinado a verificar o valor patrimonial contábil na data presente da empresa, ou seja, é elaborado um balanço especial para avaliar a situação patrimonial como se fosse realizar a dissolução total da sociedade, razão pela qual tal método também é chamado de

¹⁵⁰ Já prescrevia Luiz Gastão Paes Leães que “a data-base para a apuração dos haveres é, em princípio, a data em que se materializa a denúncia do vínculo societário”. LEÃES, Luiz Gastão Paes de Barros. **Pareceres**. 2º Volume. São Paulo: Singular, 2004, p. 1352.

¹⁵¹ Nesse sentido explica Fábio Ulhoa Coelho sobre a dificuldade na escolha do método para elaboração do balanço patrimonial: “O cálculo do reembolso, assim, é simples. Toma-se o valor do patrimônio líquido constante do balanço patrimonial e sobre esta base de cálculo aplica-se o percentual da participação societária titulada pelo sócio retirante, excluído ou falecido pelo acionista desvinculado da sociedade anônima heterotípica. Se este percentual era, digamos 10% do capital social, o reembolso será no valor de 10% do patrimônio líquido da sociedade. Aqui, não há nenhuma dificuldade. A dificuldade reside, na verdade, no passo anterior, que é a elaboração do balanço patrimonial.” Ver COELHO, Fábio Ulhoa. A Dissolução de Sociedade no Código de Processo Civil. In YARSELL, Flávio Luiz; PEREIRA, Guilherme Setoguti. (Coord.) **Processo Societário III**. São Paulo: Quartier Latin, 2018. p. 163.

¹⁵² Nesse sentido é o entendimento de Máira de Melo Vieira e Modesto Carvalhosa. Ver: VIEIRA, Máira de Melo. **Dissolução Parcial de Sociedade Anônima: Construção e Consolidação no Direito Brasileiro**. São Paulo: Quartier Latin, 2014, p. 313; CARVALHOSA, Modesto. **Comentários à Lei das Sociedades Anônimas**, 4º Volume. 5 ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2011, p. 55.

¹⁵³ Nesse sentido é o entendimento de Paulo Henrique Lucon e João Paulo Silva. Ver: LUCON, Paulo Henrique; SILVA, João Paulo. Dissolução Parcial de Sociedade Anônima Fechada. In: YARSELL, Flávio Luiz; PEREIRA, Guilherme (Orgs.). **Processo Societário**. São Paulo: Quartier Latin, 2012, p. 605.

¹⁵⁴ Quanto ao o balanço patrimonial de determinação, explica Fábio Ulhoa: “Ele simula, projeta, estima como seria a liquidação da sociedade, caso se tratasse de dissolução total, e não parcial. Na liquidação, todos os bens do ativo seriam vendidos e, após a cobrança de todos os devedores da sociedade, seriam pagos os credores, partilhando-se, então, entre os sócios, o acervo remanescente. Ver COELHO, Fábio Ulhoa. A Dissolução de Sociedade no Código de Processo Civil. In YARSELL, Flávio Luiz; PEREIRA, Guilherme Setoguti. (Coord.) **Processo Societário III**. São Paulo: Quartier Latin, 2018. p. 165.

liquidação ficta. Este método de apuração visa estabelecer o valor real da empresa e coibir eventual enriquecimento ilícito de qualquer uma das partes – seja os acionistas que permanecem ou os acionistas retirantes –, o que exige a apuração pormenorizada dos bens antes do pagamento e, por conseguinte, um longo tempo de apuração. Vale ressaltar que a diversidade de naturezas dos bens a serem avaliados – ativos tangíveis, intangíveis, imobilizados, passivos de diversas naturezas, contas a receber, entre outros – exige, muitas vezes, outras perícias¹⁵⁵, o que torna o processo ainda mais lento.

Por outro lado, o reembolso é modalidade de pagamentos dos haveres do sócio retirante típica do direito de recesso¹⁵⁶, previsto no artigo 45 da LSA¹⁵⁷, que consiste em verdadeira

¹⁵⁵ FONSECA, Priscila Maria Pereira Corrêa da. **Dissolução Parcial, Retirada e Exclusão de Sócio no Novo Código Civil**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2003. p. 191.

¹⁵⁶ O direito de recesso é a prerrogativa legal do sócio de se retirar da sociedade quando divergir de alteração de contrato social aprovada pela maioria, previsto no art. 136 da Lei das S.A. Ver: BARBI FILHO, Celso. **Dissolução Parcial de Sociedades Limitadas**. Belo Horizonte: Mandamentos, 2004, p. 247; FRANCO, Vera Helena de Mello. **Dissolução Parcial e Recesso nas Sociedades por Quotas de Responsabilidade Limitada: Legitimidade e Procedimento: Critério e Momento de Apuração de Haveres**. **Revista de Direito Mercantil, Industrial, Econômico e Financeiro**, São Paulo, n. 75, pp. 19-30, jul./set. 1989, p. 24; CARVALHOSA, Modesto. **Comentários à Lei das Sociedades Anônimas**, 4º Volume. 5 ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2011, p. 55.

¹⁵⁷ Diz o artigo 45 da Lei das S.A.: “Art. 45. O reembolso é a operação pela qual, nos casos previstos em lei, a companhia paga aos acionistas dissidentes de deliberação da assembléia-geral o valor de suas ações.

§ 1º O estatuto pode estabelecer normas para a determinação do valor de reembolso, que, entretanto, somente poderá ser inferior ao valor de patrimônio líquido constante do último balanço aprovado pela assembléia-geral, observado o disposto no § 2º, se estipulado com base no valor econômico da companhia, a ser apurado em avaliação (§§ 3º e 4º).

§ 2º Se a deliberação da assembléia-geral ocorrer mais de 60 (sessenta) dias depois da data do último balanço aprovado, será facultado ao acionista dissidente pedir, juntamente com o reembolso, levantamento de balanço especial em data que atenda àquele prazo. Nesse caso, a companhia pagará imediatamente 80% (oitenta por cento) do valor de reembolso calculado com base no último balanço e, levantado o balanço especial, pagará o saldo no prazo de 120 (cento e vinte), dias a contar da data da deliberação da assembléia-geral.

§ 3º Se o estatuto determinar a avaliação da ação para efeito de reembolso, o valor será o determinado por três peritos ou empresa especializada, mediante laudo que satisfaça os requisitos do § 1º do art. 8º e com a responsabilidade prevista no § 6º do mesmo artigo.

§ 4º Os peritos ou empresa especializada serão indicados em lista sêxtupla ou tríplice, respectivamente, pelo Conselho de Administração ou, se não houver, pela diretoria, e escolhidos pela Assembléia-geral em deliberação tomada por maioria absoluta de votos, não se computando os votos em branco, cabendo a cada ação, independentemente de sua espécie ou classe, o direito a um voto.

§ 5º O valor de reembolso poderá ser pago à conta de lucros ou reservas, exceto a legal, e nesse caso as ações reembolsadas ficarão em tesouraria.

§ 6º Se, no prazo de cento e vinte dias, a contar da publicação da ata da assembléia, não forem substituídos os acionistas cujas ações tenham sido reembolsadas à conta do capital social, este considerar-se-á reduzido no montante correspondente, cumprindo aos órgãos da administração convocar a assembléia-geral, dentro de cinco dias, para tomar conhecimento daquela redução.

§ 7º Se sobrevier a falência da sociedade, os acionistas dissidentes, credores pelo reembolso de suas ações, serão classificados como quirografários em quadro separado, e os rateios que lhes couberem serão imputados no pagamento dos créditos constituídos anteriormente à data da publicação da ata da assembléia. As quantias assim atribuídas aos créditos mais antigos não se deduzirão dos créditos dos ex-acionistas, que subsistirão integralmente para serem satisfeitos pelos bens da massa, depois de pagos os primeiros.

recompra compulsória pela sociedade das ações do acionista retirante tomando por base o último balanço aprovado. Nas palavras de Fábio Ulhoa Coelho, “destina-se a fotografar, por assim dizer, a situação patrimonial da sociedade, na data em que se verificou um evento societário relevante”¹⁵⁸. Tendo em vista a desnecessidade, *a priori*, do levantamento de balanço especial por perito judicial e os prazos bem determinados de pagamento dos valores – conforme procedimento minuciosamente descrito no artigo 45 da LSA –, o procedimento é muito mais célere, apesar de não possuir a mesma abrangência e precisão da apuração do patrimônio real.

A ascensão da dissolução parcial de sociedade anônima implicou a escolha, pelo Poder Judiciário, entre um procedimento longuíssimo de apuração real do valor patrimonial e um procedimento célere de apuração meramente contábil. Acabou prevalecendo o método com base no valor patrimonial real da sociedade como método adequado a realizar a saída do acionista retirante para – como pontua Maíra de Melo Vieira – “acompanhar a construção teórica e lógica da qual derivou”¹⁵⁹. Apesar de tal método de apuração de haveres ter sido positivado no artigo 606 do Código de Processo Civil¹⁶⁰, o trâmite processual dos casos paradigmáticos demonstra que a apuração dos haveres em função do valor real da companhia acaba por dificultar a elaboração do cálculo e o recebimento dos haveres, uma vez que há diversos métodos de avaliação patrimonial e que nenhum método pode ser considerado o correto, inquestionável ou exato¹⁶¹.

No caso Cocelpa, o laudo pericial sobre o valor da companhia – que foi anulado – demonstrava um grave problema em proceder com a avaliação do valor real pretérito de uma sociedade que continua em atividade. Realizou-se, em 2004, a avaliação do patrimônio pertencente à companhia em 1992. Consequentemente, os valores encontrados pelo perito judicial e

§ 8º Se, quando ocorrer a falência, já se houver efetuado, à conta do capital social, o reembolso dos ex-acionistas, estes não tiverem sido substituídos, e a massa não bastar para o pagamento dos créditos mais antigos, caberá ação revocatória para restituição do reembolso pago com redução do capital social, até a concorrência do que remanescer dessa parte do passivo. A restituição será havida, na mesma proporção, de todos os acionistas cujas ações tenham sido reembolsadas.”

¹⁵⁸ COELHO, Fábio Ulhoa. A Dissolução de Sociedade no Código de Processo Civil. In YARSHELL, Flávio Luiz; PEREIRA, Guilherme Setoguti. (Coord.) **Processo Societário III**. São Paulo: Quartier Latin, 2018. p. 164.

¹⁵⁹ VIEIRA, Maíra de Melo. **Dissolução Parcial de Sociedade Anônima: Construção e Consolidação no Direito Brasileiro**. São Paulo: Quartier Latin, 2014. p. 313.

¹⁶⁰ Diz o artigo 606 do Código de Processo Civil: “Art. 606. Em caso de omissão do contrato social, o juiz definirá, como critério de apuração de haveres, o valor patrimonial apurado em balanço de determinação, tomando-se por referência a data da resolução e avaliando-se bens e direitos do ativo, tangíveis e intangíveis, a preço de saída, além do passivo também a ser apurado de igual forma”.

¹⁶¹ PEREZ, Marcelo Monteiro; FAMÁ, Rubens. Métodos de Avaliação de Empresas e o Balanço de Determinação. **Caderno de Pesquisas em Administração**, São Paulo, v. 10, n. 04, pp. 47-59, 2003. p. 48.

o assistente técnico da Cocelpa divergiam substancialmente: enquanto um apurou CR\$ 229.833.875.000,00, o outro apurou CR\$ 10.110.518.936,00, isto é uma diferença de 2.273% no valor de avaliação da companhia. A discrepância entre os cálculos realizados aponta grandes dificuldades na realização de uma contabilidade anacrônica e, por conseguinte, a sua imprecisão.

No caso Kirchner S.A., por sua vez, a apuração de haveres envolveu longas discussões sobre os ativos e passivos que comporiam o cálculo de avaliação e a realização de perícia de engenharia sobre os bens imóveis, máquinas e equipamentos pertencentes à companhia à época da dissolução. Ao todo, a controvérsia sobre o valor real da empresa levou 9 anos para ser concluída, alongando ainda mais o processo.

Ora, a utilização do valor real da companhia para a apuração dos haveres se justifica no caso da dissolução total da companhia, uma vez que a companhia cessa de existir e o valor resultante é dividido proporcionalmente entre todos os sócios, tornando impossível o enriquecimento ilícito de qualquer das partes¹⁶². Todavia, na dissolução parcial, tal método abre margem para divergências quanto à metodologia adotada, permite encontrar resultados conflitantes e impõe um enorme custo de tempo às partes, como demonstram os casos paradigmáticos.

Ademais, na dissolução parcial de sociedade anônima, a companhia continua em atividade e suscetível às intempéries do mercado – tanto positivamente, quanto negativamente –, de modo que o seu valor pretérito de avaliação não mais condiz com a realidade econômica da empresa. Tal descasamento coloca em risco tanto a saúde financeira da companhia, quanto os haveres devidos aos acionistas retirantes, em razão da incerteza sobre o futuro da companhia. Por exemplo, no caso Cocelpa, a companhia passou a enfrentar problemas financeiros e teve que requerer a sua recuperação judicial, e, no caso Kirchner S.A., a companhia interrompeu a sua atividade fabril. Ambos os casos sinalizam a dificuldade – ou mesmo incapacidade – das

¹⁶² Nesse sentido, manifestam-se Ivo Waisberg e Hebert Kugler ao dizer que: “A celeuma apenas aumenta por se tratar da dissolução parcial da sociedade, ao contrário da dissolução total da sociedade (onde não há continuidade da atividade empresarial, tampouco sócios remanescentes, há nítido conflito de interesses entre os sócio retirante (interessado em receber o valor máximo como haveres) e a sociedade e sócios remanescentes (preocupado perpetuarem a atividade empresarial perpétua e financeiramente sadia, logo em pagarem o mínimo possível ao sócio retirante), devendo-se inibir enriquecimento sem causa por qualquer das partes”. Ver: WAISBERG, Ivo; KUGLER, Herbert Morgenstern, Apuração de Haveres na Dissolução Parcial Envolvendo Grupos de Sociedades Limitadas. In YARSHELL, Flávio Luiz; PEREIRA, Guilherme Setoguti. (Coord.) **Processo Societário III**. São Paulo: Quartier Latin, 2018. p. 327.

companhias em pagarem os haveres em razão da demora inerente ao processo de apuração de haveres.

Tal situação é agravada pela tendência de que o acionista minoritário saia da companhia diante de um cenário de crise, isto é, quando a sociedade está acumulando prejuízos e perdendo valor de mercado. Nessa situação, a empresa no tempo zero (t_0) vale mais do que a empresa no futuro (t_x), portanto o valor que a companhia deve pagar ao acionista retirante será maior do que a participação societária dele, o que coloca em risco a saúde financeira da companhia. O caso Kirchner S.A. ilustra esse problema, uma vez que o ajuizamento da ação dissolutória coincide com o declínio da atividade econômica da companhia.

Em suma, a apuração de haveres pelo valor real da empresa resulta em um cálculo anacrônico, que, em virtude da demora do procedimento, deixa de corresponder à realidade econômica da companhia, o que coloca em risco a efetividade do instituto da dissolução parcial de sociedade anônima como instrumento de saída do acionista retirante.

3.2. O Impacto dos Juros e da Correção Monetária na Apuração dos Haveres na Dissolução Parcial de Sociedade Anônima

Outro elemento que agrava a impropriedade do método de apuração de haveres por valor real – também relacionado ao transcorrer do tempo do processo – são os juros de mora devidos ao acionista retirante, que tornam o pagamento dos haveres pela companhia praticamente inexequível.

Uma vez que o acionista retirante saia do quadro da companhia, o seu crédito passa a ser corrigido monetariamente e acrescido dos juros legais (fixados legalmente em 1% ao mês¹⁶³), razão pela qual o crédito tende a crescer até que seja saldado. Em geral, tal situação

¹⁶³ Apesar da enorme controvérsia existente sobre os índices cabíveis – SELIC ou correção monetária acrescida de 1% ao mês – adota-se nesse trabalho o critério de 1% ao mês, seguindo o entendimento fixado no enunciado nº 20 do Jornada de Direito Civil do Centro de Estudos Judiciários do Conselho da Justiça Federal que prescreve: “A taxa de juros moratórios a que se refere o artigo 406 é a do artigo 161, parágrafo 1º, do Código Tributário Nacional, ou seja, 1% (um por cento) ao mês. A utilização da taxa Selic como índice de apuração dos juros legais não é juridicamente segura, porque impede o prévio conhecimento dos juros; não é operacional, porque seu uso será inviável sempre que se calcularem somente juros ou somente correção monetária; é incompatível com a regra do art. 591 do novo Código Civil, que permite apenas a capitalização anual dos juros, e pode ser incompatível com o art. 192, § 3º, da Constituição Federal, se resultarem juros reais superiores a doze por cento ao ano”. Em igual sentido é a súmula 95 do TJRJ que dispõe: “Os juros, de que trata o art. 406, do Código Civil de 2002,

não é alarmante – pelo contrário, muito usual nas relações processuais –, entretanto, quando se trata de um valor significativo em uma relação que perdura por um longo tempo, o crédito torna-se muito elevado.

Em um cenário de crise das companhias – como o enfrentando nos casos paradigmáticos –, tem-se uma relação inversamente proporcional. Quanto mais tempo durar o litígio, menor será o valor da companhia e maior será o crédito do acionista retirante, o que tende a tornar o pagamento dos haveres impraticável¹⁶⁴.

No caso Kirchner S.A., o laudo pericial, apresentado em 2014, apurou que a sociedade valia o valor histórico patrimonial de R\$ 18.423.806,72 (dezoito milhões, quatrocentos e vinte e três mil, oitocentos e seis reais e setenta e dois centavos) em 1995, o qual atualizado perfazia o valor atualizado de R\$ 65.448.186,75 (sessenta e cinco milhões, quatrocentos e quarenta e oito mil, cento e oitenta e seis reais e setenta e cinco centavos). Os acionistas retirantes detinham uma participação de 49,43%, resultando em haveres no valor de R\$ 32.390.307,63 (trinta e dois milhões, trezentos e noventa mil, trezentos e sete reais e sessenta e três centavos) à época do laudo. Menos de um ano depois, no início do cumprimento de sentença, o valor corrigido monetariamente e acrescido de juros de mora (de outubro de 2014 a julho de 2015) perfazia R\$ 37.645.672,55 (trinta e sete milhões, seiscentos e quarenta e cinco mil, seiscentos e setenta e dois reais e cinquenta e cinco centavos) e na última movimentação do processo, data de dezembro de 2018, os haveres perfaziam o valor de R\$ 85.829.165,69 (oitenta e cinco milhões, oitocentos e vinte e nove mil, cento e sessenta e cinco reais e sessenta e nove centavos). Por sua vez, o patrimônio da companhia resume-se a ao imóvel-sede, avaliado em R\$ 38.465.114,46 (trinta e oito milhões, quatrocentos e sessenta e cinco mil, cento e quatorze reais e quarenta e

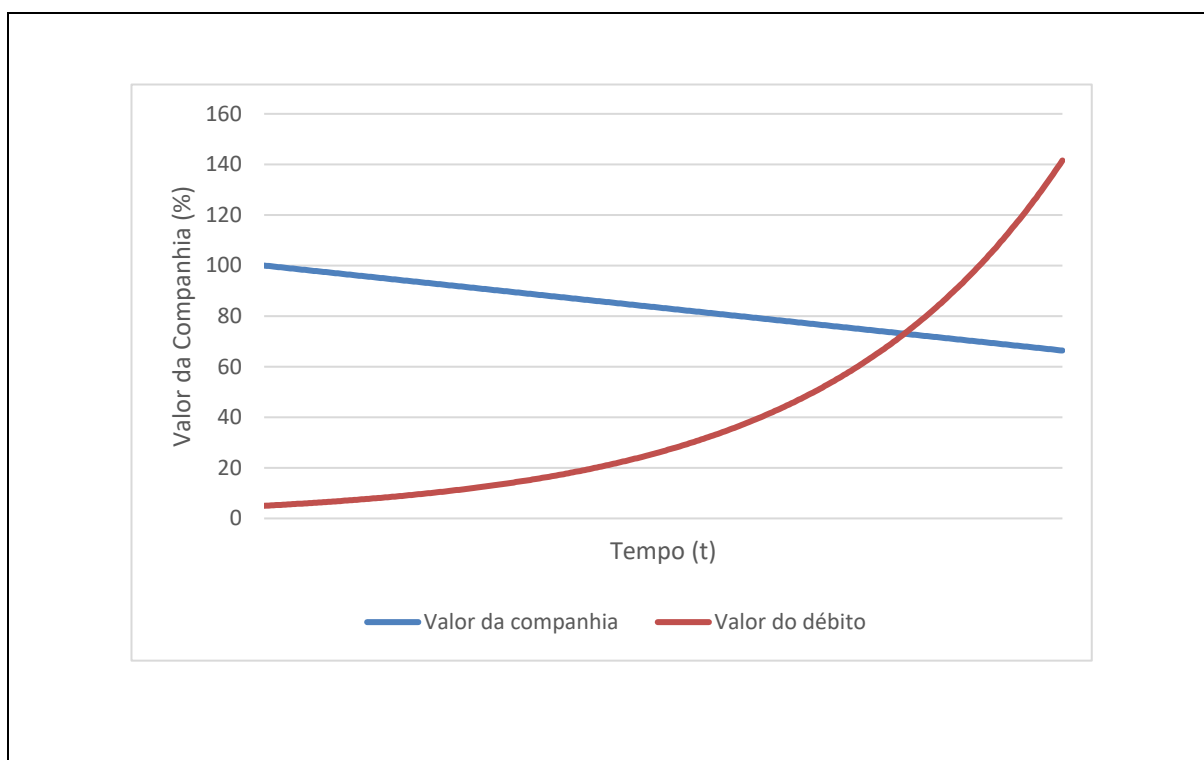
incidem desde sua vigência, e são aqueles estabelecidos pelo art. 161, parágrafo 1º, do Código Tributário Nacional". Por fim, o mesmo entendimento adotado pelo TJSP no acórdão nº 9095841-54.2009.8.26.0000, ementado da seguinte forma: "*Agravo de Instrumento nº 2188742-87.2014.8.26.0000 - Voto nº 18.978 - DVB 5*" (...) *JUROS Moratórios - Incidência da taxa de 1% ao mês, desde a citação, como constou da sentença Admissibilidade - Autor não apelou - Incidência da taxa SELIC - Inadmissibilidade - Art. 406 do CC/2002 não faz alusão à taxa SELIC, mas diz que a taxa de juros de mora, quando não convencionada ou resultar de lei, é a de 1% ao mês, porque a esse percentual se refere de modo expresse o art. 161, § 1º, do CTN - Taxa SELIC foi criada por ato do Banco Central, não por lei. Ação de cobrança parcialmente procedente. Recurso provido em parte*". Ver: BRASIL. Tribunal de Justiça de São Paulo. Apelação no 9095841-54.2009.8.26.0000. 20ª Câmara de Direito Privado. Relator: Des. Álvaro Torres Júnior. Julgado em 13/04/2015, publicado em 24/04/2015.

¹⁶⁴ GEBRAN, João Guilherme. GEBRAN, João Guilherme Rache. A Dissolução Parcial de Sociedade Anônima Funciona? Um Estudo sobre os Limites e as Dificuldades da Dissolução Parcial da Cocelpa. In: PÜSCHEL, Flávia (Org.). **Direito e Desenvolvimento na Prática**: Novas Perspectivas para a Reflexão Jurídica. São Paulo: Almedina, 2020, p. 205

seis centavos), tendo em vista o encerramento das atividades fabris da companhia e a desvalorização do maquinário existente. Ou seja, os haveres devidos aos acionistas retirantes representam mais que o dobro do valor patrimonial existente na companhia.

No caso Cocelpa a situação não seria muito diferente, apesar da apuração de haveres não ter sido concluída. A título ilustrativo, presumindo que a companhia perca 0,1% do seu valor patrimonial por mês e que o acionista retirante detenha 5% do valor da companhia, o qual será acrescido de juros de mora de 1% ao mês, ao final de 28 anos – tempo total de tramitação do caso –, o crédito do acionista retirante valeria o dobro do valor atualizado da companhia. A relação seria próxima ao gráfico a seguir:

Figura 12 – Relação entre Valor da Companhia e Crédito do Acionista Retirante



Fonte: Gráfico elaborado pelo autor.

Evidente que o gráfico acima não ilustra a real situação da Cocelpa S.A., a qual sequer teve os haveres apurados. Todavia, serve para ilustrar o impacto da correção monetária e dos juros de mora na apuração de haveres nos casos de dissolução parcial e a inadequação do método de apuração de haveres pelo valor real. Os casos paradigmáticos indicam que, ao final do processo de dissolução parcial, as companhias sequer possuem condições financeiras para saldar a integralidade dos haveres devidos aos acionistas retirantes em razão do logo processo de tramitação.

Assim, não se pode ignorar a incompatibilidade entre o critério de apuração de haveres adotado na hipótese de dissolução total e a continuidade da companhia. Não por acaso que o critério legal adotado para a hipótese de recesso se mostra, nesse aspecto, muito mais efetivo na realização da saída do acionista retirante da companhia. Como bem elucida Rachel Sztajn, “o recesso é meio de o acionista deixar a sociedade, não de fazer lucro a suas custas”¹⁶⁵, permitindo a conjugação de uma saída célere e satisfatória com a manutenção da companhia.

Apesar de o reembolso não exigir a avaliação do valor econômico da companhia, bastando respeitar os parâmetros do último balanço aprovado em assembleia – o que consiste em um método menos confiável de apuração –, isso não impede que a apuração dos haveres ocorra com base no valor econômico da companhia. O elemento mais importante do reembolso é o dispositivo do artigo 45, § 2º da LSA¹⁶⁶, o qual determina que 80% (oitenta por cento) do valor de reembolso será pago imediatamente conforme balanço, enquanto não ocorrer o levantamento do balanço especial. Tal medida não apenas protege o acionista retirante, que recebe parcela do valor à vista, como também protege a companhia dos juros de mora do débito, que só incide sobre o valor remanescente.

Nesse sentido, o pagamento imediato dos haveres com base no último balanço da companhia – ainda que suscetível a posterior levantamento de balanço especial ou mesmo apuração do valor real da companhia – demonstra ser medida necessária para atribuir mais efetividade à dissolução parcial de sociedade anônima e evitar trâmites conturbados como nos casos paradigmáticos.

3.3. O Fim da Blindagem Patrimonial e o Conflito entre o Pagamento dos Credores e dos Acionistas Retirantes

¹⁶⁵ STAJN, Rachel. O Direito de Recesso nas Sociedades Comerciais. **Revista de Direito Mercantil, Industrial, Econômico e Financeiro**, São Paulo, v. 71, pp. 50-54, jul./set. 1988. p. 54.

¹⁶⁶ Diz o artigo 45, § 2º da Lei das S.A.: “Art. 45, § 2º Se a deliberação da assembléia-geral ocorrer mais de 60 (sessenta) dias depois da data do último balanço aprovado, será facultado ao acionista dissidente pedir, juntamente com o reembolso, levantamento de balanço especial em data que atenda àquele prazo. Nesse caso, a companhia pagará imediatamente 80% (oitenta por cento) do valor de reembolso calculado com base no último balanço e, levantado o balanço especial, pagará o saldo no prazo de 120 (cento e vinte), dias a contar da data da deliberação da assembléia-geral.”

A efetivação das decisões de dissolução parcial dos casos Cocelpa e Kirchner S.A. evidenciam outro problema na efetivação da dissolução parcial de sociedade anônima: o eventual conflito entre credores e acionistas retirantes no recebimento dos seus respectivos créditos em razão do fim da blindagem patrimonial da sociedade (*entity shielding* ou *capital lock-in*). A jurisprudência sobre a dissolução parcial de sociedade anônima, firmada a partir dos casos Cocelpa e Kirchner S.A., rompeu com a blindagem patrimonial da sociedade anônima (*entity shielding*) no Brasil e – como preconizado pela doutrina – concedeu ao acionista retirante livre acesso ao capital investido.

No caso Cocelpa, o julgamento dos Embargos de Divergência 111.294/PR consignou expressamente que “tenho que a aplicação da dissolução parcial, com a retirada dos sócios dissidentes, após a apuração de seus haveres em função do valor real do ativo e passivo, é a solução que melhor concilia o interesse individual dos acionistas retirantes com o princípio da preservação da sociedade e sua utilidade social”¹⁶⁷. No caso Kirchner S.A., no julgamento dos Embargos de Divergência 419.174/SP, entendeu-se que “a impessoalidade, com preponderância do capital, própria das sociedades anônimas, cede espaço nas empresas familiares regidas pela Lei n. 6.404/1976, como no caso concreto, nas quais deve coexistir com a *affectio societatis*”, justificando a dissolução parcial da companhia e a consequente “retirada dos acionistas dissidentes [insatisfeito], após a apuração de seus haveres em função do valor real do ativo e passivo”¹⁶⁸. Ora, o STJ permitiu exatamente o que a regra de proteção contra liquidação (*liquidation protection*) busca coibir: o esvaziamento do capital social da sociedade.

Nesse tocante, os casos paradigmáticos demonstram – em diferentes graus – o conflito resultante do esvaziamento do capital social entre os acionistas retirantes e os demais credores da companhia. Ocorre que a dissolução parcial gera uma inversão na posição do acionista retirante, uma vez que este deixa de ser o beneficiário residual (*residual claimants* ou *residual risk bearers*¹⁶⁹) e torna-se credor da companhia. Assim, o acionista retirante qualifica o seu crédito,

¹⁶⁷ BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Embargos de Divergência no Recurso Especial nº 111.294/PR**. Segunda Seção. Rel.: Min. Castro Filho. Julgamento: 28 jun. 2006.

¹⁶⁸ BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Embargos de Divergência no Recurso Especial nº 419.174/SP**. Segunda Seção. Rel.: Min. Aldir Passarinho Júnior. Julgamento: 28 mai. 2008.

¹⁶⁹ Segundo a definição de Fama e Jensen: “The contract structures of organizations limit the risks undertaken by most agents by specifying either fixed payoffs or incentive payoffs tied to specific measures of performance. The residual risk—the risk of the difference between stochastic inflows of resources and promised payments to agents—is borne by those who contract for the rights to net cash flows. We call these agents the residual claimants

que deveria ser o último a ser pago (como acontece no caso da dissolução total de sociedade) e passa a concorrer com os demais credores segundo a regra geral de pagamento.

Nos Embargos de Divergência 111.294/PR¹⁷⁰ do caso Cocelpa, o Min. Massami Uyeda já havia demonstrado o seu espanto com a possibilidade de esvaziamento do capital social ao consignar no voto que:

A sociedade anônima se rege por essa Lei especial, a Lei n. 6.404/76. Sendo uma lei especial, não podemos, com todo o respeito, dar tratamento como se fosse uma sociedade limitada, na qual poderia haver uma apuração de haveres de sócios dissidentes. O que mais me impressiona, e me impressionou, foi a alegação feita em sustentação oral pela eminente advogada de que, na retirada desse sócio, com a dissolução, dessa maneira, o sócio retirante poderia receber seus valores em detrimento do próprio crédito trabalhista e tributário. Então, pergunto-me, se o intuito da sociedade anônima, como bem ressaltado no voto do eminente Ministro Cesar Asfor Rocha, é o intuito pecúnia, porque quem se associa é para obter lucros, se essa sociedade não fornece mais lucro, torna-se inviável, mas se está em situação de inviabilidade econômica, financeira, e os dissidentes, 5%, 10%, enfim, os minoritários saírem antes, levarão mais do que a maioria em detrimento da própria sociedade.

Tal conflito surge de maneira mais concreta no âmbito da Recuperação Judicial da Cocelpa, quando o acionista retirante alega, conforme petição datada de 21 de agosto de 2017¹⁷¹, que:

Há pedido de dissolução parcial da sociedade Cocelpa (autos n.º 0000148-33.1991.8.16.0025), a qual já transitou em julgado, destacando que dita Sentença encontra-se em fase de Cumprimento de Sentença através dos Autos 0000162-41.1996.8.16.0025 da Carta de Sentença Extraída da Ação de Dissolução de Sociedade, fato este dolosamente omitido na apresentação do presente feito, visando unicamente lesar o Requerente.

Fato é que o crédito devido ao acionista retirante apenas não foi incluso na recuperação judicial por tratar-se de crédito ilíquido e sujeito a apuração. Entretanto, uma vez concluída a apuração de haveres e efetivado o desligamento do acionista da companhia, por força do artigo 49 da LRF¹⁷², o acionista retirante deverá integrar o quadro de credores e os haveres devidos a ele passarão a concorrer com os demais credores quirografários.

or residual risk bearers”. Ver: FAMA, Eugene; JENSEN, Michael. Agency Problems and Residual Claims. **The Journal of Law & Economics**, Chicago, v. 26, n. 02, pp. 327-349, Jun. 1983. p. 02.

¹⁷⁰ BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Embargos de Divergência no Recurso Especial nº 111.294/PR**. Segunda Seção. Rel.: Min. Castro Filho. Julgamento: 28 jun. 2006.

¹⁷¹ BRASIL. 1ª Vara de Falências e Recuperação Judicial de Curitiba/PR. **Processo Recuperação Judicial nº 0005462-46.2017.8.16.0025**. Juiz: Mariana Gluszcynski Fowler Gusso. Distribuição: 1º jun. 2017.

¹⁷² Diz o artigo 49 da Lei de Recuperação Judicial e Falência, que: “Estão sujeitos à recuperação judicial todos os créditos existentes na data do pedido, ainda que não vencidos”.

No caso *Kirchner S.A.*, ao longo do processo de apuração de haveres e cumprimento de sentença, os acionistas controladores, por diversas vezes, suscitaram a existência de dívidas tributárias, trabalhistas, contratuais e bancárias, entretanto tais débitos foram afastados pelo laudo pericial. O laudo pericial entendeu que somente “as dívidas fiscais de natureza federal, estadual e municipal, correspondentes a fatos geradores anteriores à data da dissolução parcial da sociedade (31/10/95)” no valor de R\$ 971.271,78 (novecentos e setenta e um mil, duzentos e setenta e um reais e setenta e oito centavos) deveriam integrar o cálculo, “tendo em vista que os demais se referem a período posterior”. Em um processo de dissolução total, o patrimônio da companhia responderia por todos os débitos existentes e, somente depois, pagaria o valor residual aos acionistas. Entretanto, no caso em questão, os acionistas retirantes passaram a receber seus haveres antes de outros créditos, como demonstra a penhora realizada sobre alugueiros recebidos pela companhia. Apesar de o critério adotado pelo laudo contábil e pelo Juízo preservar um senso lógico de justiça – o critério da antiguidade –, acaba por possibilitar a concorrência entre os haveres do acionista retirante e dos demais credores.

Não obstante o afastamento da blindagem patrimonial da sociedade anônima (*entity shielding*) não tenha gerado maiores problemas na dissolução parcial da *Kirchner S.A.*, a análise do caso concreto ressalta o problema de permitir ao acionista insatisfeito a retirada do capital investido. Nesse sentido, o posicionamento fixado pelo STJ sobre dissolução parcial de sociedade anônima rompe com o que é considerado um dos principais elementos de empresa e, por conseguinte, atenta contra alicerces do direito societário. Assim, resta claro que a dissolução parcial de sociedade anônima contribui com a crise dos elementos característicos do tipo de sociedade anônima no Brasil¹⁷³.

¹⁷³ Nesse sentido é o texto de Mariana Pargendler, que sustenta que todos os elementos característicos de sociedade anônima no Brasil são mitigados. Ver: PARGENDLER, Mariana. How Universal Is the Corporate Form? Reflections on the Dwindling of Corporate Attributes in Brazil. *Columbia Journal of Transnational Law*, New York City, v. 58, pp. 1-57, 2020. p. 3.

Capítulo 4. Os Casos no STJ e TJSP de Dissolução Parcial de Sociedade Anônima

Apesar de o julgamento dos casos Cocelpa e Kirchner S.A. terem assentado os alicerces do instituto da dissolução parcial de sociedade anônima no ordenamento jurídico brasileiro e propiciarem reflexões sobre a efetivação e efetividade da dissolução parcial de sociedade anônima, trata-se de casos complexos e singulares nas suas particularidades. Desta forma, o presente capítulo propõe-se a realizar uma análise ampla sobre a totalidade dos processos de dissolução parcial de sociedades anônimas que foram julgados pelo STJ e pelo TJSP, desde a pacificação da matéria de dissolução parcial de sociedade anônima com os Embargos de Divergência no Recurso Especial nº 419.174/SP, em 28 de maio de 2008, até o momento presente. No total serão analisados 46 casos de dissolução parcial de sociedade anônima, sendo 18 casos que foram julgados pelo STJ e 31 casos que foram julgados pelo TJSP, havendo a sobreposição em três deles, que foram julgados por ambas as cortes.

Por meio da análise da totalidade dos casos do STJ e TJSP, pretende-se conceber uma visão mais abrangente sobre a utilização da dissolução parcial de sociedade anônima, bem como sobre os resultados efetivamente experimentados. Busca-se, assim, verificar em que medida os casos paradigmáticos são representativos da totalidade de casos de dissolução parcial e suas reflexões generalizáveis.

4.1. Forma de Seleção dos Casos no STJ

Para a condução da presente análise será realizada pesquisa documental, tendo por base a totalidade dos processos judiciais de dissolução parcial que foram efetivamente julgados pelo STJ, desde a pacificação da matéria em 28 de maio de 2008 – com o julgamento dos Embargos de Divergência no Recurso Especial nº 419.174/SP – até 31 de dezembro de 2020.

A escolha do STJ como limitação da pesquisa quantitativa se justifica na medida em que compete a ele processar e julgar em última instância causas de natureza societária (artigo 104, III, “a”, da CF) e “atribuir sentido ao direito federal infraconstitucional”¹⁷⁴. Tal limitação ganha relevo adicional na medida em que o instituto da dissolução parcial de sociedade anônima

¹⁷⁴ MARINONI, Luiz Guilherme. **O STJ Enquanto Cortes de Precedentes**: Compreensão do Sistema Processual da Corte Suprema. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014. p. 99.

é criação pretoriana consolidada dentro do STJ, razão pela qual só pode ser revisitada e modificada judicialmente por ele. A limitação temporal se justifica na medida em que se busca compreender o desdobramento e a tramitação dos processos que versam sobre dissolução parcial a partir da pacificação da matéria.

Para o mapeamento dos processos de dissolução parcial de sociedade anônima julgados pelo STJ, utilizou-se o acervo eletrônico de jurisprudência do próprio STJ. Foram tabuladas 260 decisões judiciais que continham simultaneamente as expressões “*Dissolução Parcial*” e “*Sociedade Anônima*”, as quais foram organizadas por número de incidência das palavras selecionadas, conforme Anexo 1. Por fim, para melhorar a correlação entre as decisões encontradas e o objeto da presente pesquisa, selecionou-se – mediante análise individual de cada documento –, apenas as decisões cujo objeto era a dissolução parcial de sociedade anônima. Ainda, tendo em vista que, muitas vezes, há mais de uma decisão do STJ para um mesmo caso, o conteúdo dessas decisões foi concentrado no caso mais relevante, sendo privilegiadas as decisões mais recentes que versam sobre o mérito.

Desta forma, o resultado foi reduzido para 18 casos, organizados na tabela a seguir em ordem cronológica de julgamento pelo STJ:

Figura 13 – Casos do STJ que versam sobre Dissolução Parcial de Sociedade Anônima

Caso	Nº do Processo	Número de registro	Data do Julgamento no STJ	Decisão
Lunar S.A.	Ag 1013095/RJ	2008/0029337-1	12/09/2008	Cabimento de dissolução parcial
Consemp S.A.	Ag 1051418/RJ	2008/0109621-5	18/09/2008	Cabimento de dissolução parcial
Graciano Affonso S.A.	AgRg 975.145/SP	2007/0253270-5	20/08/2009	Cabimento de dissolução parcial
Acober S.A.	EResp 1079763/SP	2009/0213367-7	25/04/2012	Cabimento de dissolução parcial
Rodomac S.A.	REsp 1309844/SC	2012/0053545-0	25/04/2012	Cabimento de dissolução parcial
De Pauli S.A.	REsp 1303284/PR	2012/0006691-5	16/04/2013	Cabimento de dissolução parcial
Agostinho Ardito S.A.	Ag 1298158/SP	2010/0064653-1	14/10/2013	Cabimento de dissolução parcial
Simas S.A.	REsp1325194/RN	2012/0106094-7	07/04/2014	Cabimento de dissolução parcial
Audisa S.A.	AREsp 322955/PR	2013/0093797-3	23/04/2014	Cabimento de dissolução parcial

Souza Barros S.A.	REsp 1366156/SP	2013/0013160-8	05/02/2015	Cabimento de dissolução parcial
Mainline S.A.	TP 471/DF	2013/0338963-4	12/05/2015	Cabimento de dissolução parcial
Arpal S.A.	REsp 1536908/RS	2014/0289393-5	22/05/2015	Cabimento de dissolução parcial
BioFill S.A.	REsp 1321263/PR	2012/0062485-4	06/12/2016	Cabimento de dissolução parcial
Santa Rita S.A.	AREsp 1027766/SP	2016/0321139-0	02/02/2017	Cabimento de dissolução parcial
Sultepa S.A.	REsp 1400264/RS	2013/0284036-0	30/10/2017	Cabimento de dissolução parcial
Bom Jesus S.A.	AREsp 763149/PE	219701-5/00	21/11/2017	Não cabimento de dissolução parcial
Irmãos Luchini S.A.	REsp 1507525/SP	2015/0002411-3	02/05/2018	Cabimento de dissolução parcial
Lauro Oliveira S.A.	Ag 1539920/RS	2019/0201891-1	18/05/2020	Cabimento de dissolução parcial

Fonte: Tabela elaborada pelo Autor.

Por fim, os casos selecionados foram catalogados, conforme ficha de leitura do caso – disponível no Anexo 2 –, contendo as seguintes informações sobre cada caso: (i) nome do caso; (ii) número do processo no STJ; (iii) número de registro; (iv) outros números que compõem o processo; (v) nome da companhia ré; (vi) nome do acionista insatisfeito; (vii) data de distribuição; (viii) data da sentença (ix) data do julgamento pelo STJ; (x) data do trânsito em julgado; (xi) data do arquivamento; (xii) teor da decisão; (xiii) ementa ou fundamentação do acórdão do STJ; (xiv), quando pertinente e localizável, ementa do acordo do Tribunal de Justiça; (xv) atual situação do processo, e (xvi) eventuais observações.

Destaca-se, desde logo, que, dos 18 casos do STJ analisados, há um único caso em que não se reconheceu o cabimento da dissolução parcial de sociedade anônima em razão da ausência do caráter *intuitu personae*.

4.2. Forma de Seleção dos Casos no TJSP

Em relação aos casos oriundos do TJSP, a presente pesquisa fundamenta-se na totalidade dos processos judiciais de dissolução parcial que foram efetivamente julgados pelo TJSP desde a pacificação da matéria em 28 de maio de 2008 – com o julgamento dos Embargos de Divergência no Recurso Especial nº 419.174/SP – até 31 de dezembro de 2020.

A escolha do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo se justifica em razão da alta concentração de empresas existentes no Estado de São Paulo¹⁷⁵ – 1.464.544 empresas ativas – e, por conseguinte, o maior número de litígios versando sobre sociedades anônimas no país. Outra razão que justifica a escolha é a existência das Câmaras Especializadas de Direito Empresarial, que buscam fornecer segurança jurídica para os litigantes e conteúdo especializado em matéria de direito empresarial¹⁷⁶. A limitação temporal, por sua vez, parte da consolidação do posicionamento do STJ sobre dissolução parcial de sociedade anônima até o momento de realização do presente estudo, findado em 2020.

Para o mapeamento dos casos, utilizou-se o acervo eletrônico de jurisprudência do próprio Tribunal. Foram tabuladas 305 decisões judiciais que continham simultaneamente as expressões “*Dissolução Parcial*”; “*Sociedade Anônima*” e “6.404”, as quais foram organizadas por número de incidência das palavras selecionadas – conforme Anexo 3. Novamente, para garantir uma melhor correlação entre as decisões encontradas e o objeto da presente pesquisa, selecionou-se – mediante análise individual das ementas dos acórdãos –, as decisões cujo objeto era a dissolução parcial de sociedade anônima. Por fim, os resultados foram organizados na tabela a seguir:

Figura 14 – Casos do TJSP que versam sobre Dissolução Parcial de Sociedade Anônima desde 2008

Caso	Nº do Processo	Data do julgamento	Decisão do TJSP
Agropecuária Agostinho S.A.	9132807-16.2009.8.26.0000	23/04/2009	Cabimento de dissolução parcial
Alpha S.A.	0086868-45.2004.8.26.0000	14/02/2012	Cabimento de dissolução parcial
Souza Barros S.A.	9067218-19.2005.8.26.0000	29/02/2012	Cabimento de dissolução parcial

¹⁷⁵ INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Demografia das Empresas e Estatísticas de Empreendedorismo 2017**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. p. 39.

¹⁷⁶ Nesse sentido é a declaração do Des. Pereira Calças, então Presidente do TSJP, ao dizer que “as peculiaridades das diversas matérias empresariais, por si, demonstram os benefícios da especialização, de modo que os juízes possam dedicar-se, efetivamente, a conhecer as particularidades dos fluxos comerciais e econômicos envolvidos na atividade empresarial, implementando maior qualidade técnica às decisões. Só a dedicação exclusiva e o tempo, como acontece em toda as atividades jurídicas e não jurídicas, poderão garantir a expertise necessária e esperada do Poder Judiciário brasileiro e, conseqüentemente, a celeridade, a eficiência e a segurança jurídica almejadas”. Ver: “JUDICIÁRIO Paulista é Chamado a Falar sobre Varas Especializadas”. **Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo**, São Paulo, 21 mai. 2019. Disponível em: <https://www.tjsp.jus.br/noticias/noticia?codigonoticia=56667>. Acesso em: 13 set. 2020.

Cervejaria Belco S.A.	0020484- 22.2012.8.26.0000	03/07/2012	Cabimento de dissolução parcial
Odontoclinic S.A.	0033878- 23.2011.8.26.0068	11/12/2012	Cabimento de dissolução parcial
Siriuba S.A.	0000863- 65.1998.8.26.0247	13/03/2013	Cabimento de dissolução parcial
CRW Plásticos Joinville S.A.	0003579- 80.2011.8.26.0224	21/05/2013	Cabimento de dissolução parcial
Colina Mercantil S.A.	9251465- 33.2008.8.26.0000	24/10/2013	Cabimento de dissolução parcial
CRW Plásticos Virgínia S.A.	0082567- 52.2010.8.26.0224	06/02/2014	Cabimento de dissolução parcial
Indústrias Nardini S.A.	0164885- 80.2013.8.26.0000	16/06/2014	Cabimento de dissolução parcial
Univet S.A.	2046823- 13.2014.8.26.0000	30/06/2014	Cabimento de dissolução parcial
Cobase S.A.	2207220- 46.2014.8.26.0000	05/02/2015	Cabimento de dissolução parcial
Santa Rita S.A.	1007338- 04.2014.8.26.0071	29/06/2015	Cabimento de dissolução parcial
Gatec S.A.	0027399- 29.2011.8.26.0451	10/08/2016	Cabimento de dissolução parcial
Casa Grande Hotel S.A.	1043922- 46.2015.8.26.0100	31/08/2016	Cabimento de dissolução parcial
Sapoti S.A.	0005018- 36.2012.8.26.0663	19/09/2016	Cabimento de dissolução parcial
Vitale Predial S.A.	1013808- 61.2014.8.26.0100	31/10/2016	Cabimento de dissolução parcial
Irmãos Luchini S.A.	4000745- 38.2012.8.26.0309	09/11/2016	Cabimento de dissolução parcial
Ansipa Participações S.A.	0006389- 31.2010.8.26.0299	13/12/2016	Cabimento de dissolução parcial
Construtora Kaplan S.A.	0037590- 14.2010.8.26.0114	27/03/2017	Cabimento de dissolução parcial
Indústria Mancini S.A.	2089188- 77.2017.8.26.0000	07/06/2017	Cabimento de dissolução parcial
Gradual Holding Financeira S.A.	2110151- 09.2017.8.26.0000	29/09/2017	Cabimento de dissolução parcial
Morus Educacional S.A.	2224033- 46.2017.8.26.0000	11/04/2018	Cabimento de dissolução parcial
PDG SPE S.A.	1137641- 48.2016.8.26.0100	24/09/2018	Não cabimento de dissolução parcial
Adália S.A.	0205022- 66.2011.8.26.0100	28/09/2018	Cabimento de dissolução parcial
Irmãos Parasmo S.A.	2249073- 30.2017.8.26.0000	29/01/2019	Cabimento de dissolução parcial
Braile Biomédica S.A.	0051688- 73.2010.8.26.0576	04/02/2019	Cabimento de dissolução parcial

Splice do Brasil S.A.	0005017- 51.2012.8.26.0663	13/08/2019	Cabimento de dissolução parcial
GPAT S.A.	1004882- 52.2018.8.26.0100	27/08/2019	Cabimento de dissolução parcial
Santo Eduardo S.A.	1097663- 30.2017.8.26.0100	05/08/2020	Cabimento de dissolução parcial
S Magalhães S.A.	0023260- 60.2009.8.26.0562	11/08/2020	Cabimento de dissolução parcial

Fonte: Tabela elaborada pelo Autor.

Os casos selecionados oriundos do TJSP, entretanto, não foram catalogados e organizados segundo ficha de leitura, tendo em vista que os casos, em sua grande maioria, continuam em trâmite e sujeitos a modificações pelas cortes superiores. Portanto, a análise desses casos limitar-se-á aos dados compilados, sem adentrar a materialidade de cada caso.

Por fim, ressalta-se que, dos 31 casos do TJSP analisados, apenas um caso reconheceu o não cabimento da dissolução parcial de sociedade anônima por tratar-se de sociedade de propósito específico.

Capítulo 5. O Tempo de Tramitação dos Processos de Dissolução Parcial de Sociedade Anônima

O tempo de tramitação dos processos de dissolução parcial de sociedade anônima se mostra como um elemento relevante para compreender as dificuldades na efetivação da dissolução parcial e a existência de gargalos processuais. Os casos Cocelpa e Kirchner S.A. fornecem um vislumbre dessas dificuldades, tendo em vista que os processos tramitam há 28 e 25 anos, respectivamente, e ainda não foram concluídos. Entretanto mostra-se necessária uma análise mais ampla dos trâmites processuais.

A análise do tempo de tramitação dos processos será feita por meio da análise de cinco marcos temporais de referência, notadamente: (i) a data de distribuição da petição inicial e ajuizamento da demanda; (ii) a data em que foi proferida a sentença pelo Juízo de origem; (iii) quando aplicável, a data de julgamento do recuso em questão pelo STJ; (iv) a data do trânsito em julgado da decisão de mérito que põe fim ao processo de conhecimento; e (v) a data de arquivamento do feito, tendo este sido concluído.

Por uma questão de rigor metodológico, mais alguns esclarecimentos devem ser feitos. Há dois tipos de casos designados como “indisponível”: aqueles em que não foi possível obter todas as informações relevantes dos casos por tratarem-se de processos físicos e aqueles em que o processo tramita em segredo de justiça, o que impede o acesso às informações. Ainda, há alguns em que só foi possível o acesso ao ano de distribuição do processo, sem precisar a data, de modo que consta na tabela a data fictícia de “01/01/ANO” para viabilizar o cálculo de tempo. Por fim, para os processos que ainda não tiveram o processo de conhecimento julgado transitado e julgado foi anotada a palavra “não” ao invés da data e para os processos que ainda se encontram em fase de cumprimento de sentença, receberam a anotação “não” em relação ao arquivamento.

Segue abaixo a tabela como os marcos temporais em relação aos casos que tramitaram junto ao STJ:

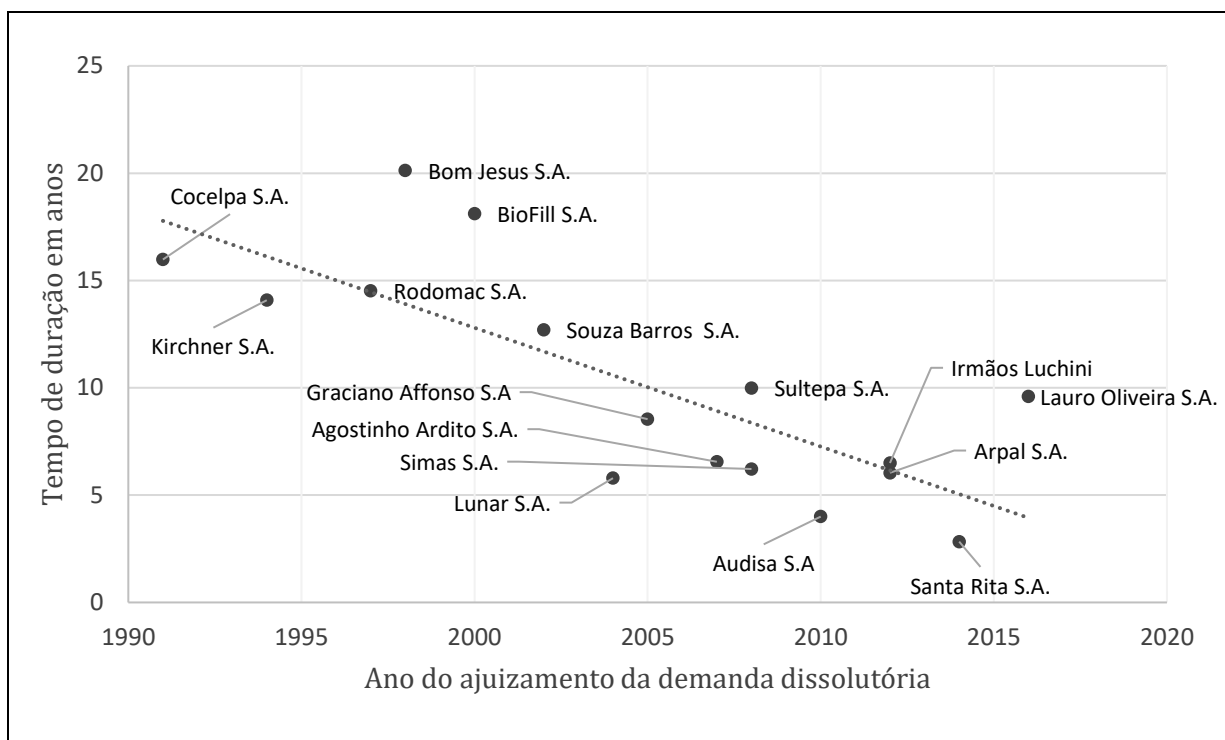
Figura 15 – Datas dos Processos de Dissolução Parcial de Sociedade Anônima no STJ

Caso	Nº do Processo	Distribuição	Sentença	Decisão no STJ	Trânsito	Arquivamento
Cocelpa S.A.	EREsp 111294/PR	28/11/1991	26/10/1994	28/6/2006	29/9/2007	Não
Kirchner S.A.	EREsp 419174/SP	21/11/1994	24/10/1995	28/5/2008	5/11/2008	Não
Consemp S.A.	Ag 1051418/RJ	2/2/1999	Indisponível	18/9/2008	Indisponível	3/10/2016

Graciano Affonso S.A.	AgRg 975.145/SP	17/6/2005	5/12/2005	20/8/2009	04/12/2013	4/12/2013
Acober S.A.	REsp 1079763/SP	1/1/1996	Indisponível	25/4/2012	Indisponível	Indisponível
Rodomac S.A.	REsp 1309844/SC	12/12/1997	30/10/2001	25/4/2012	2/5/2012	17/5/2016
De Pauli S.A.	REsp 1303284/PR	11/2/1991	20/6/2006	16/4/2013	Não	Não
Agostinho Ardito S.A.	Ag 1298158/SP	25/4/2007	16/10/2008	14/10/2013	23/10/2013	Não
Lunar S.A.	Ag 1013095/RJ	26/11/2004	18/12/2006	12/9/2008	23/8/2010	Não
Simas S.A.	REsp1325194/RN	12/12/2008	18/1/2010	7/4/2014	10/2/2015	Não
Audisa S.A.	AREsp 322955/PR	12/5/2010	26/1/2011	23/4/2014	29/4/2014	29/4/2014
Souza Barros S.A.	REsp 1366156/SP	5/9/2002	22/4/2003	5/2/2015	6/4/2015	17/8/2015
Mainline S.A.	TP 471/DF	18/6/2009	22/3/2012	12/5/2015	Não	Não
Arpal S.A.	REsp 1536908/RS	14/12/2012	27/10/2015	22/5/2015	10/12/2018	Não
BioFill S.A.	REsp 1321263/PR	4/10/2000	17/3/2006	6/12/2016	20/9/2018	Não
Santa Rita S.A.	AREsp 1027766/SP	5/5/2014	3/2/2015	2/2/2017	24/2/2017	03/7/2019
Sultepa S.A.	REsp 1400264/RS	3/10/2008	3/2/2015	30/10/2017	28/8/2018	Não
Bom Jesus S.A.	AREsp 763149/PE	1/1/1998	17/4/2009	21/11/2017	14/12/2017	14/12/2017
Irmãos Luchini	REsp 1507525/SP	6/11/2012	11/6/2015	2/5/2018	16/4/2019	Não
Lauro Oliveira S.A.	AREsp 1539920/RS	5/4/2011	5/2/2018	18/5/2020	09/10/2020	Não

Fonte: Tabela elaborada pelo Autor.

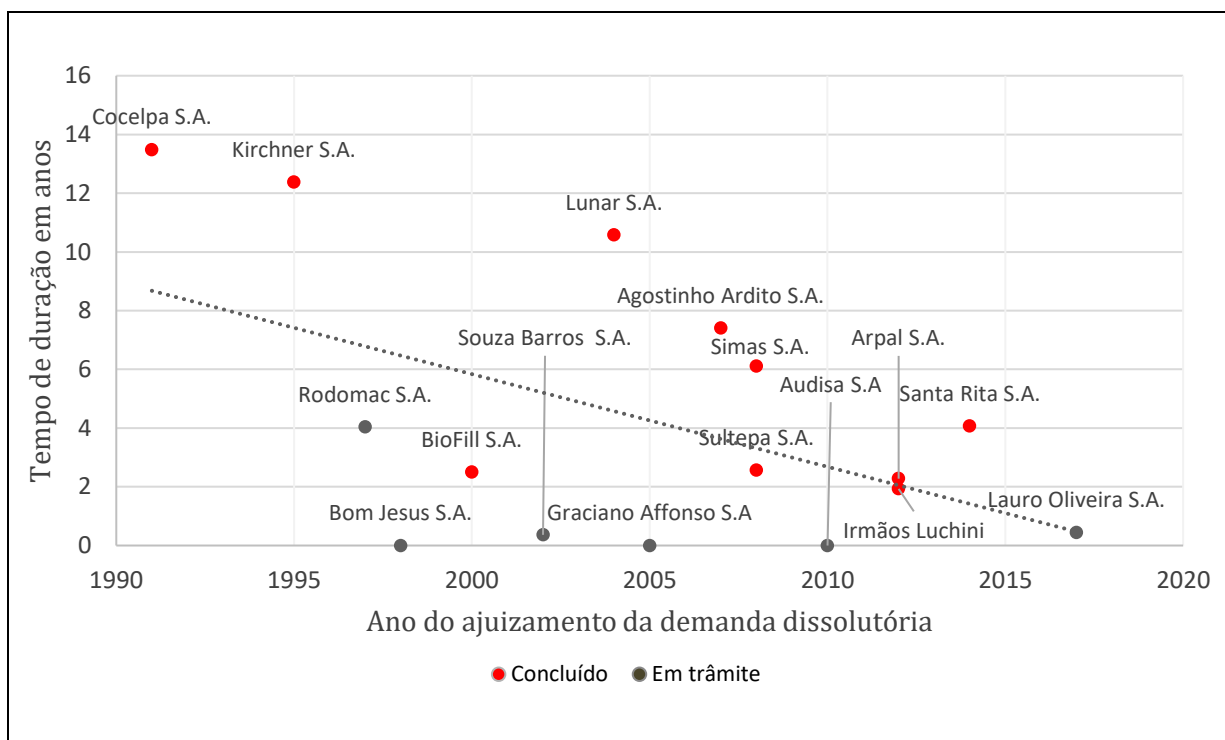
Nos casos acima, o tempo médio da distribuição do processo até a prolação da sentença de conhecimento foi de 3 anos e seis meses, sendo que o julgamento mais rápido deles ocorreu em apenas 5 meses e o mais longo em 15 anos e 6 meses. Por sua vez, o tempo médio dos processos de conhecimento foi de 9 anos e 1 mês, tendo o trâmite mais longo durado 20 anos e 3 meses, e o mais curto durado apenas 2 anos e 10 meses. Há uma importante correlação entre a época do ajuizamento da ação de dissolução parcial e o tempo de duração do processo de conhecimento, as primeiras ações de dissolução parcial duraram significativamente mais tempo do que as ações mais recentes, conforme infere-se do gráfico a seguir:

Figura 16 – Duração dos Processos de Conhecimento dos Casos que tramitaram no STJ

Fonte: Figura elaborada pelo Autor.

Por sua vez, o tempo do cumprimento de sentença dos processos de dissolução parcial no STJ também apresenta uma tendência de ser cada vez menor, apesar da grande variância existente entre os resultados. Por um lado, há processos de cumprimento de sentença com prazos bem longos, com mais de 13 anos, por outro lado, há cumprimento de sentença com prazos curtíssimos, com apenas 4 meses. Ocorre que, nos casos com um rápido cumprimento de sentença, uma vez certificado o trânsito em julgado da decisão de mérito e não havendo mais recursos, as partes decidem transacionar sobre o processo e firmam acordo para encerrar a lide. Nesse sentido é o gráfico abaixo:

Figura 17 – Duração da Fase de Cumprimento de Sentença dos Casos que tramitaram no STJ



Fonte: Figura elaborada pelo Autor.

Bem demonstra o gráfico que todos os casos com um baixo tempo de cumprimento de sentença foram objeto de acordo entre as partes e encontram-se arquivados. Enquanto, todos os casos com um elevado tempo de cumprimento de sentença continuam em trâmite. Tal situação corrobora as hipóteses levantadas no presente trabalho de que há serias dificuldades na efetivação da dissolução parcial de sociedade anônima, não apenas nos casos paradigmáticos, mas também nos demais casos que alcançaram o STJ.

De igual modo, resultados muito semelhantes foram encontrados em relação ao tempo de tramitação dos processos de dissolução parcial de sociedade anônima que tramitaram perante o TJSP, conforme demonstra a tabela como os marcos temporais abaixo:

Figura 18 – Datas dos Processos de Dissolução Parcial de Sociedade Anônima no TJSP

Caso	Nº do Processo	Distribuição	Sentença	Julgamento no TJSP	Trânsito	Arquivamento
Agropecuária	9132807-16.2009.8.26.0000	25/4/2007	16/10/2008	23/4/2009	23/10/2013	Não

Agostinho S.A.						
Alpha S.A.	0086868-45.2004.8.26.0000	1/12/1982	Indisponível	14/2/2012	16/12/2015	05/8/2019
Souza Barros S.A.	9067218-19.2005.8.26.0000	5/9/2002	22/04/2003	29/2/2012	06/4/2015	17/8/2015
Cervejaria Belco S.A.	0020484-22.2012.8.26.0000	Indisponível	Indisponível	3/7/2012	29/4/2013	29/4/2013
Odontoclinic S.A.	0033878-23.2011.8.26.0068	4/10/2011	27/2/2014	11/12/2012	04/4/2013	19/7/2017
Siriuba S.A.	0000863-65.1998.8.26.0247	5/11/1998	13/9/2010	13/3/2013	30/7/2015	Não
CRW Plásticos Joinville S.A.	0003579-80.2011.8.26.0224	1/1/2012	24/4/2012	21/5/2013	1/8/2013	Não
Colina Mercantil S.A.	9251465-33.2008.8.26.0000	7/12/2007	23/04/2008	24/10/2013	10/3/2014	1/1/2019
CRW Plásticos Virgínia S.A.	0082567-52.2010.8.26.0224	29/12/2010	14/6/2011	6/2/2014	17/3/2014	Não
Indústrias Nardini S.A.	0164885-80.2013.8.26.0000	9/3/1995	30/12/1999	16/6/2014	13/2/2017	Não
Univet S.A.	2046823-13.2014.8.26.0000	11/09/2002	Não	30/6/2014	02/10/2014	30/10/2016
Cobase S.A.	2207220-46.2014.8.26.0000	12/7/1999	23/10/2014	5/2/2015	17/08/2016	Indisponível
Santa Rita S.A.	1007338-04.2014.8.26.0071	5/5/2014	3/2/2015	29/6/2015	21/3/2017	3/7/2019
Gatec S.A.	0027399-29.2011.8.26.0451	22/9/2011	30/6/2015	10/8/2016	15/9/2016	5/9/2019
Casa Grande Hotel S.A.	1043922-46.2015.8.26.0100	30/7/2015	7/1/2016	31/8/2016	Não	Não

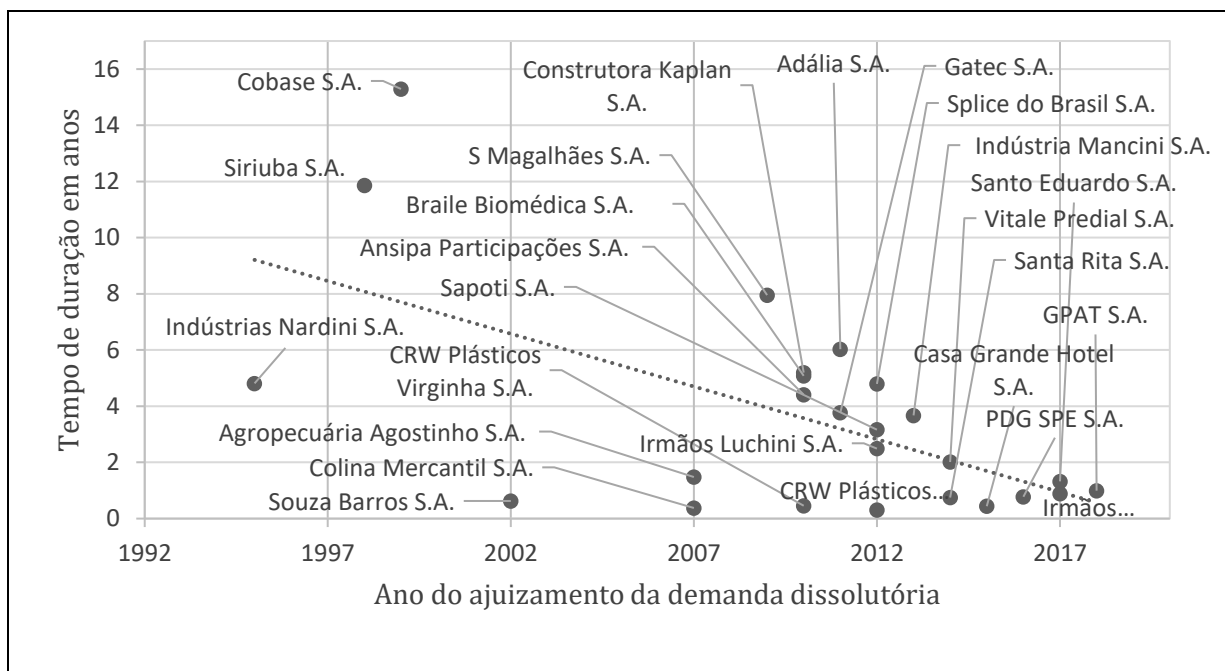
Sapoti S.A.	0005018-36.2012.8.26.0663	1/8/2012	30/9/2015	19/9/2016	7/11/2016	Não
Vitale Predial S.A.	1013808-61.2014.8.26.0100	12/2/2014	17/2/2016	31/10/2016	5/12/2016	Não
Irmãos Luchini S.A.	4000745-38.2012.8.26.0309	6/11/2012	4/5/2015	9/11/2016	16/4/2019	Não
Ansipa Participações S.A.	0006389-31.2010.8.26.0299	10/12/2010	8/5/2015	13/12/2016	Não	Não
Construtora Kaplan S.A.	0037590-14.2010.8.26.0114	20/7/2010	29/9/2015	27/3/2017	Não	Não
Indústria Mancini S.A.	2089188-77.2017.8.26.0000	16/8/2013	18/4/2017	7/6/2017	11/7/2017	18/7/2017
Gradual Holding Financeira S.A.	2110151-09.2017.8.26.0000	1/1/2017	Indisponível	29/9/2017	27/10/2017	Indisponível
Morus Educacional S.A.	2209921-72.2017.8.26.0000	15/12/2016	Indisponível	11/4/2018	21/5/2018	Indisponível
PDG SPE S.A.	1137641-48.2016.8.26.0100	16/12/2016	26/09/2017	24/9/2018	Não	Não
Adália S.A.	0205022-66.2011.8.26.0100	21/10/2011	30/10/2017	28/9/2018	Não	Não
Irmãos Parasma S.A.	2249073-30.2017.8.26.0000	1/1/2017	21/11/2017	29/1/2019	21/2/2019	Não
Braile Biomédica S.A.	0051688-73.2010.8.26.0576	18/10/2010	16/11/2015	4/2/2019	Não	Não
Splice do Brasil S.A.	0005017-51.2012.8.26.0663	20/8/2012	5/6/2017	13/8/2019	Não	Não
GPAT S.A.	1004882-52.2018.8.26.0100	23/1/2018	21/1/2019	27/08/2019	Não.	Não

Santo Edu- ardo S.A.	1097663- 30.2017.8.26.010 0	4/10/2017	31/1/2019	5/8/2020	2/9/2020	Não
S Ma- galhães S.A.	0023260- 60.2009.8.26.056 2	25/6/2009	7/6/2017	11/8/2020	Não	Não

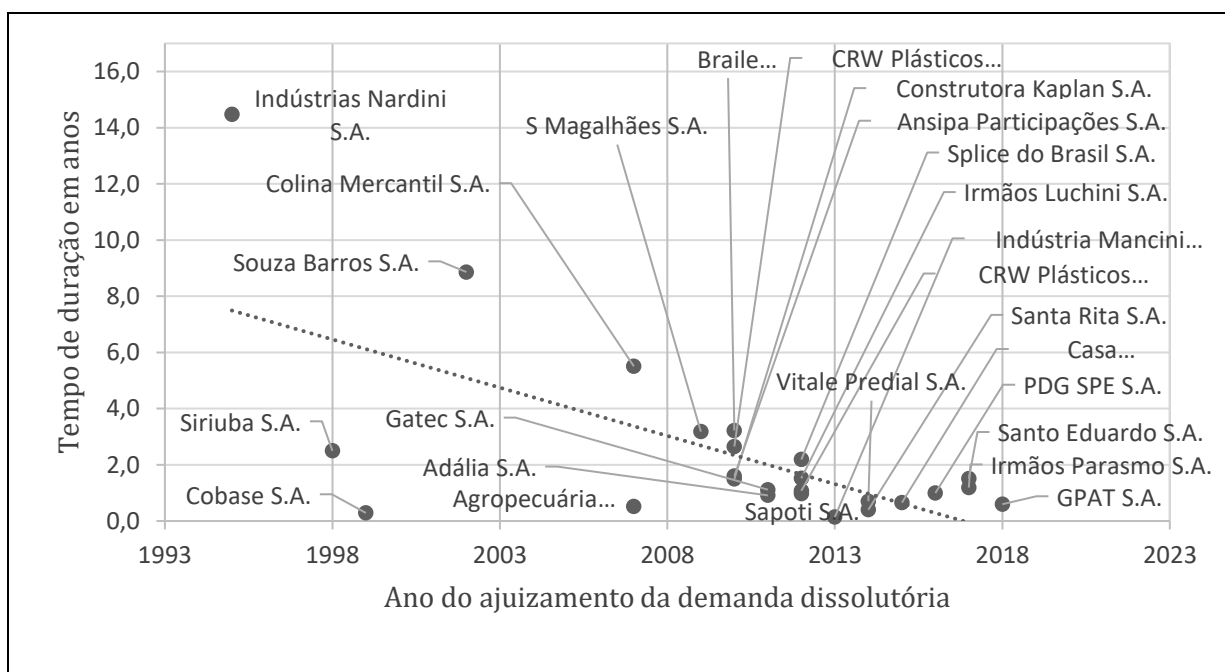
Fonte: Tabela elaborada pelo Autor.

Ressalta-se que para o levantamento dos dados temporais sobre a tramitação na fase recursal, mostrou-se necessário descartar os processos de Agravo de Instrumento, uma vez que refletem o tempo de julgamento do tribunal em relação a uma decisão interlocutória e não à sentença.

Nos casos que tramitaram perante o TJSP, o tempo médio em primeiro grau – da distribuição do processo até a prolação da sentença – foi de 3 anos e 10 meses, o mais rápido levou apenas 4 meses para ser julgado, enquanto o mais longo levou 15 anos e 2 meses. Enquanto, o tempo médio de tramitação das apelações foi de 1 ano e 11 meses, sendo que a mais longa durou 8 anos e 10 meses e a mais curta durou somente 50 dias, em razão da celebração de acordo entre as partes. Ao todo, os processos de conhecimento das ações de dissolução parcial junto ao TJSP possuem um tempo médio de duração de 6 anos e 11 meses. Conforme demonstram os gráficos a seguir:

Figura 19 – Duração dos Processos de 1º Grau que tramitaram no TJSP

Fonte: Figura elaborada pelo Autor.

Figura 20 – Duração da Fase Recursal dos Casos que tramitaram no TJSP

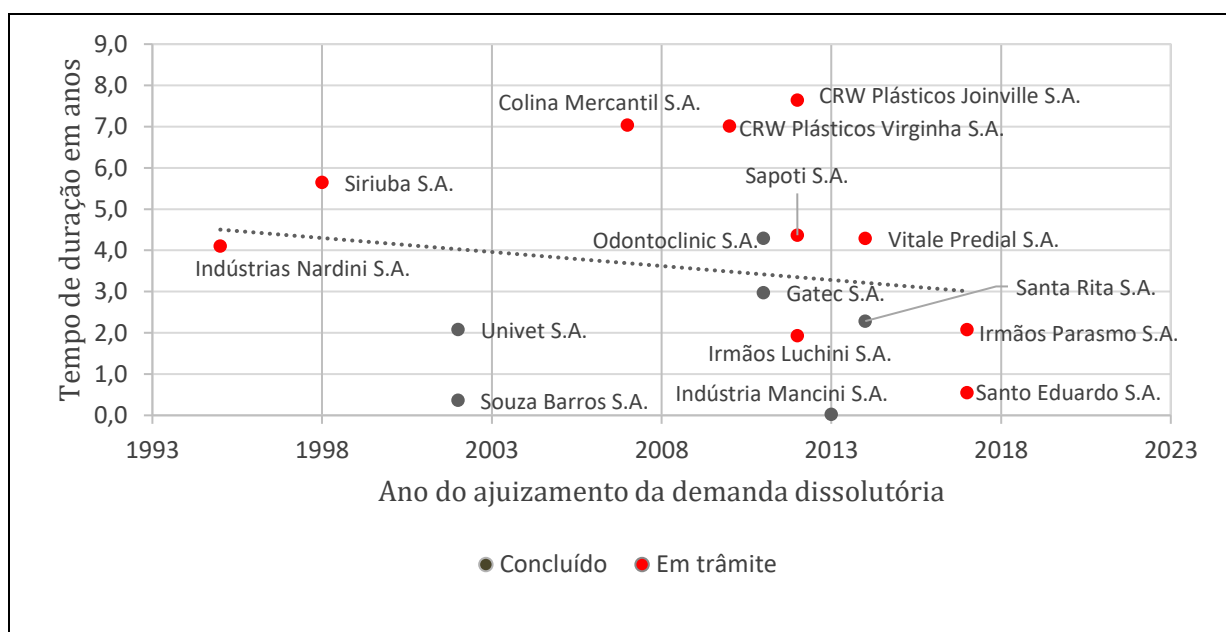
Fonte: Figura elaborada pelo Autor.

O trâmite processual perante o TJSP apresenta a mesma correlação entre a época do ajuizamento da ação de dissolução parcial e o tempo de duração do processo de conhecimento. Novamente, as ações mais antigas duraram significativamente mais tempo do que as ações mais recentes.

Ainda, como é sabido, a fase recursal tende a ser mais célere que o processo em primeiro grau em razão a fase de instrução processual. Tal aspecto ganha relevo ainda maior nos processos de dissolução parcial de sociedade anônima, tendo em vista que a discussão sobre a participação acionária tende a ser suscitada desde o início da demanda.

Em relação a fase de cumprimento de sentença, assim como aconteceu com os casos do STJ, os processos oriundos do TJSP também apresentaram uma grande variância quanto a sua duração. A média de tempo dos cumprimentos de sentença no TJSP foi de 2 anos e 4 meses. Os cumprimentos de sentença mais longos duraram aproximadamente 4 anos e, em contrapartida, os cumprimentos de sentença mais curtos duram menos de um ano. Todavia, a grande maioria dos casos analisados continuam em trâmite e já superam os 4 anos de duração, conforme demonstra o gráfico a seguir:

Figura 21 – Duração da Fase Recursal dos Casos que tramitaram no TJSP



Fonte: Figura elaborada pelo Autor.

Uma vez mais, o padrão estabelecido para os casos oriundos do STJ se reflete nos casos do TJSP. Permanece a grande variância no tempo de duração dos processos de cumprimento entre aqueles que foram objeto de acordo e aqueles que continuam em trâmite.

Em suma, há uma clara redução do tempo de tramitação dos processos de conhecimento das ações de dissolução parcial de sociedade anônima – tanto no STJ, quanto no TJSP –, o que indica a pacificação da jurisprudência sobre o assunto. O trâmite processual das ações de dissolução parcial de sociedade anônima em primeiro grau (3 anos e 10 meses) é levemente superior ao tempo médio de processos de conhecimento no resto do Brasil apurado pelo CNJ (3 anos e 6 meses)¹⁷⁷. Em relação à fase recursal, os processos de dissolução parcial se mostraram significativamente mais longos (1 ano e 11 meses) do que a média nacional apurada pelo CNJ (8 meses)¹⁷⁸. Por sua vez, há resultados dispares sobre o cumprimento de sentença das ações de dissolução parcial, tendo em vista a grande variância entre o tempo de duração entre os processos que foram objeto de acordo entre as partes e os processos cuja a pretensão executiva é resistida pelo executado.

¹⁷⁷ CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Justiça em Números 2020**: Ano-Base 2019. Brasília: CNJ, 2020. p. 186.

¹⁷⁸ CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Justiça em Números 2020**: Ano-Base 2019. Brasília: CNJ, 2020. p. 185.

Capítulo 6. A Efetividade da Dissolução Parcial de Sociedade Anônima segundo os Casos do STJ e TJSP

Apesar de o julgamento dos casos Cocelpa e Kirchner S.A. terem estabelecido o precedente sobre o instituto da dissolução parcial de sociedade anônima, o qual passou a ser amplamente difundido no Judiciário, permanece obscura a questão da efetivação da decisão de dissolução parcial de sociedade anônima.

Os casos paradigmáticos – como já visto – encontram-se em fase de Cumprimento de Sentença há mais de 10 anos e os acionistas retirantes ainda não conseguiram receber os seus haveres. Para piorar, não há qualquer perspectiva de desfecho iminente dos processos, o que torna as expectativas em relação ao futuro desses casos, ao menos, incertas. Desta forma, no intuito de trazer alguma luz à efetivação da dissolução parcial de sociedade anônima, o presente capítulo apresenta uma reflexão sobre o trâmite e desfecho alcançados na totalidade dos casos que tramitaram perante o STJ e TJSP.

Por oportuno, destaca-se que não foi possível confirmar a situação jurídica de alguns processos de cumprimento sentença, porque ou tramitam em segredo de justiça¹⁷⁹, ou os autos de origem tramitam em forma física. Tal limitação, entretanto, não prejudica a análise da efetivação da dissolução parcial de uma maneira ampla, nem as conclusões extraídas dela.

6.1. A Efetivação da Dissolução Parcial por Cumprimento da Sentença

Há um único exemplo em que houve o efetivo cumprimento de sentença e o pagamento dos haveres ao acionista retirante: o caso Santa Rita. Em uma apertada síntese, trata-se de ação de dissolução parcial de sociedade anônima proposta em 2009 pelo acionista insatisfeito, detentor de 41% das ações, em face da acionista controladora, detentora de 51% das ações, e da

¹⁷⁹ Neste tocante é importante denunciar “a recente tendência de ampla concessão de segredo de justiça a pedido das partes em demandas empresariais”, que impede o acesso aos autos e o desenvolvimento da jurisprudência, como ocorre no presente trabalho. Como advogado anteriormente “É a publicidade da decisão que permite que ela se torne um precedente (uma regra-exemplo) e que, assim, garanta a segurança jurídica e a estabilidade do Estado Democrático de Direito. Sem a publicização dos precedentes é impossível estabelecer o tratamento jurídico uniforme e equitativo, enfraquecendo o ordenamento jurídico”. Ver: PARGENDLER, Mariana; GEBRAN, João Guilherme Rache. O processo judicial como bem público: Da inconstitucionalidade do segredo de justiça em processos que versam sobre arbitragem. In: BELLIZZE, Marco Aurélio; RODRIGUES, Marco Antônio; CABRAL, Thiago Dias Delfino (Orgs.). **Grandes Temas do Novo CPC: Processo Empresarial**. São Paulo: Juspodivm, 2021, No prelo.

referida companhia agropecuária. Ocorre que a acionista controladora recebeu as ações da companhia do seu ex-cônjuge após o seu divórcio, o que instaurou grande animosidade dentro da companhia, até então familiar. A sentença¹⁸⁰, proferida em 3 de fevereiro de 2015, julgou a ação improcedente sob o fundamento que:

se os sócios decidiram se sujeitar ao regime das sociedades anônimas quando da sua constituição, porque a entenderam mais vantajosa sob alguns aspectos, como por exemplo a limitação de suas responsabilidades e a ampla negociabilidade da participação societária, não se pode admitir a pretensão de equipará-la à sociedade de responsabilidade limitada por conveniência do sócio que pretenda dela se retirar, mormente quando isso possa repercutir de tal forma no seu patrimônio a ponto de comprometer sua própria subsistência.

Em 26 de junho de 2015, a decisão foi reformada pelo TJSP, que entendeu que “a sociedade anônima tem nítida natureza pessoal e, por isso, é permitida a dissolução pela simples quebra do *affectio societatis*” e determinou “a realização de perícia para realização de balanço patrimonial para a apuração de haveres, fixada como termo inicial a data da citação”¹⁸¹. Por fim, foi negado seguimento ao Recurso Especial e a decisão transitou em julgado em 24 de fevereiro de 2017.

Em 3 de abril de 2017, o acionista insatisfeito deu início ao processo de cumprimento de sentença para apurar “o valor real da participação do acionista que se afasta da sociedade” por meio de “Balanço de Determinação, consistente em perícias para apurar o valor de mercado do imóvel, bem como o real valor de suas acessões e benfeitorias, tais como construções, veículos, maquinários, equipamentos e outros bens móveis da Santa Rita”¹⁸². Em resposta, em 12 de abril de 2017, a Companhia manifestou sua concordância com a realização de perícia através do Balanço de Determinação. Nomeado o perito judicial, em 6 de agosto de 2018, sobreveio o laudo pericial que, pelo método de Fluxo de Caixa Descontado cumulado com a atualização do ativo imobiliário, fixou o valor real da Companhia. Em 27 de agosto de 2018, a Companhia voluntariamente depositou em Juízo a quantia que havia sido apurada como devida por seu

¹⁸⁰ BRASIL. 3ª Vara de Cível de Bauru/SP. **Ação de Dissolução Parcial de Sociedade cumulado com Apuração de Haveres nº 1007338-04.2014.8.26.0071**. Juiz: Mauro Ruiz Daró. Distribuição: 05 mai. 2014.

¹⁸¹ BRASIL. Tribunal de Justiça de São Paulo. **Apelação nº 1007338-04.2014.8.26.0071**. Segunda Câmara Reservada de Direito Privado. Rel.: Des. Gastão Toledo de Campos Mello Filho. Julgamento: 26 jun. 2015.

¹⁸² Nesse sentido explica Priscila Corrêa da Fonseca que o balanço de determinação “objetiva apurar o valor patrimonial contábil em determinada data que, todavia, não se resume ao exame da escrita contábil, mas abrange o preço do mercado de todos os bens do patrimônio social tangível e intangível, tais como móveis e imóveis, marcas, patentes e fundo de comércio”. Ver: FONSECA, Priscila Maria Pereira Corrêa da. **Dissolução Parcial, Retirada e Exclusão de Sócio no Novo Código Civil**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007. p. 188.

assistente técnico e dando início a discussões técnicas sobre o valor real da Companhia e os métodos de apuração. Por fim, em 31 de agosto de 2018, o laudo pericial foi homologado pondo fim às divergências, tanto da companhia como do acionista insatisfeito, com relação à apuração dos haveres. A decisão homologatória foi objeto de agravo de instrumento, restando mantida a decisão agravada¹⁸³. Por fim, ante o trânsito em julgado da decisão homologatória, em 5 de abril de 2019, a Companhia complementou o depósito judicial para atingir o valor homologado pelo Juízo, pagando a integralidade dos haveres devidos ao acionista insatisfeito.

A partir do caso Santa Rita S.A., percebe-se que alguns elementos foram centrais para o bom deslinde da dissolução parcial de sociedade anônima. O primeiro e mais importante elemento é o fato de a companhia ser superavitária, como demonstram os balanços financeiros apresentados. Graças ao fluxo de caixa positivo foi possível pagar os haveres devidos ao acionista retirante sem prejudicar o exercício da atividade empresarial. O segundo elemento relevante é a predisposição do acionista controlador em resolver o imbróglio, ainda que a contragosto. Perspicazmente, a companhia depositou em Juízo o valor que havia apurado preliminarmente, impedindo o aumento exponencial dos haveres devidos em razão da correção monetária e dos juros de mora. Por fim, o terceiro elemento que contribuiu para a resolução do caso foi a natureza da atividade exercida pela empresa e o método de apuração de haveres adotado. Por tratar-se de empresa agropecuária, cujas terras estavam arrendadas, o procedimento de avaliação da companhia mostrou-se mais simples do que em outros casos. O procedimento de apuração de haveres teria sido muito mais complexo, caso envolvesse bens intangíveis, balanços contábeis incompletos ou atividades empresárias complexas.

Em suma, o caso Santa Rita demonstra que a celeridade processual e a simplificação do processo de apuração dos haveres foram elementos centrais para o sucesso da ação de dissolução parcial. Ressalta-se que essas características – celeridade e simplicidade – estão usualmente presente no reembolso e não na apuração de haveres pelo valor real da companhia. Nesse sentido, o caso Santa Rita mostra-se excepcional por ter conseguido imprimir na apuração de haveres por método real resultado prático típico do reembolso. Desta forma, o sucesso do caso

¹⁸³ BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Agravo de Instrumento nº 2245996-76.2018.8.26.0000**. Rel.: Des. Grava Brazil. Julgamento: 21 nov. 2018.

Santa Rita não altera a necessidade de revisão do método de apuração dos haveres, pelo contrário, demonstra que a efetividade da dissolução parcial está diretamente ligada a celeridade do trâmite de apuração de haveres.

6.2. A Efetivação da Dissolução Parcial por Meio de Acordos

Dos 18 casos que tramitaram perante o STJ, em quatro deles houve acordo entre as partes para encerrar o litígio e efetivar a retirada do acionista insatisfeito, são eles: (i) Graciano Affonso S.A.; (ii) Corretora Souza Barros S.A.; (iii) Irmãos Luchini S.A.; (iv) Audisa S.A. De maneira similar, no TJSP, foram cinco os casos objeto de acordo judicial: (v) Cervejaria Belco S.A.; (vi) Odontoclinic S.A.; (vii) Univet S.A.; (viii) Gatec S.A. e (ix) Indústria Mancini S.A.

Destaca-se, desde logo, que há uma clara relação entre as fases processuais e a celebração dos acordos. Somente o acordo dos casos Irmãos Luchini S.A., Cervejaria Belco S.A., Odontoclinic S.A. e Indústria Mancini aconteceram durante o processo de conhecimento e, ainda assim, em estágios avançados do processo. Todos os outros acordos aconteceram durante a fase de cumprimento de sentença, via de regra, durante o procedimento de apuração de haveres ou liquidação de sentença.

No caso Corretora Souza Barros S.A.¹⁸⁴, a maior parte da lide já estava solucionada quando as partes decidiram transacionar, de modo que se transacionou – na verdade, a companhia reconheceu a procedência do pedido do autor, nos termos do artigo 269, II, do Código de Processo Civil – apenas quanto ao marco para a apuração dos haveres.

No caso Audisa S.A.¹⁸⁵, por sua vez, já havia laudo pericial homologado pelo Juízo atestando o valor dos haveres devidos ao acionista insatisfeito. O acordo celebrado entre as partes sequer modificou o valor dos haveres, e serviu apenas para estabelecer as condições e a forma de pagamento deste.

A realização de acordos após o trânsito em julgado do mérito da demanda demonstra que há um grande incentivo para que as partes transacionem sobre o cumprimento de sentença,

¹⁸⁴ BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Recurso Especial nº 1.366.156/SP**. Quarta Turma. Rel.: Min. Marco Buzzi. Julgamento: 06 nov. 2014.

¹⁸⁵ BRASIL. 4ª Vara Cível de Ponta Grossa/PR. **Ação de Dissolução Parcial de Sociedade Anônima nº 0014081-56.2012.8.16.0019**. Juiz: Fabio Marcondes Leite. Distribuição: 31 abr. de 2012.

tendo em vista a certeza do direito do acionista insatisfeito. Esse incentivo é ainda maior nos casos em que o valor dos haveres é de fácil constatação ou já foi apurado judicialmente, de modo que a transação se torna meio hábil de viabilizar o pagamento dos haveres.

Outro aspecto relevante diz respeito a inadequação do artigo 523 do Código de Processo Civil (antigo 475-J do CPC/73) para o pagamento dos haveres devidos ao acionista insatisfeito. O referido artigo prevê que:

No caso de condenação em quantia certa, ou já fixada em liquidação, e no caso de decisão sobre parcela incontroversa, o cumprimento definitivo da sentença far-se-á a requerimento do exequente, sendo o executado intimado para pagar o débito, no prazo de 15 (quinze) dias, acrescido de custas, se houver.

A maioria dos acordos firmados previu condições mais favoráveis para o pagamento dos haveres – as vezes em diversas parcelas –, além de descontos em relação ao valor apurado. Inclusive, a possibilidade de pagamento parcelado é uma das principais justificativa para que as partes firmem acordo sobre o pagamento dos haveres após a apuração do valor por balanço especial.

Nesse exato sentido é o acordo firmado no caso Gatec S.A.¹⁸⁶, em que as partes acordaram que os haveres seriam pagos em 14 parcelas mensais, sendo as quatro primeiras em um pequeno valor e as demais parcelas em um valor mais substancial. Como se percebe do caso, tanto o parcelamento, quanto o valor das parcelas iniciais, serve precisamente para possibilitar o cumprimento da obrigação de pagar os haveres.

Evidente que o prazo de 15 dias para o pagamento da integralidade dos haveres devidos é demasiadamente exíguo e excessivamente oneroso para a companhia, tendo em vista que percentual representativo da companhia está sendo liquidado para o pagamento do acionista retirante e os haveres são, geralmente, de alta monta. Como é sabido, tal regra serve como *penalty default rule*¹⁸⁷ para incentivar uma das partes a procurar uma via alternativa à regra posta – no

¹⁸⁶ BRASIL. 6ª Vara Cível de Piracicaba. **Ação de Dissolução Parcial de Sociedade Anônima nº 0001342-61.2017.8.26.0451**. Juiz: Rogério Sartori Astolphi. Distribuição: 22 set. 2011.

¹⁸⁷ A *penalty default rule* é uma regra geral formulada de maneira a incentivar pelo menos uma das partes a transacionar sobre ela em busca de uma solução mais favorável. Nesse sentido é a lição de Ayres e Gertner em seu artigo disseminar sobre o tema “We suggest that efficient defaults would take a variety of forms that at times would diverge from the “what the parties would have contracted for” principle. To this end, we introduce the concept of “penalty defaults.” Penalty defaults are designed to give at least one party to the contract an incentive to contract around the default rule and therefore to choose affirmatively the contract provision they prefer. In

caso em tela –, a realização de um acordo sobre a forma de pagamento. Assim, o parcelamento do valor tornou-se condição necessária para viabilizar o pagamento e efetivar a saída do acionista retirante.

Em suma, superada liquidação da sentença e as dificuldades atreladas à apuração de haveres, surgem fortes incentivos para a realização de acordos judiciais sobre o pagamento. Dessa forma – como consta o presente trabalho –, a via acordada mostra-se como a forma mais efetiva de viabilizar a saída do acionista retirante e a única com resultados concretos expressivos.

6.3. A Dificuldade de Efetivação da Dissolução Parcial *in concreto*

Boa parte dos casos em que os acionistas insatisfeitos permanecem vinculados às companhias ocorre em razão do tempo para o levantamento do balanço especial e, por conseguinte, para a apuração dos haveres. Apesar de não ser um fato *per se* impeditivo da dissolução parcial de sociedade anônima, trata-se de um grande obstáculo a ser superado na efetivação da dissolução parcial, especialmente em razão da apuração de haveres ocorrer pelo valor patrimonial real da sociedade, como já destacado¹⁸⁸.

O processo de liquidação de sentença por arbitramento da Biofill S.A.¹⁸⁹, por exemplo, encontra-se em trâmite desde 9 de março de 2018 e sequer começou a fase pericial. Até o presente momento, só foram levantados os inúmeros documentos necessários para a elaboração de balanço especial necessário para a liquidação da sentença. Relativamente à forma de apuração de haveres, o acórdão do Tribunal de Justiça do Paraná, que acolheu embargos de declaração dos acionistas insatisfeitos, determinou expressamente que:

não basta balanço do patrimônio líquido da empresa, necessária a apuração de haveres, com cálculo real do patrimônio (fls. 545). Portanto, mero levantamento de de-

contrast to the received wisdom, penalty defaults are purposefully set at what the parties would not want—in order to encourage the parties to reveal information to each other or to third parties (especially the courts). Ver AYRES, Ian; GERTNER, Robert. Filling Gaps in Incomplete Contracts: An Economic Theory of Default Rule. **The Yale Law Journal**, New Haven, v. 99, 1989, p. 91.

¹⁸⁸ Como já ressaltado anteriormente: “A ascensão da dissolução parcial de sociedade anônima implicou na escolha, pelo Poder Judiciário, entre um procedimento longuíssimo de apuração real do valor patrimonial e um procedimento célere de apuração meramente contábil”. Ver capítulo 3.1 deste trabalho.

¹⁸⁹ BRASIL. 5ª Vara Civil de Curitiba/PR. **Ação de Liquidação por Arbitramento nº 0005373-61.2018.8.16.0001**. Juiz: Nilce Regina Lima. Distribuição: 04 out. 2010.

monstrações financeiras, a princípio, se afigura impróprio para cálculo do calor patrimonial das ações. Porém, a necessidade de perícia para apurar os calores mais próximos da realidade de mercado somente pode ser decidida em fase de liquidação¹⁹⁰.

Há, ainda, diversos outros recursos que foram julgados ao longo do processo para esclarecer as condições e os termos em que deve ser levantado o balanço especial, tornando o processo extremamente moroso e – em certa medida – ineficaz, tendo em vista que o acionista retirante continua atrelado a companhia.

O mesmo se sucede no caso Agostinho Ardito S.A.¹⁹¹, que apesar de ter sua decisão de mérito transitada em julgado em 2013, continua discutindo os critérios utilizados para a avaliação da companhia, há quase 10 anos, em meio a inúmeros recursos e questionamentos técnicos.

Apesar de o procedimento de apuração de haveres não colocar óbice à dissolução parcial – uma vez que é parte natural do processo de dissolutório –, as dificuldades técnicas e incertezas jurídicas sobre o procedimento de apuração de haveres prejudicam e atrasam o trâmite processual, os quais ficam sujeitos as intempéries do tempo como já explicado.

Ainda, para além da dificuldade em liquidar a sentença e apurar os haveres devidos ao acionista retirante, há um obstáculo ainda maior em executar a companhia. Dentre os casos de dissolução parcial analisados, em diversos deles – ao menos sete – os acionistas retirantes buscam há anos satisfazer seus créditos contra as respectivas companhias sem sucesso.

No caso das Indústrias Nardini S.A.¹⁹², o processo de cumprimento de sentença tramita desde 2017, mas encontra forte resistência por parte da companhia, que obstaculiza a satisfação do crédito com diversos recursos. Ainda, o caso enfrenta algumas das dificuldades apontadas nos casos paradigmáticos, notadamente o impacto do tempo no valor dos haveres e o conflito entre credores em acessar o patrimônio da companhia. Quanto à primeira dificuldade, os haveres devidos ao acionista retirante que eram de R\$ 2.821.880,18 (dois milhões, oitocentos e vinte e um mil, oitocentos e oitenta reais e dezoito centavos) à época do laudo pericial, em novembro

¹⁹⁰ BRASIL. Tribunal de Justiça do Paraná. **Embargos de Declaração nº 388.167-2/02; 388.167-2/03; 388.167-2/04**. Décima Sétima Câmara Cível. Rel.: Des. Vicente Del Prete Misurelli. Julgamento: 23 abr. 2008.

¹⁹¹ BRASIL. 2ª Vara Cível de Taubaté/SP. **Ação de Dissolução de Sociedade nº 0008351-86.2007.8.26.0625**. Juiz: Érico Di Prospero Gentil Leite. Distribuição: 25 abr. 2007.

¹⁹² BRASIL. 3ª Vara Cível de Americana/SP. **Dissolução Parcial de Sociedade nº 0008954-85.2017.8.26.0019**. Juiz: Márcio Roberto Alexandre. Distribuição: 17 ago. 2017.

2011, passaram a perfazer o valor atualizado de R\$ 9.840.164,21 (nove milhões, oitocentos e quarenta mil, cento e sessenta e quatro reais e vinte e um centavos) em janeiro de 2021, o que representa um aumento significativo. Em relação à segunda dificuldade, recentemente, o Juízo do Cumprimento de Sentença autorizou a inclusão dos honorários de sucumbência devidos ao advogado da Exequente na folha de pagamento da companhia, de modo que o advogado (terceiro estranho à companhia) passou a concorrer com os funcionários no recebimento dos recursos da companhia e em detrimento de todos os demais credores, tendo em vista que a companhia vem reiteradamente atrasando o pagamento das suas obrigações pecuniárias.

No caso Simas S.A.¹⁹³, a situação não é menos dramática, há 8 anos os acionistas retirantes tentam buscar bens da companhia para satisfazer o seu crédito, sem sucesso. O mesmo ocorre no caso Lunar S.A.¹⁹⁴, no qual, desde a homologação do laudo pericial, em 4 de novembro de 2013, o acionista retirante vem tentando executar os haveres que lhe são devidos.

Ora, as dificuldades atinentes ao processo de cumprimento de sentença de dissolução parcial de sociedade anônima não são exclusividades desta espécie processual, muito pelo contrário, trata-se de uma dificuldade generalizada de todos os processos de execuções no Brasil: “a crise de efetividade”. Nas palavras de Araken de Assis¹⁹⁵:

No seu estado atual, a carência assume aspecto dramático. É que, despreparado que esteja o sistema judiciário para resolver os desafios permanentes do processo de “conhecimento”, que se limita a reconhecer qual dos litigantes tem razão, a atuação prática de direitos já reconhecidos, âmbito particular da execução, constitui campo em que a falta de efetividade compromete a ordem jurídica. E inexiste dúvida de que processo executivo oferece ao juiz, aos seus auxiliares e aos advogados, personagens principais nesta cena, labirinto intransponível.

A localização e constrição dos bens do devedor é sempre um desafio árduo às técnicas de coerção limitadas¹⁹⁶, o que é agravado no caso dos processos de dissolução parcial de sociedade em razão do enorme lapso temporal existente entre o ajuizamento da demanda e a efetiva execução dos haveres, como demonstrado anteriormente.

¹⁹³ BRASIL. 3ª Vara Cível de Macaíba/RN. **Ação de Dissolução de Sociedade nº 0003718-23.2008.8.20.0121**. Juiz: Felipe Barros. Distribuição: 12 dez. 2008.

¹⁹⁴ BRASIL. 7ª Vara Empresarial do Rio de Janeiro/RJ. **Ação de Dissolução de Sociedade nº 0136504-69.2004.8.19.0001**. Juiz: Ricardo Lafayette Campos. Distribuição: 26 nov. 2004.

¹⁹⁵ ASSIS, Araken de. Execução Forçada e Efetividade do Processo. **Revista Síntese de direito civil e processual civil**. Porto Alegre, v. 1, n. 1, set./out., 1999, p. 8

¹⁹⁶ Nesse sentido, bem argumenta Leonardo Greco ao comparar a sistemática de execução em diversos países que “um dos maiores obstáculos à eficácia da execução é a dificuldade de localização dos bens do devedor. Quase

Capítulo 7 Análise dos Contornos da Dissolução Parcial de Sociedade Anônima conforme Casos do STJ e TJSP

A dissolução parcial de sociedade anônima é uma verdadeira construção pretoriana erigida pelo STJ com base na LSA e na aplicação analógica da jurisprudência de dissolução parcial de sociedade limitada – como já destacado ao longo deste trabalho – e consolidado no CPC. Entretanto, um ponto que chama muito a atenção foi a capacidade de o instituto de dissolução parcial se estabelecer como precedente judicial e se fixar como um importante instituto jurídico na jurisprudência do STJ e TJSP. Depois da pacificação da matéria de dissolução parcial de sociedade anônima com os julgamentos dos casos Cocelpa e Kirchner S.A., praticamente todos os julgamentos posteriores do STJ e TJSP sobre o tema reconheceram o cabimento da dissolução parcial de sociedade anônima nos termos dos precedentes. Entretanto, alguns casos estabelecem novos contornos para o instituto da dissolução parcial de sociedade anônima. Eles partem da jurisprudência consolidada sobre dissolução parcial de sociedade anônima, mas acabam de alguma maneira esclarecendo os limites da aplicabilidade do instituto, como demonstram os quatro casos estudados abaixo.

7.1. O Caso Acober e a Harmonização dos Casos Paradigmáticos

O primeiro caso relevante para o delineamento dos contornos da dissolução parcial de sociedade anônima é o caso Acober S.A., que, apesar de não inovar quanto à aplicabilidade da dissolução parcial de sociedade anônima, esclareceu a relação existente entre os dois casos paradigmáticos. Inicialmente, o Recurso Especial 1.079.763/SP teve seu seguimento negado monocraticamente reputando que:

todos os sistemas processuais modernos procuram ressaltar a importância do dever do executado de informar onde se encontram os bens sobre os quais irão recair os atos coativos, sob pena de sanções pesadas, entre as quais a prisão, adotada nos Estados Unidos e na Alemanha; [...] Penso que a reforma deveria estabelecer que, citado o devedor para pagar ou nomear bens à penhora e não o fazendo, decretaria o juiz de imediato o arresto e a consequente indisponibilidade de todos os seus bens, mediante comunicação às Corregedorias de Justiça, ao Banco Central e demais órgãos públicos ou privados responsáveis pelo registro da propriedade ou pelo depósito de bens de terceiros. Ademais, o artigo 601 precisa ser emendado para expressamente prever, entre as sanções pela prática de atos atentatórios à dignidade da justiça, a multa pecuniária diária, a busca e apreensão, mesmo de bens impenhoráveis, a remoção de pessoas ou coisas, o desfazimento de obras, a proibição de qualquer atividade, com a requisição, se necessário, da força policial”. Ver: GRECO, Leonardo. **Estudos de Direito Processual**. Campo dos Goytacazes: Faculdade de Direito de Campos, 2005. p. 14.

a controvérsia acerca do tema [cabimento da dissolução parcial diante do desaparecimento do *affectio societatis*] foi superada com a pacificação promovida pela 2ª Seção, que no julgamento dos EREsp n. 111.294/PR (Rel. Min. Castro Filho, por maioria, DJU de 10.09.2007) e 419.174/SP (Rel. Min. Aldir Passarinho Junior, unânime, DJU de 04.08.2008)¹⁹⁷.

Posteriormente, suscitando que houve “uma leitura, '*data maxima venia*' equivocada dos precedentes”, ajuizou-se os Embargos de Divergência 1.079.763/SP, alegando que “os arestos apontados teriam, na verdade, consignado a necessidade de ausência de lucro e de distribuição de dividendos como requisito conjugado à perda da *affectio societatis*, para ensejar a excepcional possibilidade de dissolução parcial de sociedade anônima familiar”¹⁹⁸.

Por fim, ao julgar os Embargos de Divergência 1.079.763/SP, a Quarta Turma do STJ consignou expressamente pela inexistência de divergência entre os Embargos de Divergência 111.294/PR e os Embargos de Divergência 419.174/SP em relação aos requisitos para aplicação da dissolução parcial de sociedade anônima, salientando que “não há, pois, como extrair do núcleo do Acórdão invocado como paradigma divergente, que tenha ele exigido dois requisitos - a quebra da *affectio societatis* e a falta de obtenção de lucros e distribuição de dividendos - mas, ao contrário, conclui-se da redação do Acórdão que sem aludida *affectio societatis*, inviáveis a produção de lucros e a distribuição de dividendos, que é a finalidade da empresa” e conclui pela inexistência de divergência entre a decisão embargada e os precedentes fixados. O acórdão foi ementado da seguinte forma:

EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. DISSOLUÇÃO PARCIAL DE SOCIEDADE ANÔNIMA DE CARÁTER FAMILIAR E FECHADO. REQUISITO DA QUEBRA DA AFFECTIO SOCIETATIS AFIRMADO SUFICIENTE PELOS ACÓRDÃOS EXPOSTOS COMO PARADIGMAS. ACÓRDÃO EMBARGADO QUE JULGOU NO MESMO SENTIDO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 168/STJ.

1. O Acórdão ora embargado, firmando, como único requisito à dissolução parcial da sociedade anônima familiar fechada a quebra da *affectio societatis*, julgou exatamente no mesmo sentido dos Acórdãos invocados como paradigmas pretensamente divergentes, de modo que não cabem Embargos de Divergência, nos termos da Súmula 168/STJ.

2. Subsistência da orientação constante do Acórdão embargado: "A 2ª Seção, quando do julgamento do EResp n. 111.294/PR (Rel. Min. Castro Filho, por maioria, DJU de 10.09.2007), adotou o entendimento de que é possível a dissolução de sociedade anônima familiar quando houver quebra da *affectio societatis* (EResp 419.174/SP, Rel. Min. ALDIR PASSARINHO, DJ 04.08.2008)".

¹⁹⁷ BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Recurso Especial nº 1.079.763/SP**. Quarta Turma. Rel.: Min. Aldir Passarinho. Julgamento: 02 jun. 2009.

¹⁹⁸ BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Embargos de Divergência em Recurso Especial nº 1.079.763/SP**. Segunda Seção. Rel.: Min. Sidnei Beneti. Julgamento: 25 abr. 2012.

3. Embargos de divergência não conhecidos.

Desta forma, ignorando as notórias diferenças existentes entre os casos paradigmáticos, a Segunda Seção reiterou o seu posicionamento de que tratar-se-iam de casos análogos.

Destaca-se que – como já sustentado em artigo detido sobre o tema¹⁹⁹ – os casos Cocelpa e Kirchner S.A. não são análogos, pois possuem contextos fáticos e jurídicos essencialmente diferentes. Ocorre que, ao julgar os Embargos de Divergência 419.174/SP²⁰⁰, a Segunda Seção não realizou a devido *distinguishing*²⁰¹ entre os casos paradigmáticos e aplicou mecanicamente a solução do caso Cocelpa. Apesar de questionável, o STJ manteve firme a sua posição no sentido de que bastaria a quebra de *affectio societatis* – entendida, a partir daí, como mero desentendimento ou ausência de vontade em integrar o quadro societário – para pleitear a dissolução parcial da sociedade anônima e solapou qualquer possibilidade de revisão da jurisprudência.

7.2. O Caso Biofill e a Retomada da Ausência de Distribuição de Dividendos

O caso Biofill, por sua vez, oferece perspectiva inédita sobre a dissolução parcial de sociedade com a retomada do fundamento legal de dissolução total de sociedade anônima “quando provado que não pode preencher o seu fim”, previsto no artigo 206, II, “b” da LSA, calcado na inexistência de lucros e na ausência de distribuição de dividendos. Pouco importando, nessa hipótese, a quebra do *affectio societatis* entre os acionistas ou a natureza familiar da companhia, por tratar-se de “sociedade de capital, com nítido *intuitu pecuniae*, composta por investidores institucionais”.

¹⁹⁹ GEBRAN, João Guilherme; PARGENDLER, Mariana. A Banalização da Dissolução Parcial de Sociedade Anônima no Brasil: A Ausência de *Distinguishing* na Evolução Jurisprudencial. In: YARSHELL, Flávio Luiz; PEREIRA, Guilherme (Orgs.). **Processo Societário IV**. São Paulo: Quartier Latin, 2021. P. 792.

²⁰⁰ BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Embargos de Divergência no Recurso Especial nº 419.174/SP**. Segunda Seção. Rel.: Min. Aldir Passarinho Júnior. Julgamento: 28 mai. 2008.

²⁰¹ Nas palavras de Marinoni: “O *distinguishing* expressa a distinção entre os casos para o efeito de se subordinar, ou não, o caso sob julgamento ao precedente. Assim, é necessário delimitar o *ratio decidendi*, considerando-se os fatos materiais do primeiro caso, ou seja, os fatos que foram tomados em consideração no raciocínio judicial como relevantes ao encontro da decisão. O *distinguishing* revela a demonstração entre as diferenças fáticas entre os casos ou a demonstração que o *ratio* do precedente não se amolda ao caso sob julgamento, uma vez que os fatos de um e outro são diversos.” Ver: MARINONI, Luiz Guilherme. **Precedentes Obrigatórios**. 4. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016. p. 230.

Ao julgar o REsp 1.321.263/PR²⁰², o STJ entendeu que, apesar de tratar-se de uma sociedade *intuitu pecuniae*, o fato de só ter gerado lucro em três exercícios e só ter distribuído dividendos em um deles durante um período de 12 anos demonstraria a não atenção ao seu fim social de obtenção de lucro, conforme se extrai do artigo 2º da LSA²⁰³, e, portanto, autorizaria a dissolução total da companhia. Ainda, entendeu-se que teria transcorrido prazo suficiente para a consecução do seu fim social e que não o atingindo, justifica a medida extrema de dissolução total. Entretanto, assim como ocorreu no caso Cocelpa, deliberou-se pela aplicação da dissolução parcial da sociedade tendo em vista “a prevalência da função social e comunitária da companhia”, reconhecendo que “não seria plausível a extinção da sociedade por sócios que representam pouco mais de 10% das ações da companhia, como é o caso dos autos”. Por fim concluiu que “a dissolução parcial constitui solução menos gravosa, assegurando aos acionistas que entendem ser possível uma reviravolta na sorte da companhia a continuação de suas atividades”. Nesse sentido é a ementa do acórdão:

CIVIL. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO CONDENATÓRIA. DISSOLUÇÃO PARCIAL DE SOCIEDADE ANÔNIMA COM APURAÇÃO DE HAVERES. (1) RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO CPC/73. (2) DISSOLUÇÃO PARCIAL DE SOCIEDADE ANÔNIMA. POSSIBILIDADE. INEXISTÊNCIA DE LUCROS E NÃO DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS HÁ VÁRIOS ANOS. (3) PRINCÍPIO DA PRESERVAÇÃO DA EMPRESA. APLICABILIDADE. (4) CERCEAMENTO DE DEFESA. FALTA DE INSTRUÇÃO PROBATÓRIA. SÚMULA Nº 83 DO STJ. (5) AUSÊNCIA DE MANIFESTAÇÃO SOBRE DOCUMENTO NOVO. SÚMULA Nº 83 DO STJ. (6) OCORRÊNCIA DE COISA JULGADA QUANTO AO PERCENTUAL DE JUROS DE MORA. SÚMULA Nº 83 DO STJ. (7) NULIDADE DE CITAÇÃO POR EDITAL DE EMPRESA ESTRANGEIRA NÃO CONFIGURADA. DEVER DE MANTER REPRESENTANTE COM PODERES PARA RECEBER CITAÇÃO NO PAÍS. INTELIGÊNCIA DO ART. 119 DA LEI Nº 6.406/76. (8) JUROS DE MORA. TERMO A QUO. PRAZO NONAGESIMAL PARA PAGAMENTO. PROCEDÊNCIA NA EXTENSÃO DO PEDIDO PARA EVITAR JULGAMENTO “ULTRA PETITA”. (9) RECURSO ESPECIAL PARCIALMENTE PROVIDO.

[...]

2. A impossibilidade de preenchimento do fim da sociedade anônima caracteriza-se nos casos em que a companhia apresenta prejuízos constantes e não distribui dividendos, possibilitando aos acionistas detentores de 5% ou mais do capital social o pedido de dissolução, com fundamento no art. 206, II, b da Lei nº 6.404/76. Hipótese em que no período de 12 (doze) anos a companhia somente gerou lucros em três exercícios e só distribuiu os dividendos em um deles.

3. Caso em que configurada a possibilidade de dissolução parcial diante da viabilidade da continuação dos negócios da companhia, em contrapartida ao direito dos sócios de

²⁰² BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Recurso Especial nº 1.321.263/PR**. Terceira Turma. Rel.: Min. Moura Ribeiro. Julgamento: 06 dez. 2016.

²⁰³ Diz o artigo 2º da Lei das Sociedades por Ações que: “Art. 2º Pode ser objeto da companhia qualquer empresa de fim lucrativo, não contrário à lei, à ordem pública e aos bons costumes”.

se retirarem dela sob o fundamento que eles não podem ser penalizados com a imobilização de seu capital por longo período sem obter nenhum retorno financeiro. Aplicação do princípio da preservação da empresa, previsto implicitamente na Lei nº 6.404/76 ao adotar em seus arts. 116 e 117 a ideia da prevalência da função social e comunitária da companhia, caracterizando como abuso de poder do controlador a liquidação de companhia próspera.

Acertadamente, em um movimento de retomada dos fundamentos iniciais da construção do instituto de dissolução parcial de sociedade anônima, a Terceira Turma do STJ reconheceu – no caso em concreto – que o fato juridicamente relevante para o bom deslinde do caso era a ausência de lucro por um prolongado período de tempo capaz de caracterizar a sua inviabilidade²⁰⁴, pouco importando a feição da companhia.

7.3. O Caso Bom Jesus e a Ausência do Caráter *Intuitu Personae*

O caso Bom Jesus S.A.²⁰⁵ mostra-se como uma exceção à aplicação da dissolução parcial de sociedade anônima e enquadra-se perfeitamente no brocardo romano *exceptio probat regulam in casibus non exceptis* de que uma exceção serve para confirmar a validade geral de uma regra²⁰⁶. No caso em tela, o STJ entendeu pelo descabimento da dissolução parcial de sociedade anônima e pela manutenção da sentença tendo em vista que não se verificou o caráter *intuitu personae* da companhia, de modo que não haveria a ruptura da “feição pessoal entre os sócios” – como suscitado no caso Cocelpa²⁰⁷ – necessária para justificar a dissolução parcial de sociedade anônima.

²⁰⁴ Nesse sentido bem ressaltar Zanini que: “Observa-se, assim, que não basta a ausência de lucros para caracterizar a impossibilidade de a companhia preencher o seu fim. O elemento preponderante na caracterização dessa impossibilidade de ser muito mais a constatação de inviabilidade da companhia num contexto mais amplo – incluindo a investigação do seu passado e perspectivas futuras, bem como do contexto na qual se insere – do que a ausência de lucros tomada de forma isolada. É necessário que a companhia não mais apresente condições de explorar lucrativamente a atividade que constitui o seu objeto”. ZANINI, Carlos Klein. **A Dissolução da Sociedade Anônima pela Impossibilidade de Preencher seu Fim**. Tese (Doutorado em Direito). Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2001. p. 208.

²⁰⁵ BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Agravo em Recurso Especial nº 763.149/PE**. Decisão Monocrática. Rel.: Min. Marco Buzzi. Julgamento: 09 nov. 2017.

²⁰⁶ Nesse sentido é a explicação de Fellmeth e Horwitz ao dizer que “The exception proves the rule (regarding things not excepted). A maxim meaning that the existence of an exception to a rule proves by its rarity the general validity of the rule. Alternative phrases are *Exceptio firmat regulam (in casibus non exceptis)* and *Exceptio quoque regulam declarat*”. Ver: FELLMETH, Aaron; HORWITZ, Maurice. **Guide to Latin in International Law**. Oxford: Oxford University Press, 2009. p. 101.

²⁰⁷ BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Recurso Especial nº 111.294/PR**. Quarta Turma. Rel.: Min. Barros Monteiro; Rel. Acórdão: Min. Cesar Asfor Rocha. Julgamento: 19 set. 2000.

Ponderou, o ministro relator, a necessidade de que os aspectos estatutários e contratuais da companhia demonstrem o caráter personalista desta e, somente nesse caso, poderia a quebra da *affectio societatis* ser considerada razão suficiente para determinar a dissolução parcial. Ainda, consignou que no caso em tela o objeto social, os preceitos legais e os termos estatutários foram respeitados, não havendo qualquer vício na assembleia de acionistas realizada, de modo que os acionistas insatisfeitos “apenas insurgem-se contra a decisão tomada na assembléia pela maioria dos sócios com direito a voto, ou seja, sua insatisfação é no tocante à falta de poder deliberativo das ações que possuem”. Por fim, remetendo ao acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, a decisão conclui que a companhia se sujeita a sistemática das sociedades anônimas e, portanto:

[...] A sua natureza é estritamente capitalista, sendo, portanto, inafastável pela simples vontade dos contratantes. Não há o caráter personalista, pois os acionistas estão vinculados a um regime próprio com regras definidas no estatuto e na lei específica. Em outras palavras, o interesse da companhia está sempre acima do interesse particular dos acionistas²⁰⁸.

Assim, ao negar a aplicação da dissolução parcial de sociedade anônima ao caso Bom Jesus, o STJ – uma vez mais – reiterou o seu posicionamento no sentido de que a ruptura do *affectio societatis* em companhias constituídas *intuitu personae* enseja a dissolução parcial da companhia.

7.4. O Caso PDG e a Sociedade de Propósito Específico

Por sua vez, o caso PDG S.A.²⁰⁹ diverge materialmente dos precedentes de dissolução parcial de sociedade anônima fixados pelo STJ, estabelecendo a não aplicabilidade da dissolução parcial de sociedade anônima à Sociedade de Propósito Específico (SPE).

Em um primeiro momento, o TJSP bem entendeu que o caso em tela versava sobre SPE constituída entre duas grandes empresas do mercado imobiliário para explorar atividade econômica decorrente da incorporação e construção de empreendimentos imobiliários, portanto

²⁰⁸ BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Agravo em Recurso Especial nº 763.149/PE**. Decisão Monocrática. Rel.: Min. Marco Buzzi. Julgamento: 09 nov. 2017.

²⁰⁹ BRASIL. Tribunal de Justiça de São Paulo. **Apelação nº 1137641-48.2016.8.26.0100**. Segunda Câmara Reservada de Direito Empresarial. Rel.: Des. Claudio Godoy. Julgamento: 24 set. 2018.

não possui o caráter personalista ensejador da dissolução parcial de sociedade anônima, tratando-se de típica sociedade *intuitu pecuniae*. Nas palavras do Tribunal: “É dizer, tem-se uma conjugação de esforços entre as sociedades, não por conta do caráter pessoal dos sócios e da afinidade daí decorrente”²¹⁰. Portanto, refutou a possibilidade de dissolução parcial fundada na quebra de *affectio societatis* no seio de companhia dotada de caráter *intuitu personae*.

Em um segundo momento, o Tribunal paulista diferenciou expressamente o caso em comento do caso Biofill²¹¹, alegando que “na ocasião [do julgamento do caso Biofill], se pontuou essencial para a dissolução a verificação, nos termos do art. 206, inciso II, 'b', da Lei 6.404/76, o exaurimento ou, ao contrário, a impossibilidade de se atingir o fim da sociedade”. Destacou que, apesar de a finalidade essencial de toda a companhia ser a geração de lucro para os seus acionistas, no caso PDG – por tratar-se de SPE – a finalidade da sociedade também fica adstrita à especificidade e temporalidade do seu propósito. Nesse sentido, conclui que “exaurimento do propósito da sociedade não parece se dar apenas com a conclusão do edifício, senão com o término de todas as suas pendências, inclusive financeiras”, razão pela qual não poderia se falar em exaurimento do propósito ou impossibilidade de se atingir o fim.

Assim, reconhecendo o caráter capitalista da sociedade e o não exaurimento do seu fim, o TJSP reconheceu a inaplicabilidade da dissolução parcial à SPE em questão, nos termos da ementa a seguir:

Sociedade anônima de capital fechado e propósito específico. Dissolução parcial. Não se trata, no caso, de sociedade de cunho familiar, de nítido intuitu personae, a autorizar a dissolução. Mesmo assim não seja, e nos termos de precedente da Superior Corte, no qual se admitiu a dissolução de típica sociedade por ações de intuitu pecuniae, não se entende, na espécie, tenha a sociedade ré atingido seu fim. Geração de lucros e atingimento do objeto social a que se deve somar a consideração do fim específico da SPE em questão. Propósito da sociedade que não se exaure com a conclusão do empreendimento, mas sim com o término de todas as suas pendências, inclusive financeiras. Pendências, no caso, que ainda não foram resolvidas. Não atendido, portanto, o requisito dos arts. 599, par. 2º do CPC/15, e 206, inciso II, 'b', da Lei 6.404/76. Juízo da recuperação das rés que já assentou a permanência da SPE no polo ativo. Ausente violação ao princípio constitucional da liberdade de associação (art. 5º, XX da CF). Sentença mantida. Recurso desprovido.

Ressalta-se que o caso PDG é substancialmente diverso dos demais casos de dissolução parcial por se tratar de Sociedade de Propósito Específico (SPE), a qual não admite *per se* a

²¹⁰ BRASIL. Tribunal de Justiça de São Paulo. **Apelação nº 1137641-48.2016.8.26.0100**. Segunda Câmara Reservada de Direito Empresarial. Rel.: Des. Claudio Godoy. Julgamento: 24 set. 2018.

²¹¹ BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Recurso Especial nº 1.321.263/PR**. Terceira Turma. Rel.: Min. Moura Ribeiro. Julgamento: 06 dez. 2016.

aplicação do instituto de dissolução parcial em razão da sua natureza essencialmente capitalista e a necessidade de exaurimento do seu objeto para concretização do seu fim.

Conclusão

O presente trabalho procurou avançar no tema da dissolução parcial – superando a discussão acadêmica sobre os méritos e deméritos da jurisprudência estabelecida pelo STJ – para, à luz de dados concretos, analisar questões atinentes à efetivação efetividade da dissolução parcial.

A análise conjunta do trâmite processual dos casos paradigmáticos e da totalidade de casos que tramitaram perante o STJ e TJSP apontam para a existência de sérias dificuldades na efetivação da dissolução parcial de sociedade anônima. Tais dificuldades residem essencialmente no método utilizado e tempo gasto para a apuração dos haveres, bem como na sua execução judicial. Por conseguinte, a dificuldade na efetivação da dissolução parcial resulta na baixa efetividade do instituto, uma vez que, dos 48 casos analisados (incluindo os casos Cocelpa e Kirchner S.A.), apenas um foi concluído em âmbito judicial, nove foram objeto de acordo entre as partes e os demais continuam em trâmite.

Os casos paradigmáticos – Cocelpa e Kirchner S.A. – evidenciam sérias dificuldade na efetivação da dissolução parcial de sociedade anônima relacionadas: (i) à apuração de haveres pelo valor patrimonial real da sociedade; (ii) ao impacto dos juros de mora e correção monetários sobre os haveres e (iii) ao potencial conflito entre credor e acionista retirante, decorrente do fim da blindagem patrimonial.

Primeiro, a consagração da dissolução parcial de sociedade anônima impôs ao Poder Judiciário uma difícil escolha sobre os parâmetros e métodos para a apuração da haveres, na qual se optou pela apuração de haveres pelo valor patrimonial real da sociedade. Todavia, tal método mostra-se pouco compatível com a dissolução parcial de sociedade anônima, uma vez que o método é naturalmente demorado e a companhia permanece em plena atividade durante esse tempo. Tais circunstâncias colocam em risco tanto a saúde financeira da companhia dissolvida, quanto a possibilidade de êxito no recebimento dos haveres pelo acionista retirante.

Segundo, a longa duração do processo dissolutório atrelada aos juros de mora e correção monetária incidentes sobre os haveres resulta em um enorme descompasso entre o crédito devido e o valor da companhia, sendo preferível a adoção de pagamento nos termos do reembolso, previsto no artigo 45 da LSA.

Terceiro, os casos paradigmáticos demonstram *in concreto* que a dissolução parcial de sociedade anônima possibilita que o acionista retirante concorra com eventuais credores pelo acervo da companhia, o que representa uma ruptura da blindagem patrimonial da sociedade (*entity shielding*) e da segurança jurídica atrelada a ela.

Ainda, a análise temporal dos processos de dissolução parcial de sociedade anônima demonstra uma forte correlação entre a época do ajuizamento da ação de dissolução parcial e o tempo de duração do processo de conhecimento. As ações mais antigas duraram significativamente mais tempo do que as ações mais recentes. Por sua vez, as médias de tempo de duração dos processos de dissolução parcial de sociedade anônima mostraram-se levemente superiores ao tempo médio dos processos no Brasil, apesar da grande variância existente.

Quanto à efetivação dos processos de dissolução parcial de sociedade anônima, verifica-se que grande parte dos casos de dissolução parcial de sociedade anônima – assim como nos casos paradigmáticos – enfrentam dificuldades na fixação e execução dos haveres. Apenas o caso Santa Rita foi exitoso em âmbito judicial, demonstrando a importância da celeridade de apuração de haveres para a efetividade da dissolução parcial. Ainda, a via acordada mostra-se como a forma mais efetiva de viabilizar a saída do acionista retirante e a única com resultados concretos expressivos. Ocorre que, uma vez superada a liquidação da sentença e as dificuldades atreladas à apuração de haveres, surgem fortes incentivos para a realização de acordos judiciais sobre o pagamento.

Ademais, constatou-se uma alta aderência dos casos à jurisprudência fixada pelos casos Cocelpa e Kirchner S.A., havendo duas únicas exceções: (i) o caso Bom Jesus S.A., no qual o STJ deixou de aplicar a dissolução parcial de sociedade anônima ante a ausência de aspectos estatutários e contratuais capazes demonstrar o caráter personalista da companhia; e (ii) o caso PDG, no qual o TJSP afastou a dissolução parcial por se tratar de Sociedade de Propósito Específico, a qual não admite *per se* a aplicação do instituto de dissolução parcial em razão da sua natureza essencialmente capitalista e da necessidade de exaurimento do seu objeto para concretização do seu fim.

Por fim, conclui-se que a dissolução parcial de sociedade anônima não tem atingido os resultados juridicamente esperados pelo Poder Judiciário em razão das dificuldades enfrentadas na sua efetivação, razão pela qual se mostra imperioso repensar o instituto para atribuir-lhe mais efetividade.

Referências Bibliográficas

ASSIS, Araken de. Execução Forçada e Efetividade do Processo. **Revista Síntese de Direito Civil e Processual Civil**. Porto Alegre, v. 1, n. 1, p. 7–16, set./out., 1999.

AYRES, Ian; GERTNER, Robert. Filling Gaps in Incomplete Contracts: An Economic Theory of Default Rule. **The Yale Law Journal**, New Haven, v. 99, pp. 87-130, 1989.

BARBI FILHO, Celso. **Dissolução Parcial de Sociedades Limitadas**. Belo Horizonte: Mandamentos, 2004.

BLAIR, Margaret. Locking in Capital: What Corporate Law Achieved for Business Organizers in the Nineteenth Century. **UCLA Law Review**, Los Angeles, v. 51, pp. 387-455, 2003.

BRASIL. 1ª Vara de Falências e Recuperação Judicial de Curitiba/PR. **Ação de Dissolução Parcial de Sociedade nº 0000148-33.1991.8.16.0025**. Requerente: Luiz Carlos Mader de Pauli. Requerido: Cocelpa S.A. – Companhia de Celulose e Papel do Paraná. Juiz: Evandro Portugal. Distribuição: 25 nov. 1991.

BRASIL. 1ª Vara de Falências e Recuperação Judicial de Curitiba/PR. **Cumprimento de Sentença nº 0000162-41.1996.8.16.0025**. Exequente: Espólio da Antônio de Pauli. Executado: Cocelpa S.A. – Companhia de Celulose e Papel do Paraná. Juiz: Evandro Portugal. Distribuição: 05 jun. 1996.

BRASIL. 1ª Vara de Falências e Recuperação Judicial de Curitiba/PR. **Cumprimento de Sentença nº 0002285-31.2004.8.16.0025**. Exequente: Espólio da Antônio de Pauli. Executado: Cocelpa S.A. – Companhia de Celulose e Papel do Paraná. Juiz: Evandro Portugal. Distribuição: 13 out. 2004.

BRASIL. 1ª Vara de Falências e Recuperação Judicial de Curitiba/PR. **Processo Recuperação Judicial nº 0005462-46.2017.8.16.0025**. Requerente: Cocelpa S.A. – Companhia de Celulose e Papel do Paraná; Arpeco S.A. Artefatos de Papeis e Conpel Cia Nordestina de Papel. Requerido: Diversos. Juiz: Mariana Gluszcynski Fowler Gusso. Distribuição: 1º jun. 2017.

BRASIL. 1ª Vara da Família do Fórum da Lapa/SP. **Inventário nº 0241887-52.1992.8.26.0004**. Requerente: Barbara Cristina Kirchner de Magalhães. Requerido: Espólio de Ludwig Kirchner. Juiz: Ary Casagrande Filho. Distribuição: 1º out. 1992.

BRASIL. 2ª Vara Cível de Taubaté/SP. **Ação de Dissolução de Sociedade nº 0008351-86.2007.8.26.0625**. Requerente: Vito Ardito Neto. Requerido: Agropecuária Agostinho Ardito S.A. Juiz: Érico Di Prospero Gentil Leite. Distribuição: 25 abr. 2007.

BRASIL. 3ª Vara Cível de Americana/SP. **Dissolução Parcial de Sociedade nº 0008954-85.2017.8.26.0019**. Requerente: Edson Barbar Nardini. Requerido: Industrias Nardini S.A. Juiz: Márcio Roberto Alexandre. Distribuição: 17 ago. 2017.

BRASIL. 3ª Vara de Cível de Bauru/SP. **Ação de Dissolução Parcial de Sociedade cumulada com Apuração de Haveres nº 1007338-04.2014.8.26.0071**. Requerente: Jair Osvaldo Daré. Requerido: Santa Rita S/A Agropecuária e Serviços. Juiz: Mauro Ruiz Daró. Distribuição: 05 mai. 2014.

BRASIL. 3ª Vara Cível de Macaíba/RN. **Ação de Dissolução de Sociedade nº 0003718-23.2008.8.20.0121**. Requerente: Espólio de Naelza Gadelha Simas Procópio e Antônio Thiago Gadelha Simas Neto. Requerido: Simas Industrial de Alimentos S.A. Juiz: Felipe Barros. Distribuição: 12 dez. 2008.

BRASIL. 4ª Vara Cível de Ponta Grossa/PR. **Ação de Dissolução Parcial de Sociedade Anônima nº 0014081-56.2012.8.16.0019**. Requerente: Espólio de Leonides Degraf. Requerido: Audisa - Auto Peças Diesel Sabará S/A. Juiz: Fabio Marcondes Leite. Distribuição: 31 mai. 2012.

BRASIL. 5ª Vara Civil de Curitiba/PR. **Ação de Liquidação por Arbitramento nº 0005373-61.2018.8.16.0001**. Requerente: Espólio de Athos de Santa Tereza Abilhoa e Marcos Antonio de Abreu Abilhoa. Requerido: Biofill Produtos Biotecnológicos S.A. Juiz: Nilce Regina Lima. Distribuição: 04 out. 2010.

BRASIL. 6ª Vara Cível de Piracicaba. **Ação de Dissolução Parcial de Sociedade Anônima nº 0001342-61.2017.8.26.0451**. Requerente: Marcelo Queiroz Ferreira Barata. Requerido: Gated S.A. Gestão Agroindustrial. Juiz: Rogério Sartori Astolphi. Distribuição: 22 set. 2011.

BRASIL. 7ª Vara Empresarial do Rio de Janeiro/RJ. **Ação de Dissolução de Sociedade nº 0136504-69.2004.8.19.0001**. Requerente: Roberto Pessoa Lazaro. Requerido: Lunar Andaimes S.A. Juiz: Ricardo Lafayette Campos. Distribuição: 26 nov. 2004.

BRASIL. 12ª Vara de Família e Sucessões do Foro Central de São Paulo/SP. **Inventário nº 462/1995**. Requerente: XXX. Requerido: XXX. Julgamento: 27 fev. 1997.

BRASIL. 15ª Vara de Cível de Curitiba/PR. **Ação Anulatória nº 1.309/1995**. Juiz: Fernando Antônio Prazeres. Requerente: Odette Nazarena De Pauli Bettega. Requerido: Espólio de Antonio de Pauli. Julgamento: 04 fev. 2000.

BRASIL. 15ª Vara de Cível de Curitiba/PR. **Inventário de Bens nº 328/1974**. Requerente: XXX. Requerido: XXX. Distribuição: 30 jan. 1979.

BRASIL. 19ª Vara de Cível de Curitiba/PR. **Ação Anulatória de Assembleia Geral Extraordinária nº 0022996-17.2013.8.16.0001**. Requerente: Espólio de Aurélio de Pauli. Requerido: Antonio de Pauli S.A. Juiz: Evandro Portugal. Distribuição: 16 de mai. 2013.

BRASIL. 21ª Vara Cível do Fórum Central de São Paulo/SP. **Ação de Dissolução Parcial de Sociedade nº 0531345-31.1994.8.26.0100**. Requerente: Espólio de Ludwig Kirchner. Requerido: Otto Kirchner. Juiz: Márcio Teixeira Laranjo. Distribuição: 23 nov. 1994.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Agravo em Recurso Especial nº 763.149/PE**. Decisão Monocrática. Agravante: Maria Carmem Valadares Mizrahi e outros. Agravado: Casa de Saúde Bom Jesus S/A. Rel.: Min. Marco Buzzi. Julgamento: 09 nov. 2017.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Agravo Regimental em Embargos de Divergência no Recurso Especial nº 419.174/SP**. Decisão Monocrática. Agravante: Espólio de Ludwig Kirchner. Agravado: Luiz Kirchner S.A. Indústria de Borracha. Rel.: Min. Aldir Passarinho Júnior. Julgamento: 19 dez. 2007.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Agravo Regimental no Agravo de Instrumento nº 34.120-8/SP**. Terceira Turma. Agravante: Giusti e Companhia Ltda. Agravado: Permetal S.A – Metais Perfurados. Rel.: Min. Dias Trindade. Julgamento: 26 abr. 1993.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Agravo Regimental no Recurso Especial 1.285.695/PR**. Terceira Turma. Agravante: Cocelpa S.A. – Companhia de Celulose e Papel do Paraná. Agravado: Espólio de Aurélio Fontana de Pauli. Rel.: Min. Nancy Andrighi. Julgamento: 15 ago. 2013.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Embargos de Declaração em Recurso Especial nº 419.174/SP**. Terceira Turma. Embargante: Espólio de Ludwig Kirchner. Embargado: Luiz Kirchner S.A. Indústria de Borracha. Rel.: Min. Carlos Alberto Menezes Direito. Julgamento: 03 dez. 2002.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Embargos de Divergência no Recurso Especial nº 111.294/PR**. Segunda Seção. Embargante: Cocelpa S.A. – Companhia de Celulose e Papel do Paraná. Embargado: Espólio de Aurélio Fontana de Pauli. Rel.: Min. Castro Filho. Julgamento: 28 jun. 2006.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Embargos de Divergência no Recurso Especial nº 419.174/SP**. Decisão Monocrática. Embargante: Espólio de Ludwig Kirchner. Embargado: Luiz Kirchner S.A. Indústria de Borracha. Rel.: Min. Aldir Passarinho Júnior. Julgamento: 14 set. 2007.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Embargos de Divergência no Recurso Especial nº 419.174/SP**. Segunda Seção. Embargante: Espólio de Ludwig Kirchner. Embargado: Luiz Kirchner S.A. Indústria de Borracha. Rel.: Min. Aldir Passarinho Júnior. Julgamento: 28 mai. 2008.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Embargos de Divergência em Recurso Especial nº 1.079.763/SP**. Segunda Seção. Embargante: Acober S.A. Administração de Bens e Condomínios. Embargado: Marlene Bérghamo dos Santos. Rel.: Min. Sidnei Beneti. Julgamento: 25 abr. 2012.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Recurso Especial nº 38.160/SP**. Terceira Turma. Recorrente: Usina Zanin Açúcar e Alcool Ltda. Recorrido: Luiz Caetano Zanin. Rel.: Min. Waldemar Zveiter. Julgamento: 09 nov. 1993.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Recurso Especial nº 111.294/PR**. Quarta Turma. Recorrente: Cocelpa S.A. – Companhia de Celulose e Papel do Paraná. Recorrido: Espólio de Aurélio Fontana de Pauli. Rel.: Min. Barros Monteiro; Rel. Acórdão: Min. Cesar Asfor Rocha. Julgamento: 19 set. 2000.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Recurso Especial nº 171.354/SP**. Terceira Turma. Recorrente: Anna Maria Sérgio Mazzoni. Recorrido: Adalia S.A. Administração de Bens Rel.: Min. Waldemar Zveiter. Julgamento: 05 fev. 2001.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Recurso Especial nº 247.002/RJ**. Terceira Turma. Recorrente: Serra do Cabral Agro Indústria S.A. Recorrido: Max Goldschmid. Rel.: Min. Nancy Andrichi. Julgamento: 25 mar. 2002.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Recurso Especial nº 251.057/SP**. Quarta Turma. Recorrente: Espólio de Ludwig Kirchner. Recorrido: Francisca Maria de Jesus Kirchner. Rel.: Min. Aldir Passarinho Júnior. Julgamento: 22 abr. 2003.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Recurso Especial nº 419.174/SP**. Terceira Turma Recorrente: Luiz Kirchner S.A. Indústria de Borracha. Recorrido: Espólio de Ludwig Kirchner. Indústria de Borracha. Recorrente: Rel.: Min. Carlos Alberto Menzes Direito. Julgamento: 15 ago. 2002.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Recurso Especial nº 1.079.763/SP**. Quarta Turma. Recorrente: Acober S.A. Administração de Bens e Condomínios. Recorrido: Marlene Bérغامo dos Santos. Recorrente: Rel.: Min. Aldir Passarinho. Julgamento: 02 jun. 2009.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Recurso Especial nº 1.321.263/PR**. Terceira Turma. Recorrente: Biofill Produtos Biotecnológicos. Recorrido: Espólio de Athos de Santa Tereza Abilhoa e Marcos Antonio de Abreu Abilhoa. Rel.: Min. Moura Ribeiro. Julgamento: 06 dez. 2016.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Recurso Especial nº 1.366.156/SP**. Quarta Turma. Recorrente: Álvaro de Souza Barros. Recorrido: Corretora Souza Barros Câmbio e Títulos S.A. Rel.: Min. Marco Buzzi. Julgamento: 06 nov. 2014.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Recurso Extraordinário nº 9.929/SP**. Segunda Turma. Recorrente: Rel.: Min. Flaminio de Rezende. Julgamento: 04 jan. 1946.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Recurso Extraordinário nº 19.874/BA**. Segunda Turma. Recorrente: Rel.: Min. Villas Boas. Julgamento: 08 nov. 1957.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Recurso Extraordinário nº 89.464/SP**. Segunda Turma. Recorrente: Rel.: Min. Cordeiro Guerra. Julgamento: 12 dez. 1978.

BRASIL. Tribunal de Alçada do Paraná. **Apelação Cível nº 78.835-6**. Terceira Câmara Cível. Apelante: Cocelpa S.A. – Companhia de Celulose e Papel do Paraná. Apelado: Espólio de Aurélio Fontana de Pauli. Rel.: Des. Lidio José Rotoli de Macedo. Julgamento: 28 jun. 1995.

BRASIL. Tribunal de Justiça do Paraná. **Apelação Cível nº 287.042-4**. Décima Sexta Câmara Cível. Apelante: Cocelpa S.A. – Companhia de Celulose e Papel do Paraná. Apelado: Espólio de Aurélio Fontana de Pauli. Rel.: Des. Carlos Mansur Arida. Julgamento: 25 jan. 2006.

BRASIL. Tribunal de Justiça do Paraná. **Apelação Cível nº 565.979-8**. Décima Sétima Câmara Cível. Apelante: Cocelpa S.A. – Companhia de Celulose e Papel do Paraná. Apelado: Espólio de Aurélio Fontana de Pauli. Rel.: Des. Vicente Del Prete Misurelli. Julgamento: 08 abr. 2009.

BRASIL. Tribunal de Justiça do Paraná. **Embargos de Declaração nº 388.167-2/02; 388.167-2/03; 388.167-2/04**. Décima Sétima Câmara Cível. Embargante: Biofill Produtos Biotecnológicos. Embargado: Leny Xavier Farah e outros. Rel.: Des. Vicente Del Prete Misurelli. Julgamento: 23 abr. 2008.

BRASIL. Tribunal de Justiça de São Paulo. **Agravo de Instrumento nº 994.09.299820-7**. Sexta Câmara de Direito Privado. Rel.: Des. José Joaquim dos Santos. Julgamento: 25 mar. 2010.

BRASIL. Tribunal de Justiça de São Paulo. **Agravo de Instrumento nº 2007354-18.2018.8.26.0000**. Sexta Câmara de Direito Privado. Rel.: Des. Eduardo Sá Pinto Sandeville. Julgamento: 20 set. 2018.

BRASIL. Tribunal de Justiça de São Paulo. **Agravo de Instrumento nº 2120295-13.2015.8.26.0000**. Sexta Câmara de Direito Privado. Agravante: Luiz Kirchner S.A. Indústria de Borracha. Agravado: Espólio de Ludwig Kirchner. Rel.: Des. Eduardo Sá Pinto Sandeville. Julgamento: 21 fev. 2018.

BRASIL. Tribunal de Justiça de São Paulo. **Agravo de Instrumento nº 2245996-76.2018.8.26.0000**. Segunda Câmara Reservada de Direito Empresarial. Agravante: Jair Osvaldo Daré. Agravado: Santa Rita S.A. Agropecuária e Serviços. Rel.: Des. Grava Brazil. Julgamento: 21 nov. 2018.

BRASIL. Tribunal de Justiça de São Paulo. **Agravo de Instrumento nº 2258082-84.2015.8.26.0000**. Sexta Câmara de Direito Privado. Agravante: Luiz Kirchner S.A. Indústria de Borracha. Agravado: Espólio de Ludwig Kirchner. Rel.: Des. Eduardo Sá Pinto Sandeville. Julgamento: 20 fev. 2018.

BRASIL. Tribunal de Justiça de São Paulo. **Apelação nº 003.299-4/0**. Sexta Câmara Cível. Apelante: Luiz Kirchner S.A. Indústria de Borracha. Apelado: Espólio de Ludwig Kirchner. Rel.: Des. Mohamed Amaro. Julgamento: 19 fev. 1998.

BRASIL. Tribunal de Justiça de São Paulo. **Apelação nº 1007338-04.2014.8.26.0071**. Segunda Câmara Reservada de Direito Privado. Apelante: Jair Osvaldo Daré. Apelado: Santa Rita S/A Agropecuária e Serviços Rel.: Des. Gastão Toledo de Campos Mello Filho. Julgamento: 26 jun. 2015.

BRASIL. Tribunal de Justiça de São Paulo. **Apelação nº 1137641-48.2016.8.26.0100**. Segunda Câmara Reservada de Direito Empresarial. Apelante: MDL Realty Incorporadora S.A. Apelado: PDG SPE Investimento e Participações S.A. Rel.: Des. Claudio Godoy. Julgamento: 24 set. 2018.

BRASIL. Tribunal de Justiça de São Paulo. **Apelação nº 9095841-54.2009.8.26.0000**. Vigésima Câmara de Direito Privado. Apelante: Banco Santander S.A. Apelado: Kameo Yamamoto. Rel.: Des. Álvaro Torres Júnior. Julgamento: 13 abr. 2015.

BRASIL. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. **Embargos Infringentes nº 3.299-4/3-02**. Sexta Câmara Cível. Embargante: Luiz Kirchner S.A. Indústria de Borracha. Embargado: Espólio de Ludwig Kirchner. Rel.: Des. Reis Kuntz. Julgamento: 24 ago. 1998.

BRASIL. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. **Recursos Extraordinário e Especial nº 03.299.4/7-04**. Terceira Vice-Presidência. Recorrente: Luiz Kirchner S.A. Indústria de Borracha. Recorrido: Espólio de Ludwig Kirchner. Rel.: Des. José Luiz Fonseca Tavares. Julgamento: 11 set. 2000.

BRASIL. Vara Cível da Comarca de Conde/PB. **Recuperação Judicial nº 0800411-61.2017.8.15.0441**. Requerente: Conpel – Companhia Nordestina de Papel S.A. Requerido: Diversos. Juiz: André Ricardo de Carvalho Costa. Distribuição: 29 jun. 2017.

BRITO, Cristiano Gomes de. Dissolução Parcial de Sociedade Anônima. **Revista de Direito Mercantil, Industrial, Econômico e Financeiro**, São Paulo, v. 40, n. 123, pp. 143-146, set. 2001.

CARVALHOSA, Modesto. **Comentários à Lei de Sociedades Anônimas**. 1º Volume. 6ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

CARVALHOSA, Modesto. **Comentários à Lei das Sociedades Anônimas**., 4º Volume. 5 ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2011.

CAMINHA, Uinie. Dissolução parcial de S/A: Quebra de “affectio societatis”: Apuração de haveres. (comentário a acórdão). **Revista de Direito Mercantil, Industrial, Econômico e Financeiro**, São Paulo, v. 37, n. 114, pp. 174-182, abr./jun. 1999.

COELHO, Fabio Ulhoa. A Dissolução de Sociedade no Código de Processo Civil. In YARSELL, Flávio Luiz; PEREIRA, Guilherme Setoguti. (Coord.) **Processo Societário III**. São Paulo: Quartier Latin, 2018.

COELHO, Fábio Ulhoa. **Manual de Direito Comercial: Direito de Empresa**. São Paulo: Saraiva, 2010.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Justiça em Números 2020: Ano-Base 2019**. Brasília: CNJ, 2020.

DARI-MATTIACCI, Giuseppe; GELDERBLUM, Oscar; JONKER, Joost; PEROTTI, Enrico. The Emergence of the Corporate Form. **Journal of Law, Economics & Organization**, Oxford, v. 33, n. 02, pp. 193-236, May 2017.

EIZIRIK, Nelson. **A Lei das S/A Comentada: Artigos 189 ao 300**. v. 3, São Paulo: Quartier Latin, 2011.

ENRIQUES, Luca; HERTING, Gerard; KANADA, Hideki; PARGENDLER, Mariana. Transações entre Partes Relacionadas. In: KRAAKMAN, Reinier *et al.* **A Anatomia do Direito Societário: Uma Abordagem Comparada e Funcional**. 3. ed. São Paulo: Singular, 2018. pp. 31-78

FAMA, Eugene; JENSEN, Michael. Agency Problems and Residual Claims. **The Journal of Law & Economics**, Chicago, v. 26, n. 02, pp. 327-349, Jun. 1983.

FELLMETH, Aaron; HORWITZ, Maurice. **Guide to Latin in International Law**. Oxford: Oxford University Press, 2009.

FONSECA, Priscila Maria Pereira Corrêa da. **Dissolução Parcial, Retirada e Exclusão de Sócio no Novo Código Civil**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

FONSECA, Priscila Maria Pereira Corrêa da. **Dissolução Parcial, Retirada e Exclusão de Sócio no Novo Código Civil**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

FRANÇA, Erasmo Valladão Azevedo e Novaes; ADAMEK, Marcelo von. Affectio societatis: um conceito jurídico superado no moderno direito societário pelo conceito de fim social. **Revista de Direito Mercantil**, n. 149/150, p. 125.

FRANÇA, Erasmo Valladão Azevedo e Novaes; ADAMEK, Marcelo von. **Da Ação de Dissolução Parcial de Sociedade**: Comentários breves ao CPC/2015. São Paulo: Malheiros, 2016.

FRANCO, Vera Helena de Mello. Dissolução Parcial e Recesso nas Sociedades por Quotas de Responsabilidade Limitada: Legitimidade e Procedimento: Critério e Momento de Apuração de Haveres. **Revista de Direito Mercantil, Industrial, Econômico e Financeiro**, São Paulo, n. 75, pp. 19-30, jul./set. 1989.

GEBRAN, João Guilherme Rache. A Dissolução Parcial de Sociedade Anônima Funciona? Um Estudo sobre os Limites e as Dificuldades da Dissolução Parcial da Cocelpa. In: PÜSCHEL, Flávia (Org.). **Direito e Desenvolvimento na Prática**: Novas Perspectivas para a Reflexão Jurídica. São Paulo: Almedina. pp. 171-212, 2020.

GEBRAN, João Guilherme; PARGENDLER, Mariana. A Banalização da Dissolução Parcial de Sociedade Anônima no Brasil: A Ausência de *Distinguishing* na Evolução Jurisprudencial. In: YARSHELL, Flávio Luiz; PEREIRA, Guilherme (Orgs.). **Processo Societário IV**. São Paulo: Quartier Latin, pp. 773-797, 2021.

GONÇALVES NETO, Alfredo de Assis. **Direito Comercial**: Pareceres. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016.

GONÇALVES NETO, Alfredo de Assis. **Direito de Empresa**: Comentários aos Artigos 966 a 1.195 do Código Civil. 8. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2018.

GRECO, Leonardo. **Estudos de Direito Processual**. Campo dos Goytacazes: Faculdade de Direito de Campos, 2005.

HASMANN Henry; KRAAKMAN, Reinier; SQUIRE, Richard. Law and the Rise of the Firm. **Harvard Law Review**, Cambridge, v. 119, n. 05, pp. 1333-1493, Mar. 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Demografia das Empresas e Estatísticas de Empreendedorismo 2017**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019.

“JUDICIÁRIO Paulista é Chamado a Falar sobre Varas Especializadas”. **Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo**, São Paulo, 21 mai. 2019. Disponível em: <https://www.tjsp.jus.br/noticias/noticia?codigonoticia=56667>. Acesso em: 13 set. 2020.

KRAAKMAN, Reinier *et al.* **A Anatomia do Direito Societário**: Uma Abordagem Comparada e Funcional. 3. ed. São Paulo: Singular, 2018.

LAMY FILHO, Alfredo; PEDREIRA, José Luiz Bulhões (Coord.). **Direito das Companhias**. Vol. II. Rio de Janeiro: Forense, 2009.

LEÃES, Luiz Gastão Paes de Barros. **Pareceres**. 2º Volume. São Paulo: Singular, 2004.

LUCON, Paulo Henrique; SILVA, João Paulo. Dissolução Parcial de Sociedade Anônima Fechada. In: YARSHELL, Flávio Luiz; PEREIRA, Guilherme (Orgs.). **Processo Societário**. São Paulo: Quartier Latin, 2012.

MARINONI, Luiz Guilherme. **O STJ Enquanto Cortes de Precedentes**: Compreensão do Sistema Processual da Corte Suprema. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

MUNHOZ, Eduardo Secchi. A Tipologia Societária e sua Função Econômica. Dissolução Parcial de Sociedade Anônima Fechada, Princípio da Intangibilidade do Capital e Caráter Institucional da Empresa. In: YARSHELL, Flávio Luiz; PEREIRA, Guilherme (Orgs.). **Processo Societário IV**. São Paulo: Quartier Latin, pp.319-334, 2021

NUNES, Marcelo Guedes. **Jurimetria Aplicada ao Direito Societário**: Um Estudo Estatístico da Dissolução de Sociedade no Brasil. Tese (Doutorado em Direito). Faculdade de Direito da Pontífice Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2012.

NUNES, Márcio Tadeu Guimarães. **Dissolução Parcial, Exclusão de Sócio e Apuração de Haveres nas Sociedades Limitadas**. São Paulo: Quartier Latin, 2015.

PARGENDLER, Mariana. How Universal Is the Corporate Form? Reflections on the Dwindling of Corporate Attributes in Brazil. **Columbia Journal of Transnational Law**, New York City, v. 58, pp. 01-57, 2020.

PARGENDLER, Mariana. O Tipo de Sociedade Anônima é Universal? Reflexões sobre a Erosão dos Atributos da Sociedade Anônima no Brasil. In: PÜSCHEL, Flávia (Org.). **Direito e Desenvolvimento na Prática: Novas Perspectivas para a Reflexão Jurídica**. São Paulo: Almedina. pp. 103-170, 2020.

PARGENDLER, Mariana; GEBRAN, João Guilherme Rache. O Processo Judicial como Bem Público: Da Inconstitucionalidade do Segredo de Justiça em Processos que Versam sobre Arbitragem. In: BELLIZZE, Marco Aurélio; RODRIGUES, Marco Antônio; CABRAL, Thiago Dias Delfino (Orgs.). **Grandes Temas do Novo CPC: Processo Empresarial**. São Paulo: Juspodivm, 2021. No prelo.

PINHEIRO, Armando Castelar. **Judicial System Performance and Economic Development**. Ensaio BNDES, n. 2. Rio de Janeiro: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, 1996.

ROCK, Edward; WACHTER, Michael. Waiting for the Omelet to Set: Match Specific Assets and Minority Oppression in the Close Corporation. **The Journal of Corporation Law**, Iowa City, v. 24, pp. 913-948, 1999.

SHERWOOD, Robert; SHEPHERD, Geoffrey; SOUZA, Celso Marcos de. Judicial Systems and Economic Performance. **The Quarterly Review of Economics and Finance**, Urbana-Champaign, v. 34, pp. 101-116, 1994.

STAJN, Rachel. O Direito de Recurso nas Sociedades Comerciais. **Revista de Direito Mercantil, Industrial, Econômico e Financeiro**, São Paulo, v. 71, pp. 50-54, jul./set. 1988.

STAKE, Robert. The Case Study Method in Social Inquiry. **Educational Researcher**, Washington, D.C., v. 07, n. 02, pp. 05-08, Feb. 1978.

SIGGELKOW, Nicolaj. Persuasion with Case Studies. **Academy of Management Journal**, Westchester County, v. 50, n. 01, pp. 20-24, 2007.

PEREZ, Marcelo Monteiro; FAMÁ, Rubens. Métodos de Avaliação de Empresas e o Balanço de Determinação. **Caderno de Pesquisas em Administração**, São Paulo, v. 10, n. 04, pp. 47-59, 2003.

RESTIFFE, Paulo Sérgio. **Dissolução de Sociedade**. São Paulo: Saraiva, 2011

ROCK, Edward; WATCHER, Michael. Waiting for the Omelet to Set: Match-Specific Assets and Minority Oppression in the Close Corporation. **Journal of Corporation Law**, v. 24, n. 4, pp. 913-948, 1999.

VIEIRA, Maíra de Melo. **Dissolução Parcial de Sociedade Anônima**: Construção e Consolidação no Direito Brasileiro. São Paulo: Quartier Latin, 2014.

“A VITÓRIA do Imigrante em Solo Desconhecido”. **Diário Indústria & Comércio**, Curitiba, 26 out. 2012. Disponível em: <https://www.diarioinduscom.com.br/a-vitoria-do-imigrante-em-solo-desconhecido/>. Acesso em: 20 mar. 2021.

WAISBERG, Ivo; KUGLER, Herbert Morgenstern, Apuração de Haveres na Dissolução Parcial Envolvendo Grupos de Sociedades Limitadas. In YARSHELL, Flávio Luiz; PEREIRA, Guilherme Setoguti. (Coord.) **Processo Societário III**. São Paulo: Quartier Latin, pp, 321-334, 2018.

ZANINI, Carlos Klein. **A Dissolução da Sociedade Anônima pela Impossibilidade de Preencher seu Fim**. Tese (Doutorado em Direito). Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2001.

ZILVETI, Ana Marta Cattani de Barros. Dissolução Parcial de Sociedade Anônima – O Caso Luiz Kirchner. In: FINKELSTEIN, Maria Eugênia Reis; PROENÇA, José Marcelo Martins (Coords.). **Sociedades Anônimas**. 2. ed. Série GVlaw. São Paulo: Saraiva, 2011.

Anexo 1 – Tabela de Processos do STJ por Incidência de Palavras-Chave

Nº do Processo no STJ	Dissolução Parcial	Sociedade Anônima	Soma
RECURSO ESPECIAL Nº 1.321.263 - PR	29	14	43
RECURSO ESPECIAL Nº 1.052.854 - DF	33	3	36
MEDIDA CAUTELAR nº 22407 - SC	22	8	30
RECURSO ESPECIAL Nº 1.704.505 - PR	20	8	28
MEDIDA CAUTELAR Nº 24.299 - RS	13	14	27
MEDIDA CAUTELAR Nº 9.183 - PR	11	13	24
AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 680.651 - DF	11	11	22
EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RESP Nº 1.400.264 - RS	10	12	22
PEDIDO DE TUTELA PROVISÓRIA Nº 471 - DF	13	8	21
RECURSO ESPECIAL Nº 1.449.065 - SC	18	2	20
RECURSO ESPECIAL Nº 1.479.860 - RJ	15	3	18
AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 575.903 - RJ	8	10	18
EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RESP Nº 1.321.263 - PR	13	4	17
AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 557.192 - MS	12	5	17
AÇÃO RESCISÓRIA Nº 5.700 - PR	15	1	16
EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RESP Nº 1.449.065 - SC	14	1	15
AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 362.018 - SP	13	2	15
RECURSO ESPECIAL Nº 1.158.373 - RS	13	2	15
EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RESP Nº 419.174 - SP	8	7	15
AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 575.903 - RJ	7	8	15
AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 966.994 - SP	11	3	14
AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 733.168 - SP	11	3	14
AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.258.566 - SE	11	3	14
RECURSO ESPECIAL Nº 1.409.239 - DF	9	5	14
AgRg no AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 975.145 - SP	6	8	14
RECURSO ESPECIAL Nº 1.325.194 - RN	12	1	13
AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 1.013.095 - RJ	7	6	13
AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.409.103 - SP	6	7	13
TutPrv no RECURSO ESPECIAL Nº 1.483.333 - DF	10	2	12
RECURSO ESPECIAL Nº 1.739.206 - SP	9	3	12
AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.136.011 - SP	9	3	12
AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 204.801 - RS	8	4	12
AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 876.958 - AM	8	4	12
EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RESP nº 111.294 - PR	8	4	12
AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 763.149 - PE	7	5	12

EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RESP Nº 111.294 - PR	7	5	12
AgRg no AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 696.349 - SP	6	6	12
AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 609.852 - RS	4	8	12
AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 376.833 - RS	10	1	11
AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 376.833 - RS	10	1	11
RECURSO ESPECIAL Nº 1.207.353 - MG	10	1	11
AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.360.598 - PR	8	3	11
AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 472.692 - SP	8	3	11
RECURSO ESPECIAL Nº 1.282.279 - RS	7	4	11
EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RESP Nº 651.722 - PR	5	6	11
MEDIDA CAUTELAR Nº 10.475 - PR	2	9	11
MEDIDA CAUTELAR Nº 22.600 - CE	9	1	10
RECURSO ESPECIAL Nº 910.218 - RJ	8	2	10
AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 573.750 - SP	8	2	10
RECURSO ESPECIAL Nº 1.372.139 - SP	7	3	10
AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.027.766 - SP	6	4	10
AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 496.880 - SP	6	4	10
RECURSO ESPECIAL Nº 1.079.763 - SP	5	5	10
AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 673.198 - SP	8	1	9
AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 673.198 - SP	8	1	9
AgRg no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 379.386 - SP	6	3	9
AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 1.298.158 - SP	5	4	9
EDcl na MEDIDA CAUTELAR Nº 10.475 - PR	2	7	9
RECURSO ESPECIAL Nº 1.330.150 - MT	7	1	8
AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 636.313 - RJ	6	2	8
MEDIDA CAUTELAR Nº 22.106 - RS	6	2	8
AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 541.213 - RJ	6	2	8
AgRg no RECURSO ESPECIAL Nº 1.172.289 - RS	6	2	8
AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.083.876 - GO	5	3	8
RECURSO ESPECIAL Nº 507.490 - RJ	4	4	8
RECURSO ESPECIAL Nº 1.385.086 - PE	4	4	8
RECURSO ESPECIAL Nº 1.568.664 - RS	3	5	8
AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 748.464 - DF	3	5	8
AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 528.058 - MG	2	6	8
AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 819.620 - SP	6	1	7
RECURSO ESPECIAL Nº 983.059 - RS	6	1	7
PETIÇÃO Nº 9.523 - SP	5	2	7
RECURSO ESPECIAL Nº 1.608.919 - RS	5	2	7
AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 1.299.766 - SP	5	2	7
RECURSO ESPECIAL Nº 1.128.431 - SP	4	3	7
AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 302.042 - DF	2	5	7

RECURSO ESPECIAL Nº 1.302.480 - SP	2	5	7
RECURSO ESPECIAL Nº 691.359 - R	1	6	7
AgRg no AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 961.803 - SP	5	1	6
TutPrv no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.100.293 - PR	4	2	6
AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 1.311.801 - SE	4	2	6
RECURSO ESPECIAL Nº 917.531 - RS	4	2	6
RECURSO ESPECIAL Nº 1.268.102 - PR	4	2	6
AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 636.539 - PB	4	2	6
AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 343.416 - DF	4	2	6
AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 343.416 - DF	4	2	6
RECURSO ESPECIAL Nº 1.235.790 - SP	4	2	6
RECURSO ESPECIAL Nº 1.141.108 - SP	4	2	6
AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 1.428.002 - CE	4	2	6
RECURSO ESPECIAL Nº 1.414.322 - MG	4	2	6
MEDIDA CAUTELAR Nº 24.677 - DF	2	4	6
AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 674.343 - SP	2	4	6
AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 755.772 - SP	2	4	6
AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 820.450 - SP	2	4	6
AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 340.854 - MG	2	4	6
AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 920.239 - MG	1	5	6
RECURSO ESPECIAL Nº 1.479.695 - PR	4	1	5
RECURSO ESPECIAL Nº 1.163.362 - RS	4	1	5
RECURSO ESPECIAL Nº 973.198 - RS	4	1	5
AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.277.213 - RS	4	1	5
AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL nº 514076 - GO	3	2	5
AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 182.554 - MS	3	2	5
AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 664.480 - SC	3	2	5
AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 757.117 - PR	3	2	5
AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 534.586 - MS	3	2	5
AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 559.029 - RJ	3	2	5
AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 563.207 - RS	3	2	5
RECURSO ESPECIAL Nº 1.195.126 - AP	3	2	5
RECURSO ESPECIAL Nº 1.197.030 - MG	3	2	5
AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 1.323.668 - SP	3	2	5
AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 941.293 - MG	3	2	5
RECURSO ESPECIAL Nº 1.415.742 - SP	3	2	5
AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 1.416.194 - RS	3	2	5
RECURSO ESPECIAL Nº 1.123.165 - MG	3	2	5
AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 1.417.963 - RS	3	2	5
RECURSO ESPECIAL Nº 1.159.871 - MT	3	2	5
AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 1.427.544 - SE	3	2	5
AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 1.051.418 - RJ	2	3	5

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 744.656 - MS	2	3	5
AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 1.325.300 - SP	2	3	5
AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 374.855 - MT	1	4	5
RECURSO ESPECIAL Nº 1.499.772 - DF	3	1	4
RECURSO ESPECIAL Nº 1.507.525 - SP	3	1	4
AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.091.520 - RS	3	1	4
AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 322.955 - PR	3	1	4
AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 322.955 - PR	3	1	4
RECURSO ESPECIAL Nº 1.334.653 - MG	3	1	4
AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 481.023 - MG	3	1	4
RECURSO ESPECIAL Nº 1.444.960 - MG	3	1	4
AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.208.159 - RO	3	1	4
AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 888.693 - SP	3	1	4
AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 916.201 - SC	2	2	4
AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 569.933 - DF	2	2	4
AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 612.891 - SP	2	2	4
AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 1.322.690 - MG	2	2	4
AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 1.325.856 - SP	2	2	4
AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 1.329.314 - MS	2	2	4
AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 1.223.340 - PR	2	2	4
AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 850.140 - SE	2	2	4
AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 668.793 - RS	2	2	4
AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 669.181 - RS	2	2	4
AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 499.720 - MG	2	2	4
AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 674.997 - SC	2	2	4
AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 681.057 - RJ	2	2	4
AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 687.724 - SC	2	2	4
AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 698.237 - SP	2	2	4
AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 708.295 - SP	2	2	4
AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 517.312 - RJ	2	2	4
RECURSO ESPECIAL Nº 1.700.500 - SP	2	2	4
RECURSO ESPECIAL Nº 1.700.500 - SP	2	2	4
AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 750.274 - SP	2	2	4
AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 752.266 - SP	2	2	4
AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 763.447 - DF	2	2	4
AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 535.627 - SC	2	2	4
AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 550.234 - SP	2	2	4
AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 809.100 - RS	2	2	4
AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 584.871 - SP	2	2	4
AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.539.920 - RS	2	2	4
AgRg no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 605.492 - SC	2	2	4

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 628.496 - SP	2	2	4
AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 628.275 - SC	2	2	4
AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 628.661 - SC	2	2	4
AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 624.166 - PR	2	2	4
AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 626.018 - RS	2	2	4
AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 1.265.686 - RS	2	2	4
RECURSO ESPECIAL Nº 1.179.342 - GO	2	2	4
RECURSO ESPECIAL Nº 1.181.634 - PR	2	2	4
RECURSO ESPECIAL Nº 1.183.179 - SP	2	2	4
RECURSO ESPECIAL Nº 1.184.159 - MS	2	2	4
RECURSO ESPECIAL Nº 1.313.190 - RS	2	2	4
RECURSO ESPECIAL Nº 1.195.442 - RJ	2	2	4
AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 1.319.222 - MS	2	2	4
RECURSO ESPECIAL Nº 1.204.664 - MG	2	2	4
AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 1.379.788 - SP	2	2	4
RECURSO ESPECIAL Nº 1.210.483 - MG	2	2	4
RECURSO ESPECIAL Nº 1.211.235 - SP	2	2	4
RECURSO ESPECIAL Nº 1.405.513 - RS	2	2	4
RECURSO ESPECIAL Nº 1.410.038 - RJ	2	2	4
RECURSO ESPECIAL Nº 1.136.068 - RJ	2	2	4
AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 1.372.516 - RJ	2	2	4
AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 1.386.114 - MS	2	2	4
RECURSO ESPECIAL Nº 1.151.253 - AM	2	2	4
RECURSO ESPECIAL Nº 1.164.660 - GO	2	2	4
RECURSO ESPECIAL Nº 1.166.939 - RS	2	2	4
AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 123.097 - SP	2	2	4
RECURSO ESPECIAL Nº 802.414 - RS	2	2	4
RECURSO ESPECIAL Nº 1.357.014 - MG	2	2	4
RECURSO ESPECIAL Nº 1.358.485 - MG	2	2	4
RECURSO ESPECIAL Nº 419.174 - SP	2	2	4
RECURSO ESPECIAL Nº 1.368.515 - SP	1	3	4
EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RESP Nº 1.572.648 - RJ	1	3	4
AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.091.520 - RS	2	1	3
RECURSO ESPECIAL Nº 1.498.413 - RS	2	1	3
RECURSO ESPECIAL Nº 1.366.156 - SP	2	1	3
RECURSO ESPECIAL Nº 1.504.243 - DF	2	1	3
AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 1.166.969 - RS	2	1	3
AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 777.115 - RS	2	1	3
AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 836.614 - RS	2	1	3
AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.151.298 - GO	2	1	3
AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 596.486 - RS	2	1	3
AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 84.275 - SP	2	1	3

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 886.682 - RS	2	1	3
AgRg no RECURSO ESPECIAL Nº 398.234 - SC	2	1	3
AÇÃO RESCISÓRIA Nº 3.867 - PE	1	2	3
AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 90.034 - SP	1	2	3
RECURSO ESPECIAL Nº 1.303.284 - PR	1	2	3
EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RESP Nº 1.079.763 - SP	1	2	3
AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 1.323.792 - SP	1	2	3
MEDIDA CAUTELAR Nº 9.066 - RS	1	2	3
MEDIDA CAUTELAR Nº 9.066 - RS	1	2	3
RECURSO ESPECIAL Nº 1.379.391 - MG	1	2	3
AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 1.116.398 - PR	1	2	3
AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 696.349 - SP	1	2	3
AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 562.217 - MG	1	2	3
AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.091.520 - RS	1	1	2
EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RESP Nº 546.077 - SP	1	1	2
RECURSO ESPECIAL Nº 1.269.434 - RS	1	1	2
AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 737.359 - DF	1	1	2
RECURSO ESPECIAL nº 1.349.653 - RJ	1	1	2
AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.016.434 - MG	1	1	2
AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 578.729 - PE	1	1	2
AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 925.735 - RJ	1	1	2
AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 399.497 - RS	1	1	2
AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.308.198 - SP	1	1	2
AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 443.846 - SP	1	1	2
RECURSO ESPECIAL Nº 785.868 - PR	1	1	2
MEDIDA CAUTELAR Nº 6.611 - PR	1	1	2
PETIÇÃO Nº 12.325 - PR	1	1	2
AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.114.399 - SP	1	1	2
AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.165.151 - MG	1	1	2
RECURSO ESPECIAL Nº 1.504.477 - ES	1	1	2
AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 387.751 - SP	1	1	2
MEDIDA CAUTELAR Nº 21.593 - SP	1	1	2
AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 778.203 - RS	1	1	2
AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 799.052 - RS	1	1	2
AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 814.825 - RS	1	1	2
AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 819.392 - RS	1	1	2
MEDIDA CAUTELAR Nº 9.066 - RS	1	1	2
RECURSO ESPECIAL Nº 1.743.143 - SP	1	1	2
AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.303.069 - DF	1	1	2
AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.125.205 - BA	1	1	2
AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 1.323.944 - DF	1	1	2

RECURSO ESPECIAL Nº 1.326.347 - RS	1	1	2
AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 654.140 - RS	1	1	2
AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 911.448 - RS	1	1	2
RECURSO ESPECIAL Nº 638.289 - PR	1	1	2
RECURSO ESPECIAL Nº 507.217 - RS	1	1	2
RECURSO ESPECIAL Nº 530.107 - SC	1	1	2
AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 944.906 - RS	1	1	2
RECURSO ESPECIAL Nº 1.705.965 - MG	1	1	2
RECURSO ESPECIAL Nº 526.616 - SC	1	1	2
AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 975.145 - SP	1	1	2
EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RESP Nº 650.821 - AM	1	1	2
AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 709.209 - SP	1	1	2
RECURSO ESPECIAL Nº 526.788 - RS	1	1	2
AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 463.408 - RS	1	1	2
AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 479.387 - RS	1	1	2
AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 479.387 - RS	1	1	2
RECURSO ESPECIAL Nº 1.352.036 - SP	1	1	2
AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 274.722 - SP	1	1	2

Fonte: Tabela elaborada pelo Autor.

Anexo 2 – Fichas de Leitura

1. Caso Consemp S.A.

Processo: Ag nº 1051418/RJ

Número de registro: 2008/0109621-5

Outros números: 2008.135.03646; 2007.001.06659; 0019188-11.1999.8.19.0001

Companhia: Consemp Engenharia S.A.

Acionista retirante: Paulo Mello Ourivio

Distribuição: 02/02/1999

Data da sentença: Sem informação

Data do julgamento pelo STJ: 18/09/2008

Trânsito em julgado: Sem informação

Arquivamento: 03/10/2016

Teor da decisão: Cabimento de dissolução parcial

Ementa do acórdão do STJ:

Processual civil. Agravo de instrumento. Recurso especial. Acórdão recorrido em consonância com a jurisprudência do STJ. Dissídio jurisprudencial. Não comprovação.

- Não se conhece do recurso especial, pela divergência, se não comprovado o dissídio jurisprudencial, nos moldes legal e regimental.

- Não se conhece do recurso especial se o entendimento adotado pelo Tribunal de origem encontra-se em consonância com a jurisprudência do STJ. Súmula 83/STJ.

Agravo de instrumento não provido.

Atual situação do processo:

O processo encontra-se arquivado. Por tratar-se de processo físico, não foi possível visualizar o trâmite do cumprimento de sentença.

Observações:

Nenhuma

2. Caso Graciano Affonso S.A.

Processo: AgRg no Nº 975.145 - SP

Número de registro: 2007/0253270-5

Outros números: 9123956-32.2002.8.26.0000; 994.06.035538-5/50001; 577/2005; 0035538-38.2006.8.26.0000; 0009687-17.2005.8.26.0037; 1970/2001;

Companhia: Graciano R Affonso S.A. Veículos

Acionistas retirante: Rachel Affonso Giansante; Alcides Giansante

Distribuição: 17/06/2005

Data da sentença: 05/12/2005

Data do julgamento pelo STJ: 20/08/2009

Trânsito em julgado: 04/12/2013

Arquivamento: 04/12/2013

Teor da decisão: Cabimento de dissolução parcial

Ementa do acórdão do STJ:

Cuida-se de agravo regimental interposto por ELISABETH HELENA AFFONSO MARTINEZ em face de decisão monocrática, da lavra desta Relatoria, que assim decidiu, no que importa à controvérsia:

"AGRAVO DE INSTRUMENTO — PROCESSUAL CIVIL — AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO DOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA — APLICAÇÃO ANALÓGICA DA SÚMULA Nº 182/STJ — POSSIBILIDADE — PRECEDENTES — RECURSO NÃO CONHECIDO."

Busca a agravante a reforma do r. decisum, sustentando, em síntese, ser inaplicável o óbice da Súmula n. 182/STJ, por ter havido ataque aos fundamentos da decisão que não admitira o recurso especial.

É o relatório.

Atendendo-se à melhor análise da matéria, é de se reconsiderar a decisão ora hostilizada, nos termos do art. 557, § 1º, do CPC.

Passa-se, então, ao reexame do agravo de instrumento, em que se busca o seguimento de recurso especial, fundado nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional e no qual se alega, em síntese, ofensa aos arts. 45, 109, V, 136, 137, 206, II, "b", da Lei n. 6.404/76, além de dissídio jurisprudencial.

O aresto a quo, atacado pelo recurso especial, foi assim ementado, no que importa à controvérsia:

"Dissolução de sociedade anônima. Sócios minoritários. Sociedade originariamente familiar. Inexistência de lucros e distribuição de dividendos há vários anos. Peculiaridades do caso. Possibilidade de dissolução parcial. Precedentes jurisprudenciais. (...)" (fl. 332)

No recurso especial, afirma-se, em suma, ser inviável a dissolução parcial de sociedade anônima com base em quebra de affectio societatis, porquanto inexistiria esse elemento nas sociedades anônimas.

O inconformismo não merece prosperar.

Com efeito.

Esta Corte pacificou que é possível a dissolução parcial de sociedade anônima familiar fundada no rompimento da affectio societatis, elemento passível de existir nas sociedades anônimas. Nesse sentido, confira-se:

"COMERCIAL. SOCIEDADE ANÔNIMA FAMILIAR. DISSOLUÇÃO PARCIAL. INEXISTÊNCIA DE AFFECTIO SOCIETATIS. POSSIBILIDADE. MATÉRIA PACIFICADA.

I. A 2ª Seção, quando do julgamento do EREsp n. 111.294/PR (Rel. Min. Castro Filho, por maioria, DJU de 10.09.2007), adotou o entendimento de que é possível a dissolução de sociedade anônima familiar quando houver quebra da affectio societatis.

II. Embargos conhecidos e providos, para julgar procedente a ação de dissolução parcial."

(EResp 419.174/SP, 2º Seção, Rel. Min. Aldir Passarinho Junior, DJe 04/08/2008). E, ainda: EResp 111.294/PR, 2º Seção, Rel. Min. Castro Filho, DJ 10/09/2007.

Por conseguinte, tendo em vista que foi esse o entendimento do aresto recorrido, não pode ser dado seguimento ao apelo excepcional nesse ponto à vista do disposto na Súmula nº 83 desta Corte, válida, também, aos recursos especiais interpostos pela alínea "a" do art. 105 da CF, segundo iterativa jurisprudência deste Tribunal (AgRgAg nº 653.123/RS, 3ª Turma, Relatora Ministra Nancy Andrigli, DJ de 18.4.2005).

Reconsidera-se, pois, a decisão ora agravada para negar provimento ao agravo de instrumento pelos fundamentos acima.

Atual situação do processo:

Em 16 de maio de 2013, foi homologada a desistência do Agravo em Recurso Especial nº 234.664 – SP, levando ao trânsito em julgado da demanda, em razão de acordo firmado entre as Partes e homologado perante o Juízo de origem em 26/04/2013, o qual extinguiu o feito.

Observações:

Nenhuma.

3. Caso Acober S.A.

Processo: REsp nº 1079763 / SP; EResp nº 1079763 / SP

Número de registro: 2008/0171572-0; 2009/0213367-7

Processo de origem: 9038187-46.2008.8.26.0000 (994.08.052292-8); 605892/1996 (34ª. Vara Cível); 96605892; 0609112.4/6-00; 0006.058929-6

Nº único: Sem informação

Companhia: Acober S/A Administração de Bens e Condomínios

Acionista retirante: Marlene Bérnago dos Santos

Distribuição: 1996

Data da sentença: Sem informação

Data do julgamento pelo STJ: 06/09/2012

Trânsito em julgado: Sem informação

Arquivamento: Sem informação

Teor da decisão: Cabimento de dissolução parcial

Ementa do acórdão do STJ:

EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. DISSOLUÇÃO PARCIAL DE SOCIEDADE ANÔNIMA DE CARÁTER FAMILIAR E FECHADO. REQUISITO DA QUEBRA DA AFFECTIO SOCIETATIS AFIRMADO SUFICIENTE PELOS ACÓRDÃOS EXPOSTOS COMO PARADIGMAS. ACÓRDÃO EMBARGADO QUE JULGOU NO MESMO SENTIDO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 168/STJ.

1.- O Acórdão ora embargado, firmando, como único requisito à dissolução parcial da sociedade anônima familiar fechada a quebra da affectio societatis, julgou exatamente

no mesmo sentido dos Acórdão invocados como paradigmas pretensamente divergentes, de modo que não cabem Embargos de Divergência, nos termos da Súmula 168/STJ.

2.- Subsistência da orientação constante do Acórdão embargado: "A 2ª Seção, quando do julgamento do EResp n. 111.294/PR (Rel. Min. Castro Filho, por maioria, DJU de 10.09.2007), adotou o entendimento de que é possível a dissolução de sociedade anônima familiar quando houver quebra da affectio societatis (EResp 419.174/SP, Rel. Min. ALDIR PASSARINHO, DJ 04.08.2008)".

3.- Embargos de divergência não conhecidos.

Atual situação do processo:

Não há informações sobre o processo de origem disponíveis.

Observações:

Nenhuma

4. Caso Rodomac S.A.

Processo: REsp nº 1309844/SC e Ag nº 916201/SC

Número de registro: 2012/0053545-0; 2007/0153605-5

Outros números: 2002.010004-3; 06797001555.7; 0001555-13.1997.8.24.0067

Companhia: Rodomac Tratores-Peças e Implementos S/A

Acionista retirante: Claci Annoni Pinto (Claci Mezzomo)

Distribuição: 12/12/1997

Data da sentença: 30/10/2001

Data do julgamento do STJ: 25/04/2012

Trânsito em julgado: 02/05/2012

Arquivamento: 17/05/2016

Teor da decisão: Cabimento de dissolução parcial

Fundamentação da Decisão do STJ:

1. Cuida-se de recurso especial interposto por Rodomac Tratores Peças e Implementos S/A contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina.

2. Diante da petição de nº 97965/2012, às fls. 415/416, homologo, para que produza seus efeitos legais, o pedido de desistência do recurso especial, declarando a extinção do procedimento recursal, nos termos dos artigos 501 do Código de Processo Civil e 34, IX, do RISTJ.

Atual situação do processo:

O processo encontra-se arquivado.

Observações:

Em primeiro grau, o processo foi julgado como exercício de direito de retirada, posteriormente reconheceu-se que se tratava de dissolução parcial.

5. Caso De Pauli S.A.

Processo: REsp 1303284/PR

Número de registro: 2012/0006691-5

Nº único: 0000223-47.1991.8.16.0001

Outros números: 78.281/2005; 908007-9; 472284306; 203/1991

Companhia: Antônio De Pauli S.A.

Acionista retirante: Espólio de Aurélio Fontana de Pauli

Distribuição: 11/02/1991

Data da sentença: 20/06/2006

Data do julgamento pelo STJ: 13/05/2013

Trânsito em julgado: Não

Arquivamento: Não

Teor da decisão: Cabimento de dissolução parcial

Ementa do acórdão do STJ:

EMPRESARIAL. SOCIEDADE ANÔNIMA FECHADA. CUNHO FAMILIAR. DISSOLUÇÃO. FUNDAMENTO NA QUEBRA DA AFFECTIO SOCIETATIS. POSSIBILIDADE. DEVIDO PROCESSO LEGAL. NECESSIDADE DE OPORTUNIZAR A PARTICIPAÇÃO DE TODOS OS SÓCIOS. CITAÇÃO INEXISTENTE. NULIDADE DA SENTENÇA RECONHECIDA.

1. Admite-se dissolução de sociedade anônima fechada de cunho familiar quando houver a quebra da affectio societatis.
2. A dissolução parcial deve prevalecer, sempre que possível, frente à pretensão de dissolução total, em homenagem à adoção do princípio da preservação da empresa, corolário do postulado de sua função social.
3. Para formação do livre convencimento motivado acerca da inviabilidade de manutenção da empresa dissolvenda, em decorrência de quebra da liame subjetivo dos sócios, é imprescindível a citação de cada um dos acionistas, em observância ao devido processo legal substancial.
4. Recurso especial não provido.

Atual situação do processo:

A discussão do mérito perdura com inúmeros recursos e anulações. Em 04/03/2020, em sede de recurso de apelação, foi proferido um novo acórdão reconhecendo a “*ausência de citação de parte legítima para figurar no polo passivo da demanda e de intimação de todos os procuradores das partes sobre o julgamento conforme o estado do processo*” e, consequentemente,

determinando o “retorno dos autos à origem para citação das partes, com aproveitamento dos atos processuais compatíveis”.

Observações:

Trata-se de processo conexo ao Caso Cocelpa.

6. Caso Agropecuária Agostinho Ardito S.A.

Processo: Ag nº 1298158/SP

Número de Registro: 2010/0064653-1

Outros números: 994090356810; 625.01.2007.008351; 625.01.2008.025097-5/000000-000; 2226677-59.2017.8.26.0000; 0008351-86.2007.8.26.0625; 9132807-16.2009.8.26.0000

Companhia: Agropecuária Agostinho Ardito S.A.

Acionista retirante: Vito Ardito Neto

Distribuição: 25/04/2007

Data da sentença: 16/10/2008

Data do julgamento pelo STJ: 14/10/2013

Trânsito em julgado: 23/10/2013

Arquivamento: Não

Teor da decisão: Cabimento de dissolução parcial

Ementa do acórdão do STJ:

SOCIEDADE COMERCIAL. COMPANHIA FECHADA PEDIDO DE DISSOLUÇÃO PARCIAL ADMISSIBILIDADE PESSOA JURÍDICA CONSTITUÍDA POR FAMILIARES EM VIRTUDE DE DESENTENDIMENTO EM RELAÇÃO À ADMINISTRAÇÃO DE PATRIMÔNIO RECEBIDO POR SUCESSÃO HEREDITÁRIA RELEVÂNCIA DO VÍNCULO PESSOAL ENTRE AS PARTES FIGURA DA 'SOCIEDADE ANÔNIMA PERSONALISTA OU DE PESSOAS'. INCONTROVÉRSIA A RESPEITO DA QUEBRA DA 'AFFECTIO SOCIETATIS' POSSIBILIDADE DA ADOÇÃO DA MEDIDA DE DISSOLUÇÃO PARCIAL EM ANALOGIA ÀS SOCIEDADES DE PESSOAS PRECEDENTES DOUTRINÁRIOS E JURISPRUDENCIAIS. RECURSO PROVIDO

Atual situação do processo:

O processo encontra-se em fase de liquidação de sentença e apuração de haveres, na qual as partes estão solicitando esclarecimentos adicionais sobre o laudo pericial.

Observações:

A sentença julgou a Ação improcedente reconhecendo que “*pouco importa as diferenças entre os acionistas uma vez que deve ser levada em consideração a natureza jurídica da sociedade. Isto é, a dissolução é própria do tipo de sociedade de pessoa, e porque a empresa foi constituída*

por ações não é possível acolher a pretensão formulada”. Posteriormente, foi dado provimento à apelação reconhecendo a possibilidade dissolução parcial.

7. Caso Lunar S.A.

Processo: Ag nº 1013095 / RJ

Número de registro: 2012/0106094-7

Outros números: 200813700188; 2007.135.15564; 2004.001.138765-4; 0136504-69.2004.8.19.0001

Companhia: Lunar Andaimes S.A.

Acionista retirante: Roberto Pessoa Lazaro

Distribuição: 26/11/2004

Data da sentença: 18/12/2006

Data de julgamento pelo STJ: 12/09/2008

Trânsito em julgado: 23/08/2010

Arquivamento: Não

Teor da decisão: Cabimento de dissolução parcial

Ementa do acórdão do STJ:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS 282 E 356 do STF. SOCIEDADE

ANÔNIMA. DISSOLUÇÃO PARCIAL. POSSIBILIDADE. PRECEDENTES.

1. Às questões federais não enfrentadas pelo Tribunal de origem se aplica o óbice das Súmulas 282 e 356 do STF.

2. Consoante entendimento pacificado desta Corte, é possível a dissolução parcial de sociedade anônima com a retirada dos sócios dissidentes, após a apuração de seus haveres. Precedentes da 2ª Seção.

3. Agravo regimental improvido.

Atual situação do processo:

Desde a homologação do laudo pericial sobre a apuração dos haveres em 04/11/2013, o Acionistas Retirante vem tentando executar os haveres que lhe são devidos sem sucesso.

Observações:

Nenhuma.

8. Caso Simas S.A.

Processo: REsp nº 1325194/RN; EREsp 1325194/RN

Número de registro: 2012/0106094-7

Outros números: 121.08.003718-6/0002; 2010.011711-7; 121.08.003718-6; 0003718-23.2008.8.20.0121

Companhia: Simas Industrial de Alimentos S.A.

Acionista retirante: Espólio de Naelza Gadelha Simas Procópio e Antônio Thiago Gadelha Simas Neto

Distribuição: 12/12/2008

Data da sentença: 18/01/2010

Data de julgamento pelo STJ: 07/04/2014

Trânsito em julgado: 10/02/2015

Arquivamento: Não

Teor da decisão: Cabimento de dissolução parcial

Fundamentação do acórdão do STJ:

Trata-se de recurso especial interposto em face de acórdão unânime do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte que, em ação de dissolução de sociedade proposta por Antônio Thiago Gadelha Simas Neto e outros em desfavor de Simas Industrial de Alimentos S.A. e outros, rejeitou preliminar de falta de interesse processual suscitada pelos ora recorrentes e deu parcial provimento à apelação interposta pelos autores, para reformar em parte a sentença de procedência do pedido. A ementa possui a seguinte redação (fl. 3.052):

DIREITO COMERCIAL. PRELIMINAR DE FALTA DE INTERESSE PROCESSUAL. REJEIÇÃO. MÉRITO. SOCIEDADE COMERCIAL FAMILIAR. DISSOLUÇÃO PARCIAL. RETIRADA DE SÓCIO. IMPOSSIBILIDADE DE O SÓCIO QUE PEDIU PARA SE RETIRAR DA SOCIEDADE NA MESMA PERMANECER. APURAÇÃO DE HAVERES DO SÓCIO DISSIDENTE. FIXAÇÃO DOS CRITÉRIOS TOMANDO POR BASE O VALOR DE MERCADO E A DATA-BASE DOS CÁLCULOS A PARTIR DO AJUIZAMENTO DA AÇÃO. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.

[...]

Como se percebe claramente, não estão satisfeitos os parâmetros para a demonstração da divergência jurisprudencial, primeiro porque os acórdãos desta Corte somente foram transcritos por suas ementas, ao passo que o julgado do TJDFT, apesar de juntado integralmente, nem com ele nem como os demais foi promovido o cotejo analítico, não se tratando, em absoluto, de jurisprudência notória, que se pudesse cogitar da dispensa.

Ainda que fosse possível superar essa deficiência, e não é, verifica-se que o especial sofre o veto do enunciado 283 da Súmula do Supremo Tribunal Federal, pois o fundamento central do acórdão recorrido não foi objeto de impugnação nas razões do recurso, conforme se pode verificar dos seguintes trechos do voto do relator, Des. Aderson Silvino, e, com mais acuidade, do voto vista proferido pelo Desembargador Saraiva Sobrinho (fls. 3.062/3.063 e 3.065/3.066 e 3.070/3.073):

[...]

Em face do exposto, nos termos do art. 557, caput, do CPC, nego seguimento ao recurso especial.

Como consequência, fica prejudicada a Medida Cautelar 21.329/RN, cujo propósito era conferir efeito suspensivo ao presente recurso especial.

Traslade-se cópia desta decisão para aqueles autos, antes do seu arquivamento.

Atual situação do processo:

Desde 2012, os Acionistas Retirantes buscam bens da Companhia para satisfazer o crédito que possuem. Não há informações o suficiente para verificar se houve a satisfação parcial do crédito e em qual medida.

Observações:

Há evidente abuso de recurso por parte da Companhia com o intuito de protelar o pagamento. Após ser negado seguimento ao Recurso Especial, a Companhia interpôs sucessivos recursos, chegando a Agravo Regimental no Recurso Especial no Agravo Regimental nos Embargos de Divergência em Recurso Especial, ou seja, a mesma demanda foi julgada 7 vezes pelo STJ.

9. Caso Audisa S.A.

Processo: AREsp nº 322955/PR

Número de registro: 2013/0093797-3;

Outros números 795829-6; 13700/10; 0013700-19.2010.8.16.0019; 0014081-56.2012.8.16.0019

Companhia: Audisa - Auto Peças Diesel Sabará S/A (CNPJ 80.236.193/0001-13)

Acionista retirante: Espólio de Leonides Degraf

Distribuição: 12/05/2010

Data da sentença: 26/01/2011

Data do julgamento pelo STJ: 23/04/2014

Trânsito em julgado: 29/04/2014

Arquivamento: 29/04/2014

Teor da decisão: Cabimento de dissolução parcial

Ementa do acórdão do TJPR:

DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÕES CÍVEIS. AÇÃO DE DISSOLUÇÃO PARCIAL DE SOCIEDADE ANÔNIMA C/C APURAÇÃO DE HAVES. ACIONISTA QUE DESEJA RETIRAR-SE DA SOCIEDADE. QUEBRA DE AFFECTIO SOCIETATIS. NATUREZA FAMILIAR DA EMPRESA. POSSIBILIDADE JURÍDICA DO PEDIDO. JURISPRUDÊNCIA PACÍFICA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. LEGITIMIDADE PASSIVA DA EMPRESA.

INTERESSE DE AGIR CONFIGURADO. AUSÊNCIA DE PROVAS DE QUE A SAÍDA DO ACIONISTA DISSIDENTE IMPEDIRIA A CONTINUIDADE DAS ATIVIDADES DA EMPRESA. JUROS A PARTIR DA DATA DA SENTENÇA

QUE HOMOLOGAR OS HAVERES. CORREÇÃO MONETÁRIA E DATA DE RETIRADA: DIA DA ASSEMBLÉIA GERAL, EM QUE O ACIONISTA

INFORMOU AOS DEMAIS SOBRE A SUA INTENÇÃO DE DEIXAR A EMPRESA. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA DOS DEMAIS RÉUS. MAJORAÇÃO DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. IMPOSSIBILIDADE. ART. 20, CPC. RECURSOS (1) DESPROVIDO E (2) PARCIALMENTE PROVIDO.

Atual situação do processo:

Em 28/08/2014, as Partes transacionaram no processo nº 0014081-56.2012.8.16.0019 de cumprimento de sentença, pondo fim ao litígio.

Observações:

Nenhuma.

10. Caso Corretora Souza Barros S.A.

Processo: REsp nº 1366156/SP

Número de registro: 2013/0013160-8

Outros números: 583.00.2002.176800; 00002176800-/5; 9067218-19.2005.8.26.0000; 0176800-06.2002.8.26.0100

Companhia: Corretora Souza Barros Câmbio e Títulos S.A.

Acionista retirante: Álvaro de Souza Barros

Distribuição: 05/09/2002

Data da sentença: 22/04/2003

Data de julgamento pelo STJ: 05/02/2015

Trânsito em julgado: 06/04/2015

Arquivamento: 17/08/2015

Teor da decisão: Cabimento de dissolução parcial

Ementa do acórdão do STJ:

RECURSO ESPECIAL - DISSOLUÇÃO PARCIAL DE SOCIEDADE ANÔNIMA DE CAPITAL FECHADO E TOTAL DE HOLDING, COM AS RESPECTIVAS LIQUIDAÇÕES DE HAVERES DO ACIONISTA DESISTENTE - RECURSOS DE APELAÇÃO INTERPOSTOS PELA PARTE AUTORA E PELOS RÉUS - APELO DO AUTOR PLEITEANDO QUE A DATA A SER CONSIDERADA PARA A APURAÇÃO DOS HAVERES SEJA A DE 28/03/2002, QUANDO HOVE A QUEBRA DO ELEMENTO ESSENCIAL QUE MANTINHA O VÍNCULO SOCIETÁRIO (AFFECTIO), PRETENSÃO ESSA DEDUZIDA DESDE A PETIÇÃO INICIAL - CONCORDÂNCIA DOS RÉUS, NO BOJO DAS RAZÕES DE SEU APELO, QUANTO AO PLEITO FORMULADO PELO AUTOR - POSTERIOR PEDIDO DE DESISTÊNCIA DO RECURSO FORMULADO PELO DEMANDANTE - CORTE DE ORIGEM QUE AFASTA A POSSIBILIDADE DE HOMOLOGAÇÃO DA REFERIDA DESISTÊNCIA, AO REPUTAR TER HAVIDO TRANSAÇÃO ENTRE AS PARTES QUANTO AO MARCO TEMPORAL PARA APURAÇÃO

DE HAVERES - RECURSO ESPECIAL NO QUAL O SÓCIO DISSIDENTE ALEGA TER HAVIDO A DESISTÊNCIA TOTAL DA SUA APELAÇÃO, BEM COMO QUE O MARCO TEMPORAL A SER CONSIDERADO PARA A APURAÇÃO DOS HAVERES É 29/02/2012, DATA DO SUPOSTO TRÂNSITO EM JULGADO DA SENTENÇA COINCIDENTE COM O JULGAMENTO PROFERIDO PELO TRIBUNAL – INSURGÊNCIA DO SÓCIO DISSIDENTE - RECURSO ESPECIAL DESPROVIDO

Atual situação do processo:

O processo encontra-se arquivado. Em 06/04/2015, foi homologado o acordo firmado entre as Partes, que abrange a ação de dissolução de sociedade e também as medidas cautelares incidentais ajuizadas diretamente no Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (9053932-03.2007.8.26.0000) e no Superior Tribunal de Justiça (MC 19104/SP).

Observações:

Nenhuma.

11. Caso Mainline S.A.

Processo: TP 471/DF

Número de Registro: 2013/0338963-4

Outros Números: 0017358.10.2013.8.07.0015; 2009.01.1.087508-5; 0073196-19.2009.8.07.0001

Companhia: Mainline Móveis S/A

Acionista retirante: Vivienne Felicia Landwehr, Ida Rosenberg Landwehr, Roberto Landwehr, Friedrich Klinger

Distribuição: 18/06/2009

Data da sentença: 22/03/2012

Data do julgamento pelo STJ: 12/05/2015

Trânsito em julgado: Não

Arquivamento: Não

Teor da decisão: Cabimento de dissolução parcial

Fundamentação do acórdão do STJ:

Trata-se de pedido de tutela provisória de urgência, objetivando atribuir efeito suspensivo ao recurso especial interposto contra acórdão do TJDFT, assim ementado (e-STJ fls. 181/182):

DIREITO PROCESSUAL CIVIL E CIVIL. INÉPCIA DA PETIÇÃO INICIAL. ILEGITIMIDADE PASSIVA. NULIDADE DA SENTENÇA. JULGAMENTO ULTRA PETITA. PRELIMINARES REJEITADAS. PRESCRIÇÃO. PREJUDICIAL AFASTADA. DISSOLUÇÃO PARCIAL DE SOCIEDADE ANÔNIMA. QUEBRA DA

AFFECTIO SOCIETATIS. COMPROVAÇÃO. HONORÁRIOS PERICIAIS. PAGAMENTO PELOS SÓCIOS. PRECEDENTE. SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA E NÃO EQUIVALENTE. CONFIGURAÇÃO. SENTENÇA MANTIDA.

1. Segundo a jurisprudência do egrégio Superior Tribunal de Justiça, é juridicamente possível o pedido de dissolução parcial de sociedade anônima de capital fechado em que prepondera a affectio societatis.
 2. A determinação de pagamento dos haveres e a fixação de seu termo inicial não implicam julgamento ultra petita, por serem consequência lógica da respectiva apuração na segunda fase da dissolução parcial da sociedade anônima.
 3. Os sócios podem suportar prejuízos, ainda que indiretos, dos atos praticados pelos administradores que tenham motivado o acolhimento do pedido de dissolução parcial da sociedade anônima, razão pela qual possuem legitimidade passiva no processo dissolutório.
 4. Afasta-se a prejudicial de prescrição, se ajuizada a ação de dissolução parcial da sociedade anônima antes de esgotados os três (3) anos fixados pelo art. 287, inciso II, “g”, da Lei nº 6.404/76.
 5. Comprovada a quebra da affectio societatis, oriunda do abuso da administração da pessoa jurídica, acolhe-se o pedido de dissolução parcial, determinando-se a liquidação das ações dos sócios retirantes mediante perícia contábil.
 6. Na dissolução parcial da sociedade, é interesse de todos os sócios a correta apuração dos haveres, razão pela qual devem arcar com os honorários do perito proporcionalmente às sua participação acionária. Precedente deste colendo Tribunal.
 7. Constatada sucumbência dos réus em maior proporção, correta a aplicação do art. 21, caput, do CPC.
 8. Recursos improvidos.
- [...]
- Para concessão do efeito suspensivo ao recurso especial, exige-se a demonstração cumulativa da plausibilidade do direito invocado e do risco de dano irreparável.
- Os argumentos apresentados pela requerente para demonstrar a presença do fumus boni iuris, em uma primeira análise, não subsistem.

Atual situação do processo:

O processo encontra-se em fase de Apelação autuado sob nº 0073196-19.2009.8.07.0001. Simultaneamente, encontra-se em trâmite o cumprimento provisório de sentença, no qual os Exequentes (acionistas retirantes) buscam a constrição de valores da companhia, conforme petição datada de 13/05/2020. Destaca-se que, em 12 de agosto de 2015, o Juízo julgou líquido e homologou os haveres devidos aos Exequentes, favorecidos na quantia de R\$ 5.987.635,90, que atualizados à época perfaziam a quantia de R\$ 11.622.355,94. Pelo o que consta dos autos do cumprimento provisório de sentença, em 19 de julho de 2019, os Exequentes buscavam a satisfação de um crédito de R\$ 11.439.190,79 (onze milhões, quatrocentos e trinta e nove mil, cento e noventa reais e setenta e nove centavos).

Observações:

Nenhuma.

12. Caso Arpal S.A.

Processo: REsp 1536908/RS

Número de Registro: 2014/0289393-5

Outros números: 70063364095; 0037048-50.2015.8.16.0000; 0021787-56.2015.8.21.7000; 0006497-74.2012.8.21.0058

Companhia: ARPAL Participações S.A.

Acionista retirante: JCP Participações Ltda

Distribuição: 14/12/2012

Data da sentença: 27/10/2015

Data do julgamento pelo STJ: 22/05/2015

Trânsito em julgado: 10/12/2018

Arquivamento: Não

Teor da decisão: Cabimento de dissolução parcial

Ementa do Acórdão do STJ:

Em face das circunstâncias que envolvem a controvérsia e para melhor exame do objeto dos recursos, com fundamento no artigo 34, inciso VII, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, DOU PROVIMENTO ao agravo para determinar sua conversão em recurso especial, sem prejuízo de novo exame acerca do cabimento, a ser realizado no momento processual oportuno.

[...]

1. Cuida-se de recurso especial interposto por ARPAL PARTICIPAÇÕES S.A. contra acórdão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL.
2. Por petição de fl. 1037, a parte recorrente requer a desistência do recurso.
3. Diante do exposto, homologo, para que produza seus efeitos legais, o pedido de desistência do recurso especial, declarando a extinção do procedimento recursal, nos termos dos artigos 998 do CPC/15 e 34, IX, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça - RISTJ.

Atual situação do processo:

Trata-se de cinco processos físicos conexos que englobam a dissolução parcial da sociedade. O processo de dissolução de sociedade (Themis 058/1.12.0000391-0 e CNJ 0000034-33.1992.8.16.0131) encontra-se suspenso até a prolação de decisão final junto aos autos de liquidação de sentença nº 058/1.16.0000644-5. Por sua vez, o processo de liquidação de sentença encontra-se em meio a perícia para a apuração dos haveres “com base no critério de custo” e “sem a avaliação das empresas controladas”.

Observações:

Nenhuma.

13. Caso BioFill S.A.

Processo: REsp 1321263/PR

Número de Registro: 2012/0062485-4

Outros números: 0000369-73.2000.8.16.0001

Companhia: BioFill Produtos Biotecnológicos S/A e outros

Acionista retirante: Marco Antonio de Abreu Abilhoa

Distribuição: 04/10/2000

Data da sentença: 17/03/2006

Data do julgamento pelo STJ: 06/12/2016

Trânsito em julgado: 20/09/2018

Arquivamento: Não

Teor da decisão: Cabimento de dissolução parcial

Ementa do acórdão do STJ:

CIVIL. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO CONDENATÓRIA. DISSOLUÇÃO PARCIAL DE SOCIEDADE ANÔNIMA COM APURAÇÃO DE HAVERES. (1) RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO CPC/73. (2) DISSOLUÇÃO PARCIAL DE SOCIEDADE ANÔNIMA. POSSIBILIDADE. INEXISTÊNCIA DE LUCROS E NÃO DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS HÁ VÁRIOS ANOS. (3) PRINCÍPIO DA PRESERVAÇÃO DA EMPRESA. APLICABILIDADE. (4) CERCEAMENTO DE DEFESA. FALTA DE INSTRUÇÃO PROBATÓRIA. SÚMULA Nº 83 DO STJ. (5) AUSÊNCIA DE MANIFESTAÇÃO SOBRE DOCUMENTO NOVO. SÚMULA Nº 83 DO STJ. (6) OCORRÊNCIA DE COISA JULGADA QUANTO AO PERCENTUAL DE JUROS DE MORA. SÚMULA Nº 83 DO STJ. (7) NULIDADE DE CITAÇÃO POR EDITAL DE EMPRESA ESTRANGEIRA NÃO CONFIGURADA. DEVER DE MANTER REPRESENTANTE COM PODERES PARA RECEBER CITAÇÃO NO PAÍS. INTELIGÊNCIA DO ART. 119 DA LEI Nº 6.406/76. (8) JUROS DE MORA. TERMO A QUO. PRAZO NONAGESIMAL PARA PAGAMENTO. PROCEDÊNCIA NA EXTENSÃO DO PEDIDO PARA EVITAR JULGAMENTO "ULTRA PETITA". (9) RECURSO ESPECIAL PARCIALMENTE PROVIDO.

Atual situação do processo:

O processo de encontra-se em fase de cumprimento de sentença, aguardando decisão sobre os critérios de aplicação da taxa SELIC aos autos.

Observações:

Nenhuma.

14. Caso Santa Rita S.A.

Processo: AREsp nº 1027766 / SP

Número de Registro: 2016/0321139-0

Nº único: 1007338-04.2014.8.26.0071

Companhia: Santa Rita S/A Agropecuária e Serviços

Acionista retirante: Jair Osvaldo Daré

Distribuição: 05/05/2014

Data da sentença: 03/02/2015

Data do julgamento pelo STJ: 02/02/2017

Trânsito em julgado: 24/02/2017

Arquivamento: 03/07/2019

Teor da decisão: Cabimento de dissolução parcial

Ementa do acórdão do STJ:

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EMPRESARIAL. PROCESSUAL CIVIL. SOCIEDADE COMERCIAL. DISSOLUÇÃO PARCIAL C/C APURAÇÃO DE HAVERES. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 211/STJ. MATÉRIA CONSTITUCIONAL. SÚMULA 126/STJ. QUEBRA DE AFFECTIO SOCIETATIS. REEXAME DE PROVA. SÚMULA 7/STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL PREJUDICADO. AGRAVO CONHECIDO PARA NÃO CONHECER DO RECURSO ESPECIAL.

Atual situação do processo:

Em agosto de 2018, a Companhia depositou em Juízo o valor referente aos haveres devido ao Acionistas Retirantes, equivalente à 41% da Companhia, conforme valor apontado pelo Assistente Técnico da Companhia. Posteriormente, em razão da homologação do laudo pericial, a Companhia procedeu com o um novo depósito judicial, em abril de 2019, complementando o valor devido ao Acionistas Retirantes. Tendo sido pago a totalidade dos haveres apurado, o processo foi arquivado em 03 de julho de 2019.

Observações:

A sentença julgou a ação improcedentes por entender que “A empresa ré é sociedade anônima. Foi constituída dessa forma por seus sócios e, por isso, se presume que desde o início, por tal ou qual razão, preferiram e decidiram se sujeitar ao regime jurídico próprio das sociedades anônimas. Como se sabe, nesse regime jurídico próprio privilegia-se o capital em detrimento das pessoas que compõem a sociedade, ainda que se trate de companhia fechada, na qual as ações não sejam negociáveis no mercado mobiliário”. Posteriormente, a apelação foi provida e sentença reformada admitindo a dissolução parcial, citando como precedentes o Caso Cocelpa e o Caso Kirchner. Por fim, o Recurso Especial não foi admitido, mantendo a decisão fixado pelo Tribunal de Justiça de São Paulo.

15. Caso Sultepa Participações S.A.

Processo: EREsp 1.400.264/RS

Número de Registro: 2013/0284036-0

Outros números: 1.08.0266840-6; 2668401-28.2008.8.21.0001; 0511733-76.2012.8.21.7000

Companhia: SULTEPA Participações S/A

Acionista retirante: Cláudio Neuhaus Rocha

Distribuição: 03/10/2008

Data da sentença: 29/09/2009

Data do julgamento pelo STJ: 30/10/2017

Trânsito em julgado: 28/08/2018

Arquivamento: Não

Teor da decisão: Cabimento de dissolução parcial

Ementa do acórdão do STJ:

EMPRESARIAL E PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE DISSOLUÇÃO PARCIAL DE SOCIEDADE ANÔNIMA FECHADA C/CAPURAÇÃO DE HAVERES. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE. NÃO OCORRÊNCIA. VIOLAÇÃO DOS ARTS. 165 E 458, II, DO CPC. INOCORRÊNCIA. LITISCONSÓRCIO PASSIVO NECESSÁRIO. INEXISTENTE. JULGAMENTO EXTRA PETITA. PRINCÍPIO DA CORRELAÇÃO. OBSERVADO. SOCIEDADE LIMITADA TRANSFORMADA EM SOCIEDADE ANÔNIMA. QUEBRA DA AFFECTIO SOCIETATIS. ELEMENTOS CONCRETOS.

1. Ação ajuizada em 08/10/2008. Recursos especiais interpostos em 07/11/2012 e 22/11/2012, ambos atribuídos ao gabinete em 26/08/2016. Julgamento: CPC/73.

2. O propósito recursal consiste em decidir: i) acerca da negativa de prestação jurisdicional pelo Tribunal de origem; ii) se há litisconsórcio passivo necessário entre todos os sócios e a companhia em ação de dissolução parcial; iii) se há julgamento extra petita, ante a adoção de causa de pedir diversa da veiculada na petição inicial; iv) se é lícita a dissolução parcial de sociedade anônima fechada, com base na quebra da affectio societatis.

3. Devidamente analisadas e discutidas as questões de mérito, e fundamentado corretamente o acórdão recorrido, de modo a esgotar a prestação jurisdicional, não há que se falar em violação dos arts. 165 e 458, II, 535, do CPC/73. 4. A legitimidade passiva ad causam em ação de dissolução parcial de sociedade anônima fechada é da própria companhia, não havendo litisconsórcio necessário com todos os acionistas.

5. Não há julgamento extra petita quando o julgador interpreta o pedido formulado na petição inicial de forma lógico-sistemática, a partir da análise de todo o seu conteúdo.

6. A jurisprudência do STJ reconheceu a possibilidade jurídica da dissolução parcial de sociedade anônima fechada, em que prepondere o liame subjetivo entre os sócios, ao fundamento de quebra da affectio societatis.

7. Recursos especiais conhecidos e não providos.

Atual situação do processo:

O processo encontra-se arquivado e sujeito a apuração dos haveres, entretanto não foi localizado o processo de cumprimento de sentença.

Observações:

O STJ esclareceu que o elemento familiar não é necessário desde que “persiste a notória preponderância do intuito personae.”

16. Caso Casa de Saúde Bom Jesus S.A.

Processo: AREsp nº 763149/PE

Número de registro: 219701-5/00

Outros números: 0066334-57.1998.8.17.0480

Companhia: Casa de Saúde Bom Jesus S/A

Acionista retirante: Maria Carmem Valadares Mizrahi; Olimpia Barreto Barbosa; Oscar Barreto Filho; Ricardo Barreto Monteiro dos Santos; Cecilia Barreto Monteiro dos Santos; Lucila Barreto Monteiro dos Santos; Saulo Barreto Monteiro dos Santos; Monica Arruda Barreto; Fernanda Arruda Barreto

Distribuição: 1998

Data da sentença: 17/04/2009

Data do julgamento pelo STJ: 21/11/2017

Trânsito em julgado: 14/12/2017

Arquivamento: Sim

Teor da decisão: Não cabimento de dissolução parcial

Ementa do acórdão do TJPE:

EMPRESARIAL. SOCIETÁRIO. SOCIEDADE ANÔNIMA. DISSOLUÇÃO PARCIAL. QUEBRA DA AFFECTIO SOCIETATIS. PRINCÍPIO DA PRESERVAÇÃO DA EMPRESA. APELO PROVIDO. ARRENDAMENTO DA SOCIEDADE. DESVIO DE FINALIDADE. DETERMINAÇÃO TOMADA EM ASSEMBLÉIA. MELHOR INTERESSE DA SOCIEDADE. APELAÇÃO ADESIVA IMPROVIDA.

Fundamentação do acórdão:

2. No caso, a controvérsia cinge-se à análise da natureza jurídica da sociedade e da possibilidade de sua dissolução tomando por base a quebra da affectio societatis.

O Tribunal de origem, em consonância com o entendimento desta Corte, decidiu pela impossibilidade de dissolução, dado o caráter personalista da sociedade. Ponderou que, a dissolução parcial somente pode ser admitida se, após serem avaliados os aspectos estatutários e contratuais, restarem comprovados que esta foi concebida e ostenta a feição personalista, e somente neste caso poderá a quebra da affectio societatis,

ser considerada razão suficiente para a dissolução. Hipótese inexistente na sociedade analisada.

Assim decidiu:

No caso em tela, verifico no estatuto social que o objeto da sociedade apelada é a "exploração industrial de servidões hospitalares e conexos" (fls. 35 verso da medida cautelar).

Ora, o arrendamento foi celebrado com o Instituto de Medicina e Cirurgia-de Caruaru que desenvolve a mesma atividade, qual seja, a exploração industrial de servidões hospitalares, portanto, não há qualquer alteração do objeto social.

Demais disso, verifica-se que o contrato de arrendamento foi autorizado pela assembléia geral extraordinária realizada em 30 de setembro de 1988, observando, os preceitos legais e estatutários.

Ao compulsar o referido ato, não enxergo nele qualquer irregularidade capaz de ensejar a sua nulidade, visto que foi precedida de edital, observando as formalidades requeridas na Lei das S/A. Importa ressaltar que os próprios apelantes não apontam qualquer vício formal no ato, apenas insurgem-se contra a decisão tomada na assembléia pela maioria dos sócios com direito a voto, ou seja, sua insatisfação é no tocante à falta de poder deliberativo das ações que

possuem.

Essa é a sistemática das sociedades anônimas. A sua natureza é estritamente capitalista, sendo, portanto, inafastável pela simples vontade dos contratantes. Não há o caráter personalista, pois os acionistas estão vinculados a um regime próprio com regras definidas no estatuto e na lei específica. Em outras palavras, o interesse da companhia está sempre acima do interesse particular dos acionistas.

Verifica-se que os recorrentes não impugnaram o fundamento do acórdão recorrido relativo à ausência do caráter personalista da sociedade afirmado no recurso especial e na possibilidade da quebra da affectio societatis ser causa bastante a justificar a dissolução.

Desse modo, percebe-se, em juízo de admissibilidade, frise-se, que o recurso carece da necessária dialeticidade, o que atrairá a incidência, por analogia, do óbice da Súmula 283 da Corte Suprema, que consigna ser inadmissível o recurso extraordinário, quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles.

Atual situação do processo:

O processo de cumprimento de sentença tramita sob o nº 0004253-51.2019.8.17.2480 perante à 3ª Vara Cível da Comarca de Caruaru no que toca os honorários advocatícios. O processo principal foi arquivado.

Observações:

Nenhuma.

17. Caso Irmãos Luchini S.A.

Processo: REsp nº 1507525/SP e REsp nº 1740563/SP

Número de registro: 2015/0002411-3

Outros números: 2040069-89.2013.8.26.0000; 4000745-38.2012.8.26.0309

Companhia: Irmãos Luchini S.A. Comercial Auto Peças

Acionista retirante: Fabiola Modenesi Luchini

Distribuição: 06/11/2012

Data da sentença: 11/06/2015

Data de julgamento pelo STJ: 02/05/2018

Trânsito em julgado: 16/04/2019

Arquivamento: Não

Teor da decisão: Cabimento de dissolução parcial

Ementa do acórdão do TJSP:

SOCIEDADE COMERCIAL. Dissolução parcial de sociedade anônima cc apuração de haveres. S/A de capital fechado. Cunho familiar. Quebra de affectio societatis possibilitando a dissolução

parcial da sociedade. Mantido o afastamento da preliminar de impossibilidade jurídica do pedido Admissibilidade, também, da cumulação de pedidos feitos na inicial, com a apuração dos haveres e dos dividendos correspondentes às ações da autora por meio de perícia a ser realizada na fase de execução de sentença.

DIVIDENDOS. Autora acionista. Direito de receber dividendos. Previsão no estatuto social. Artigo 109 da Lei 6424/76 [Nem o estatuto social nem a assembléia-geral poderão privar o acionista dos direitos de: I - participar dos lucros sociais]. Ações ordinárias. Conferem a todos os acionistas os direitos comuns, não podendo estabelecer restrições nem vantagens especiais.

Portanto, mesmo a autora não tendo comparecido às Assembleias realizadas, ela fazia jus aos dividendos na proporção de suas quotas.

PRO LABORE. Só é devido ao acionista que real e efetivamente exerça atividade na empresa. Não é o caso da autora. Reforma parcial da sentença. A Lei não prevê o pro labore como um direito essencial dos acionistas.

MODO DE APURAÇÃO DE HAVERES E DOS DIVIDENDOS. Realização com base no valor real da sociedade (artigo 1031 do Código Civil, por analogia), mediante perícia. Precedentes citados. Valores que deverão ser apurados em liquidação de sentença de forma ampla e atualizada. Os haveres são apurados como se de dissolução total se tratasse. Afastada a valoração das ações em regime de leilão. Vedação do enriquecimento ilícito.

JUROS DE MORA. Aplica-se a súmula 163 do STF ["salvo contra a Fazenda Pública, sendo a obrigação ilíquida, contam-se os juros moratórios desde a citação inicial para a ação"]. Precedentes do STJ nesse sentido. Na ação de apuração de haveres resultante de dissolução parcial da sociedade, os juros incidentes sobre o montante da condenação fluem a partir da citação inicial. Correção monetária incide a partir do arbitramento (data base em que será realizada a perícia).

HONORÁRIOS. Mantidos os fixados na sentença.

Atual situação do processo:

Há acordo entre as Partes sobre a dissolução parcial e saída da Acionista Retirante no Recurso Especial, o processo de origem aguarda diligências finais para o arquivamento.

Observações:

Há um primeiro Recurso Especial em relação a preliminar de ilegitimidade e um segundo em relação ao mérito com a homologação do acordo.

18. Caso Lauro S.A.

Processo: Ag nº 1539920/RS

Número de registro: 2019/0201891-1

Outros números: 0010477-74.2011.8.21.0022; 5008662-73.2019.8.21.0022

Companhia: Lauro Oliveira S.A. Administração e Comércio

Acionista retirante: Jose Franklin de Mello Xavier; Glessy de Oliveira Xavier; Gabriel de Oliveira Xavier; Mônica de Oliveira Xavier e Angela de Oliveira Xavier Correa da Silva

Distribuição: 05/04/2011

Data da sentença: 05/02/2018

Data de julgamento pelo STJ: 18/05/2020

Trânsito em julgado: 09/10/2020

Arquivamento: Não

Teor da decisão: Cabimento de dissolução parcial

Ementa do acórdão do STJ:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DECISÃO DA PRESIDÊNCIA. RECONSIDERAÇÃO. AÇÃO DE DISSOLUÇÃO PARCIAL DE SOCIEDADE. PROCESSUAL CIVIL E SOCIETÁRIO. TRIBUNAL LOCAL CONCLUIU PELA LEGITIMIDADE DOS SÓCIOS DISSIDENTES PARA PROMOVER A AÇÃO. REEXAME FÁTICO E PROBATÓRIO DOS AUTOS. SÚMULA 7/STJ. ALEGAÇÃO DE OFENSA A DISPOSITIVO DISSOCIADO DA TESE RECURSAL. SÚMULA 284/STF. SOCIEDADE ANÔNIMA DE CUNHO FAMILIAR. DISSOLUÇÃO DA SOCIEDADE POR QUEBRA DA AFFECTIO SOCIETATIS E DA CONFIANÇA ENTRE OS SÓCIOS. POSSIBILIDADE. SÚMULA 83/STJ. AGRAVO INTERNO PROVIDO PARA CONHECER DO AGRAVO E NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO ESPECIAL.

1. Agravo interno contra decisão da Presidência que conheceu do agravo para não conhecer do recurso especial, devido à ausência de impugnação específica dos óbices contidos na decisão de admissibilidade do recurso especial. Reconsideração.

2. O Tribunal a quo, analisando o acervo fático-probatório carreado aos autos, concluiu que os sócios retirantes possuem legitimidade para propositura da ação, pois possuem mais de 5% do capital social. A modificação do referido entendimento demandaria o reexame de provas.

3. Incide a Súmula 284/STF quando o recurso apresenta violação a dispositivo legal dissociado da tese recursal.

4. "A jurisprudência do STJ reconheceu a possibilidade jurídica da dissolução parcial de sociedade anônima fechada, em que prepondere o liame subjetivo entre os sócios, ao fundamento de quebra da affectio societatis" (REsp 1.400.264/RS, Rel. Ministra Nancy Andrigli, Terceira Turma, julgado em 24/10/2017, DJe de 30/10/2017).

5. Agravo interno provido para conhecer do agravo e negar provimento ao recurso especial.

Atual situação do processo:

O processo encontra-se em fase de cumprimento de sentença, aguardando digitalização pelo Poder Judiciário. Entretanto, por tratar-se de processo físico, não foi possível visualizar o trâmite do cumprimento de sentença.

Observações:

Nenhuma.

Anexo 3 - Tabela de Processos do TJSP por Incidência de Palavras-Chave

Nº do Processo no TJSP	Sociedade Anônima	Parcial	6404	Soma
1004882-52.2018.8.26.0100	65	102	10	177
1137641-48.2016.8.26.0100	89	52	8	149
4000745-38.2012.8.26.0309	87	47	4	138
1075839-54.2013.8.26.0100	95	6	33	134
9121892-83.2001.8.26.0000	85	40	3	128
9121892-83.2001.8.26.0000	85	40	3	128
0005017-51.2012.8.26.0663	65	57	1	123
1043922-46.2015.8.26.0100	71	45	6	122
2065937-30.2017.8.26.0000	82	13	16	111
0051688-73.2010.8.26.0576	73	32	6	111
0307569-67.2009.8.26.0000	89	19	2	110
2249073-30.2017.8.26.0000	62	47	1	110
0359238-62.2009.8.26.0000	84	20	1	105
0120735-24.2007.8.26.0000	76	18	10	104
0014974-33.2009.8.26.0000	81	21	2	104
9018088-21.2009.8.26.0000	83	19	2	104
9020251-71.2009.8.26.0000	85	16	2	103
9034902-11.2009.8.26.0000	82	19	1	102
0135819-65.2007.8.26.0000	80	20	1	101
0361135-28.2009.8.26.0000	81	17	2	100
0205022-66.2011.8.26.0100	59	40	1	100
2040069-89.2013.8.26.0000	64	30	2	96
0027399-29.2011.8.26.0451	65	24	6	95
0003579-80.2011.8.26.0224	59	30	4	93
0000863-65.1998.8.26.0247	55	35	2	92
0116595-93.2011.8.26.0100	46	44	1	91
2092052-20.2019.8.26.0000	72	12	6	90
9167807-48.2007.8.26.0000	59	26	4	89
0003578-95.2011.8.26.0224	60	22	2	84
0086868-45.2004.8.26.0000	41	36	5	82
1002958-65.2017.8.26.0318	42	37	2	81
2046823-13.2014.8.26.0000	48	30	2	80
1006423-56.2017.8.26.0068	70	8	1	79
8077465200	58	19	1	78
0023260-60.2009.8.26.0562	41	35	1	77
2089188-77.2017.8.26.0000	53	19	1	73
0171844-43.2008.8.26.0000	55	15	1	71
0082567-52.2010.8.26.0224	52	16	2	70
0177003-64.2008.8.26.0000	53	15	1	69
0067196-12.2008.8.26.0000	53	15	1	69

0035538-38.2006.8.26.0000	26	33	10	69
9112064-53.2007.8.26.0000	54	13	1	68
0086868-45.2004.8.26.0000	32	34	2	68
0094125-92.2002.8.26.0000	53	13	1	67
0003464-43.2011.8.26.0003	34	32	1	67
9056697-10.2008.8.26.0000	53	12	1	66
0311641-97.2009.8.26.0000	50	14	1	65
1039714-82.2016.8.26.0100	51	10	3	64
0003421-27.2010.8.26.0073	24	36	1	61
9067218-19.2005.8.26.0000	35	25	1	61
9178785-26.2003.8.26.0000	30	29	1	60
0032151-10.2009.8.26.0000	28	31	1	60
0149387-08.2008.8.26.0100	57	2	1	60
0240465-87.2011.8.26.0000	46	10	2	58
2038991-21.2017.8.26.0000	45	11	1	57
0130272-10.2008.8.26.0000	31	23	1	55
0022489-41.2004.8.26.0309	47	6	1	54
1001411-72.2016.8.26.0011	42	9	1	52
2111957-16.2016.8.26.0000	31	13	7	51
0601673-73.2000.8.26.0100	18	31	1	50
2141409-37.2017.8.26.0000	35	10	4	49
2209507-40.2018.8.26.0000	23	24	2	49
0118878-06.2008.8.26.0000	35	12	1	48
0120844-92.2008.8.26.0100	31	16	1	48
2149090-24.2018.8.26.0000	33	14	1	48
0129652-81.2011.8.26.0100	33	9	4	46
1043922-46.2015.8.26.0100	23	20	2	45
9161816-57.2008.8.26.0000	18	23	1	42
0095732-38.2005.8.26.0000	21	18	3	42
2021256-14.2013.8.26.0000	18	22	2	42
0026605-62.2008.8.26.0564	21	14	7	42
2141403-98.2015.8.26.0000	32	9	1	42
0170309-06.2013.8.26.0000	20	19	2	41
2223243-28.2018.8.26.0000	26	13	1	40
1034489-81.2016.8.26.0100	26	13	1	40
0373395-06.2010.8.26.0000	24	14	1	39
9124256-81.2008.8.26.0000	32	4	3	39
0006389-31.2010.8.26.0299	21	17	1	39
1010393-45.2016.8.26.0506	29	5	5	39
0023816-98.2001.8.26.0576	18	19	1	38
0251697-62.2012.8.26.0000	31	2	5	38
2008228-76.2013.8.26.0000	31	2	5	38
1021367-06.2013.8.26.0100	23	13	2	38
1003589-80.2017.8.26.0650	21	11	6	38
9160152-88.2008.8.26.0000	30	6	1	37

0035267-72.2019.8.26.0000	33	3	1	37
9184077-21.2005.8.26.0000	22	12	2	36
0359864-81.2009.8.26.0000	24	11	1	36
9146857-81.2008.8.26.0000	19	16	1	36
0003325-30.2008.8.26.0510	22	13	1	36
2207220-46.2014.8.26.0000	26	9	1	36
2248940-51.2018.8.26.0000	31	4	1	36
9032043-22.2009.8.26.0000	24	10	1	35
9041821-50.2008.8.26.0000	24	10	1	35
0176934-32.2008.8.26.0000	23	11	1	35
0167051-61.2008.8.26.0000	23	11	1	35
0000950-68.2000.8.26.0629	23	8	4	35
1012328-59.2014.8.26.0161	24	5	6	35
2196187-83.2019.8.26.0000	15	18	2	35
0133231-51.2008.8.26.0000	18	12	3	33
9000009-13.2011.8.26.0068	23	9	1	33
2161288-98.2015.8.26.0000	26	6	1	33
0346148-84.2009.8.26.0000	18	12	1	31
0000324-57.2012.8.26.0361	17	13	1	31
0016578-75.2009.8.26.0114	12	18	1	31
1013212-82.2016.8.26.0011	24	6	1	31
0030328-49.2019.8.26.0000	19	11	1	31
0026605-62.2008.8.26.0564	18	9	3	30
2234697-10.2015.8.26.0000	13	16	1	30
0132022-09.2006.8.26.0100	14	15	1	30
2241817-02.2018.8.26.0000	26	2	2	30
2241876-87.2018.8.26.0000	26	2	2	30
0015541-45.2009.8.26.0362	13	13	4	30
9189649-50.2008.8.26.0000	8	20	1	29
1246258006	24	4	1	29
0367868-10.2009.8.26.0000	21	7	1	29
0000541-63.2010.8.26.0299	12	11	6	29
2064634-15.2016.8.26.0000	16	12	1	29
1007487-43.2013.8.26.0068	16	12	1	29
0359281-96.2009.8.26.0000	20	7	1	28
0046023-87.2012.8.26.0000	17	6	5	28
2231196-82.2014.8.26.0000	13	14	1	28
2203942-66.2016.8.26.0000	20	6	2	28
9194746-41.2002.8.26.0000	11	14	2	27
0171506-69.2008.8.26.0000	20	6	1	27
0217635-30.2011.8.26.0000	21	2	4	27
0280024-51.2011.8.26.0000	18	4	5	27
9000022-86.2006.8.26.0100	14	12	1	27
0000949-20.2012.8.26.0320	13	13	1	27
0007054-19.2012.8.26.0318	12	14	1	27

0014698-02.2009.8.26.0000	21	4	1	26
9180722-71.2003.8.26.0000	7	16	3	26
0001759-75.2008.8.26.0080	20	4	2	26
2039039-72.2020.8.26.0000	12	10	4	26
0164885-80.2013.8.26.0000	10	14	1	25
2254029-60.2015.8.26.0000	11	13	1	25
2007497-70.2019.8.26.0000	13	10	2	25
0338760-33.2009.8.26.0000	16	6	2	24
0178788-62.2002.8.26.0100	8	15	1	24
1002081-31.2017.8.26.0123	15	8	1	24
1004882-52.2018.8.26.0100	8	13	3	24
0094781-97.2012.8.26.0000	11	11	1	23
2030580-28.2013.8.26.0000	12	10	1	23
0004738-36.2010.8.26.0081	13	9	1	23
1013212-82.2016.8.26.0011	19	3	1	23
9042227-71.2008.8.26.0000	17	4	1	22
0094780-15.2012.8.26.0000	10	11	1	22
0173998-25.2008.8.26.0100	11	10	1	22
1019201-11.2014.8.26.0053	7	14	1	22
0002398-30.2009.8.26.0510	17	4	1	22
0068065-76.2002.8.26.0002	15	6	1	22
1002745-49.2015.8.26.0053	8	13	1	22
0009250-12.2014.8.26.0602	7	14	1	22
2023490-61.2016.8.26.0000	15	6	1	22
2152019-98.2016.8.26.0000	15	6	1	22
0010189-55.2005.8.26.0198	10	11	1	22
0038128-24.2012.8.26.0114	13	6	2	21
2200470-91.2015.8.26.0000	12	8	1	21
1009932-25.2018.8.26.0564	10	10	1	21
1051634-68.2014.8.26.0053	7	13	1	21
0198038-80.2008.8.26.0000	9	9	2	20
0009883-95.2008.8.26.0161	7	12	1	20
0082567-52.2010.8.26.0224	10	8	2	20
2088486-39.2014.8.26.0000	9	10	1	20
2125698-94.2014.8.26.0000	9	10	1	20
0010814-31.2011.8.26.0602	11	8	1	20
0018320-75.1999.8.26.0506	14	2	4	20
2106128-88.2015.8.26.0000	12	7	1	20
1019226-24.2014.8.26.0053	8	11	1	20
1053882-07.2014.8.26.0053	8	11	1	20
0002880-26.2012.8.26.0363	10	9	1	20
2083216-29.2017.8.26.0000	8	11	1	20
2095516-52.2019.8.26.0000	9	10	1	20
1027721-57.2014.8.26.0053	7	11	1	19
0001837-52.2014.8.26.0244	11	7	1	19

2121500-43.2016.8.26.0000	14	2	3	19
0002021-05.2012.8.26.0300	15	3	1	19
0008601-80.2012.8.26.0161	8	10	1	19
1114491-72.2015.8.26.0100	12	5	2	19
2209507-40.2018.8.26.0000	9	9	1	19
9130800-27.2004.8.26.0000	14	3	1	18
0026023-81.2012.8.26.0577	7	10	1	18
2040131-32.2013.8.26.0000	9	6	3	18
2023280-44.2015.8.26.0000	11	6	1	18
1003836-77.2015.8.26.0053	7	10	1	18
2104377-66.2015.8.26.0000	8	9	1	18
2095078-94.2017.8.26.0000	9	8	1	18
2010328-28.2018.8.26.0000	12	3	3	18
2217992-29.2018.8.26.0000	7	10	1	18
1124070-78.2014.8.26.0100	10	7	1	18
0130366-16.2012.8.26.0000	8	8	1	17
0082568-37.2010.8.26.0224	8	8	1	17
1042196-18.2014.8.26.0053	7	9	1	17
0009057-54.2008.8.26.0554	8	8	1	17
0020202-08.2017.8.26.0000	7	9	1	17
1097374-68.2015.8.26.0100	9	7	1	17
0028169-47.2012.8.26.0302	8	8	1	17
0070847-47.2011.8.26.0000	12	3	1	16
0031987-68.2011.8.26.0196	13	2	1	16
0063231-50.2013.8.26.0000	10	5	1	16
0018497-15.2012.8.26.0011	8	7	1	16
0127663-40.2011.8.26.0100	11	3	2	16
1035125-62.2014.8.26.0053	7	8	1	16
0117809-61.2007.8.26.0100	13	2	1	16
0010791-60.2008.8.26.0127	9	6	1	16
0016847-41.2010.8.26.0127	9	6	1	16
2209461-22.2016.8.26.0000	13	2	1	16
0030175-88.2011.8.26.0196	9	6	1	16
0015206-36.2001.8.26.0223	9	6	1	16
0022734-52.2017.8.26.0000	9	6	1	16
1071016-32.2016.8.26.0100	10	4	2	16
2189519-33.2018.8.26.0000	8	5	3	16
1109461-22.2016.8.26.0100	8	6	2	16
0012733-03.2020.8.26.0000	7	8	1	16
9079370-07.2002.8.26.0000	10	2	3	15
0043710-56.2012.8.26.0000	10	4	1	15
0218357-30.2012.8.26.0000	9	5	1	15
0110708-69.2013.8.26.0000	6	8	1	15
0102782-37.2013.8.26.0000	6	8	1	15
0154746-69.2013.8.26.0000	6	8	1	15

0425207-39.2009.8.26.0577	11	2	2	15
2071939-84.2015.8.26.0000	6	8	1	15
2151592-38.2015.8.26.0000	7	5	3	15
0163187-98.2011.8.26.0100	8	6	1	15
2051627-53.2016.8.26.0000	9	5	1	15
0000293-02.2012.8.26.0114	8	6	1	15
0044039-36.2009.8.26.0562	10	4	1	15
1002377-11.2017.8.26.0428	6	8	1	15
0136416-88.2008.8.26.0100	7	6	2	15
0006884-56.2010.8.26.0176	8	5	1	14
0077210-79.2013.8.26.0000	7	6	1	14
2215340-78.2014.8.26.0000	9	4	1	14
1029013-05.2014.8.26.0562	7	6	1	14
2154907-69.2018.8.26.0000	6	7	1	14
2041401-91.2013.8.26.0000	8	3	2	13
0118767-13.2008.8.26.0100	8	4	1	13
2204072-90.2015.8.26.0000	8	4	1	13
0009771-75.2018.8.26.0000	9	3	1	13
1066001-82.2016.8.26.0100	9	3	1	13
1000540-17.2018.8.26.0320	8	4	1	13
1014966-67.2018.8.26.0309	6	6	1	13
1009834-14.2019.8.26.0529	5	7	1	13
1005430-75.2019.8.26.0348	7	5	1	13
1024271-94.2016.8.26.0002	6	6	1	13
2191139-12.2020.8.26.0000	6	2	5	13
0011962-26.2009.8.26.0286	6	4	2	12
9113728-27.2004.8.26.0000	8	3	1	12
0184065-78.2010.8.26.0100	6	4	2	12
0056332-36.2013.8.26.0000	5	6	1	12
0169305-90.2011.8.26.0100	8	3	1	12
0001897-91.2006.8.26.0248	5	6	1	12
0145425-35.2012.8.26.0100	7	4	1	12
0057566-65.2010.8.26.0224	9	2	1	12
0000634-60.2008.8.26.0084	9	2	1	12
2200438-52.2016.8.26.0000	5	6	1	12
2013908-66.2018.8.26.0000	9	2	1	12
2224221-68.2019.8.26.0000	9	2	1	12
0031978-97.2020.8.26.0000	7	4	1	12
0031857-16.2013.8.26.0000	6	4	1	11
0219162-80.2012.8.26.0000	4	6	1	11
0095925-72.2013.8.26.0000	5	5	1	11
0000389-52.2013.8.26.0576	2	7	2	11
0013369-52.2015.8.26.0320	7	3	1	11
2207623-10.2017.8.26.0000	5	5	1	11
0009598-09.2010.8.26.0428	7	3	1	11

1000157-08.2017.8.26.0180	6	4	1	11
0162142-93.2010.8.26.0100	5	4	1	10
0056420-74.2013.8.26.0000	5	4	1	10
0130959-11.2013.8.26.0000	5	4	1	10
2010681-44.2013.8.26.0000	5	4	1	10
2109557-97.2014.8.26.0000	5	4	1	10
0001414-70.2009.8.26.0696	5	4	1	10
2034660-64.2015.8.26.0000	5	3	2	10
2207623-10.2017.8.26.0000	5	4	1	10
1008467-11.2017.8.26.0048	5	4	1	10
0183812-90.2010.8.26.0100	5	2	2	9
0228953-69.2009.8.26.0100	5	3	1	9
9098924-78.2009.8.26.0000	3	5	1	9
9251465-33.2008.8.26.0000	4	4	1	9
2006192-51.2019.8.26.0000	4	4	1	9
0204931-78.2008.8.26.0100	4	4	1	9
2275235-91.2019.8.26.0000	4	4	1	9
0001817-15.2005.8.26.0038	4	3	1	8
0189367-88.2010.8.26.0100	3	4	1	8
2247087-12.2015.8.26.0000	4	3	1	8
0153108-98.2013.8.26.0000	4	3	1	8
0008710-04.2011.8.26.0073	4	3	1	8
0010827-02.2010.8.26.0073	4	3	1	8
2244266-35.2015.8.26.0000	4	3	1	8
1000023-59.2014.8.26.0576	4	3	1	8
2083051-50.2015.8.26.0000	4	3	1	8
2191660-59.2017.8.26.0000	4	3	1	8
0031600-15.2018.8.26.0000	5	2	1	8
0519478-88.2010.8.26.0000	4	2	1	7
2156864-13.2015.8.26.0000	3	3	1	7
2121577-52.2016.8.26.0000	3	3	1	7
0043731-90.2016.8.26.0000	4	2	1	7
1005957-67.2015.8.26.0477	3	3	1	7
1045879-26.2018.8.26.0602	3	3	1	7
0204836-77.2010.8.26.0100	3	2	1	6
0049235-14.2015.8.26.0000	3	2	1	6
0064606-18.2015.8.26.0000	3	2	1	6
2147818-58.2019.8.26.0000	3	2	1	6
9075748-51.2001.8.26.0000	2	2	1	5
2181878-57.2019.8.26.0000	2	2	1	5

Fonte: Tabela elaborada pelo Autor.